

MARCELO AUGUSTO TOTTI
(Organizador)

100 anos de

FLORESTAN FERNANDES

legado de ciência e
militância

100 ANOS DE
FLORESTAN FERNANDES

legado de ciência e militância

MARCELO AUGUSTO TOTTI
(Organizador)

100 ANOS DE FLORESTAN FERNANDES

legado de ciência e militância

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2022



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Cláudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

C394 100 anos de Florestan Fernandes : legado de ciência e militância / Marcelo Augusto Totti (organizador). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2022. 282 p. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5954-297-0 (Impresso) ISBN 978-65-5954-298-7 (Digital) DOI <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7>

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Sociologia - Brasil. 3. Educação. 4. Ativistas políticos. 5. Socialismo. 6. Capitalismo. 7. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. I. Totti, Marcelo Augusto.

CDD 301.0981

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

Imagem capa: <https://stock.adobe.com/br - Arquivo nº107925628>. Acesso em 09/09/2022

Copyright © 2022, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

Apresentação ----- 07

SEÇÃO I – EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

A educação em Florestan Fernandes ----- 17
Débora Mazza

Florestan Fernandes e a questão do negro: batalhas acadêmicas e políticas - 29
Paulo Henrique Fernandes Silveira

Sociologia crítica: obra-documento da história política contemporânea
(1975-1995) ----- 47
Paulo Henrique Martinez

SEÇÃO II – O DEBATE COM O ISEB

O significado e a presença do ISEB no Brasil dos anos 1950 e 1960 ----- 71
Caio Navarro de Toledo

O "debate" USP *versus* ISEB: o caso dos *Cadernos do Povo Brasileiro* ----- 83
Angélica Lovatto

Entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes: aspectos da formação de uma sociologia no Brasil -----	107
<i>Marcelo Augusto Totti</i>	

SEÇÃO III – SOCIALISMO E MILITÂNCIA POLÍTICA

Florestan Fernandes no exílio -----	127
<i>Marcos Tadeu Del Roio</i>	
Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência -----	145
<i>Haroldo Ceravolo Sereza</i>	
Capitalismo dependente, revolução burguesa e socialismo no pensamento de Florestan Fernandes -----	165
<i>Guilherme Rocha e Adelar João Pizetta</i>	
Florestan Fernandes e o processo Constituinte (1987-1988) -----	179
<i>Maria Selma de Moraes Rocha</i>	

SEÇÃO IV – CAPITALISMO DEPENDENTE, AUTOCRACIA E REVOLUÇÃO BURGUESA

O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes -----	229
<i>Francisco Luiz Corsi</i>	
O sentido da autocracia burguesa no Brasil -----	247
<i>Anderson Deo</i>	
Capitalismo dependente, Revolução burguesa e universidades -----	259
<i>Roberto Leber</i>	
Sobre os autores -----	277

APRESENTAÇÃO

Florestan Fernandes foi um dos poucos intelectuais que tiveram sua obra discutida de modo tão caloroso e sistemático, tanto nos meios acadêmicos, intelectuais e na militância política. Sua contribuição ao campo das Ciências Sociais e ao entendimento da sociedade brasileira é inestimável, percorrendo temas e áreas que atravessam com um intercurso teórico rico e uma articulação ímpar. Essa característica privilegia o debate em torno da obra do sociólogo sob diversos ângulos, interpretações e matizes teóricas, constituindo um campo fértil ao trabalho do pesquisador interessado nos grandes problemas da sociedade brasileira.

O I Encontro sobre pensamento social brasileiro da Unesp de Marília: 100 anos do nascimento de Florestan Fernandes procurou retomar as Jornadas de Ciências Sociais realizadas pela Unesp de Marília que marcaram época nas Ciências Sociais brasileira com discussões de pensadores de relevo que interpretaram o nosso país e sua estrutura social de diversos ângulos, matizes teóricas e ideológicas diversas. Foi em uma dessas jornadas que Florestan Fernandes teve sua obra discutida e lançou sua candidatura a deputado constituinte. Na mencionada jornada realizada entre os dias 22 a 24 de maio de 1986, discutiu-se a obra do sociólogo de diversos ângulos e pontos de vista, as conferências e debates desse importante evento foram transcritas no livro *O Saber militante*, que se tornou uma das principais <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p7-14>

referências de estudo do autor com interpretações clássicas de sua obra. Desses debates surgiram duas interpretações que marcaram as análises da obra de Florestan Fernandes, uma delas foi de Gabriel Cohn (1987, p.49) que salientou “três modalidades básicas de tipos de que orientam a busca da explicação sociológica – associados aos três grandes mestres, Weber, Durkheim e Marx.”. De outra perspectiva, na mesma Jornada, Bárbara Freitag (1987, p.164) partiu daquilo que denominou de uma “ruptura epistemológica” na obra de Florestan distinguindo “uma fase acadêmico-reformista de uma fase político-revolucionária. Biograficamente, o momento do corte coincide com sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, em 1968.”.

Essa amplitude de interpretações denota a riqueza dos debates que ocorreram na jornada de Marília em 1986, propiciada, evidentemente pela magnitude da obra de Florestan Fernandes. A magnitude da obra do sociólogo pode ser evidenciada no relato de Carlos Guilherme Mota em conversa com Eric Hobsbawm sobre as dificuldades para se compreender a história e as possibilidades do processo de abertura política vivenciada sob a ditadura civil-militar, “o grande historiador sorriu discretamente, fazendo notar que um dos cinco maiores intérpretes de nossa época, embora estivesse no Canadá, era brasileiro: Florestan Fernandes” (MOTA, 1998, p.11).

Nosso intuito, para além de um evento comemorativo, foi contribuir para o debate e aprofundamento dos estudos em torno da obra do sociólogo e partir de suas análises para entender os desafios que marcam a sociedade brasileira contemporânea, aprofundada por uma crise política, social e econômica que assola o país. O alto nível das exposições e debates, nos grupos de trabalho, nas mesas redondas podem ser consubstanciados nos textos que compõem esse livro e fizeram jus ao pensamento e a obra de Florestan Fernandes.

Organizado em quatro seções vinculadas as mesas e aos debates do evento, procurou-se debater a obra do sociólogo sobre diversos ângulos e temáticas. A primeira seção denominada *Educação, relações raciais e construção de uma sociologia crítica*, buscou abordar temáticas fundamentais no pensamento e a constituição da chamada sociologia crítica. O capítulo

de Débora Mazza resgata o itinerário da educação no pensamento de Florestan, distante de inédito, a análise da questão educacional no sociólogo perpassa a tradição das reformas estaduais nos anos 1920, o movimento dos pioneiros na educação, da participação de inúmeros intelectuais na coordenação de órgãos institucionais como demonstra no texto o legado de Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Mazza trabalha com o conceito de mudança social permeando as diversas fases da produção do sociólogo, tendo como fundamento empírico a formação social brasileira e como material analítico o modo de produção da vida material e imaterial das relações sociais vigentes.

Paulo Henrique Fernandes Silveira trabalha a questão do negro, temática muito cara e importante a Florestan Fernandes. O autor retoma a polêmica com Guerreiro Ramos partícipe do Teatro Experimental do Negro, que cobrava originalidade da sociologia brasileira ao questionar a pesquisa patrocinada pela Unesco lideradas por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Paulo Silveira retoma os pressupostos da pesquisa da Unesco, o debate sobre o negro no pensamento social brasileiro e a influência de Gilberto Freyre para destacar a ausência de similaridade e de que a pesquisa sobre os negros não sucumbiu aos interesses de seu patrocinador, algo posto em dúvida por Guerreiro Ramos, mas, ao contrário, além de contrariar os objetivos iniciais da Unesco abriu um diálogo constante e fortuito com o movimento negro.

A partir do conceito cunhado por Caio Navarro de Toledo “obra documento”, Paulo Henrique Martinez realiza um percurso histórico do papel do intelectual e do militante em Florestan Fernandes, tendo como parâmetro o ano de 1986, ano de lançamento de sua candidatura constituinte. A partir dessa data concentra-se no período de 1978 a 1986, período em que coordenou a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, realizou o curso na PUC (Pontifícia Universidade Católica) e inúmeros projetos. O texto de Martinez dá pistas e sugere caminhos a serem explorados e investigados nesse recorte histórico, suscitando uma série de possibilidades aos interessados na obra de Florestan Fernandes.

A seção II - O debate com o Iseb, retoma um período central na formação da Sociologia que foi o debate entre a “escola de sociologia

Paulista” liderada por Florestan Fernandes e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tendo como principal liderança nesse debate Guerreiro Ramos. Os textos reunidos nessa seção não se concentraram apenas nesse debate, mas deram um panorama mais amplo da formação do Instituto e da sua importância para a formação das Ciências Sociais no Brasil. O texto de Caio Navarro de Toledo, *O significado e a presença do Iseb no Brasil dos anos 1950 e 1960*, resgata a importância cultural e ideológica inovadora do Instituto na história política do Brasil. O autor ao partir de um contexto histórico apresenta o que denominou de “ideias força”, ideologia, alienação e as bases da nacional-desenvolvimento são chaves para entender o caráter inovador do Instituto. Diante disso, Caio Navarro traça um paralelo entre ISEB e a USP de controvérsias públicas que são silenciadas sintomaticamente, descortinando uma relação conflituosa e de nenhuma colaboração. Angélica Lovatto analisa os Cadernos do Povo Brasileiro e seu obscurecimento na literatura e nas pesquisas acadêmicas, sua hipótese consiste no fato da chamada “escola de sociologia paulista” ignorar tais escritos e produções, visto que na concepção da escola uspiana os isebianos não faziam ciência e sim ideologia. Assim, não haveria necessidade de estabelecer diálogo com os isebianos. Para isso, a autora percorre os debates e centra-se nos conceitos de autonomismo e populismo desenvolvidos pelos autores alinhados a “escola de sociologia paulista” entendendo-os como uma crítica manipulatória e de pouco caráter construtivo. O capítulo escrito por Marcelo Augusto Totti recupera o debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes como elemento crucial na formação da sociologia brasileira. Essa discussão se desdobra sobre a noção de ciência e no caráter metodológico da disciplina.

A seção III – intitulada Socialismo e militância política concentra os textos sobre as análises da estrutura da sociedade da capitalista e militância política em prol da superação da sociedade de classes e da construção do socialismo. O texto de Marcos Tadeu Del Roio trabalha a partir do conceito de desenvolvimento e dependência e das discussões oriundas na Cepal ao qual analisa a particularidade da posição de Florestan Fernandes, como os processos de dominação externa, capitalismo, classes sociais e poder dual e a questão do intelectual englobam os temas que

fizeram o sociólogo dar uma guinada e pensar que a saída para a América Latina seria uma saída revolucionária e socialista. Haroldo Ceravolo Cereza em seu capítulo *Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência* recobre aspectos da trajetória recuperando a tensão intrínseca entre ciência e política, mas do que pensar em polos distintos de vocações ao modo weberiano, Ceravolo encontra em Wright Mills e Michael Burawoy a essência da sociologia pública dedicada as questões candentes da sociedade e ao encontro da imaginação sociológica aos problemas profundos da realidade brasileira ao qual se dedicou Florestan Fernandes. Adelar João Pizetta, em seu capítulo *Capitalismo dependente, revolução burguesa e socialismo no pensamento de Florestan Fernandes*, realiza uma leitura contemporânea de quem denomina o patrono da sociologia brasileira, priorizando uma leitura no âmbito dos movimentos sociais e populares e do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST). Pizetta destaca na obra de Florestan Fernandes o conceito de “circuito fechado”, dadas as características de dominação externas e internas adotadas pela burguesia brasileira, impedindo qualquer tipo de avanço civilizacional ao proletariado e as classes subalternas. Dentro desse quadro de “circuito fechado” não restaria alternativas, senão o processo revolucionário dentro da ordem e contra a ordem.

Selma Rocha, no capítulo *Florestan Fernandes e o processo Constituinte (1987-1988)*, trabalha o papel do sociólogo enquanto deputado constituinte ainda abordado de forma tímida na literatura especializada, a autora retoma o papel dos trabalhos de Florestan na Constituinte, sua importância e participação nas comissões que tiveram papel decisivos nas questões ligadas à defesa das liberdades democráticas, da educação, dos direitos civis, políticos e sociais.

A seção IV – *Capitalismo dependente, autocracia e revolução burguesa*, reúne capítulos de Francisco Luiz Corsi, Anderson Deo e Roberto Leher, destacam o papel do capitalismo dependente na formação social brasileiro. O capítulo de Francisco Luiz Corsi destaca o papel das análises de Florestan Fernandes na dinâmica da sociedade de classes e seu processo de desenvolvimento. Luiz Corsi aborda o conceito de desenvolvimento capitalista de Florestan Fernandes na crítica realizada a Caio Prado Jr

e demais correntes do pensamento social brasileiro que abordaram a questão do desenvolvimento. Retomando as origens do passado colonial de cunho escravocrata e estamental sob dominação externa, o capitalismo dependente sob a égide do imperialismo total impunha algumas alternativas: a manutenção da ordem social vigente, o aperfeiçoamento de um capitalismo de Estado capaz de levar a cabo lentas transformações dentro da ordem e a revolução socialista, que seria contra a ordem. Certamente, Florestan Fernandes optou pela última alternativa. Anderson Deo em seu texto *O sentido da autocracia burguesa no Brasil* retoma o conceito de sentido da colonização de Caio Prado Jr. e aponta similaridades entre o outro conceito desenvolvido por Florestan Fernandes de autocracia Burguesa. O capítulo de Roberto Leher *Capitalismo dependente, Revolução burguesa e universidades* destaca os conceitos de capitalismo dependente e revolução burguesa apontando o papel das Universidades abordando dentro dos dilemas vivenciados atualmente na sociedade brasileira, de crise político/econômico e social e intervenção do governo Bolsonaro nas universidades. Como se vê nesta breve apresentação, o I Encontro sobre pensamento social no Brasil: 100 anos de Florestan Fernandes foi um momento ímpar e fértil, marcado por um conjunto difícil de crise política, social e sanitária com mais quinhentos mil brasileiros mortos em função de uma política do governo federal inepta e genocida, que jogou o país no caos, levando milhares de brasileiros a se contaminarem e perderem a vida. Os textos aqui reunidos muito além de manterem acesa as ideias de Florestan Fernandes denotam a atualidade do seu pensamento, das suas ideias e de suas análises sobre a estrutura social brasileira. Mais do que comemorar, precisamos retomar as ideias e atuar na construção de uma sociedade mais igualitária, justa e fraterna, que nas ideias de Florestan Fernandes é a construção do socialismo!

Boa leitura a todas e todos!

Marcelo Augusto Totti
(organizador)

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. *In: D'INCAO, M. A. (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. *In: D'INCAO, Maria Angela. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. Florestan: memória e utopia. *In: MARTINEZ, Paulo Henrique. Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

SEÇÃO I

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E CONSTRUÇÃO
DE UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

A EDUCAÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES

Profa. Dra. Débora Mazza¹

Gostaria de iniciar agradecendo o convite que me foi feito para participar do **I Encontro sobre o Pensamento Social Brasileiro da FFC/Unesp/Marília “100 anos do nascimento de Florestan Fernandes”** e parabenizar a UNESP Campus de Marília, a Faculdade de Filosofia e Ciências, o Departamento de Sociologia e Antropologia e a Linha de Pesquisa Pensamento Social Brasileiro, através da pessoa do Prof. Marcelo Totti, com quem mantenho contato desde 2015 quando fui convidada pelo Centro Acadêmico Florestan Fernandes para participar da **I Semana Florestan Fernandes**. Agradeço a todo/as que nos apoiam e participam remotamente.

Cumprimento também a Prof. Fabiana de Cassia Rodrigues, minha querida colega de trabalho, pesquisadora de Florestan e que divide comigo essa mesa.

¹ Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação (FE), Departamento de Ciências na Educação (DECISE), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Estado e Sociedade (GPPES), Pesquisadora PQ CNPq.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p17-28>

O tema que nos foi proposto é **A educação em Florestan Fernandes**, assim, circunscrevi a minha reflexão fazendo uma circunferência em torno destas duas variáveis: Educação e Florestan.

A meu ver, as experiências mais radicais de Florestan, as instituições mais marcantes, foram a sua classe social, o cenário urbano periférico da cidade de São Paulo, a formação escolar, muitas vezes interrompida, e a Sociologia enquanto um campo disciplinar e profissional.

A cidade de São Paulo, a experiência escolar e o olhar sociológico interromperam o ciclo da herança cultural restrita, ampliaram as disposições familiares e as heranças de classe, promoveram um giro pessoal político profissional e uma mobilidade social sem que, no entanto, Florestan se envergonhasse e apagasse as suas origens de classe, aburguesasse seus costumes, debandasse para uma visão conformada, acomodada e indiferente diante das duras condições de existência dos de baixo. Ele se assume como alguém que vem de baixo e diz: “A criança estava perdida nesse mundo hostil [...] Éramos varridos pela tempestade da vida [...] Todos nós éramos rústicos e desenraizados [...] e estávamos aprendendo a viver na cidade.” (FERNANDES, 1976a, p. 142- 144).

Entendo que o sentido construído por meio de sua forma de inserção neste mundo urbano peculiar riscou com um fio vermelho:

- As problemáticas de pesquisa,
- As escolhas eletivas dos grupos sociais pesquisados
- O exercício da docência
- A radicalidade do pensamento
- A militância político partidária
- E a luta em defesa da escola pública

A compreensão que Florestan afere à educação vinca uma certa sensibilidade ao corte sociológico.

Florestan não foi inédito, ele se banhou em uma pauta encampada por Lourenço Filho e Anísio Teixeira desde as décadas de 1920 e 1930 quando participaram das reformas dos sistemas regionais de ensino no Ceará (1922-1923), na Bahia (1924-1929), em São Paulo (1930-1931) e no Distrito Federal (1931-1935). Foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e, a partir dessas experiências exploraram desenvolver pesquisas sistemáticas sobre os problemas nacionais vinculando-os com a situação de ensino.

Nas décadas de 1950 e 1960 Anísio Teixeira acumula cargos e funções na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES 1951), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/1952 a1964), cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE/1955), os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE/1956) (Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e SP), e põe em marcha uma pauta desenhada no documento de fundação do INEP, em 1937. Contando com esta ossatura institucional, as décadas de 1950 e 1960 promoveram continuidades e descontinuidades que influenciaram a formação e inserção profissional de Florestan. Ela criava interfaces entre: o diagnóstico das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, a superação dos estudos sociais realizados por intelectuais brasileiros a partir de uma tradição bacharelesca e autodidata, o desenvolvimento das ciências sociais, o equacionamento de separatismo deixados pelo movimento revolucionário de 1930 e a “[...] tomada de consciência científica e crítica sobre os processos de mudanças sociais.” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p. 16).

Costa Pinto e Edson Carneiro (1955) realizaram, a pedido de Anísio Teixeira, um estudo sobre “As ciências sociais no Brasil”, e produziram um relatório que traça um panorama geral dos problemas sociais destacando: a necessidade de tomada de consciência da mudança estrutural em curso, a urgência das ciências sociais cumprirem a tarefa de analisar, compreender e transformar a situação social e cultural brasileira e o papel da educação na reconstrução nacional visando a formação de mão de obra qualificada, inclusive dos cientistas sociais, a emergência de uma educação popular e o

fim de uma educação voltada para os grupos privilegiados. A ideia central de Anísio é incorporada ao relatório: Educação não é privilégio.

Florestan Fernandes se relacionou organicamente com estas discussões, atores e instituições desde os projetos preliminares de criação dos Centros Brasileiro e Regionais de Pesquisas Educacionais, dos quais foi parecerista (FERNANDES, 1966, p. 565-578) e articulador do CRPE SP (FERREIRA, 2006).

As questões transversais em sua obra constam no relatório de Pinto e Carneiro (1955) e dizem respeito a:

- Quem são os atores impulsionadores das mudanças sociais?
- Quais os rumos e o ritmos das mudanças nas diferentes esferas da vida social - Qual o sentido da mudança social na vida dos diferentes grupos que compõem esta sociedade tão extensa, diversa e desigual?
- Quem são os grupos que verdadeiramente se beneficiam com as mudanças sociais em curso?

Não por acaso, os estudos de Florestan se voltam para: crianças, índios, negros, trabalhadores urbanos, América Latina, subdesenvolvimento, ordem democrática inacabada, Brasil e autocracia.

A mudança social é uma obsessão recorrente nos seus escritos e podemos trazer vários exemplos:

- Os estudos sobre o folclore foram reunidos em um livro intitulado *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (FERNANDES, 1979a),
- Suas pesquisas sobre a sociedade Tupinambá produzem, a meu ver, dois textos de sínteses intitulados “Notas sobre a educação na sociedade Tupinambá” (FERNANDES, 1975a, p. 33- 83) e “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” (FERNANDES, 1976b, p. 160- 219). Estes dois artigos podem ser lidos de modo espelhados pois em um Florestan descreve a função ocupada pelas práticas educativas numa formação

societária tradicionalista, sagrada, fechada e gerontocrática e no outro Florestan aponta o significado e a função que a educação e a escolarização podem desempenhar em uma sociedade de classes, secular, em processo de mudanças e marcada por rumos e ritmos desalinhados que podem ou não desembocar na ordem democrática. A educação poderia neutralizar os efeitos negativos do passado arcaico e provocar atitudes e motivações favoráveis para o progresso econômico, desenvolvimento social e participação política.

Esta linha de pensamento é explorada de modo intenso no livro *Mudanças sociais no Brasil* (FERNANDES, 1979b) que reúne artigos das décadas de 1940 a 1970 e apresenta reflexões sobre a industrialização no Brasil, a democracia, a colonização portuguesa, a cidade de São Paulo, os ciclos econômicos e a Revolução Constitucionalista.

As pesquisas sobre relações raciais no Brasil, que contaram com a participação de Florestan, apontam para este mesmo imbricamento. Elas constam no relatório de Costa Pinto e Edson Carneiro como estudos que mudaram o foco da assimilação do negro à sociedade brasileira para estudos sobre “os processos de interdição da integração na sociedade e sobre as mudanças em processo no padrão das relações raciais no Brasil” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p. 56).

No entanto, Florestan radicaliza e politiza esta agenda e na virada da década de 1950/60 agrega às suas frentes de trabalho de ensino, pesquisa, militância e publicista, as lutas em prol da Educação pública como componente de responsabilidade cívica na construção, no alargamento e esgotamento da ordem democrática.

Foi uma luta inglória e depois da derrota do processo de aprovação da LDBEB 4024/1961, Florestan escreve sobre *A conspiração contra a escola pública* (1966, p. 345- 537), e diz

O enfrentamento e a solução do dilema educacional é condição de superação da posição de atraso do Povo, do subdesenvolvimento e da dependência [...]

Existe um ostensivo apego a uma mentalidade que desdenha da educação popular, teme a democratização do ensino e se opõe a expansão da rede de escolas públicas. O Senado (quando vota contra a exclusividade dos recursos públicos para as escolas públicas) exprime o estado de espírito mais consolidado e geral das camadas dominantes; impõem-se, portanto, organizar uma campanha e uma luta demorada e difícil. Os males que precisamos combater são por demais arraigados e só desaparecerão mediante uma alteração profunda da mentalidade média do brasileiro. Teremos que dotá-la de um órgão regular, uma Sociedade para o progresso da educação popular. (FERNANDES, 1966, p. 348).

Isto não significa que Florestan considerasse a nossa rede escolar, os nossos métodos de ensino e a postura dos professores/as excelentes, pelo contrário, ele aponta que:

O esforço de reconstrução educacional requer uma verdadeira revolução em nossa rede escolar, em nossas técnicas e hábitos educacionais, na mentalidade dos nossos educadores e no modo pelo qual a pessoa comum define a importância da educação escolarizada. [...] É preciso uma imensa revolução para ajustar quantitativa e qualitativamente, às funções que as escolas brasileiras precisam preencher na nova ordem econômica, política e social. Temos de voltar, corajosamente, as costas para o passado, e introduzir no nosso meio novas técnicas e práticas educacionais, mais consistentes com a democratização de garantias sociais, a modernização da tecnologia e da economia e a própria dinâmica da sociedade de classes. Teimamos em preservar modelos de organização das escolas e padrões de avaliação do ensino de uma era em que a educação escolarizada se destinava a elites de composição rala, altamente fechadas, privilegiadas e egoístas. Ora, uma coisa é a educação de elites e para as elites; outra, bem diversa, é a educação do Povo para o Povo. [...] não existem formulas mágicas... precisamos de um sistema educacional aberto para todos. (FERNANDES, 1966, p. 349).

E denuncia: “Estamos dentro de um perfeito ciclo vicioso. Em vez de polarizar a ordem democrática, o legislador se apega a concepções e

valores do antigo regime. Daí resulta um beco sem saída.” (FERNANDES, 1966, p. 350).

A revolução que Florestan vislumbra não estava circunscrita à escola, ele diz no artigo “A geração perdida” (FERNANDES, 1976a, p 213- 252) que sua geração tinha “[...] uma obsessão política que nascia da cultura e gravitava dentro dela, irradiando-se para os problemas da época e os dilemas da sociedade.” (FERNANDES, 1976a, p. 217). Entretanto, como o horizonte cultural era ideologicamente limitado e excludente e as elites dominantes se apropriaram privadamente do Estado republicano conservando seus privilégios restavam poucas brechas para fazer avançar as mudanças sociais e a escola pública era uma dessas brechas.

Em uma carta escrita em Toronto para Bárbara Freitag, em 1971, Florestan avalia seu envolvimento com a luta pela escola pública nas décadas de 1950/60 e diz:

Estava engajado numa merda de uma política pequeno-burguesa [...]. Um punhado de intelectuais, estudantes, líderes sindicais e políticos de esquerda, tentando enfrentar a avalanche da fome católica pelo controle das consciências e dos setores conservadores pela destruição da escola pública independente. Naquela situação, recorri aos pressupostos do Estado democrático. Uma maneira de fazer a crítica moral, que desarma os inimigos e cria aliados. (FREITAG, 1996, p. 152).

Ainda na *A conspiração contra a escola pública* (FERNANDES, 1966) ele conclui:

Os países subdesenvolvidos são os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Eles precisam da educação para mobilizar o elemento humano [...] para alargar o horizonte cultural [...] formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida, incentivar novas formas de relações [...] expandir a ordem social democrática. Todavia, esses países não encontram, na situação sócio cultural herdada, condições que favoreçam essa compreensão. [...] -Ninguém deve esperar que a solução dos problemas educacionais brasileiros pressuponha, por si mesma, a solução dos demais problemas que nos afligem. Ela representa

apenas uma condição essencial, para que tais problemas tenham condições de ser enfrentados [...] Em vários episódios sucessivos [...] desde a abolição da escravidão, a universalização do trabalho livre, a proclamação da República, as sedições político-militares, a industrialização e urbanização, nunca se tentou ajustar o sistema nacional de ensino [...]. As novas escolas continuam a ignorar as ideias e os alvos da educação popular numa sociedade desigual. Elas seguem cuidando de instigar nos espíritos atitudes conformistas. (FERNANDES, 1966, p. 351- 353).

No livro *A Sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1963), Florestan retoma o tema da mudança social e diz:

Nos modernizamos por fora e com frequência o verniz não aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das pessoas cultas se voltam contra a modernização. [...]. Estamos aconchegados em um nicho que confere segurança, conforto e prestígio, aquilo que se poderia chamar de círculos sociais privilegiados da Nação. Se houvesse verdadeiro patriotismo e autêntico desejo de conservar, esses círculos voltariam suas responsabilidades na direção mais ativa: impunham-se o dever de tornar a segurança, o conforto e o prestígio acessíveis a números cada vez maiores de pessoas, até atingir-se a totalidade dos cidadãos. (FERNANDES, 1963, p. 204-206).

Entre as décadas de 1960/70 Florestan inicia e conclui *A revolução burguesa no Brasil* e faz um diagnóstico ardiloso da situação brasileira dizendo:

As burguesias sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido detêm um forte poder econômico, social e político; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional, e contam com o suporte externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão ou repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se assim, muito difícil deslocá-las politicamente através de pressões e conflitos mantidos “dentro da ordem”, e é quase impraticável usar o espaço político assegurado pela ordem legal, para fazer explodir

as contradições de classe. [...]. A burguesia não está lutando para consolidar vantagens relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. [...] O idealismo burguês nos países dependentes precisa pôr de lado seu compromisso com qualquer mudança ou reformismo [...] A sua inflexibilidade e sua decisão para empregar a violência institucional na defesa dos interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento enceta, assim, um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (FERNANDES, 1975b, p. 296).

Esta dupla articulação entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa engendra uma dominação burguesa que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais sobrepondo-se e negando as imposições integradoras e produzindo uma ordem autocrática que não se converte em ordem democrática. (FERNANDES, 1975b, p. 302)

E finalmente, na década de 1980 Florestan se filia ao PT e na condição deputado federal, nos mandatos de 1987 a 1991 (Assembleia Nacional Constituinte) e 1991 a 1995 retoma sua luta em defesa da escola pública.

Os livros *O desafio educacional* (FERNANDES, 1989) e *A contestação necessária* (FERNANDES, 1995) registram os embates que o parlamentar enfrentou com o Congresso Nacional, os grupos dentro do próprio Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda em prol da educação dos de baixo e contra os privilégios dos de cima. Ele reitera a defesa das verbas públicas exclusivas para o ensino público, a democratização radical de todos os níveis de educação, a revolução da escola (os materiais didáticos, as metodologias de ensino e os processos de avaliação), o combate a todo e qualquer tipo de preconceito, exclusão, opressão dentro e fora da escola, a identificação dos professores, gestores e funcionários da educação com as condições de opressão dos de baixo e não com os interesses dos de cima.

Em todos estes momentos Florestan adotou como unidade empírica: a formação social brasileira e, como unidade analítica: o modo de produção

da vida material e imaterial e as formas de interação social. Para tanto, a educação era mediação e mediadora na construção de sociedades menos desiguais e menos violentas sem perder de vista o horizonte revolucionário de uma sociedade de trabalhadora/es livres, iguais e organizados.

O que impulsionou Florestan a pensar sociologicamente o problema educacional brasileiro como um dilema social que ganhava destaque na paisagem da mudança social?

Nossa resposta é: a origem de classe, a ambiência urbana da cidade de São Paulo, o papel da escola e giro epistemológico da sociologia. Ele diz no Prefácio do livro *Educação e Sociedade no Brasil*:

Produzi muitos escritos ao longo da tormentosa Campanha em Defesa da Escola Pública [...]. Tudo se passou como se me transformasse em porta voz dos meus companheiros de infância e juventude [...] O professor universitário falou em nome da antiga criada e lavadeira portuguesa e daquele menino que teve que ganhar a vida antes de completar 7 anos engraxando sapatos, carregando compras etc. Coube-me o dever de levar ao mundo cultivado do Brasil as angústias dos esbulhados [...] não trepidei [...] Professor, sociólogo, socialista- não foi dessas condições que extrai o elemento inconformista que deu sentido à minha participação [...] atirei-me a uma luta desigual e considerei-me como um representante fortuito das massas populares” (FERNANDES, 1966, p. XIX-XX).

Neste momento, em que o mundo reúne mais de 4.800.000 mortes pela Covid 19, sendo mais de 704.000 nos USA e 570.000 no Brasil (JOHN HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 05/10/2021) gostaria de destacar que o rigor e estilo hermético de forma e conteúdo na obra de Florestan revelam um sentimento de mundo e uma angústia de quem busca encontrar um lugar para todo/as na sociedade brasileira, latino-americana e periférica alinhada de modo desigual e expoliatório na ordem capitalista global.

A partir de Hegel, diria que Florestan não realizou a poesia do coração mas exercitou a prosa do mundo e foi possuído pela compaixão, este sentimento nos faz mais fraternos, humanos e preocupados com o outro e não fechados em nossas bolhas individuais.

Em 1989, 6 anos antes de seu falecimento, Florestan encerra o livro *Desafio educacional* com a frase:

Temos que quebrar as barreiras que confinam a educação escolarizada, favorecem a desumanização no ensino, preparam os mais pobres para a serem trabalhadores alienados. [...] É preciso acabar com a exclusão do oprimido e varrer de seu corpo e de sua cabeça a aprendizagem que o socialize para ser um cidadão de segunda ou terceira categoria. [...] Esse desdobramento caberá principalmente aos professores como companheiros (e não mestres autoritários a serviço da reprodução da ordem existente). São tarefas histórico-pedagógicas, mais do que matérias de currículo. [...] Eles devem alcançar mentes e corações, na formação do intelecto, na descoberta do mundo, no uso ativo da inteligência criadora, no experimento [...] na recriação da pessoa, da natureza, da sociedade e da cultura. [...] O objetivo último da educação escolarizada não está em ‘fazer a cabeça do estudante’, mas em inventar e reinventar a civilização sem a barbárie. (FERNANDES, 1989, p. 263-264).

Florestan nunca se acomodou a frieza do estilo de vida e da educação burguesa que estimula o distanciamento social, a atitude calculista e a insensibilidade com o sofrimento alheio. Valoriza a competição em detrimento da cooperação, o interesse privado à frente da proteção do bem-comum, o bem-estar econômico à custa do mal-estar ético e moral do coletivo. Fernandes denuncia: “A mesquinharia do trabalhador de gravata e o universo de tricas e futricas da vida pequeno burguesa através dos quais a frustração se dissolve no nível das tensões pessoais e dos entrechoques individuais” (FERNANDES, 1977, p. 151). A frieza é um projeto cognitivo, moral, ético e político em curso nas sociedades burguesas que educa as mentes, os corpos e os corações (GRUSCHKA, 2014).

E no momento em que entrou na sala de cirurgia, antes de vir a falecer Florestan disse uma frase que, a meu ver, retrata sua paixão pela vida: “O que me mantém vivo é a chama do socialismo que está dentro de mim” (FERNANDES, 1995b, p. 5).

Muito obrigada.

REFERÊNCIAS

- COSTA PINTO, Luis A.; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Estudo realizado para a CAPES. Rio de Janeiro: Serie Estudos e Ensaio- 6, 1955.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus; Ed. da USP, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *Elementos de Sociologia Teórica*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975a.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975b
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976a.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976b.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979a.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979b.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária*. São Paulo: Ática, 1995a
- FERNANDES, Florestan. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1995b. Caderno Mais, p. 4-5.
- FERREIRA, Márcia Santos. *Centros de Pesquisas do INEP: pesquisas e políticas educacionais entre as décadas de 1950 e 1970*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-172, 1996.
- GRUSCHKA, Andreas. *Frieza Burguesa e educação*. A frieza como mal-estar da cultura burguesa na educação. Campinas, SP: Autores associados, 2014.
- JOHN HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. *Coronavirus resource centre*. Baltimore, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO DO NEGRO: BATALHAS ACADÊMICAS E POLÍTICAS¹

Paulo Henrique Fernandes Silveira²

Parafrazeando o Prof. Florestan Fernandes, esperamos que nossas atividades enquanto ‘homem de ação’ possam contribuir para a efetivação do ‘homem de ciência’

(Eduardo de Oliveira e Oliveira, “Ideologia racial – estudo de relações raciais”).³

¹ Agradecemos a Artur Perrusi, Cristiano Ramalho e Gabriel Peters, editores da revista Estudos de Sociologia (UFPE), a autorização para uma nova publicação desse texto, originalmente publicado em 2020, no Dossiê Florestan Fernandes: 100 anos, v. 2, n. 26, p. 123-142.

² Professor, pesquisador e orientador da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Pesquisador do grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Email: paulo.henrique.fernandes@usp.br

³ Eduardo de Oliveira e Oliveira formou-se em ciências sociais em 1964, na Universidade de São Paulo, nos anos 70, teve papel central na organização política do movimento negro. O projeto de pesquisa “Ideologia racial – estudo de relações raciais” encontra-se na coleção de textos e documentos desse autor, preservados pela Universidade Federal de São Carlos (TRAPP, 2018, p. 109).

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p29-46>

Num texto publicado em 1953, o sociólogo e militante do movimento negro Guerreiro Ramos argumenta que, em países culturalmente colonizados, como o Brasil, uma parte significativa da sociologia não visa à autenticidade, restringindo-se a glosar “[...] as orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros.” (RAMOS, 1953, p. 10). Segundo Ramos (1953, p. 9), as sociologias autênticas, especialmente, aquelas desenvolvidas nos países europeus, assumem direção e problemática próprias, seus conceitos são historicamente condicionados e suas formulações são “[...] caudatárias de tradições militantes, orientadas no sentido pragmático.”. Pela primeira vez em seus trabalhos teóricos, Ramos cobrava autenticidade da sociologia brasileira, princípio que estava presente no movimento da Negritude seguido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no qual o sociólogo militava com Abdias do Nascimento.

Prontamente, o texto de Ramos teve uma resposta de Roger Bastide, sociólogo francês que, meses antes, havia publicado, com Florestan Fernandes, sua pesquisa sobre a situação dos negros no Estado de São Paulo. Numa carta aberta, Bastide aponta para o perigo das posições defendidas por Ramos. Em primeiro lugar, Bastide afirma que sua pesquisa com Fernandes, mesmo tendo sido patrocinada pela UNESCO, não sucumbiu aos interesses da instituição (BASTIDE, 1953). Além disso, Bastide questiona a tese de que o sociólogo, por causa das condições nacionais e econômicas de cada país pesquisado, deva trabalhar pragmaticamente, a favor de uma nação ou de uma classe, e não objetivamente (BASTIDE, 1953). Por fim, Bastide alega que a autonomia sociológica depende, justamente, da construção de uma ciência universal desligada de qualquer causa particular.

Essas posições de Ramos sobre a sociologia também foram repudiadas por Fernandes. Em julho de 1953, Ramos apresentou propostas para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, no *II Congresso Latino Americano de Sociologia*. Essas propostas foram rejeitadas pela maioria dos membros do congresso responsáveis pelo tema; Fernandes foi um dos que votou contra elas (SHIOTA, 2010).

Ainda na década de 50, Fernandes (1958, 1959) desenvolve uma série de pesquisas sobre os fundamentos da sociologia aplicada. Em meados dos anos 70, Fernandes sustenta uma concepção de sociologia militante que, em

certa medida, contrapõe-se à sociologia militante de Ramos (1995).⁴ Por um lado, Fernandes questiona qualquer engajamento intelectual que restrinja a liberdade acadêmica (FERNANDES, 1977b). Por outro lado, ele advoga por uma sociologia que realmente esteja a serviço do povo e não das modas acadêmicas ou dos interesses particulares dos próprios intelectuais:

Numa era de palavras gastas, impõem-se evitar as orgias verbais. O que devemos fazer não é 'lutar pelo Povo'. As nossas tarefas intelectuais possuem outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro, para que ele adquira, com a maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria. (FERNANDES, 1977a, p. 246).

No texto “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, Fernandes (1977b) elabora um perfil biográfico e político da sua formação e da sua produção acadêmica. Numa passagem desse texto, Fernandes identifica um dos princípios do movimento da Negritude em suas pesquisas com Bastide sobre a situação dos negros no Brasil: a revolta contra a miséria, a humilhação e a servidão, engendrada na espoliação e no sofrimento (FERNANDES, 1972). A partir da sua experiência como filho de mãe solteira, humilde e muito pobre, Fernandes enfrentou toda sorte de preconceitos e de barreiras econômicas para ter acesso aos estudos e ao mercado formal de trabalho:

Essa situação, por sua vez, voltou à minha observação mais tarde, na pesquisa com Bastide: o tema do ‘emparedamento do negro’. Esse tema foi agitado pelos movimentos de protesto. Muitos não acreditavam nele, especialmente, os brancos. Todavia, antes de investigá-lo em relação aos outros, eu conhecera a realidade que ele evoca bem de perto e muito a fundo. Uma sociedade de classes em

⁴ Nos anos 70, o próprio Fernandes reconhece uma alteração profunda na sua maneira de lidar com os assuntos da sociologia (SOARES, 1997). Todavia, como sugere o sociólogo Gabriel Cohn (1987), é possível traçar uma relação direta entre a metodologia e as teses defendidas por Fernandes nas pesquisas dos anos 50 sobre o negro, suas pesquisas e textos teóricos sobre a sociologia aplicada, nos anos 50 e 60, e suas pesquisas e posicionamentos políticos nos anos 60 e 70.

formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções. (FERNANDES, 1977b, p. 150).⁵

Num texto em homenagem a Roger Bastide, originalmente publicado em 1984, Fernandes (1989) relembra os pormenores da pesquisa para a UNESCO. Novamente, Fernandes ressalta a importância da sua origem social para a compreensão da situação dos negros que, desde a sua infância nos porões e cortiços da cidade de São Paulo, foram seus companheiros de privações e misérias. O sociólogo também destaca o papel central dos militantes do movimento negro na orientação da pesquisa, formulando hipóteses que foram: “[...] ampliadas, verificadas empiricamente e testadas interpretativamente, aprofundadas e incorporadas ao horizonte cultural da explicação sociológica.” (FERNANDES, 1989, p. 106-107).

O objetivo desse texto é apresentar, ainda que sucintamente, as posições dos principais sociólogos e correntes de pensamento com os quais Florestan Fernandes dialoga em suas pesquisas sobre a questão dos negros, indicando as batalhas acadêmicas e políticas que ele enfrentou nesse campo. Esse debate sociológico dimensiona a originalidade e a importância dos trabalhos de Fernandes no interior da chamada “Escola sociológica paulista”. Por outro lado, as interpretações e as teses sociológicas de Fernandes apontam para outras batalhas que também precisavam ser enfrentadas, não apenas no horizonte dos debates acadêmicos, mas na organização e no fortalecimento dos movimentos sociais e do protesto negro.

AS POLÍTICAS DA CIÊNCIA

Como lhe ensinaram os professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, em seus trabalhos, Fernandes e a nova geração de cientistas sociais paulistas dialogam com os principais autores de cada tema. Com relação à questão do negro, um desses autores trazidos para o debate foi o médico e

⁵ A expressão “emparedamento do negro” foi utilizada pelo militante José Correia Leite numa entrevista para a pesquisa de Bastide e Fernandes (FERNANDES, 1965, p. 11). É provável que Correia Leite tivesse em mente o poema “O emparedado”, de Cruz e Souza (GUIMARÃES, 2004, p. 272).

fisiologista francês Louis Couty. Suas descrições e análises sobre a escravidão no Brasil em meados do século XIX são parcialmente incorporadas por Fernandes (1955), Celso Furtado (1974) e Gilberto Freire (2003).

Pautado pelas teorias científicas da sua época, Couty (1988, p. 97) sustenta que o negro cativo possui “[...] todas as características intelectuais e morais de uma criança que não pode se ajustar facilmente às condições da vida adulta civilizada.”. Baseado em suas próprias observações, o médico francês afirma que, quase sempre, o negro porta-se como um grande preguiçoso, cuja indolência está na base de todas as suas relações individuais e sociais (COUTY, 1988). Para Couty (1988, p. 93), em qualquer região do mundo, o negro encontra-se numa fase primitiva da evolução humana, na qual o trabalho é considerado um castigo ou uma punição: “[...] é por isso que, para ele, o supremo bem corresponde à ausência de qualquer atividade”.⁶ Diferente do que ocorre nas Antilhas e na América do Norte, onde o negro é tratado como um pária e corre o risco constante de ser aniquilado, no Brasil, onde o negro liberto é comumente tratado como igual, inexistente preconceito racial (COUTY, 1988).

Sobre o tema da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre destacam-se as cartas abertas de Joaquim Nabuco e do embaixador norte-americano Henry Hilliard, em 1880. Ao ser instigado por Nabuco para compartilhar a experiência abolicionista em seu país e na Europa, Hilliard enfatiza duas medidas importantes: a criação de uma universidade em Atlanta, nos EUA, voltada para a formação e a qualificação profissional dos ex-escravos (HILLIARD, 1880, p. 14), e um conjunto de medidas do parlamento inglês que visava oferecer um período de quatro ou cinco anos de aprendizado e um auxílio para moradia (HILLIARD, 1880).

No Brasil, a discussão sobre possíveis reparações aos ex-escravos foi levantada pela primeira vez por José do Patrocínio (1996), num artigo publicado em 6 de setembro de 1880, um mês após Nabuco ter um projeto

⁶ Num estudo sobre as referências teóricas de Celso Furtado em suas pesquisas nos anos 50, o economista Tamás Szmercsányi destaca a importância das análises de Couty (SZMRECSÁNYI, 1999). Uma passagem do livro *Formação econômica do Brasil* parece dialogar com as ideias do médico francês: “O homem formado dentro desse sistema colonial está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável” (FURTADO, 1974, p. 167).

de emancipação dos escravos negado na Câmara (NABUCO, 1881). Em seu projeto, que previa o fim da escravidão num prazo de dez anos, Nabuco recomenda que o estado indenize os senhores que ainda tivessem escravos ao término desse processo, mas não sugere nenhuma forma de reparação aos próprios ex-escravos. Em seu artigo, Patrocínio (1996) repudia as indenizações aos senhores de escravos e aprova que os mesmos paguem uma reparação aos negros escravizados após a lei de 1831, que proibia o tráfico. Num panfleto da Confederação Abolicionista, formada por José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e outros abolicionistas, defende-se que os senhores de escravos paguem os salários devidos aos negros por 300 anos de escravidão no país (BRASIL, 1883).

Um dos autores que teve um papel importante nas análises do processo abolicionista foi o jurista, escritor e deputado Silvio Romero. Num artigo publicado em 1881, Romero critica veementemente as posições de Nabuco e Hilliard em suas cartas abertas sobre a emancipação dos negros:

O verdadeiro problema que nos ocupa vem a ser: a substituição do trabalho escravo pelo livre, o fim do regime colonial pelo democrático, a vitória da ciência sobre a rotina. (...) A ciência política de hoje não aceita mais soluções imprevistas. A economia política, a ciência do trabalho, é que deve procurar a solução do debate. (ROMERO, 1881, p. 195-196).

Segundo Romero, não é preciso forjar uma antropologia para resolver a questão do processo abolicionista. Seguindo as teorias científicas vigentes, o deputado assevera que os negros nunca chegaram a civilizar-se (ROMERO, 1881). Nesses termos, para o bem da economia e do desenvolvimento dos negócios, é preciso investir na imigração europeia e promover a concorrência do trabalho livre, tornando-o ainda mais barato (ROMERO, 1881). Como consequência dessa medida, conclui o deputado: “[...] *o trabalho livre deve matar o trabalho escravo.*” (ROMERO, 1881, p. 198, grifos do autor).

Leitor e admirador de Romero, o médico Raimundo Nina Rodrigues foi outra grande referência intelectual da virada do século XIX nos estudos e na discussão sobre a questão do negro. Em suas pesquisas,

Nina Rodrigues mescla teorias médicas e investigações etnológicas. Ao mesmo tempo em que procura referendar suas posições com explicações etnológicas que atestam a evolução das raças, o médico simpatiza com teorias explicitamente eugenistas.

No livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1884, Nina Rodrigues cita e ratifica um texto do médico e sociólogo francês Armand Corre (1889):

O negro crioulo libertou-se dos labores embrutecedores e das misérias degradantes do seu congênere africano, adquiriu algum verniz pelo atrito com elementos étnicos superiores; melhorou, mas não deixou de pertencer à sua raça que não é adaptável às mesmas condições sociais do Ariano. (RODRIGUES, 1938, p. 158-159).

Na interpretação de Elide Bastos, esse racismo científico presente em Silvio Romero e Nina Rodrigues visa conferir um cunho legal à discriminação racial. Através da erudição e da linguagem científica, esses intelectuais tentam legitimar a desigualdade racial, naturalizando a liderança branca sobre os negros (BASTOS, 1991).

Em *Casa grande & senzala*, publicado em 1933, o sociólogo Gilberto Freire (2003) rechaça as teorias eugenistas endossadas por Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Essa posição inspira os versos de Manuel Bandeira, numa homenagem que foi incluída nas edições recentes de *Casa grande & senzala*: “A mania ariana/ Do Oliveira Viana/ Leva aqui sua lambada/ Bem puxada.” (FREIRE, 2003, p. 12).

Por outro lado, Freire (2003) retoma a tese, já defendida por Couty, de que não se cultivam preconceitos inflexíveis no Brasil. A partir de uma interpretação sociológica e pretensamente científica, Freire sustenta que a intensa e frequente miscigenação nas famílias brasileiras promoveria a diluição de todas as formas de conflitos raciais (BASTOS, 1991).

Essa posição de Gilberto Freire é imediatamente corroborada por inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros. Um dos seus divulgadores mais convictos foi o médico e etnólogo Arthur Ramos. Mesmo sendo um fervoroso crítico do racismo científico, Ramos se apresenta como um

pesquisador da “Escola Nina Rodrigues”, destacando, fundamentalmente, a importância do seu trabalho etnológico (RAMOS, 1942a). No fim de 1942, em meio à Segunda Guerra mundial, Arthur Ramos funda a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), e participa da elaboração de um manifesto contra o nazismo que seria assinado por seu amigo Gilberto Freire e por outros intelectuais. Esse manifesto foi encaminhado ao então Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema:

O Brasil é uma nação formada dos elementos étnicos mais heterogêneos. Aqui se misturaram povos de procedências étnicas indígena, europeia e africana, num tal ambiente de liberalismo e ausência de restrições legais à miscigenação que o Brasil se tornou a terra ideal para a vida em comum dos povos das procedências étnicas mais diversas. Esse grande ‘laboratório de civilização’, como já foi chamada a nossa terra, apresentou a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura das raças e de culturas. [...]

Esta filosofia brasileira no tratamento das raças é a melhor arma que podemos oferecer contra a monstruosa filosofia nazista que, em nome da raça, trucidada e saqueia, nas tentativas de dominação do mundo. (RAMOS, 1942b).⁷

A CIÊNCIA DA “ESCOLA SOCIOLÓGICA PAULISTA”

Após a Segunda Guerra Mundial, em resposta aos horrores do antissemitismo e do Holocausto, a ONU cria a UNESCO. Um dos objetivos da instituição é promover pesquisas e discussões sobre os fatores que teriam contribuído para a perseguição racial e para o genocídio judeu. Além disso, “[...] a persistência do racismo, especialmente, nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial.” (MAIO, 1999, p. 43). No final dos anos 40, trabalhando na UNESCO com outros sociólogos brasileiros, Arthur Ramos sugere que a instituição promova

⁷ No artigo “Brazil, laboratory of civilization”, publicado em 1929, o antropólogo alemão Rüdiger Bilden utiliza pela primeira vez essa expressão. Foi Gilberto Freire, que havia estudado com Bilden na Universidade de Columbia, quem o colocou em contato com Arthur Ramos (RAMOS, 1937). A tese central de Bilden, desenvolvida por Freire em *Casa grande & senzala*, era de que a intensa e diversificada miscigenação no Brasil não implicou, como pressupunha o racismo científico, numa degeneração racial (PALLARES-BURKE, 2013).

uma pesquisa sobre o preconceito racial para conhecer o “laboratório de civilização” que existiria no Brasil. Segundo Fernandes (1989, p. 7), com essa pesquisa, a UNESCO pretendia sensibilizar o governo brasileiro para a adoção de medidas legais favoráveis ao negro e “[...] demonstrar que negros e brancos podem conviver democraticamente.”.

Um dos intelectuais contatados por Ramos para realizar a pesquisa foi o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que tinha sido professor de Fernandes no mestrado da Escola Livre de Sociologia e Política. No livro *Branços e negros na Bahia*, publicado no Brasil em 1945, com introduções de Ramos e Robert Park (orientador da pesquisa), Pierson chega às seguintes conclusões:

Existe na Bahia pouco preconceito de raça (se é que existe), no sentido em que este termo é usado nos Estados Unidos. Não existem castas baseadas na raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não exista algo que se possa chamar propriamente de “preconceito”, mas sim que o existente é um preconceito de classe e não de raça. (PIERSON, 1945, p. 402).

Um ano antes da realização da Pesquisa UNESCO, sob a coordenação de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN) promoveu no Rio de Janeiro o I Congresso do Negro Brasileiro. Entre os convidados estavam pessoas ligadas a Ramos, falecido um ano antes. Na comissão de pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, estavam o professor Roger Bastide, e alguns dos seus jovens assistentes, entre eles, Florestan Fernandes e Gilda de Mello e Sousa (OLIVEIRA, 2018).

Nos debates organizados pelo congresso, todos os participantes argumentam, opinam, tomam posições e votam, aprovando ou desaprovando as teses apresentadas (NASCIMENTO, 1982). Nesses encontros, uma série de teorias antropológicas, etnológicas, médicas, jurídicas e políticas são apresentadas e discutidas por todos, esmiuçando seus possíveis desenlaces práticos na vida cotidiana do negro brasileiro. Negros e brancos pensam juntos os encaminhamentos a serem tomados nas pesquisas acadêmicas e na atuação política do movimento negro. Em

sua participação, representando a comissão paulista no congresso, Bastide tratou do estereótipo “[...] subentendido no preconceito racial e que justifica aos olhos do branco que o negro seja impulsivo, ladrão, preguiçoso, tornando-se, com facilidade, um criminoso.” (NASCIMENTO, 1982, p. 163). Utilizando a mesma estratégia de Ramos, que separa o etnólogo Nina Rodrigues das suas teorias eugenistas, Bastide recupera ideias do médico sobre o tema. Após analisar dados relativos aos altos índices de criminalidade dos negros no estado de São Paulo, Bastide encerra sua comunicação defendendo a mudança desse quadro através de um intenso trabalho educativo.

Alguns meses após o I Congresso do Negro Brasileiro, Bastide e Fernandes começam a preparar a pesquisa encomendada pela UNESCO. A princípio, a pesquisa em São Paulo deveria ser dirigida por Pierson. No entanto, o sociólogo se desinteressou pelo projeto quando soube “[...] que a UNESCO não colocara fundos suficientes para realização de uma pesquisa de envergadura.” (FERNANDES, 1989, p. 102).

Num cuidadoso trabalho a partir do Acervo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCAR, Antonia Campos (2014) examina as metodologias utilizadas na Pesquisa UNESCO em São Paulo: a análise teórica de livros, documentos e material da imprensa, os questionários e entrevistas com representantes da classe patronal e a organização de encontros com militantes do movimento negro. Com esse material teórico e empírico, Bastide e Fernandes colhem dados e desenvolvem suas hipóteses. Segundo Fernandes (1989), os encontros com os militantes foram fundamentais para a pesquisa. O negro foi convocado para falar sobre si mesmo.

Num dos textos produzidos a partir dessa pesquisa, “Do escravo ao cidadão”, publicado em 1953, na revista *Anhembi*, Fernandes faz ecoar uma hipótese que foi levantada por Sofia de Campos Teixeira, professora, jornalista e militante do movimento negro. Para a militante, a condição do negro naqueles anos 50 refletia diretamente as injustiças do processo de abolição (CAMPOS, 2014).

Em seu texto, Fernandes (1955, p. 47) desenvolve essa hipótese:

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados a própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, a medida em que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista.

As condições econômicas e políticas do processo de abolição não permitiram a passagem do escravo ao cidadão, como também não promoveram a integração do negro na sociedade de classes.⁸ Seguindo a proposta de Silvio Romero, a competição promovida pelo Estado com a mão-de-obra de centenas de milhares de imigrantes europeus empurrou o negro para a margem da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, explica Ramatis Jacino (2012, p. 188), historiador, professor e militante do movimento negro:

A base da cidadania da sociedade burguesa, que no Brasil emerge do final do período escravista, é o trabalho que, não obstante, foi negado ao ex-escravizado e seus descendentes. Ao dar um término legal à escravidão, teoricamente todos se tornaram cidadãos com os mesmos direitos e deveres, mas os impedimentos criados para que os negros tivessem acesso ao trabalho fizeram se estender ao capitalismo em ascensão as diferenças estamentais do escravismo. Considerando o nível de interdependência das várias dimensões da análise histórica, infere-se que a marginalização econômica gerou a marginalização social, cultural e política de parte significativa da população brasileira, promovendo sua invisibilidade, no futuro e no passado, sempre reescrita à luz das concepções do presente.

⁸ Segundo Elide Bastos (2002), o programa de investigação proposto por Fernandes não se limita à questão racial. Partindo da hipótese de que a condição do negro após a abolição estaria diretamente relacionada à peculiaridade da revolução burguesa no Brasil, que implicou na exploração da mão de obra e nas restrições no acesso dos negros ao mercado formal de trabalho, Fernandes desloca o debate sobre a questão racial do âmbito da cultura para o da estrutura e organização social (BASTOS, 1991). No início dos anos 60, esse programa influenciou os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (2003) e de Octávio Ianni (1988), colaboradores de Fernandes na “Escola sociológica paulista”.

Numa pesquisa publicada em 1951, também para a UNESCO, o antropólogo espanhol Juan Comas trata dos inúmeros mitos raciais que passam a assombrar o mundo no período do pós-Holocausto (COMAS, 1951). A esses mitos, Fernandes acrescentou o mito da democracia racial, que não poderia coexistir com a segregação econômica e social dos negros.

Pelas análises de Octavio Ianni (1987), os mitos dominantes visam à preservação de uma estrutura social que garante os interesses materiais e políticos de determinados setores da sociedade. Nesse sentido, o estudo científico das relações raciais no Brasil contribui para “[...] o desmascaramento de padrões que obstam o processo da sociedade em direção da democracia.” (IANNI, 1987, p. 292).

Num célebre ensaio, a historiadora Emília Viotti da Costa (2007) avalia quais setores da sociedade brasileira seriam beneficiados com o mito da democracia racial. Em suas reflexões, Costa destaca as relações entre esse mito racial e a cultura ou ideologia do “branqueamento”: o Brasil superaria todos os seus problemas raciais através da miscigenação. As poucas alternativas de ascensão social do negro se restringiriam àqueles que tivessem a pele o mais branca possível. Essa democracia racial não impediu a sustentação do princípio racista da superioridade dos brancos sobre os negros, como o fez em seus trabalhos o “mulato” (negro de pele clara) Nina Rodrigues. Desse modo, o mito beneficiaria os brancos em geral e a parcela dos negros que cumprisse as exigências dessa ideologia do “branqueamento”, além de dificultar a criação de uma unidade no interior do movimento negro.

No início de um artigo publicado em 1977, numa revista de grande circulação, Beatriz Nascimento, historiadora, professora, poeta e militante do movimento negro, denuncia a ambiguidade dessa democracia racial:

Certa vez, em Salvador, conversava com um jovem chefe de família que tentava convencer-me de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrou-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao seu exemplo. Mostrou-me seus dois filhos pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: “Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino

mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro”. Dizendo isto, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos para ele, concluiu: “Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos”. (NASCIMENTO, 2006, p. 106).

Estudiosa das pesquisas de Fernandes e de toda a “Escola sociológica paulista”, Lélia Gonzalez, antropóloga, professora, pesquisadora e militante do movimento negro tornou-se uma fervorosa crítica do mito da democracia racial. Em 1987, numa das suas participações na Subcomissão da Constituinte Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Gonzalez analisa:

Então é que vamos perceber que nesse período que vem de 1888 para cá as grandes promessas da campanha abolicionista não se realizaram; aquelas promessas de que o negro pode ser doutor, que pode ser isto e aquilo, que pode pretender a uma ascensão social, nada disso aconteceu. (...) Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país. (...) O negro deixava de ser escravo para se transformar em proletário, mas só que ele não teve espaço para isto, porque vieram os italianos, vieram os japoneses, vieram os alemães, vieram os poloneses, e ele ficou à margem. Nós estamos brigando, hoje, é para sair dessa marginalidade. (BRASIL, 1987, p. 65).

CONCLUSÕES

Como afirmou Roger Bastide (1953) na carta aberta a Guerreiro Ramos, definitivamente, a pesquisa coordenada por ele e Florestan Fernandes sobre a situação dos negros em São Paulo não sucumbiu aos interesses da UNESCO. Com o intuito de questionar e de combater o racismo científico no pós-Holocausto, a instituição apostava na tese endossada por Gilberto Freire, Arthur Ramos, Donald Pierson e outros sociólogos sobre a democracia racial praticada no Brasil. Atrelado ao processo de miscigenação e à ideologia do “branqueamento”, esse mito racial não ameaçava acabar, apenas, com os conflitos raciais, mas com a própria existência do povo negro. Na estrutura de poder estabelecida após

a abolição, esse mito garantia os interesses de determinados setores da sociedade brasileira, especialmente, da aristocracia branca.

Nas palavras de Fernandes (1989, p. 7), as pesquisas da “Escola sociológica paulista” ousaram questionar, no âmbito da academia, a falsa consciência fomentada por uma propaganda tenaz e alimentada por estudiosos “[...] que deveriam ter uma posição crítica em relação ao *nosso* dilema racial.” Travada a batalha teórica na academia, restava trabalhar para o fortalecimento do movimento negro. A militância do sociólogo junto ao meio negro se deu de várias maneiras. Além do diálogo constante com algumas lideranças, como Abdias do Nascimento e José Correia Leite, dos artigos para a grande imprensa, das palestras em inúmeras instituições e dos prefácios e apresentações dos livros de intelectuais do movimento, logo após a Pesquisa UNESCO, Fernandes passou a frequentar e a colaborar com a Associação Cultural do Negro (SILVA, 2012). Ao desvendarem o mito da democracia racial, as pesquisas de Fernandes e dos seus companheiros da “Escola sociológica paulista” contribuíram na formação intelectual e política de grandes pensadoras e pensadores do movimento negro.

Num artigo publicado em meados dos anos 70, Eduardo Oliveira e Oliveira reconhece o comprometimento dos movimentos sociais no meio negro brasileiro, já nas primeiras décadas do século XX, com a “congregação de todos os negros do Brasil” (1974, p. 72). Esse foi, justamente, um dos objetivos de Fernandes em suas pesquisas e em sua militância. Segundo o sociólogo, mais do que estimular uma “consciência de situação”, ou de lutar pela ascensão a tudo o que lhe foi proibido ou negado, “o negro precisa lutar para ser aceito como negro, preservar sua concepção do homem e sua herança cultural” (FERNANDES, 1972, p. 195).

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. Carta Aberta a Guerreiro Ramos. *Revista Anhembi*, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 521-528, 1953.
- BASTOS, Elide Rugai. O pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS/CAPES, 2002. v. 4. p. 183-230.

BASTOS, Elide Rugai. A questão social e a sociologia paulista. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-39, 1991. Disponível: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_05.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte (ATAS DE COMISSÕES). *Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*. Brasília, DF, 1987. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/7c_Subcomissao_Dos_Negros,_Populacoes_Indigenas,.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. Confederação Abolicionista. *Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro: Typ. Central de Evaristo R. da Costa, 1883. Panfleto n. 1. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174442>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CAMPOS, Antonia. *Interfaces entre sociologia e processo social: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria (org.). *O saber militante* (ensaios sobre Florestan Fernandes). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da UNESP, 1987. p. 48-53.

COMAS, Juan. *Racial Myths*. Paris: Unesco Publication, 1951.

CORRE, Armand. *Le crime en pays créoles* (Esquisses d'ethnographie criminelle). Lyon; Paris: A. Storck Ed.; G. Steinheil Ed, 1889.

COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007 .p. 267-286.

COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1988.

FERNANDES, Florestan. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 100-109.

FERNANDES, Florestan. A geração perdida. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977a. p. 213-252.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977b. p. 140-212.

- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1965. v. 2: No limiar de uma nova era.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1959.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- FERNANDES, Florestan. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger;
- FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 16-66.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.
- GUIMARÃES, Antonio. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.
- HILLIARD, Henry; NABUCO, Joaquim. *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. Cartas do presidente Joaquim Nabuco e do ministro americano H. W. Hilliard sobre a emancipação nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1880. Disponível em: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=13&from=6#. Acesso em: 24 ago. 2020.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- NABUCO, Joaquim. Um projeto de abolição. *O Abolicionista: órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6-7, 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230812&pagfis=17>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

- MAIO, Marcos. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2020.
- NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/ Imprensa Oficial, 2006. p. 106-109.
- OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira. O mulato, um obstáculo epistemológico. *Argumento*, São Paulo, n. 3, p. 65-73, 1974.
- OLIVEIRA, Maybel. *O teatro experimental do negro em meio à militância e à intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PALLARES-BURKE, Maria. Brasil, laboratório de civilização: a importância de Rüdiger Bilden. *Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 39, p. 179-194, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/17651> Acesso em: 26 ago. 2020.
- PATROCÍNIO, José. *Campanha abolicionista*. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia*. Estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O processo da sociologia no Brasil*. Esquema de uma história das ideias. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942a.
- RAMOS, Arthur. *Carta a Gustavo Capanema enviando o texto do Manifesto da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia aprovado por aclamação em seção ordinária de 28 de agosto de 1942*. Rio de Janeiro, FGV, 1942b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/carta-de-artur-ramos-a-gustavo-capanema-enviando-o-texto-do-manifesto-da-sociedade-brasileira-de-antropologia-e-etnologia-que-critica-o-nazismo-al>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- RAMOS, Arthur. *Carta a Rüdiger Bilden agradecendo sua opinião sobre seus livros O negro brasileiro e O folclore negro do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca digital Luso-Brasileira, 1937. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/32170>. Acesso em: 26 ago. 2020.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Silvio. A questão do dia: a emancipação dos escravos. *Revista Brasileira*, ano. 2, tomo 7, p. 196-199, 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1881_00007.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

SHIOTA, Ricardo. *Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?* 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SILVA, Mário Medeiros da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, São Paulo, v. 85, p. 227-273, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100007. Acesso em: 29 ago. 2020.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 207-214, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yvBzPRmgjmSKsHqd9h4vyjF/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2020.

TRAPP, Rafael. *O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil* (São Paulo, década de 1970). 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SOCIOLOGIA CRÍTICA: OBRA-DOCUMENTO DA HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA (1975-1995)

*Paulo Henrique Martinez*¹

Na concepção destas páginas ocorreu-me tomar de empréstimo ao professor Caio Navarro de Toledo a ideia e a expressão “obra-documento” (TOLEDO, 1998, p. 61). A expressão é utilizada aqui para designar um conjunto de escritos e livros de Florestan Fernandes que notadamente, a partir de 1975, conferem fundamento ao projeto editorial da Coleção Grandes Cientistas Sociais, publicada entre 1978 e 1990, pela Editora Ática, de São Paulo. Entendida nestes termos, a obra-documento adquire o sentido de uma hipótese de investigação a ser aprimorada e desenvolvida.

Os debates motivados pelo centenário de nascimento de Florestan Fernandes (1920) nos remetem a 1986. Em maio daquele ano, o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no campus de Marília, promoveu a Jornada de Estudos Florestan Fernandes, que contou com a presença e participação

¹ Professor na Universidade Estadual Paulista, Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p47-68>

do próprio sociólogo. Foi uma ampla e extensa programação dedicada ao conjunto de seu trabalho desenvolvido na Universidade de São Paulo, da trajetória de vida, da obra sociológica, da reflexão política sobre a sociedade brasileira e o pensamento marxista. Posteriormente os trabalhos apresentados foram reunidos em livro, organizado pela professora Maria Ângela D’Incao: *O saber militante*, publicado em 1987.

O livro conheceu duas edições. Hoje, encontra-se disponível em bibliotecas universitárias e particulares e nas livrarias virtuais, visto que as edições são já antigas. A Jornada de 1986 e o livro que dela resultou são marcos para quem queira conhecer e estudar a obra de Florestan Fernandes, tomada em conjunto, em momentos de ensino, pesquisa e de reflexão teórica, pensamento político e demais temas abordados em sua profícua bibliografia, artigos, textos avulsos, correspondência, pronunciamentos e propostas parlamentares (1987-1995), atuação na Assembleia Constituinte (1987-1988) e na revisão constitucional (1993), entre outros.

No decorrer dos anos *O saber militante* adquiriu caráter introdutório, de apresentação e de balanço de seu trabalho intelectual, universitário e extrauniversitário. Os estudos sobre a obra de Florestan Fernandes multiplicaram-se desde então e existe hoje numerosa e diversificada bibliografia abordando questões, períodos e análises de suas ideias e interpretações, nas dimensões teórica, empírica e prática. A reunião dos artigos e ensaios de autoria de ex-alunos e colegas e os debates com jovens professores e estudantes na universidade pública, durante a Jornada de Estudos, foram também marcos para a nova etapa, tanto na biografia quanto na militância de Florestan Fernandes.

Em maio daquele mesmo ano, Florestan deu início à sua campanha eleitoral, bem sucedida, para o Congresso Nacional e que se reuniu também como Assembleia Constituinte, a partir de 1987. Partira para a contestação e o enfrentamento da mistificação política da autodenominada Nova República, empossada em março de 1985. Em 1990, Florestan Fernandes foi reeleito para segundo mandato como deputado federal, na legenda do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, para a legislatura encarregada pela própria Constituição de fazer a revisão do texto constitucional, em 1993. O término deste mandato legislativo, em janeiro

de 1995, foi também o encerramento de um período bastante destacado em sua militância política e partidária, iniciada ainda quando estudante, em oposição à ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Este meio século de vida adulta, familiar e profissional em que Florestan dedicou com maior e menor intensidade tempo e energia aos movimentos político-partidários, foi lembrado pelo professor Octavio Ianni, como uma “época peculiar da vida”. O período correspondeu ao das tensões e rivalidades – política, econômica, ideológica e militar – entre as potências vencedoras da II Guerra Mundial, a polarização entre Estados Unidos e União Soviética, que cobriu em escala mundial a segunda metade do século XX com o manto da Guerra Fria. Foi um momento em que os posicionamentos políticos estiveram condenados a atuar em defesa da ordem ou contra a ordem social, econômica e ideológica. Foi igualmente um importante período em mudanças históricas e culturais no Brasil, notadamente, entre 1945 e 1964. Na esfera da política nacional os brasileiros suportaram duas ditaduras sangrentas: a do Estado Novo (1937-1945) e a militar (1964-1985) (IANNI, 1998, p. 190).

Florestan Fernandes tomou posição de crítica e oposição aos dois regimes ditatoriais. Em ambas as situações enfrentou o dilema da preponderância de dedicação individual no âmbito da universidade ou das rotinas político-partidárias. Na contestação à ditadura encabeçada por Getúlio Vargas, ingressou nas fileiras do Partido Socialista Revolucionário (PSR), de orientação trotskista. Após o término do regime do Estado Novo, restava-lhe tomar a decisão do rumo a ser seguido. Optou pela formação intelectual e a atuação como professor na Universidade de São Paulo (USP). Após a sua aposentadoria compulsória na USP, ditada pelo regime militar, em abril de 1969, perseverou em seu ofício, ao longo da década de 1970, em universidades estrangeiras – Toronto (1969-1972) e Yale, nos Estados Unidos (1977) – e no *Sedes Sapientiae* (1976-1977) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo (1978-1986). A tensão entre intelectual e cidadão, o dilema vida universitária e partido político, reapareceram em cena em 1986, quando, já acolhido na UNESP, em Marília, filiou-se ao PT para disputar a eleição dos deputados federais constituintes. Desta vez, fazia a opção pelo partido. Nos oito anos em

que esteve na Câmara dos Deputados, entre 1987 e 1995, perseverou em seus esforços de aproximação do conhecimento fundamentado e rigoroso e suas contribuições ao desafio de empreender as transformações políticas e sociais dentro da ordem, promovendo uma revolução democrática no país, e contra a ordem, descortinando oportunidades e caminhos para a revolução e o engate da transição socialista no Brasil.

No primeiro semestre de 1995, Florestan retirou-se na expectativa de retomar seus projetos intelectuais, particularmente, a pesquisa sobre sírios e libaneses em São Paulo, da qual dispunha dos dados coletados anteriormente e nunca encontrara a oportunidade desejada para a elaboração e a redação das análises. Este foi o projeto intelectual ao qual pretendia se dedicar após a experiência de oito anos no Congresso Nacional. Para tanto providenciara a instalação de sua biblioteca e de seus arquivos de trabalho, próximo ao local onde residia. Pode-se ter uma dimensão do alcance e do significado deste ato nas observações de sua filha, Heloísa Rodrigues Fernandes, quando da transferência da biblioteca, arquivos e materiais de trabalho de Florestan, em agosto de 1996, para a Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo (FERNANDES, 1998, p. 47-52). Havia toda uma preparação para o novo momento, mas o agravamento de sua condição de saúde e o tratamento médico impediram que desempenhasse a tarefa. Tarefa que ele mesmo se propunha a concluir, tantas vezes referida, em inúmeras ocasiões, entrevistas, conversas e palestras. Infelizmente, embora pudesse ser o momento ideal, Florestan Fernandes não teve tempo suficiente para a realização do projeto. O agravamento de sua condição de saúde caminhou mais rápido.

Fiz menção, resumidamente, ao ano-marco de 1986 e depois para que se tenha a dimensão assumida pela Jornada de Estudos e do livro *O saber militante* nos anos seguintes. O ano-marco também se impõe pelo significado na cronologia da trajetória individual e da militância política de Florestan Fernandes. O momento de entrada em campo aberto, dedicando-se intensa e constantemente a atividades políticas que foram o desdobramento, nessa sua etapa de vida, de uma contínua atividade intelectual, voltada para o que o professor Paulo Silveira identificou como a dinâmica atuação de um *publicista* (SILVEIRA, 1987, p. 288). A

elaboração analítica e criativa de recorrer a textos curtos e comunicativos, escritos tanto para jornais de grande circulação quanto para a imprensa alternativa, revistas, entrevistas, conferências, debates, seminários, reuniões políticas e palestras. A ampla, diversificada e rica atividade intelectual esteve voltada, prioritariamente, ao debate de temas contemporâneos. Fosse no âmbito da política internacional, como o imperialismo e a hegemonia norte-americana, o fascismo e a revolução dos Cravos, em Portugal, a revolução em Cuba, na América Central e na América do Sul, os desafios do socialismo na Europa e na China. Fosse no âmbito da política brasileira, como a crise da ditadura, a campanha pela anistia dos perseguidos, presos e exilados políticos, a organização dos partidos, enfim, o calendário e a agenda política daquilo que a ditadura tinha o cinismo e a petulância de classificar como “abertura democrática” e que sempre foi rejeitada e criticada dura e diretamente pelo sociólogo Florestan Fernandes.

1986: MILITÂNCIA POLÍTICA

Feita essa demarcação no tempo, é preciso esclarecer que concentro minhas observações em redor de 1986, sendo possível identificar o início daquela nova etapa caracterizada pela militância política em campo aberto. Considero oportuno pensar o período imediatamente anterior, entre 1978 e 1986. Neste intervalo de tempo Florestan Fernandes desenvolveu intensa atividade intelectual e crescente atividade política e militante de crítica das ações da ditadura, em defesa da democracia, da politização e da organização da sociedade, do movimento operário, do movimento negro e da massa popular. Quem examinar o conjunto de escritos e livros publicados nos anos finais da década de 1970 vai constatar a atividade intelectual e política, notadamente no campo editorial e do ensino em cursos livres, na USP e fora dela, e de pós-graduação na PUC. Uma dedicação que tomou impulso com a publicação de *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica, em 1975, de um lado, e frente às artimanhas políticas que compunham a “abertura democrática” da ditadura militar, de outro.

Há interesse e relevância neste período no projeto editorial de largo significado na ação política e educacional de Florestan Fernandes. Foi a

concepção, a coordenação e o início da publicação da Coleção Grandes Cientistas Sociais. Em 1978, saiu o volume 1, referente ao sociólogo francês Émile Durkheim, organizado pelo professor José Albertino Rodrigues. Os volumes da Coleção Grandes Cientistas Sociais traziam na quarta capa a seguinte apresentação:

Textos básicos de Ciências Sociais, selecionados com a supervisão geral do Prof. Florestan Fernandes. Abrangendo seis disciplinas fundamentais da ciência social – Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política e Antropologia – a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor. (RODRIGUES, 1978, 4ª Capa).

Posteriormente, houve a incorporação de mais uma disciplina, a Geografia, quando foram publicados três autores estrangeiros: Ratzel, Reclus e Sorre. Vale o registro de que apenas uma mulher integrou a relação de grandes cientistas sociais publicados. Na área de Psicologia, o volume 32 foi dedicado a Melanie Klein (1882-1960). Já na organização e na coorganização dos volumes editados houve a participação de quatorze professoras e pesquisadoras, nas seis disciplinas inicialmente definidas.² O número da participação de mulheres correspondeu a menos de um quarto dos títulos publicados na Coleção. As coletâneas dos respectivos volumes proporcionaram aos leitores, dentro e fora das universidades, acesso a vários autores e textos ainda inéditos, em português e no Brasil, além de estudos críticos sobre o conjunto de suas obras. Caberia para efeito de comparação um cotejo desta Coleção com a anteriormente publicada pela editora Abril, durante a década de 1970 e suas sucessivas reformulações editoriais, nas décadas seguintes, os volumes da coleção *Os pensadores*. Convém lembrar que, em 1971, a editora Zahar havia lançado o livro *Os*

² Foram elas: Antropologia (1): Eunice Ribeiro Durham. Economia (1): Lenina Pomeranz. História (2): Maria Odila Leite da Silva Dias e Wálnice Nogueira Galvão. Política (3): Anna Maria Martinez Corrêa, Marta Elena Alvarez e Paula Beiguelman. Psicologia (3): Jacqueline Nadel-Brulfert, Maria José Garcia Werebe e Rachel Rodrigues Kerbauy. Sociologia (4): Bárbara Freitag, Heloísa Rodrigues Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiróz e Marialice Mencarini Foracchi.

precursores das ciências sociais, organizado por Timoth Raison, publicado dois anos antes, na Inglaterra. O livro contém 24 biografias intelectuais, sendo Beatrice Webb, a única mulher, referida no capítulo “Os Webbs”, ao lado do marido, Sidney. Os autores selecionados são da Sociologia e da Antropologia, dez dentre eles figuram na Coleção Grandes Cientistas Sociais: Comte, Durkheim, Engels, Malinowski, Mannheim, Marx, Pareto, Radcliffe-Brown, Simmel e Weber.

Em 1990 a editora Ática encerrou a Coleção coordenada por Florestan Fernandes. O lançamento do volume 60, dedicado a Nikolai Bukhárin, contendo textos de Economia desse pensador marxista, líder e dirigente da Revolução Russa, perseguido e morto sob o stalinismo na década de 1930, foi o término do projeto editorial. Curiosamente o destino da Coleção que terminava no ano intermediário entre a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991), parecia denunciar a incompreensão e a relativa aceitação que sua proposta editorial continha e sustentara ao longo dos doze anos em que seus volumes foram publicados, tendo alguns deles conhecido reedições.

Os 60 volumes possuem identidade editorial e pedagógica precisa e bem definida. Tendo como finalidade o suporte didático para disciplinas e cursos de ensino universitário, a Coleção Grandes Cientistas Sociais constitui um seguro posto de observação para os entrelaçamentos entre vida política, atividade intelectual e trajetória biográfica do Florestan Fernandes. Vistos em conjunto, os volumes da Coleção cumprem um papel singular. Formam uma espécie de porta giratória, que dá vida e que permite o acesso tanto para a militância política quanto para o pensamento sociológico de Florestan Fernandes, que operavam nesse projeto editorial.

Cabe registrar ainda um núcleo de insinuações e de preocupações iniciais, a partir desta hipótese de trabalho. Hipótese que contém significado biográfico e elementos para a compreensão da saída da crise intelectual e existencial, enfrentada pelo indivíduo e o sociólogo. Uma crise detonada em fins de 1972 quando regressou definitivamente ao Brasil, depois de uma temporada de três anos trabalhando na Universidade de Toronto, no Canadá. A fundamentação para a validação dessa hipótese quanto ao significado da militância política e intelectual de Florestan Fernandes, nos

anos compreendidos entre 1978 e 1986, encontra ressonância em alguns pontos, ainda que não exaustivamente, no ensaio introdutório – “Mills, o sociólogo artesão” – que a professora Heloísa Rodrigues Fernandes escreveu para o volume 48 da Coleção Grandes Cientistas Sociais, dedicado ao sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1916-1962).

Voltei-me para essa introdução, um pouco inadvertidamente, fazendo a leitura de um pequeno livro de Florestan Fernandes, muito pouco lembrado, raramente citado e nunca referido em listas de expectativas e de reedições. Trata-se de *A natureza sociológica da sociologia*, publicado em 1980, resultado de apontamentos de aulas do curso ministrado no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC, durante o primeiro semestre de 1978. Os capítulos que compõem o livro tomam a forma de um amplo ensaio crítico e interpretativo da trajetória da sociologia, desde o século XIX, até o momento da sua redação. Curiosamente, ao longo de todo o livro, em alguns momentos mais, em outros menos, chama a atenção do leitor a incidência que a expressão “imaginação sociológica” conheceu nessas páginas. A expressão adquire tal presença que acaba por converter-se em palavra-chave na compreensão do ordenamento tanto das aulas quanto da compartimentação dos capítulos. A expressão nos remete ao título do livro de Charles Wright Mills, *A imaginação sociológica*, publicado em 1959, no qual o autor fez um ajuste de contas intelectual com a sociologia norte-americana.

O curso na PUC e o livro *A natureza sociológica da sociologia* guardam algo desse espírito e o teor de um ajuste de contas político do professor e sociólogo paulista com a sociologia no Brasil e com sociologia internacional. Há na nota explicativa, no início do livro, algumas observações que situam o leitor e são elucidativas para aquilo que estamos pensando nos debates sobre o centenário, momentos da biografia e da militância política do Florestan Fernandes. A primeira delas é o seu compromisso em empreender aquilo que tantas vezes chamou e condensou na expressão “sociologia crítica”. Uma sociologia que incorporasse o nível de engajamento da Nova Esquerda, um movimento político bastante difuso, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e o engajamento da sociologia marxista das décadas de 1960 e 1970. A nota explicativa nos esclarece que os temas abordados no

pequeno volume *A natureza sociológica da sociologia*, já haviam assombrado as intenções reflexivas de seu autor, em 1962, quando da publicação do livro *A sociologia numa era de revolução social*, naquele mesmo ano, mas não o fez. Posteriormente, sob nova tentação, quando da segunda edição do livro, em 1976, ressurgiu a intenção e, novamente, não foi concretizada.

Em leitura crítica dos prefácios escritos por Florestan Fernandes para as respectivas edições de *A sociologia numa era de revolução social*, a professora Élide Rugai Bastos chamou a atenção para três pontos principais e comuns em cada um deles, apesar do intervalo de tempo compreendido entre 1962 e 1976. Em primeiro lugar, a preocupação com a singularidade social do Brasil. Em segundo lugar, atenção ao papel do intelectual e suas tarefas, diagnósticos e soluções para os problemas desta sociedade. Por fim, a retomada das “contribuições universais do pensamento, criticando-as, utilizando-as na operacionalização dos diagnósticos e na formulação de ‘saídas’ políticas”. Em sua avaliação, nestes três pontos, Florestan Fernandes, “impõe-se o papel a ser desempenhado pelo sociólogo: o de crítico e inovador das instituições” (BASTOS, 1998, p. 153-154).

1978: CURSO NA PUC

Ao oferecer o curso na PUC, Florestan encontrara a oportunidade de pensar sobre o tema. Criou-se também uma situação nova e que ele nos confidencia na referida nota explicativa e no prefácio de *A natureza sociológica da sociologia*. O livro nascera das aulas, é fato. Contudo, ao preparar os respectivos apontamentos, já tinha em vista a elaboração deste. Florestan faz uma série de considerações sobre o insucesso do projeto, os problemas pedagógicos daí decorrentes, mas o curso fora realizado na íntegra, atendera ao cronograma de trabalho estabelecido, a redação e a publicação do livro.

Basicamente o que o Florestan propõe em *A natureza sociológica da sociologia*, sinalizando as suas preocupações, é que o curso e o livro foram estruturados em torno de uma polaridade. Uma tensão permanente, formada por um polo de dominação social e por um polo de revolução social, em torno dos quais gravitaram autores, análises e obras das ciências

sociais, em geral, e do pensamento sociológico mundial e nacional, em particular. Uma polaridade que tomou corpo no século XIX, com Augusto Comte, como a referência inicial, no polo dominação, e com Karl Marx e Friedrich Engels, no polo revolução (RAISON, 1971). Esta polaridade seria constante, teria caráter dinâmico e antagônico, mas também caráter de interação e de diálogo, em alguns momentos, em determinadas obras, em distintos autores. Quando Florestan desenvolve este raciocínio, pensa especificamente no desafio da sociologia, do pensamento sociológico de sua época, o fim da década de 1970. Momento em que o pensamento sociológico acumulava duzentos anos de experiências em debate, ensino, investigação, desenvolvimento e aplicabilidade de técnicas sociais que cobriam um amplo quadro social, da assistência ao planejamento, entre os quais meio século de desafios e de inspiração no equacionamento teórico do socialismo revolucionário (FERNANDES, 1980).

A Revolução Russa (1917) e as experiências revolucionárias ao longo do século XX – Iugoslávia, China, Cuba, Vietnã – teriam lançado um novo desafio e a necessidade de um novo esforço para aquilo que Florestan Fernandes chamou de “uma imaginação sociológica criadora” (FERNANDES, 1980, p. 103). Esta teria o objetivo de suplantar a sociologia do polo dominação, ou a sociologia burguesa, identificada com os momentos sociais em que a burguesia emerge como classe social revolucionária, como classe social dominante e, finalmente, como classe social contrarrevolucionária, diante da experiência da luta de classes e dos objetivos do socialismo. Este seria o desafio do pensamento sociológico no final dos anos 1970, abrir as comportas para um pensamento sociológico de novo tipo, voltado para a construção do futuro. Florestan Fernandes, então, adverte: “Nesse amplo processo, o pensamento sociológico ligado à polaridade revolução ganhou alguma densidade, mas ele não foi alvo de um esforço deliberado e concentrado de ‘construir uma nova sociologia’” (FERNANDES, 1980, p. 77).

Eis aqui a tarefa intelectual e política, da qual ele se auto investira, nos últimos anos da década de 1970, e que adquiriria materialidade nas duas coleções editoriais das quais foi coordenador desde aquele período. Uma, na Editora Hucitec, sobre o movimento e o pensamento socialista

– série Linha de frente, em pequeno formato, e Pensamento socialista – com a edição de obras de pensadores marxistas, como Lênin e Kautsky, por exemplo. Outra, foi a referida Coleção Grandes Cientistas Sociais, na Editora Ática. Certamente, Florestan valeu-se da experiência pessoal adquirida na Editora Flama, para a qual traduziu e redigiu a introdução ao livro de Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1946. Criada e alinhada aos dirigentes do PSR, a Editora tinha em seu catálogo obras científicas, literatura e autores marxistas, como Rosa Luxemburgo, Kautsky, Bukhárin, além de Marx e Engels. Estes integravam a série Pensamento e Ação. Vale lembrar que este título seria invocado por Florestan Fernandes, em 1989, quando publicou *Pensamento e ação*: o PT e os rumos do socialismo.

As primeiras páginas de *A natureza sociológica da sociologia* trazem a convidativa observação: “[...] não se trata de uma sociologia crítica e militante ligada ao funcionamento de um partido revolucionário ou incrustada em movimentos revolucionários *in flux*, a sociedade brasileira revelou-se débil demais para tal transformação institucional.” (FERNANDES, 1980, p. 17). Vemos aqui uma frustração, a decepção, menor com a sociologia, em geral, e maior com a própria estrutura social e a sociologia emanada do polo revolução. Embora a realidade da sociedade brasileira fosse instrutiva para nutrir esse processo intelectual, ela mesma desponta nesta passagem como evidência a mais na busca de fundamentação empírica da hipótese em elaboração nestas páginas.

Esta atenção conferida por Florestan Fernandes às relações entre pensamento socialista revolucionário e demais esferas da vida intelectual e cultural encontra em debates sobre a autonomia da criação artística e o papel de artistas, intelectuais, escritores e cientistas um elucidativo caminho. Não apenas ao sondar estas relações, mas também as expectativas e potencialidades que abrigam, o seu fracasso ou sucesso, pleno ou parcial, a elaboração de testemunhos e de registros de procedimentos adotados e sugeridos, a formulação autônoma das análises e a busca de interpretações próprias diante da multiplicidade de vozes, temas, métodos, obras, documentos presentes nas articulações possíveis e inventivas no

amplo escopo dos grandes cientistas sociais (FACIOLI, 1985, p. 11).³ O historiador Carlos Guilherme Mota destaca a frequência e abundância de reflexões desta natureza na obra de Florestan Fernandes: “Não creio que outro cientista social ou escritor tenha refletido tanto e tão compulsivamente sobre seu próprio papel institucional e político e sobre a significância de sua disciplina ao longo de nossa História.” (MOTA, 1998, p. 12).

Os conteúdos e os propósitos de *A natureza sociológica da sociologia* colocam o livro e as tarefas já referidas na linha de frente da *sociologia crítica*, explicitamente na perspectiva do materialismo dialético e do materialismo histórico. Este debate e a Coleção Grandes Cientistas Sociais foram lembrados pelo professor José Paulo Netto, no texto introdutório que escreveu para o livro publicado pela Editora Expressão Popular, reunindo as duas introduções que Florestan Fernandes redigiu aos volumes da Coleção dedicados ao pensamento político de Lenin (volume 5) e ao pensamento histórico e ao materialismo histórico, de Karl Marx e de Friedrich Engels (volume 36). As duas introduções foram reunidas e publicadas sob o título *Marx, Engels, Lenin - a história em processo*.

O professor José Paulo Netto colocou em evidência a pertinência das introduções escritas por Florestan Fernandes aos referidos volumes no que diz respeito ao conhecimento empírico e teórico, político, histórico e sociológico dos três autores dos textos selecionados. Podemos e devemos ir mais fundo e mais longe, em busca da compreensão de sentidos e significados do empreendimento editorial do sociólogo paulista. Para além do debate político de mobilização social dos partidos, das greves, da crise econômica, do terrorismo de direita, das denúncias de graves violações de Direitos Humanos, da tortura, dos desaparecimentos de opositores e de presos políticos, a atividade de Florestan Fernandes, envolveu tanto a participação em atos e reuniões políticas quanto esta intensa atividade editorial.

³ Na segunda parte do livro de André Breton, **Por uma arte revolucionária**, Valentim Facioli utiliza em epígrafe ao seu texto “Intelectual: democracia e cidadania” uma longa citação de Florestan Fernandes, sem indicação da fonte: “Na verdade o essencial é a tensão do escritor com o mundo que lhe é oferecido para realizar-se como criador de cultura, como ser humano e como cidadão. Essa tensão desloca uma grande massa de escritores para combates análogos aos que são travados pelos de baixo. Eles também precisam *civilizar a sociedade civil* para conquistar um mínimo de autonomia relativa na atividade criadora. Por este lado, os escritores podem ser (e efetivamente o são) um fermento explosivo das comoções que sacodem a sociedade civil e que estão conduzindo à sua implosão inexorável. Nada poderá evitá-la.” (grifos no original) (FACIOLI, 1985, p. 123).

Seria suficiente lembrar que em 1980, quando foi publicado *A natureza sociológica da sociologia*, integrando a Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, apareceu o pequeno livro *O que é revolução*. Outros livros de Florestan Fernandes contendo ásperas críticas e contestação frontal à ditadura militar foram editados, um pouco antes, um pouco depois, sendo o último rebento desse conjunto de diversificadas iniciativas intelectuais – artigos na imprensa, conferências, entrevistas – o livro *Que tipo de República?*, publicado em 1986. A cristalização desse período de militância política e da biografia intelectual, de *sociologia crítica*, ocorre no contexto de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores e da campanha eleitoral para o Congresso Constituinte. Naquele mesmo ano, houve o lançamento do volume 58 da Coleção Grandes Cientistas Sociais, organizado e apresentado pelo professor Octávio Ianni, e dedicado ao pensamento sociológico de Florestan Fernandes. Anteriormente, na passagem de 1985 para o ano seguinte, a editora Jorge Zahar lançara em sua coleção “Brasil, os anos de autoritarismo”, o volume *Nova República?*, no qual Florestan fazia a crítica do processo político da chamada transição democrática, no período compreendido entre a rejeição da emenda das Diretas-já, em abril de 1984, a eleição indireta, pelo colégio eleitoral, de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência e a vice-presidência da República, e os primeiros meses do governo Sarney, em 1985.

Em *A natureza sociológica da sociologia* encontramos vários sinais das diretrizes intelectuais e editoriais presentes na Coleção Grandes Cientistas Sociais. Quero lembrar a pertinência da observação compartilhada pelo professor Marcelo Augusto Totti, em diálogo recente, quanto aos saberes e fazeres de uma sociologia pública, a partir do destaque dado por Florestan Fernandes à sociologia e à estatística no volume *Lênin: Política*, e que nos sugere pensar a sociologia empírica. A menção ao artigo de Lênin, publicado em 1917, no volume 5 da Coleção, por exemplo, ilumina aquilo que Florestan vislumbrou em *A natureza sociológica da sociologia*, remetendo-nos à sociologia do bloco soviético, particularmente, da União Soviética. Florestan viu com bons olhos a experiência sociológica que estava surgindo no mundo socialista e no mundo soviético, ainda que tenha feito inúmeras observações críticas quanto aos desafios, insuficiências e vínculos

com o passado. Em síntese, Florestan destacou o espírito da exposição e da abordagem de Lênin sobre as estruturas e os dinamismos sociais, (FERNANDES, 1978, p. 22-23).

Estes três textos, o derivado do curso na PUC e as duas introduções aos volumes 5 e 36, respectivamente, são certamente, os últimos textos de reflexão teórica e densidade interpretativa no âmbito da sociologia crítica, antes de Florestan Fernandes postar-se inteiramente a serviço da ação política. Rompia-se o “desterro intelectual”, que lhe fora imposto com a aposentadoria compulsória na USP, em 1969, pela produção de publicista, de análises à queima-roupa dos acontecimentos sociais e políticos, entre as décadas de 1970 e 1990 (ARRUDA, 2005, p. 9). Caio Navarro de Toledo destacou que este período assinala também a incorporação perene do tema do socialismo na reflexão de Florestan Fernandes. Esta seguiu balizada pela análise das lutas e dos movimentos sociais, do movimento socialista e a revolução social, na Europa e fora dela, pensamento e ação, teoria e política, cristalizada, por exemplo, no estudo da revolução cubana (TOLEDO, 1998, p. 62 - 63). São *Da guerrilha ao socialismo* – outro livro derivado de curso ministrado na universidade – e os escritos reunidos, por exemplo, em *Brasil em compasso de espera, A ditadura em questão, Que tipo de República?* e demais títulos, publicados regularmente até 1995. É fato que a dimensão teórica nunca desapareceu do horizonte intelectual de Florestan Fernandes, até porque este foi um diálogo constante, intrínseco ao próprio desenvolvimento de seu pensamento sociológico (IANNI, 1998, p. 195-196).

Aqueles três textos compõem os últimos esforços de motivação teórica, antes de ingressar na política partidária, à qual devotou menos tempo e energia, e parlamentar, à qual entregou-se de corpo e alma, particularmente, nos trabalhos das comissões e nas sessões do Congresso Constituinte e, em seguida nos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (FERNANDES, 1993). Referindo-se à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, Florestan registrou: “Nela realizei a maioria das minhas tarefas parlamentares.” (FERNANDES, 1995, p. 5).

A introdução que escreveu para o volume sobre o pensamento político de Lenin é de 1978. O curso na PUC e o livro *A natureza sociológica da sociologia*, são do primeiro semestre do mesmo ano. A redação do livro estava concluída já no final do semestre, o prefácio encontra-se datado em meados dele, embora a publicação tenha ocorrido apenas em 1980. Em seguida, houve a introdução à coletânea de Marx e Engels. A organização deste volume fora conferida a outra pessoa e, conforme previamente acordado com a Editora Ática, deveria conter praticamente o dobro do número de páginas dos demais volumes da Coleção, além de traduções de textos inéditos, sobretudo cartas. Florestan acabou assumindo a sua organização, em substituição ao nome inicialmente programado, então, na impossibilidade de fazê-lo. Este acaso talvez responda pelo tom cientificista que o volume 36, *Marx/Engels: História*, adquiriu e que o distingue em nossa bibliografia sobre o pensamento marxista, conforme observou o historiador Fernando Antonio Novais, em rememoração de sua própria experiência no grupo de jovens professores reunido para a leitura e debate de *O Capital*, na primeira metade da década de 1960:

Agora, de maneira geral, todos éramos discípulos do [José Arthur] Gianotti, pois ele trazia uma leitura original de Marx. O Florestan até ficou agastado com o pessoal do grupo, mas sempre digo aos meus alunos que a melhor exposição que conheço sobre o materialismo histórico é a introdução ao volume Marx/Engels: História, na Coleção Grandes Cientistas Sociais, feita pelo Florestan. A introdução é sua e é a melhor exposição de conjunto do marxismo que eu conheço. Porém, ele tem aquela leitura muito cientificista de Marx e nossa formação no grupo era mais voltada aos problema teóricos, filosóficos, metafísicos. (NOVAIS, 2002, p. 127).

Em sequência e em paralelo a estes três textos de natureza teórica, houve uma avalanche de textos curtos, espécie de segunda e de terceira geração dos denominados “compactos críticos”, elaborados a partir dos anos 1970, em busca da comunicação direta, ágil, objetiva e combativa. É importante que se diga isso porque a análise sociológica que anima aqueles três ensaios é densa, dura, contundente. São análises que apontam em

outras direções políticas e de forma muito enfática, clara e precisa. Torna-se pertinente a percepção e o significado desses textos. Quando Florestan fala da sociologia que estava nascendo no âmbito do socialismo revolucionário, recorre a uma expressão: *sociologia concreta*. A esta menção, cabe lembrar que Heloísa Rodrigues Fernandes fez alusão a Charles Wright Mills como “cientista social prático” (FERNANDES, 1985, p. 18).

Há canais de comunicação entre estes dois sociólogos. A motivação intelectual de Florestan Fernandes para esse momento, quando o pensamento de Lenin converge para *A natureza sociológica da sociologia*. Diz Florestan:

[...] minha tentativa persistente de enlaçar a sociologia como ciência ao socialismo, como movimento político revolucionário (nas várias gradações: da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem; alternativas históricas que não dependem da vontade pessoal – eu prefiro a última, a ela dei minha adesão definitiva...). (FERNANDES, 1980, p. 15).

Isto foi o que ele chamou de momento do pensamento sociológico, no Brasil e no mundo, em que tocava à sociologia realizar tanto a crítica da sociedade de classes do capitalismo quanto descortinar o futuro possível nas sociedades então consideradas em transição para o socialismo. Este duplo desafio surgiu entrelaçado, algo desequilibrado, e o seu enfrentamento não caberia apenas à sociologia gestada no mundo do socialismo. Haveria que contar, nessa perspectiva, também com a sociologia identificada como burguesa, no polo dominação, visto que na história que se abria ao século XXI, as sociedades capitalistas, desenvolvidas ou não, alcançariam semelhante patamar e haveriam de padecer o mesmo desafio intelectual e material. Voltamos a Lênin.

O dirigente russo realçou a importância da crítica e da negação, na perspectiva da transformação do mundo, a partir da atividade política concreta. Este é o elogio e o exemplo que Florestan foi buscar no pensamento de Lênin. Na condição de dirigente político e revolucionário, Lênin não sacrificava os dados da realidade, não instrumentalizava os formulários, as respostas e as enquetes. Não distorcia o material sociológico obtido

para legitimizar esta ou aquela posição política, ao contrário, reelaborava a massa de dados estatísticos. Em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia há uma profusão de dados, tabelas, quadros e projeções. Lênin tinha familiaridade e destreza na utilização desse tipo de dados, empíricos e estatísticos (FERNANDES, 1978).

Florestan coloca em evidência este compromisso e a fidelidade para com a ciência. Isto significa que para falar em socialismo científico, compete à ciência desempenhar um papel fundamental, seja a ciência econômica, sejam as ciências sociais, como um todo, a sociologia, em particular. Aqui reside o espírito que move a Coleção Grandes Cientistas Sociais, o engate das ciências sociais na história do seu tempo, nos desafios da situação histórica do seu tempo. Trata-se de mobilizar os economistas, tanto a economia política clássica, quanto os críticos da economia política, a sociologia da ordem burguesa, de Auguste Comte e de Émile Durkheim, quanto da ordem socialista existente, de Stálin, Mao Tse-Tung, Ho Chi Minh e Fidel Castro. E além, na crítica da ordem socialista vigente, em nome da aceleração e do aprofundamento da transição do socialismo, e na afirmação da utopia revolucionária da instauração do comunismo, de Isaac Deutscher, Che Guevara, György Lukács e Nicos Poulantzas. O importante estava em pensar a crítica da sociedade e em descortinar as perspectivas de futuro. Voltamos a Wright Mills.

Florestan Fernandes e Charles Wright Mills defenderam a validade do estabelecimento de uma agenda de trabalho da sociologia que respondesse aos desafios de suas épocas históricas. Wright Mills referindo-se ao início dos anos 1960, a revolução cubana e a crise vivida nos Estados Unidos na década anterior. Florestan nos anos 1970, pensando a bipolaridade socialismo e capitalismo, instauradora de uma bipolaridade sociológica, a sociologia do polo da dominação e a sociologia do polo da revolução. A valorização do pensamento político e sociológico de Lênin reside nas atividades intelectuais contestatórias deste dirigente da Revolução Russa. Contestatórias no sentido de um enfrentamento da política concreta e o apreço pelas atividades intelectuais no sentido de que há rigor científico, há o controle e a apreciação objetiva dos dados, mais até, há uma observância,

um respeito aos dados, e não a manipulação deliberada ao sabor de circunstâncias sociais e de preferências individuais.

Talvez por tudo isso, pelo título e texto demasiadamente teóricos, publicado em um contexto de ampla mobilização e de chamados à ação, *A natureza sociológica da sociologia* tenha ficado numa espécie de penumbra intelectual e política. O livro contém inegavelmente muitos elementos para se pensar o projeto editorial da Coleção Grandes Cientistas Sociais e o significado do projeto político e intelectual da qual foi portadora. Um projeto derradeiro, para o qual Florestan Fernandes mobilizou um grupo histórico de pesquisadores e de pesquisadoras, dedicado a um tema e a uma causa comum, a transformação da realidade social brasileira, nas duas últimas décadas do século XX, e na construção deste objeto teórico, empírico e prático, de pensamento e de ação dos cientistas sociais e do movimento socialista e revolucionário no Brasil. Entendida nesta perspectiva, a reflexão sobre a participação dos intelectuais nos processos de mudanças sociais e de transformação da sociedade reitera o sentido de sua presença tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada da trajetória individual e da biografia intelectual e política de Florestan Fernandes (ARRUDA, 1998). Os livros *A contestação necessária* e *Em busca do socialismo*, publicados em 1995, encerram essa persistência da crítica e da negação, seja na sociologia acadêmica seja na sociologia crítica.

Diante das evidências, até aqui reunidas, cabem quatro observações para que se possa melhor refletir e investigar sobre elas. Em primeiro lugar, àquelas pessoas interessadas na dimensão da militância política de Florestan Fernandes, para esse período, será oportuna uma leitura de conjunto dos volumes que compõem a Coleção Grandes Cientistas Sociais. A segunda observação, àquelas pessoas interessadas na dimensão da reflexão sobre as teorias sociológicas, no âmbito da saída da crise intelectual existencial em que Florestan Fernandes se encontrava, até os anos finais da década de 1970, torna-se elucidativo a leitura de *A natureza sociológica da sociologia*. Terceira observação, àquelas pessoas interessadas na dimensão da história comparada do pensamento sociológico, vale a pena explorar os diálogos possíveis que se estabelecem a partir de *A natureza sociológica da sociologia* e o livro *A imaginação sociológica*, de Charles Wright Mills. Aqui, o ensaio da

professora Heloísa Rodrigues Fernandes sobre o sociólogo norte-americano contém inúmeras e sugestivas sinalizações. Por fim, àquelas pessoas interessadas na dimensão biográfica seria fecundo pensar a colaboração intelectual explícita, visível e facilmente identificável, rica e instigante, entre Florestan Fernandes e sua filha, a professora e socióloga Heloísa Rodrigues Fernandes, particularmente, a partir do volume da Coleção Grandes Cientistas Sociais dedicado a Wright Mills, por ela organizado e autora da introdução, escrita em 1979, e dos *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*, ensaio que Florestan publicou em 1979 e que contém o prefácio de Heloísa Rodrigues Fernandes. Na outra via pode-se ler o prefácio de Florestan ao livro de Heloísa, *Política e Segurança*, publicado em 1974.

Há uma série de elementos e caminhos para se pensar a aproximação entre Wright Mills e Florestan Fernandes. *A imaginação sociológica* do sociólogo norte-americano pode ser lida como uma tomada de consciência ou como contraponto, como inspiração e como desafio para a *imaginação sociológica criadora* e a *sociologia crítica*, do sociólogo brasileiro. Nos escritos de Florestan Fernandes esta última expressão – sociologia crítica – preponderou sobre a primeira - imaginação sociológica criativa. Antes e mais do que rivalidade, podemos enxergar neste binômio complemento e unidade, distintos momentos e tarefas intelectuais e políticas. Ambas as expressões comportam possibilidades compreensivas da militância e da biografia de Florestan Fernandes e poderão ser abordadas, em outro momento, e em diversas perspectivas de análise por aquelas pessoas interessadas no estudo sistemático da obra e do pensamento sociológico e político de Florestan Fernandes.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Uma sociologia do desterro intelectual. *In: FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2005. p. 9-23.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. *In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 167-188.

- BASTOS, Élide Rugai. Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 143-156.
- D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FACIOLI, Valentim. Apresentação. In: BRETON, André. *Por uma arte revolucionária independente: Breton/Trotsky*. Trad. C. S. Guedes e R. M. Boaventura. São Paulo: Paz e Terra; CEMAP, 1985. (Organização e Apresentação Valentim Facioli). p. 9-11.
- FACIOLI, Valentim. Intelectual: democracia e cidadania. In: BRETON, André. *Por uma arte revolucionária independente: Breton/Trotsky*. Trad. C. S. Guedes e R. M. Boaventura. São Paulo: Paz e Terra; CEMAP, 1985. (Organização e Apresentação Valentim Facioli). p. 123-127.
- FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels, Lenin: a História em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária*. São Paulo: Ática, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Tensões na educação*. Salvador: Sarah Letras, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *LDB: impasses e contradições*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- FERNANDES, Florestan (org.). *Marx-Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 36).
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

- FERNANDES, Florestan (org.). *Lênin: Política*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 5).
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Amor aos livros: reminiscências de meu pai em sua biblioteca. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 47-52.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues (org.). *Wright Mills: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 48).
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- IANNI, Octávio. A sociologia do Brasil. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 188-199.
- IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 58).
- MOTA, Carlos Guilherme. Florestan: memória e utopia. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 11-18.
- NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 119-144.
- RAISON, Timothy (org.). *Os precursores das ciências sociais*. Trad. L. Corção. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.
- RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 1).
- SILVEIRA, Paulo. Um publicista revolucionário. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. da Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 287-291.
- TOLEDO, Caio Navarro de. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 59-68.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A imaginação sociológica*. Trad. W. Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

SEÇÃO II

O DEBATE COM O ISEB

O SIGNIFICADO E A PRESENÇA DO ISEB NO BRASIL DOS ANOS 1950 E 1960

Caio Navarro de Toledo

O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* se constituiu numa experiência cultural e ideológica inovadora na história política brasileira. O ineditismo da experiência isebiana consistiu no fato de que intelectuais de várias orientações teóricas e de distintas correntes ideológicas – na sua maioria, não acadêmicos – se reuniram não apenas para refletir sobre os “problemas cruciais da realidade brasileira”; deliberadamente, visavam também intervir no processo político e econômico do país. A meu ver, foi o ISEB, no Brasil contemporâneo, a instituição cultural que tenha talvez melhor simbolizado e concretizado a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de seu país.

Este comprometimento, contudo, foi uma experiência difícil e conflitiva, pois, além das tensões e crises internas, o Instituto sofreu um permanente e cerrado cerco ideológico e político por parte de influentes setores da direita brasileira (empresários, entidades patronais, grande imprensa, militares, religiosos, agências de inteligência e embaixada dos EUA etc.)

Uma frente intelectual e política

Nos seus primeiros anos, o ISEB tinha as características de uma grande frente intelectual e política. Nele conviviam liberais, nacionalistas, social-democratas, católicos progressistas (alguns deles, recém egressos do integralismo) etc. Da perspectiva de suas origens teóricas, pode-se dizer que no Instituto conviviam filiados ao marxismo, hegelianismo, do existencialismo de Sartre e Max Scheler, da fenomenologia de Jaspers, da sociologia do conhecimento de Mannheim, do historicismo de Dilthey, do culturalismo de Ortega y Gasset e de outras correntes filosóficas.

No entanto, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiam na convicção de que, através do debate e do confronto das ideias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O *nacional-desenvolvimentismo* foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – através da ação estatal e do desenvolvimento industrial – à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. Uma Nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico desses intelectuais quando tomaram a primeira iniciativa de, em 1952, criar o IPESP e, três anos depois, o ISEB. Mas, como outros também observaram, divergentes concepções acerca do nacionalismo e do desenvolvimento econômico e social dificultarão o consenso em torno da ideia-matriz que originou a fundação do Instituto.

Se é correto afirmar que, nos anos seguintes à sua criação, a ampla frente intelectual e política foi se estreitando – com o afastamento de autores de orientação liberal e social-democrata –, não se pode deixar de reconhecer que houve uma continuidade político-ideológica durante os nove anos de existência do ISEB.

Seja em sua primeira fase - “teorizante” ou “nacional-desenvolvimentista” –, seja em seu “último momento” (“fase militante de esquerda”), o ISEB sempre esteve comprometido com a defesa de reivindicações sociais progressistas e politicamente democráticas. Seu ativo engajamento na luta pelas reformas sociais, a defesa da soberania nacional e a reivindicação da ampliação da democracia política no Brasil

explicariam, assim, a fúria obscurantista e destrutiva que se manifestou pelo golpe militar de 1964.

Como outras entidades progressistas e democráticas no pré-1964, o ISEB teve, logo nos primeiros dias da ditadura militar, seus arquivos, publicações e biblioteca destruídos e seus membros sofreram prisões e extensos inquéritos político-militares (IPM's).

O CONTEXTO POLÍTICO-CULTURAL

Examinemos então o contexto político-cultural brasileiro, por ocasião da criação do ISEB.

O período que vai da redemocratização de 1946 até o golpe de 1964 teve enorme importância para a história social, política e cultural brasileira: paralelamente à crescente politização da vida social – particularmente no pré-1964 quando a atividade política deixava de ser privilégio do legislativo e do executivo, vários projetos econômicos e sociais foram produzidos e debatidos pelos partidos, sindicatos, intelectuais e estudantes.

Apenas para citar alguns desses protagonistas e seus ideários: (segundo o estudo de Ricardo Bielschowsky – *Pensamento Econômico Brasileiro*).

Liberais não-desenvolvimentistas, não-industrialistas (neoliberais): FGV, Conselho Nacional de Economia, Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Seus intelectuais: Eugênio Gudim, Octávio Bulhões;

Liberais desenvolvimentistas não-nacionalista: Vinculados à burocracia pública - BNDE, Comissão Mista Brasil-EUA; Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.

Desenvolvimentistas privatistas: CNI, FIESP; (herdeiros de Roberto Simonsen: João Paulo de Almeida Magalhães, Nuno Figueiredo, Hélio Jaguaribe etc.)

Desenvolvimentistas nacionalistas: BNDE, ISEB, Cepal – Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto;

Desenvolvimentistas comunistas e socialistas – PCB, PSB: N. Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães etc.

Inúmeras revistas e publicações traduziam e expressavam essas tendências teóricas e ideológicas. No caso destas últimas: Revista Brasiliense, Estudos Sociais, entre outras.

A ideologia desenvolvimentista na visão do ISEB.

O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* foi criado em 1955, no governo de Café Filho, por intelectuais e técnicos especializados da burocracia pública. Funcionando com verbas do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB, conforme seus estatutos, se definia como um “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário (tendo) por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia, da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.

Embora a expressão não aparecesse aqui explicitamente, tratava-se de criar e difundir uma “ideologia do desenvolvimento nacional” que contribuísse para o Brasil se constituir plenamente como Nação desenvolvida, através da consolidação da industrialização e de reformas sociais e políticas.

Do primeiro ISEB faziam parte Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, além de figuras renomadas, embora com presença circunstancial – entre elas, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, Anísio Teixeira etc.

Podemos afirmar que dois teriam sido os momentos decisivos na trajetória do ISEB:

- a) Período do nacionalismo-desenvolvimentista (1956-1960): nacionalismo popular de VP, NWS, RC ao lado de um nacionalismo burguês de HJ e GR.
- b) Defesa de reformas sociais e políticas: 1961-64: (correspondente ao governo J. Goulart): politização e esquerdização da Instituição.

Ideias-forças presentes no ISEB

Quais teriam sido as principais idéias-forças do nacional-desenvolvimentismo do ISEB? De forma sintética, entendemos elas seriam as seguintes:

A) NOÇÃO DE *IDEOLOGIA*.

Afirmção positiva da ideologia. Ideologia como *força material*, força organizadora e efetiva no interior da sociedade (não simples especulação ou forma ilusória); papel instrumental na arregimentação e coesão das forças sociais na direção da construção da Nação.

Sem a ideologia do desenvolvimento, advertiam os isebianos, não poderia haver desenvolvimento nacional (p/ Lênin, sem teoria revolucionária não haveria movimento revolucionário).

B) NOÇÃO DE *ALIENAÇÃO*.

Para os isebianos, o subdesenvolvimento era entendido sob a matriz hegeliana/existencialista/marxista de *alienação*. A nação pobre não possuía o comando de si mesma, da sua autonomia política e cultural. Era controlada de fora, por outras forças (nações ricas, desenvolvidas). Os países SD's se configuravam, assim, como autênticas nações *proletárias*. Na condição do *proletário*, na ordem capitalista, eram, pois, expropriadas de sua essência, que passava a ser incorporada, apropriada pelas nações desenvolvidas.

Nas palavras de V. Pinto: “ (...) [o SD] é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a ele (...) A nação SD é um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia, e por esse meio, o do seu destino”.

A condição para a superação da alienação, dos trabalhadores individualmente e da nação, apenas se dará com o desenvolvimento industrial em bases nacionalistas. Afirmo VP que “para os trabalhadores o desenvolvimento não traz qualquer perigo, a parada do desenvolvimento é que seria o único e sério perigo”. Por sua vez, o desenvolvimento econômico possibilitará a “recuperação” do ser histórico; ou seja, a passagem da nação de

“objeto” a “sujeito” da sua história. Ou seja, ter-se-ia então a nação autônoma, livre e independente, não mais periferia do mundo rico e metropolitano.

C) AS BASES DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA.

Para o conjunto dos isebianos (liberais e de esquerda), a formação social brasileira SD apesar das mudanças sociais e econômicas advindas com a Revolução de 30, ainda não se constituía uma Nação propriamente dita. Forças antinacionais ou retrógradas ainda tinham hegemonia no conjunto da formação social, impedindo-a de se realizar plenamente – política e culturalmente. De um lado, pois havia os proprietários rurais (o chamado latifúndio improdutivo), a burguesia mercantil agro-exportadora e setores das classes médias tradicionais solidamente apoiados pelo imperialismo financeiro e comercial. Todas essas forças constituíam uma Frente tradicionalista, anti-Nação, pois se opunham sistematicamente à adoção de uma política industrializante e à modernização de suas instituições políticas e sociais.

A ideologia nacional-desenvolvimentista formulada pelos isebianos visava precipuamente convencer os setores modernos da formação social brasileira – em especial a burguesia industrial - da urgente necessidade de se proceder a uma reforma das instituições políticas, visando a criação de um Estado com uma estrutura burocrática mais racional e moderna.

A possibilidade da realização da ideologia nacional-desenvolvimentista era possível, pois estava fundada *na própria realidade social*. Haveria, assim, segundo os isebianos, uma confluência dos interesses das classes sociais mais dinâmicas de nossa formação social. O nacionalismo-desenvolvimentista se impunha pois os setores modernos e dinâmicos da burguesia, do proletariado e das classes médias passavam a perceber que a industrialização e as reformas sociais e institucionais correspondiam aos seus interesses objetivos mais imediatos – a curto e longo prazo.

Nos países SD's a luta de classes, pois, não teria primazia; a luta de classes seria uma realidade válida e pertinente basicamente para os países capitalistas metropolitanos. Aqui a contradição fundamental que

atravessa a formação social é a que se estabelece entre Nação x anti-Nação; entre as forças modernizantes x os setores retrógrados (articulados com o imperialismo comercial e financeiro).

Para os isebianos de esquerda, incluindo também a visão do PCB, esta aliança desenvolvimentista se impunha para derrotar o imperialismo e o latifúndio e as demais forças conservadoras.

A tarefa dos intelectuais do ISEB residia, pois, em formular a ideologia nacionalista e ser uma “vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes (...), a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade”.

D) A QUESTÃO DA HEGEMONIA DE CLASSES NA IDEOLOGIA E NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: O NACIONALISMO BURGUEÊS DE JAGUARIBE *VERSUS* O NACIONALISMO RADICAL E POPULAR DE VIEIRA PINTO.

Se entre os autores do ISEB existia um consenso na identificação dos setores ou classes sociais que constituíam os termos da contradição principal, as divergências começavam a ocorrer a partir do momento em que se procurava definir qual grupo social deveria ter a hegemonia no processo de desenvolvimento nacional.

De um lado, estavam aqueles que defendiam a burguesia industrial, como portadora da razão histórica e dos verdadeiros destinos nacionais; de outro, aqueles que viam na direção ideológica das massas populares e trabalhadoras as únicas possibilidades de a nação alcançar a sua plena autonomia e um real desenvolvimento econômico e social.

Nacionalismo burguês (HJ, GR) x nacionalismo popular (NWS, AVP)

Contrapondo-se a H. Jaguaribe, Vieira Pinto afirmava que a ideologia do desenvolvimento procedia da consciência das massas trabalhadoras; ou ainda, a ideologia do desenvolvimento constituía-se, na verdade, no “pensamento natural” destas. São as massas trabalhadoras “que impõem a exigência de desenvolver-se o país”. (PINTO, 1959, p.37) A ideologia

do desenvolvimento só pode provir da consciência das massas, pois são estas que, em última instância, mais interesses tinham no processo de desenvolvimento. Além do mais, eram elas que podiam revelara as *direções objetivas* desse mesmo processo, posto que eram detentoras de uma consciência verídica ou crítica.¹

Numa arrojada afirmação, estabelecia que: “O povo não erra, simplesmente se pronuncia com o teor de compreensão que lhe é permitido ter nas circunstâncias em que existe”. Adiante: “(...) a massa não se engana, nem se corrompe; só lhe pode acontecer estar privada de perfeita consciência.” (PINTO, 1960, p. 111).

No entanto não são as organizações dessas amplas camadas sociais que teriam o privilégio de traduzir em termos conceituais e práticos este “pensamento natural” ou a consciência verídica das massas trabalhadoras. Esta tarefa cabia estritamente aos seus “intelectuais orgânicos”; dito em outros termos, aos pensadores - entre eles os do ISEB - “comprometidos existencialmente” com a perspectiva daquelas categorias sociais. Assim, embora as massas detenham um conhecimento de sua situação objetiva, bem como reconheçam nitidamente os seus interesses fundamentais, encontram-se ainda na transição para o capitalismo desenvolvido, privadas dos instrumentos lógico-conceituais adequados para se expressarem de forma rigorosa e eficaz. Afirma Vieira Pinto: “Antes que o pensador seja capaz de dar corpo lógico às novas representações conceituais implicadas nos acontecimentos, o povo mesmo as vai esboçando, num balbucio ideológico onde tem suas primeiras tentativas de expressão de ideias que, depois, os sociólogos e filósofos procurarão anunciar em *forma límpida e doutrinária*”. (PINTO, 1960, p. 44, grifo nosso).

Dentro destes limites fica, pois, justificada a atividade dos intelectuais dos países em luta pelo desenvolvimento: dar *forma lógica* àquilo que foi produzido pela prática coletiva das massas. Ou seja, ordenar e sistematizar

¹ Para Vieira Pinto, não há nestas afirmações qualquer exaltação mística, nem tampouco “afeição ou simpatia moral exterior” pelas massas trabalhadoras. Para ele, o trabalho é fator essencial não só da transformação da realidade material, como também da consciência. “A ideologia de que necessita a sociedade subdesenvolvida será transformadora se for autêntica, e só será tal se surgir uma consciência que represente veridicamente o real; esta, por sua vez, só terá essa qualidade se tiver sido configurada na prática, a qual (...) se define fundamentalmente como trabalho”. (PINTO, 1960, p. 111).

numa teoria - no caso, a ideologia do desenvolvimento - as verdades presentes na consciência crítica das massas trabalhadoras. Porém, ao contrário de um projeto de caráter totalitário ou fascistizante - que imporá às massas uma “consciência” ou um ideário -, os pensadores dos países periféricos nada mais seriam do que os arautos das representações verídicas da consciência popular. Isso era o que julgava Vieira Pinto: “A transmissão da ideologia é obra de sua verdade interior, que não é senão a sua concordância com a realidade e a viabilidade do projeto que a conduz. A persuasão que possui decorre dessa verdade e não é obtida por artifícios psicológicos, muito menos pela coação. Ao ser reconhecida pela consciência das massas como o autêntico pensamento de que careciam para exprimir seu projeto de existência, a ideologia assume automaticamente caráter operatório [...]”. (PINTO, 1960, p. 50-51, grifo nosso). Mas, apesar desse automatismo, a fim de que toda a sociedade fosse alcançada, tornavam-se necessários uma “divulgação persuasiva” e um “proselitismo consciente e esclarecido” por parte dos ideólogos. Porém, reafirmava, isto não seria condenável, desde que se “apoie na certeza de se estar dizendo às massas aquilo que exprime o próprio ponto de vista delas e que, por isso, só precisa ser conhecido para ser reconhecido” (PINTO, 1960, p. 53).

ISEB & USP: ideologia versus ciência?

De forma breve, façamos um paralelo com outro estilo de intervenção intelectual contemporâneo ao do ISEB. Nos anos 50/60, cientistas sociais e filósofos da Universidade de São Paulo estiveram comprometidos com um projeto teórico e político distinto ao do ISEB. Fazendo um paralelo entre o ISEB e a USP, no campo das ciências humanas, um estudioso francês anotou:

No Rio de Janeiro (...), o papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a reivindicação de uma representatividade popular e nacional. Já em São Paulo, remete antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e à referência a normas gerais do trabalho teórico”. (PÉCAUT, 1990, p. 115-116).

Embora nem isebianos nem uspianos defendessem uma oposição entre as esferas da produção científica e da ação política, na prática efetiva, não deixavam de a elas conferir ênfases e prioridades distintas.

Esclareça-se que a produção intelectual e as atividades do ISEB reduzida repercussão tinha junto aos acadêmicos reunidos em torno da USP. Praticamente nenhuma cooperação ou controvérsia pública, entre eles, se fazia ouvir. Silêncio sintomático. Dois mundos quase à parte, incomunicáveis entre si, pretensamente autossuficientes. Bem se sabe que, até poucas décadas, o intercâmbio entre a intelectualidade do Rio e São Paulo sempre foi bastante limitada. Neste sentido, ISEB e USP nada mais faziam do que reproduzir este quadro típico de provincianismo e paroquialismo no interior da intelectualidade brasileira.

A rigor, na perspectiva dos filósofos e cientistas sociais da USP, os autores do ISEB não eram considerados interlocutores competentes para qualquer debate produtivo e nenhuma forma de colaboração entre ambos foi cogitada nos anos 1950-1960. Embora mais distantes, as instituições francesas, em particular, e os professores visitantes dali procedentes eram privilegiados para o diálogo por parte dos intelectuais radicados em São Paulo.

No caso do Departamento de Filosofia da USP, foram dois professores visitantes franceses – Michel Debrun e Gérard Lebrun – que tomaram a iniciativa de debater a produção isebiana. Seus artigos foram publicados pela *Revista Brasiliense*, dirigida por Caio Prado Jr.

Michel Debrun – autor de um livro editado pelo ISEB sobre a questão da Ideologia, antes de ingressar na USP – teve dois artigos publicados na revista paulistana. Por sua vez, G Lebrun escreveu uma alentada resenha sobre o mais importante livro de Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, a grande obra filosófica do ISEB. Resenha crítica, mas rigorosa e extremamente respeitosa ao filósofo isebiano.

Faça-se, contudo, justiça a João Cruz Costa, decano do DF da USP: foi ele a única voz dissonante dentro do Departamento de Filosofia, pois tinha um apreço especial pela obra de N. Werneck Sodré. Um artigo elogioso ao autor marxista do ISEB foi publicado pela *Revista Brasiliense*: “As

transformações do pensamento brasileiro no século XX e o nacionalismo” (COSTA, 1962) .

Sob a perspectiva dos acadêmicos da USP, tratava-se de criar os recursos teóricos e metodológicos para a constituição de um pensamento social sólido e consistente, com a mesma qualificação que tinham os trabalhos que se realizavam se realizavam em outros centros do exterior. O compromisso fundamental dos cientistas sociais deveria ser o de realizar pesquisas de acordo com os padrões mais rigorosos do trabalho científico. Devia-se produzir ciência, não forjar ideologias...²

Seria uma apreciação injusta e incorreta afirmar que - ao contrário dos isebianos - os sociólogos paulistas estavam (e desejavam permanecer) distantes das lutas sociais e políticas de seu tempo; reconheça-se que alguns deles tinham convicções de esquerda e socialista. No horizonte deles estava também a vontade de participar nos “processos em curso de mudança sócio-cultural”. No entanto, a possibilidade de intervir eficazmente na esfera social e política exigia, preliminarmente, a elaboração de conhecimentos rigorosos.

Nas palavras de Florestan Fernandes:”(...) nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar de modo íntegro e rigoroso as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico”.³ A ênfase, no entanto, é para a construção teórico-científica, não visando, assim, primacial e diretamente a intervenção no plano da realidade social tal como se apresentava o projeto da maioria dos isebianos.

² Ao se comparar USP e ISEB não se pode nunca perder de vista as especificidades de cada uma das duas instituições. No caso do ISEB, trata-se uma instituição vinculada diretamente à Casa Civil do governo federal que ministra cursos de curta duração para um público amplamente diversificado (sindicalistas, políticos, profissionais liberais, militares, universitários etc). Poucos professores do ISEB se dedicam integralmente à pesquisa e à docência. Centro de debates e estudos, o ISEB era, antes de tudo, um aparelho ideológico em seu sentido mais amplo.

³ Fernandes, Florestan - *Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*. apud Ramos, Guerreiro(1958, p.23) Os dois sociólogos acima foram talvez os únicos a abrirem uma polêmica por um breve momento. Cada um representaria um estilo de intervenção científica em particular. Preconceitos de ambas partes dificultavam o diálogo frutífero e o possível entendimento posto que além das diferenças de estilo, existiam convicções (substantivas) comuns entre ambos. O próprio Guerreiro Ramos reconhecerá - após sua veemente crítica ao “provincianismo”, “convencionalismo” e “bovarismo” representado pela sociologia paulista -, em escrito posterior, que F. Fernandes avançava para a aceitação da chamada sociologia militante.

O chamado *Seminário Marx* talvez se constitua num bom exemplo desse estilo de prática intelectual predominante na USP nos anos 50/60. Jovens pesquisadores (sociólogos, economistas, historiadores, filósofos) se reúnem para conhecer em profundidade a obra fundamental do marxismo, insatisfeitos com as interpretações pouco rigorosas (das vulgatas a duvidosas “apropriações” ideologizadas) de Marx. Quase todos são de esquerda (e à esquerda do PCB). A motivação que reúne o grupo, no entanto, não é política. É fundamentalmente teórica.

Em anos recentes, alguns dos pesquisadores da USP procederam a revisões sobre o projeto isebiano. Reconheceram a existência de preconceitos bloqueando uma colaboração intelectual que poderia ter sido fecunda. Tendo alguns destes uspianos, a partir dos anos 1970, entrando de “corpo e alma” na política institucional, penitenciaram-se pelo isolamento que se autoimpuseram e, hoje, reabilitaram o projeto político do ISEB.⁴

REFERÊNCIAS

- COSTA, João Cruz. As Transformações do Pensamento Brasileiro no Século XX e o Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 40, 1962.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editorial MEC/ISEB, 1958.

⁴ A meu ver, Fernando Henrique Cardoso produziu a mais enfática autocrítica dos intelectuais paulistas face ao ISEB. Entre outras formulações, reconheceu: “(...) o pessoal do ISEB nos parecia pouco rigoroso, não tinha a nossa bagagem acadêmica. Para o ISEB, o povo era o sujeito da História, enquanto para nós esse sujeito era indeterminado. Enquanto pensávamos em classes, o ISEB pensava em povo. Nós éramos, assim, uma “esquerda acadêmica”. A verdade é que, na prática, o ISEB teve uma influência muito maior do que a de nosso grupo, que ficou isolado em São Paulo. Reconheço que fomos bastante cegos com relação às mudanças que ocorriam.” Conclui que a “a ideologia do ISEB prevaleceu politicamente”. Entrevista concedida ao jornalista Lourenço Dantas Mota, *O Estado de S. Paulo*. 7.8.83.

O “DEBATE” USP *VERSUS* ISEB: O CASO DOS *CADERNOS DO POVO* *BRASILEIRO*¹

*Angélica Lovatto*²

Os *Cadernos do povo brasileiro*, publicados de 1962 a 1964, puderam selar uma grande contribuição às lutas de classes no século XX. Eles exerceram influência sobre distintos setores dos trabalhadores do campo e da cidade, à época, não só por uma tiragem numerosa, mas pelo esforço de sindicatos, centrais, partidos e movimentos que se responsabilizaram por sua divulgação massiva em âmbito nacional. Essa coleção tinha uma sólida proposta teórico-política, mas não necessariamente acadêmica.

Mas o que era essa Coleção de 28 volumes que vendeu mais de um milhão de exemplares? E o que fez com que seu formato de mão-em-mão ampliasse ainda mais sua extraordinária difusão? Para entender esse

¹ Este capítulo de livro é resultado das reflexões feitas na Mesa de Debates sobre o tema no *1 Encontro do Pensamento Social Brasileiro*, realizado em 2020, na FFC/Campus Marília da UNESP, organizado pelo Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti.

² Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC-Marília, UNESP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq “*Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (PEPO)*”. Autora do livro *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB* (São Paulo, Xamã, 2010). Email: angel.lovatto@gmail.com. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p83-106>

fenômeno rapidamente, imagine-se um brasileiro comum, vivendo em pleno ano de 1962, tomando contato com o seguinte texto: *Por que os ricos não fazem greve?*, seguido do texto *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* E, ainda: *Quem dará o golpe no Brasil?*. Ou então, imagine-se em pleno ano de 1963, tomando contato com o texto: *Como seria o Brasil socialista?*, seguido de *Como atua o imperialismo ianque?* e depois *Como são feitas as greves no Brasil?* ou *Que são as Ligas Camponesas?*. Ou também os seguintes temas: *Por que existem analfabetos no Brasil?*, *A Igreja está com o povo?*, *Quem faz as leis no Brasil?*, *De que morre o nosso povo?*.

Depois dessas leituras críticas, o que você faria? Bem, no mínimo, ia ser obrigado a parar e pensar um pouco. O resultado, provavelmente, seria de indignação diante do conteúdo lido. E talvez surgisse a disposição de se movimentar, de agir, diante das propostas ali defendidas. Enfim, surgiria a disposição de não ficar passivo frente aos candentes problemas brasileiros daquele período histórico ímpar. Foi com essa intenção que foram escritos os *Cadernos do povo brasileiro*, que circularam por milhares de mãos no período anterior à deflagração do golpe de estado de 1964 que, inclusive, encerrou sua circulação. Foi um momento profícuo na história, na política e na cultura brasileira: estava-se diante do Cinema Novo, da Bossa Nova, do Teatro de Arena, da arte na rua, do CPC da UNE,³ de novos métodos de alfabetização de adultos associados à leitura da realidade, ao crescente movimento das Ligas Camponesas, à crescente sindicalização, greves e organização da classe operária, para citar o mínimo.

Os *Cadernos do povo brasileiro* foram editados pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, sob a coordenação do editor Ênio Silveira, figura emblemática da propagação do livro e da cultura brasileira antes e depois da ditadura militar. Os diretores dessa coleção eram o próprio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, este último pertencente aos quadros do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64). A coleção retratava o debate nacionalista naqueles anos 1960 e discutia um projeto de revolução brasileira, em diferentes frentes táticas e estratégicas, a depender dos autores que a formulavam.

³ CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE – União Nacional dos Estudantes.

1. ISEB *VERSUS* USP: O DEBATE QUE NÃO ACONTECEU

A chamada escola de sociologia paulista,⁴ concentrada hegemonicamente na USP, não combatia o ISEB em geral ou, muito menos, os *Cadernos do povo brasileiro* em particular. Fazia algo talvez pior: simplesmente não discutia com eles, mantendo um silêncio que contribuía para o não conhecimento desta Coleção pelas gerações pré e pós-golpe, e muito menos seu reconhecimento teórico e prático. Pois o pressuposto uspiano era de que os autores isebianos não faziam ciência – faziam ideologia – e se não faziam ciência, não havia por que empreender qualquer diálogo, mesmo crítico, com aqueles intelectuais.⁵ E isso não se deu apenas em relação ao último ISEB (aquele que foi encerrado pelo golpe militar de 1964 e que defendia um projeto de revolução brasileira), pois desde a montagem inicial do instituto – na fase onde o nacionalismo-desenvolvimentista foi hegemônico – seus principais integrantes não tinham a característica de estarem vinculados à carreira acadêmica, exceção feita a Vieira Pinto, professor na Universidade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil). Apenas para efeito de constatação, tive a chance de empreender uma busca nos temas que aqueles intelectuais uspianos faziam em São Paulo no mesmo momento em que os *Cadernos* estavam sendo produzidos, no Rio de Janeiro. Observei que as teses produzidas por eles naquele período tratavam basicamente do Brasil colônia e império, notadamente as contradições do escravismo e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. Sem dúvida eram importantes estudos que até hoje são referências para a análise da sociedade brasileira. Porém, estavam localizados num distante passado, e tudo indica que ainda não atingiam o período pós-

⁴ Alguns uspianos formaram, no final dos anos 1950, o “Grupo de Estudos d’*O Capital*”, cujos objetivos parecem ter se configurado mais com preocupações de ordem acadêmica do que para fundamentar uma intervenção prática na realidade, tal como o ISEB. Deste grupo participaram figuras da referida escola sociológica paulista, tais como José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, entre outros. Sabemos hoje que, depois do golpe, alguns deles reconfiguraram suas posições. Uma análise desse grupo de estudos encontra-se em Luiz Fernando da SILVA (1995), *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980: trajetória de um grupo de marxistas acadêmico*. Florestan Fernandes também pertenceu a este grupo, mas sempre foi um ponto fora da curva, no sentido de seu compromisso com a militância política, para além do projeto acadêmico propriamente dito. Inclusive o debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes foi um dos exemplos isolados dessa discussão. Não foi propriamente um debate entre ISEB e USP, mas um debate entre dois intelectuais atuantes em duas instituições distintas.

⁵ Caio Navarro de Toledo (2005) trata do assunto na publicação comemorativa dos 50 anos do ISEB e apresenta como única exceção o texto de Gerard Lebrun, professor da USP à época, que Toledo inclusive resgata, reeditando-o nesta publicação sob o título “A ‘realidade nacional’ e seus equívocos”. (LEBRUN, 2005).

1930, salvo poucas exceções.⁶ Sabemos, no entanto, que este último período, de 1930 a 1964, será analisado após o golpe militar por alguns intelectuais uspianos e dará origem, inicialmente, à teoria do populismo, na vertente de Francisco Weffort e à teoria da dependência associada, de Fernando Henrique Cardoso. Duas outras teses também serão produzidas formando um quarteto teórico hegemônico da sociologia paulista: a teoria do autoritarismo (formulada por um conjunto de autores, com destaque para Marilena Chauí - filosofia USP) e a teoria do autonomismo, formulada especialmente por Eder Sader (sociologia USP).

Podemos dizer que foi produzida toda uma historiografia no pós-1964 que silenciou não só sobre a Coleção, mas também sobre outras publicações e autores importantes do pré-1964, especialmente os que tinham sido exilados. É o que venho caracterizando em meus estudos e pesquisa com a hipótese da alternância combinada entre a historiografia do silêncio e a historiografia da desqualificação.⁷ Quando não é mais possível silenciar sobre um tema, acabam sendo produzidos estudos “críticos” por essa historiografia hegemônica, e que, no caso dos *Cadernos do povo brasileiro*, não levaram em conta a Coleção como um todo e suas especificidades. Meu trabalho de pesquisa⁸ sobre os *Cadernos do Povo Brasileiro* foi o primeiro no Brasil a estudar a coleção inteira. Intrigava-me o fato de os *Cadernos* não terem sido estudados, mesmo que de forma parcial, antes dos anos 1980 e, ainda assim, foi feito por um setor que os escolheu com o intuito de combatê-los, a partir de uma concepção de viés autonomista.⁹ Ainda assim, não foi uma tese, mas um seminário na FUNART levado a cabo por Marilena Chauí, sobre o qual faremos referência daqui a pouco. Um dos motivos que parecem explicar por que os *Cadernos* não foram estudados logo após o golpe de 1964, é que, literalmente, seus autores foram exilados, presos, torturados e tudo mudou num período muito curto de tempo, de

⁶ Mesmo assim, foi em 1964 que Fernando Henrique Cardoso publicou seu livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), onde defendia que não havia, de fato, uma burguesia *nacional* no Brasil.

⁷ Em função dos limites do presente capítulo de livro, não desdobrei essa hipótese, que sairá posteriormente desdobrado em artigo.

⁸ LOVATTO (2010).

⁹ Exceção principal feita ao estudo do sociólogo Marcelo Ridenti, da Unicamp, publicado no ano 2000 e que tratou, entre outros aspectos, da série *Violão de Rua*, numa perspectiva de resgate do valor histórico dessas publicações.

mais ou menos quatro anos (1964 a 68). O panorama político-ideológico tinha dado uma guinada de 180 graus, do progressismo à repressão ditatorial. A popularidade e os projetos de políticos progressistas, como por exemplo Jango e Brizola, tinham se transformado, no mínimo, em esquecimento.¹⁰ O PCB tinha praticamente desaparecido, em função da derrota catastrófica em 1964.¹¹ E os militantes da POLOP e da AP também fizeram parte dos primeiros alvos da repressão em abril. Outras esquerdas foram surgindo, outros “rachas de rachas” e de opções por luta armada foram se delineando. Os *Cadernos* estavam vinculados a todas essas circunstâncias anteriores ao golpe. A repressão, logo no primeiro dia do golpe, tinha incendiado a UNE (que divulgava os *Cadernos*), tinha invadido a casa onde funcionava o ISEB e destruído todos os seus arquivos, e tinha invadido a Livraria e editora Civilização Brasileira, que ao longo de anos voltaria a ser vítima de bombas e destruição pela ditadura. E, o que é mais grave: a situação de prisão, tortura e exílio de muito brasileiros ligados aos *Cadernos* era uma realidade concreta. Grupos inteiros de lideranças sindicais estavam presos ou tinham desaparecido. Lideranças camponesas já vinham sofrendo o mesmo destino e, com o golpe, sua situação só havia se agravado. Em suma, houve um desaparecimento e/ou exílio literal dessas pessoas. A tendência que se apresentou em substituição, por assim dizer, parece ter sido a da emergência de setores radicalizados de classe média, antes menos hegemônicos, principalmente a partir da grande influência da UNE¹² e de intelectuais também radicalizados, agora em confronto direto com o governo e com o regime e, às vezes, com o próprio Estado.

Nem por isso, a Coleção escapou a análises estigmatizantes, quando a historiografia se viu obrigada a falar dela. E o que mais intriga é que foram produzidas no momento da chamada reabertura pós-1979, não por acaso o momento da volta de muitos exilados, onde a chance de retomar aqueles temas era questão de tempo. Essas teorias foram produzidas no embalo do

¹⁰ Mesmo com a tentativa de articulação de uma frente que os dois petebistas tentaram no exílio juntamente com Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

¹¹ Também pesava e, neste caso, não só sobre o PCB mas a outros partidos, a desarticulação que a repressão provocava na verdadeira caça que se implementou contra suas principais lideranças.

¹² Ressalte-se que, no caso da UNE, sua presença marcante nos movimentos de resistência à ditadura, deu-se apesar da atuação em plena ilegalidade da legenda. Em 1967, a maioria dos DCEs – Diretórios Centrais dos Estudantes – já tinham sido retomados pelas forças de esquerda.

encantamento dos anos 1980 com os chamados novos movimentos sociais e que rejeitavam a concepção do nacional-popular desenvolvido nos idos do início dos anos 1960.

Nelson Werneck Sodré, em texto escrito na década de 1980,¹³ estava atento às análises produzidas sobre o ISEB no pós-1964. E deu excelentes indicativos de como o problema do ISEB foi tratado, principalmente em São Paulo, mais especificamente na USP. Ele explica que a campanha contra o ISEB foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista, nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a. Sodré afirma que “em nosso país e no exterior, a sigla ISEB despertava paixões, por vezes infrenes, e provocava e mantinha curiosidade”. E que:

Se, do ponto de vista da luta ideológica, suscitou controvérsias violentas, teve o condão, paralelamente, de despertar calorosa inveja nos meios universitários, principalmente em São Paulo: os donos de algumas cátedras, habituados ao monólogo e embalados no empirismo, sentiam-se diminuídos pelo gigantesco prestígio de que desfrutava o ISEB em certa época. Eles viviam na redoma universitária; o ISEB ampliava a ressonância do que fazia pelo país inteiro e chegava ao exterior. (SODRÉ, 1987, p. 77).

Mas a questão não se resumia a este aspecto, evidentemente. A aparência da questão revelava uma essência de ordem teórica e metodológica. Segundo Sodré, haveria pelo menos duas ordens de problemas. O primeiro consistia na formação universitária da USP, caracterizada por insuficiências notórias “no campo das ciências da sociedade” (SODRÉ, 1987, p. 79). O segundo, era o cultivo ao modelo da ciência do particular – que ele afirma ser um problema não só da USP, mas de maneira geral, de toda a universidade brasileira – isto é, a um modelo emprestado das universidades norte-americanas, que refletia o empirismo dominante nas ciências humanas, “como acontece com os chamados *brazilianists*”:

¹³ Sob o título “O problema do ISEB” faz parte do livro publicado em 1985, e reeditado em 1987, *História e materialismo histórico no Brasil*.

Trata-se de uma numerosa coleção de fatos, sem chegar à relação que os une. É o domínio do particular. E não há ciência do particular, só há ciência do geral, já dizia o mestre. Via de regra – e só se discute à base da regra e não da exceção –, as teses, lá como cá, resumem-se em arrolamentos mais ou menos extensos de dados, de material bruto. São trabalhos de Sísifo, porque não abandonam o nível do particular, e o particular é infinito. Resultam do esforço – às vezes apenas físico – da acumulação informativa. Seus autores sabem tudo e não sabem nada: sabem tudo a respeito de determinado fenômeno ou processo e não sabem nada desse fenômeno ou processo. Os trabalhos resultantes são necessários, como fontes, aos estudiosos: constituem a pesquisa preliminar, a montagem de andaimes informativos, que cada um deve realizar, antes da análise de temas propostos. (SODRÉ, 1987, p. 78-79).

Com base nesses dois pressupostos equivocados, Sodré diz que “[...] a incompreensão e a animadversão ao ISEB” foram “notas dominantes no círculo docente universitário paulista.” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré direciona sua crítica, pelo menos neste texto, aos autores Carlos Guilherme Mota, Maria Sylvania de Carvalho Franco e Francisco Weffort. Sem deixar de reconhecer que o ISEB cometeu alguns erros táticos e estratégicos à época, Sodré esclarece que, no que diz respeito à perseguição sofrida pelo Instituto em função de suas posturas progressistas, principalmente às vésperas do golpe, quando a campanha foi brutal, “[...] a chamada intelectualidade paulista e os quadros universitários docentes assistiram a tudo do ponto de vista de Sirius.”, como se nada tivessem a ver com isso, e marcando posição típica da “cumplicidade dos omissos”. (SODRÉ, 1987, p. 77). Ele mostra o resultado a que isso levou no pós-1964, ou seja, apenas num primeiro momento “a tempestade arrasou o ISEB”. Depois “[...] arrasou também a USP e a enxurrada carregou os omissos – não todos, evidentemente, pois salvaram-se, isto é, permaneceram em suas cadeiras, alguns rapazes de bom comportamento.” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante.

Entendo que a postura generalizada da historiografia produzida no pós-1964, de simplesmente estigmatizar o pré-1964, o conjunto de

forças políticas atuantes naquele momento, o ISEB, seus expoentes e, por consequência, os *Cadernos do povo brasileiro*, levam ao citado processo de ter um único vitorioso no embate das lutas de classes no Brasil – as forças dominantes – e, neste caso, notadamente no aspecto da luta ideológica. Portanto, após minha pesquisa sobre a totalidade dos 28 volumes dos *Cadernos*, de fato contesto aqueles autores que consideraram os *Cadernos do povo brasileiro* apenas como uma mera *agitação e propaganda* de nível não acadêmico, com estilo pedagógico autoritário, de caráter histórico-panfletário e resultado político-manipulatório, expressões utilizadas por Marilena Chauí no citado Seminário da FUNARTE.

Aliás, é importante acentuar que o quadro que resulta da leitura dos *Cadernos* tem uma dada incompletude, justamente porque era o reflexo de uma incompletude das próprias classes sociais nos anos 1960, no Brasil: a burguesia era ainda uma classe incompleta, do ponto de vista de seu desenvolvimento histórico, o mesmo valendo para o proletariado. Fui até os *Cadernos* com o objetivo de resgatá-los, para tentar demonstrar o que foram de fato e não aquilo que uma dada corrente de interpretação convencionou atribuir-lhes. E resultado foi o de que, em seus limites históricos, mas também em suas qualidades, a coleção desempenhou uma função social junto ao movimento de massas daquele período que, no mínimo, merece atenção.

Além de Sodré, Ridenti e Augusto Buonicore¹⁴ – os raros trabalhos críticos à teoria do populismo produzida no pós-1964 –, recorro também a Paulo Pontes,¹⁵ que defende enfaticamente que no subdesenvolvimento a inteligência também se desenvolve. Emprestando aqui suas reflexões, o teatrólogo defende que teria sido gerada uma contradição típica de uma sociedade atrasada: os problemas são muito maiores e complexos do que a capacidade que a sua elite política e intelectual tem de pensá-los. Isso teria levado à busca de respostas para além dos limites dessa elite. Ele questiona: quem caminhou no sentido de dar essas *outras* respostas? Foi a “geração que botou a cabeça de fora no começo dos anos 60” e “[...] deu um passo gigantesco para encurtar a distância entre a realidade e a capacidade de

¹⁴ Será referido adiante.

¹⁵ PONTES (1994).

pensá-la, no nosso país.” (PONTES, 1994, p. 17). Em meu entendimento, os cadernistas foram uma parte dessa geração que “botou a cabeça para fora” naquele momento. Pontes argumenta que dessa geração nasceu uma sociologia brasileira indagativa, um pensamento econômico preocupado em formular saídas ao subdesenvolvimento, planejadores, educadores, cientistas sociais (a grande maioria colocada no exílio em seguida). E diz que estes setores não paravam de publicar suas reflexões sobre os problemas da realidade brasileira, dando origem a uma moderna ensaística, um moderno jornalismo etc. (PONTES, 1994, p. 18). Eu acrescentaria: surgiu uma renovação editorial liderada por Ênio Silveira, e, mais que isso, uma nova concepção editorial com várias frentes, sendo que uma delas foi levar o livro às grandes massas. O exemplo emblemático desse projeto de popularização do livro foram os *Cadernos do povo brasileiro*, que, reitero, venderam à época mais de 1 milhão de exemplares, associados que foram aos projetos de alfabetização de adultos desenvolvidos por Paulo Freire então.

É exemplar a síntese que Paulo Pontes apresenta, mas infelizmente não foi autor hegemônico. Essa síntese demonstra que, apesar de uma tentativa de ruptura – vitoriosa em muitos aspectos – que o golpe de 1964 provocou, essa geração conseguiu, principalmente no campo da criação artística, mostrar que não estava morta:

O Brasil vivia, em 1960, talvez a sua fase mais criadora em todo o século (...) No plano que mais de perto nos interessa, o da criação artística, essa geração fez, apenas, o Arena, o Oficina, o Opinião, os CPCs, o Cinema Novo e a Bossa Nova. Tinha fôlego, a turma. Eles vieram de Tom Jobim e João Gilberto até Chico Buarque de Holanda; de Dias Gomes e Guarnieri a Plínio Marcos; de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha a Arnaldo Jabor; de Boal a José Celso Martinez Correia; de Ferreira Gullar a Zuenir Ventura; de Paulo Francis a Ziraldo. E foi uma geração que teve muito boas relações com gente como Millor e João Cabral de Melo Neto, Celso Furtado e Vinícius de Moraes, Otto Maria Carpeaux e Jorge Andrade, Antonio Calado e Ênio Silveira, Antonio Houaiss e Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e Cavalcanti Proença – figuras singulares de diversas gerações que ultrapassaram cacoetes e limitações do seu tempo e se encontram, todos, para produzir

a grande obra cultural saída do período a que estou me referindo. (PONTES, 1994, p. 17-18).¹⁶

2. A DISCUSSÃO VANGUARDA *VERSUS* MASSA: REPERCUSSÃO SOBRE AS PROPOSITURAS POLÍTICAS

Essa discussão reveste-se de aspectos estratégicos, mas fundamentalmente de aspectos táticos. Era quase uma unanimidade nos anos 1960 a concepção da necessidade de uma vanguarda do povo, por mais que as interpretações táticas fossem distintas. O que se contestava sobre o conceito de vanguarda não era sua necessidade, considerada em si mesma. Ao contrário, reconhecia-se que, por exemplo, o movimento operário tinha a função de ser vanguarda do movimento de massas. Mas a diferença estava em como ficar próximo a esta massa: ser uma vanguarda intelectual ou integrar-se a elas, trabalhando ao lado delas, muitas vezes literalmente. Neste último caso, principalmente a partir de 1962, ficou muito difundida (e até mesmo praticada) a concepção inspirada na revolução chinesa no sentido de os militantes irem trabalhar na agricultura para estar junto aos setores populares, especialmente o camponês. Em menor escala, mas também praticado, estava a inserção do militante diretamente no trabalho das fábricas, no caso do proletariado urbano-industrial. Em termos de partido político essas práticas permearam, por exemplo, setores da AP e da POLOP, entre outros. Muitos estudantes secundaristas e universitários foram trabalhar no campo ou na fábrica. E permeou também setores de militância religiosa progressista católica: os praticantes e simpatizantes da teologia da libertação, através da pastoral operária, pastoral agrária, pastoral da juventude etc., que funcionavam através de organismos tais como JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e outros.

Nesse sentido, os *Cadernos* estavam impregnados dessas concepções vanguardistas e suas nuances, pois refletiam o conjunto de forças políticas e sociais atuantes naquele momento no Brasil.

¹⁶ Essas observações do teatrólogo estão em texto que fez parte do programa da peça *Alegro desbum*, de Oduvaldo Viana Filho, montado em 1976, no Teatro Maria Della Costa, em São Paulo. Vianinha tinha falecido naquele ano e o mesmo veio a ocorrer com Paulo Pontes, em 26 de dezembro. Ambos vitimados pelo câncer.

No entanto, decorridos muitos anos da repressão que encerrou os *Cadernos do povo brasileiro*, em meados dos anos 1980 surgiu uma crítica estigmatizante da publicação, talvez a primeira que tenha colocado diretamente em foco seus textos, formulada pela filósofa Marilena Chauí (CHAUÍ, 1984), que havia referido em momento anterior deste texto. Não foi uma tese defendida na universidade, nem muito menos um livro específico escrito sobre o tema, resultado de apurada pesquisa, mas tão somente um conjunto de seminários realizados sobre o tema geral da cultura popular. O seminário da autora sobre os *Cadernos* aparece publicada numa coleção da FUNARTE que havia surgido para retratar aquela discussão, sob a coordenação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas daquele órgão. Na qualidade de entidade vinculada ao governo federal, a FUNARTE patrocinava, nos anos 1980, um conjunto de pesquisas sobre os conceitos de “nacional e popular na cultura brasileira” nas áreas de filosofia, cinema, teatro, artes plásticas, música, literatura, televisão e rádio. É neste ato que os *Cadernos* são transferidos, por assim dizer, da historiografia do silêncio para a historiografia da desqualificação.¹⁷

3. O AUTONOMISMO COMO REJEIÇÃO ÀS VANGUARDAS

Nos anos 1980, depois da anistia de 1979 e em torno de 16 anos após o golpe militar, o Brasil não era mais o mesmo da efervescência característica dos anos 1960-64. Pelo contrário, tinha diversas cicatrizes, a maioria ainda abertas. Havia um grande número de exilados retornando ao país e, na perspectiva dos trabalhadores, estava-se sob o impacto do ressurgimento do movimento operário de forma candente, através das greves do ABC paulista de 1978-79-80.

Esse ressurgimento do movimento operário e sindical foi de fato um divisor de águas decisivo contra as mordanças que os movimentos sociais

¹⁷ Não desconsidero que o enfrentamento desta temática mereceria ultrapassar os limites do texto apresentado no seminário de Marilena Chauí, embora somente nele apareça a citação direta aos *Cadernos*. Porém, para não ser leviana no tratamento dessa questão, e para não ultrapassar e confundir os limites de meu recorte no presente capítulo de livro, adianto que faço esse enfrentamento em artigo que lançarei brevemente, supra citado. Tal empreitada tem demandado, no mínimo, defrontar-me com os pressupostos filosóficos no campo do existencialismo que a autora utiliza, na competente e numerosa produção intelectual que Chauí tem no Brasil e fora dele.

em geral haviam sofrido na ditadura militar. Muitas correntes quiseram se apresentar como a vanguarda desse movimento, mas uma delas tinha justamente a concepção de não se colocar numa perspectiva de vanguarda. Pelo menos inicialmente. Essa corrente, embora recusasse ser rotulada, ficou conhecida como autonomista.

Assim, o chamado autonomismo não se constituiu exatamente num grupo ou coisa do gênero. Era muito mais um setor que ao invés de *defender* algumas coisas, estava *contra* outras. Exemplo: era *contra* as vanguardas, *contra* o chamado populismo do pré-64, *contra* o comunismo em geral e *contra* o PCB em particular. Enfim, não podemos dar a essa vertente um estatuto de grupo organizado porque isso não aconteceu, e parece-nos que não era nem mesmo a intenção de algumas das figuras intelectuais que se puseram nessa perspectiva. Sem dúvida, aquele que mais se destacou como expressão dessa vertente foi o sociólogo da USP, Éder Sader (1941-1988).

Envolvido em todo o processo de fundação do Partido dos Trabalhadores,¹⁸ Sader representava – num dado momento – o maior expoente teórico dessa corrente autonomista, tendo sido também um dos principais articuladores da Revista *Desvios*, lançada em novembro de 1982, e destinada a influir, entre outras coisas, no debate interno do recém-fundado PT. *Grosso modo*, os autonomistas queriam *desviar*, a todo custo, o movimento operário de qualquer espécie de concepção de vanguarda. Aquele primeiro número da revista dedicou-se a um debate sobre um texto conhecido como “Onze teses sobre a autonomia”, publicado com o título “A autonomia em questão” (1982), assinada pelo coletivo da Revista *Desvios*, entre eles Éder Sader, conhecido como seu autor mais destacado (CHAUÍ, 2003b, p. 273).¹⁹

Portanto, entendo que a discussão realizada por Chauí nos seminários de cultura popular *contra* os *Cadernos do povo brasileiro* situa-se nessa perspectiva. Até porque ela também esteve diretamente envolvida na fundação do PT e, portanto, em toda a discussão autonomista que

¹⁸ Fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo.

¹⁹ Há uma síntese das 11 teses autonomistas em CHAUÍ (2003a, p. 308-309).

permeou o período. Publicou também um texto nessa linha de análise no primeiro número da Revista *Desvios*.²⁰

É sintomática uma frase de Marilena Chauí que aparece em seu livro *Cultura e democracia* (2003), pois revela de modo cabal sua aversão pela concepção de cultura popular e nacional popular no pré-1964:

Para aqueles, como nós, que passaram pela experiência histórica do populismo, as expressões “cultura popular” e “cultura do povo” provocam certa desconfiança e vago sentimento de mal-estar. (CHAUÍ, 2003a, p. 61).²¹

4. A ESTIGMATIZAÇÃO DOS *CADERNOS DO POVO BRASILEIRO*

Na esteira das críticas autonomistas, Chauí desenvolve em seus textos de análise do período do pré-1964, as posições que aquela corrente divulgou e, mais que isso, das quais ela foi uma das formuladoras: antivanguardismo, antipopulismo, anticomunismo e, por consequência, um antimarxismo. E, num âmbito mais geral, essas posições coincidiam com os pressupostos da teoria do populismo.²²

Portanto, a leitura de Chauí sobre os *Cadernos do povo brasileiro* parte desses pressupostos. É uma crítica implacável, destruidora, com o propósito de fazer “terra arrasada” daquela publicação, especialmente em sua concepção de revolução brasileira. A intolerância de Chauí, bem como de autores que, como ela, estiveram empolgados, nos anos 1980, com os “novos movimentos sociais”, é analisada de maneira não intolerante por Marcelo Ridenti em seu importante estudo *Em busca do povo brasileiro* (2000), onde o autor faz uma demonstração de análise crítica pautada por pressupostos de ordem teórica e histórica que deveriam ser referência a

²⁰ A autora reedita um texto sob o título “Representação ou participação?” (CHAUÍ, 2003b), dedicado à memória de Éder Sader. O texto originalmente tinha sido um seminário realizado em 1982 e foi publicado sob o título “Por uma nova política” (CHAUÍ, 1982), no número 1 da Revista *Desvios*.

²¹ Esta frase de Chauí é usada como epígrafe em artigo de Augusto Buonicore (2004b), no *Jornal Vermelho*, onde analisa o CPC da UNE. O autor critica a posição da autora e seu texto tem o título “Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica”.

²² Reitero que a crítica que constitui objeto de meus estudos é àquela teoria do populismo na vertente de Francisco Weffort. Outras vertentes se desenvolveram que, não necessariamente, constituíram-se como hegemônicas e desenvolveram diferentes hipóteses.

muitos dos estudos sobre o período. Em momento do texto onde está analisando o filme *Cabra marcado para morrer*, Ridenti afirma que o filme seria revelador das contradições das classes médias intelectualizadas, em busca da aproximação do suposto homem autêntico do povo. E continua:

Contudo, essas contradições passam longe de mera manipulação populista, como sugeria uma série de críticas de esquerda, sobretudo nos anos [19]80, de intelectuais então empolgados com os chamados novos movimentos sociais e sua suposta autonomia – esquerda cujos limites logo viriam a revelar-se e está por merecer uma crítica tão radical (mas nem tão intolerante) quanto a que impôs à tradição nacional popular que a antecedeu. (RIDENTI, 2000, p. 99).

Um outro momento onde Ridenti refere-se a essas interpretações, e que vale a pena destacar aqui, é quando caracteriza a posição terceiro-mundista que artistas e intelectuais defendiam. Esse terceiro-mundismo “seria posteriormente acusado de mascarar os conflitos de classe na sociedade brasileira, espécie de trunfo dos intelectuais para ganhar poder”. E, identificando as origens daquela corrente – que vai se afirmar definitivamente nos anos 1980 – o autor, novamente de maneira equilibrada, pondera que:

este tipo de avaliação ganhou terreno a partir do fim dos anos 70, quando alguns intelectuais procuraram fazer um acerto de contas com a experiência de engajamento imediatamente passada, praticamente descartando o nacional-popular como mero *populismo*: exageraram seus limites, talvez sem avaliar a fundo seus alcances, supondo consciente ou inconscientemente que a intelectualidade de esquerda dos anos 80 tivesse alcançado um patamar superior – suposição hoje muito discutível. (RIDENTI, 2000, p. 35).²³

²³ Ridenti, neste item do texto, está se referindo justamente aos textos da coleção da FUNARTE, onde escreveram Marilena Chauí e outros. Ele o faz através de longa nota de rodapé. (RIDENTI, 2000, p. 58).

Marilena Chauí faz observações de duas ordens contra os *Cadernos* da coleção: a) do ponto de vista de seu estilo e forma; b) do ponto de vista de seu conteúdo.

No primeiro caso, classifica-os como impositivos e autoritários, e afirma que eles fariam uso de um tom normativo, axiomático e maniqueísta, que resultaria numa pedagogia autoritária (CHAUÍ, 1984). No segundo caso, classifica-os como doutrinários, onde exerceria papel preponderante muito mais a persuasão do que a discussão e o esclarecimento (CHAUÍ, 1984, p. 83). Segundo a autora, o autoritarismo dos cadernistas se revelava no estilo pedagógico manipulatório, onde relatos históricos feitos para exemplificar um dado tema eram escolhidos segundo critérios baseados nas conclusões a que se desejava chegar. Entendo que Chauí opera uma inversão: ao invés de criticar o autoritarismo da ditadura militar iniciada em 1964, a autora (des)qualifica os *Cadernos* como “autoritários” (que, lembremos, defendiam uma proposta de revolução brasileira).

Sua análise recai sobre os 25 volumes de temática histórico-social. Não são citados, em momento algum, os três volumes artístico-culturais *Violão de rua* e sua respectiva concepção sobre a cultura popular. O que é estranho, pois o tema principal da autora no seminário dizia respeito justamente a essa concepção.²⁴ Dos volumes analisados, Marilena Chauí constrói uma tipologia, onde procura encaixar cada um dos autores e seus temas. Ele divide as publicações em quatro tipos: 1) estilo informativo; 2) doutrinários e programáticos; 3) de combate direto; 4) histórico-panfletários. (CHAUÍ, 1984, p. 73). Ao discriminar os títulos, só aparecem 22 dos 25 volumes. Não são classificados os volumes *Que são as Ligas Camponesas?* (comentado posteriormente), *Que é a Constituição?* (nenhum comentário, mesmo posteriormente) e *Que é o imperialismo?* (nenhum comentário).

Chauí também faz uma observação sobre a tônica marxista das publicações, ressaltando que apenas dois autores não trabalhavam sob esta ótica teórica: Barbosa Lima Sobrinho, no seu texto sobre o nacionalismo e o Padre Aloísio Guerra, no texto que explica se a Igreja estava com o povo.

²⁴ Talvez essa omissão se deva ao fato de que no mesmo seminário a autora foi responsável por fazer a crítica ao documento de fundação do CPC, escrito por Carlos Estevan Martins, *Manifesto do CPC*.

Nem por isso os dois autores escapam às críticas da autora, pois teriam escrito no mesmo diapasão autoritário do restante da coleção.

A maior aversão de Chauí ao marxismo é o que ela chama de concepção feuerbachiana do jovem Marx, quando este último afirma que a teoria quando penetra na massa se torna uma força material. (CHAUÍ, 1984, p. 83). Para a autora, a massa não seria “passiva” e, por isso, não pode ser penetrada, como se necessitasse de algo vindo de fora. Lembremos que esse é o principal ponto sobre o qual se debruçam os esforços dos autores dos anos 1980 em criticar a teoria das classes sociais em Marx. Outra aversão teórica e política de Chauí é ao leninismo, especialmente no livro *Que fazer?*, quando, segundo a autora, ele afirma que a consciência das massas deve vir de fora dela. Fica patente o antileninismo das teorias pós-1964 – Chauí como uma de suas principais expressões teóricas, que se colocavam como críticos do nacional-popular – substituindo-o pelo autonomismo. (CHAUÍ, 1984, p. 83). O trecho da autora que mais simboliza essa aversão ao marxismo é quando se refere ao resultado final dos *Cadernos*, a partir de uma espécie de disputa que teria havido entre os autores:

Creio ser por isso, afinal, que o debate travado entre os *Cadernos* é uma disputa entre eles na definição da linha justa de pensamento, de ação e de direção do povo e da nação, não carecendo de que estes se façam presentes, pois só se tornam ativos quando ativados pela consciência que lhes vem de fora, “quando a teoria penetra na massa, torna-se uma força material”. (CHAUÍ, 1984, p. 86, grifo nosso).

A autora tem uma tendência em tratar os autores de forma homogênea, como se todos estivessem no mesmo nível teórico e na mesma trajetória política e/ou acadêmica, para não dizer social. Assim, não há nenhum senão às diferenças intelectuais daquilo que foi – em meu entendimento, respaldado por fundamentações históricas e teóricas em minha pesquisa – um aspecto muito positivo dos *Cadernos*: a coexistência de autores consagrados (como Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Osny Duarte Pereira, Barbosa Lima Sobrinho, Virgínio Santa Rosa) e autores iniciantes (no caso, os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia convidados a escrever pela primeira vez, tais como Wanderley Guilherme

dos Santos, Theotônio dos Santos, Helga Hoffmann, Jorge Miglioli etc). Ignora-se, ainda, um terceiro bloco de autores que talvez se localizassem entre as duas anteriores: jornalistas, educadores, cientistas sociais e até mesmo um padre. A heterogeneidade de autores que, em minha avaliação, significou justamente o cuidado para que não prevalecesse uma só visão de mundo nos projetos de esquerda – notadamente a pecebista – não é observada pela autora, no afã de colocar todos os cadernistas no mesmo saco descartável do populismo do pré-1964. Todos são jogados indiscriminadamente na lata de lixo da história construída pela teoria do populismo hegemônica. Importante ressaltar que o próprio editor Ênio Silveira tinha essa preocupação de a coleção não tornar-se um mero instrumento do PCB, resultado de sua presença hegemônica na esquerda do período. Só que neste caso, não se tratava de nenhum tipo de postura anti-comunista. Ao contrário, trata-se de um cuidado editorial que ele já desenvolvia com o restante das publicações da Civilização Brasileira e que possibilitava justamente o encontro teórico e político de várias alternativas do pensamento de esquerda no Brasil. Ademais, se o predomínio de uma dada concepção de revolução brasileira etapista, semelhantes aos moldes defendidos pelo PCB, acabou sendo uma tônica dos *Cadernos* isso correspondeu da própria influência que o PCB teve no período e que não se revelou apenas nos *Cadernos do povo brasileiro*.

Desta forma, nivelados na mesma régua “anti-populista” e anti-vanguardista de Marilena Chauí, os autores são vistos indiferenciadamente. Justamente para “embasar” a crítica da autora que reclama pela heterogeneidade. Outro ponto observado pela autora, que seria comum a todos os cadernistas, era a suposta postura anti-democrática (sic!) de cada um deles:

Uma análise detalhada dos *Cadernos* poderia mostrar que o contraste das posições defendidas chega a um resultado curioso: o debate, enquanto tal, é democrático, mas cada um dos autores não parece sê-lo o bastante. (CHAUÍ, 1984, p. 82).

Quando a autora reconhece uma dada heterogeneidade nos *Cadernos*, refere-se a isso apenas como aspectos tópicos e que buscavam uma

solução definitiva para a proposta da revolução brasileira. “Subjacente às divergências tópicas entre os autores, encontra-se uma que não só atravessa todos os *Cadernos*, mas que é ainda a tônica das diferenças políticas do período: revolução socialista ou democrático-burguesa?” (CHAUÍ, 1984, p. 74) Neste último aspecto a autora está parcialmente correta, pois de fato eles divergiam entre duas propostas estrategicamente opostas.

Para Chauí a publicação não tratava seriamente da teoria e da prática. “Só” tratava de informação e de programa para a ação. Como não conseguiam retratar devidamente a teoria, acabavam sendo maniqueístas (leia-se “ideológicos” e não científicos, essência da crítica uspiana ao ISEB(), pois “[...] todos os *Cadernos* são construídos sobre dicotomias, antinomias e antíteses que, retoricamente, são apresentadas como ‘contradições’, sendo porém tão imóveis e positivas que não chegam a ultrapassar o contraponto.” (CHAUÍ, 1984, p. 75) Depois a autora tenta dar uma justificativa histórica para esses eventuais equívocos dos *Cadernos* onde, de novo, embute uma crítica mordaz: “É possível que a hostilidade crescente da direita levasse os *Cadernos* a esse maniqueísmo, deslizando dos dados empíricos para os arquétipos e destes para os estereótipos.” (CHAUÍ, 1984, p. 75).

A autora insiste na seguinte questão: o povo não poderia ser, ao mesmo tempo, o objeto e o destinatário dos *Cadernos*. Isto é, tudo na publicação era imputado ao povo e à nação – desejos, ideias, modos de ser, práticas, ações, aspirações – “sem que nenhum deles apareça de viva voz”. Isso porque “[...] os *Cadernos* constroem o popular e o nacional, embora tenham a pretensão de estarem a expô-los.” (CHAUÍ, 1984, p. 84). Não fica muito claro nesta crítica de Chauí como se daria o processo inverso, ou seja, como o popular e o nacional podiam brotar por si próprios nas páginas da coleção ou de qualquer outra publicação. Aliás, este é um dos pontos mais frágeis da corrente autonomista, cuja resposta vaga vai sempre na direção de que é o povo, indistintamente, que terá que descobrir isso e não os intelectuais. Parece haver aí uma visão ahistórica, onde as situações produzidas socialmente não pudessem exercer qualquer tipo de influência sobre a existência dos seres humanos. E, no limite, tal visão levaria a uma eventual dispensa de qualquer processo de educação popular! O que significa um paradoxo da tese autonomista defendida por Chauí.

Afinal, tudo que venha “de fora” do popular, não contribuiria para sua real descoberta enquanto povo. Talvez por isso, em nenhum momento da crítica de Chauí apareça a expressão “lutas de classes” e muito menos sobre a dinâmica contraditória entre capital e trabalho.

Essa ressalva é importante de ser feita neste momento da exposição, porque Chauí – em sua crítica aos cadernistas – procede de tal modo no recorte dos textos que, frequentemente, destaca as frases mais apocalípticas e ainda fora do contexto em que foram produzidas, privilegiando em demasia o aspecto a ser criticado. Isso resulta, para usar um eufemismo, num desequilíbrio da análise. Com isso, repito, não estou negando a existência desse tom de *agit-prop*, ao contrário, mas apenas vendo sem preconceito essa forma de escrever, como parte de uma tradição nos escritos de esquerda, sustentada pela necessária divulgação contracorrente (*agitação e propaganda* de classe, como momento político da formulação teórica). Porém, a crítica de Chauí passa a impressão de que existe apenas esse tipo de frase na coleção. A tal ponto que, se alguém tiver contato primeiramente com a crítica dela do que com os escritos dos *Cadernos*, corre o sério risco de não ter coragem de sequer abrir as páginas da coleção. Afinal, esse era o propósito da crítica autonomista empreendida. E é essa historiografia paulista que hegemoniza até hoje a leitura, não só sobre os *Cadernos*, mas sobre praticamente todo o período das esquerdas do pré-1964.

Com certeza, teria sido mais interessante se a crítica dos defensores do autonomismo tivesse se revelado através de pressupostos de ordem teórico-histórica que justificassem uma outra maneira de ler a formação social brasileira, e não simplesmente pela *simplificação argumentativa* – pelo menos neste caso – *de um preconceito que parece ser de ordem ideológica*, embora com as cores de uma crítica no campo da esquerda e, fundamentalmente, por um dado setor da intelectualidade paulista.²⁵

²⁵ “No final da década de 1970 constituiu-se uma opinião bastante crítica às experiências do movimento nacional, democrático e popular, hegemonizado pelos comunistas e nacionalistas, no início da década de 1960. Tudo, ou quase tudo, que foi produzido foi taxado de populismo. Nada escapou à devastadora onda crítica: ISEB, CPC, PCB, sindicatos etc. O centro desta nova produção foi, sem dúvida, a Universidade de São Paulo (USP)”. (BUONICORE, 2004, p. 1-2).

5. CONCLUSÃO

Analisando toda a fecundidade que os anos imediatamente anteriores ao pré-1964 apresentava, fica realmente muito difícil simplesmente afirmar – como o faz a teoria do populismo e a teoria do autonomismo – que tudo ali fazia parte do ardid de um pacto populista manipulatório que não levaria a lugar algum. Principalmente quando se estuda o período numa perspectiva de resgate do que vinha realmente acontecendo naquela sociedade, pois apresentava um nível de contestação e de reivindicações políticas que, até então, o Brasil nunca tinha assistido, pelo menos naquela intensidade.

Diante disso, podemos fazer várias perguntas: afinal, quem em sã consciência – do ponto de vista da classe trabalhadora – poderia considerar ruim que um conjunto de pessoas em crescente politização se manifestasse constantemente seja através de greves, de comícios, de ligas camponesas, de federações e confederações sindicais, etc.? Quem, em sã consciência, poderia considerar ruim que fossem disseminadas formas de manifestação artística que tivessem como objetivo contribuir para o processo de humanização do homem? Quem poderia considerar maléfico que se preservasse a mínima condição democrática que, bem ou mal, possibilitava a existência de um solo básico para o livre pensar, o livre agir e que, sabemos muito bem, nem era tão livre assim? Ou seja, mesmo nos estreitíssimos limites de uma democracia constantemente ameaçada, a emergência de lutas e de manifestações culturais no Brasil do pré-1964, frutificou e se disseminou de maneira tão intensa que seria difícil acreditar que o incômodo provocado por ela às classes dominantes não pudesse ter como resposta uma saída absolutamente radical no sentido literal de cortá-la “pela raiz”, daí a saída ditatorial militar. Será mesmo que tudo isso correspondia apenas e tão somente a uma manipulação partidária ou politicamente sectária de líderes populistas interessados em se manter a qualquer custo no poder? Será que acreditar nisso não seria atribuir demasiada importância a uma armação político-mental estranhamente sofisticada e, paradoxalmente, desrespeitar justamente a capacidade de pensar e de reagir das massas populares que essas correntes interpretativas julgavam estar defendendo? Ou será que as camadas sociais interessadas em procurar um caminho para a

concretização da revolução brasileira, independentemente de seus erros e acertos, estavam tão somente sendo teleguiadas por mentalidades sórdidas e mal-intencionadas de governos populistas e não por forças históricas e políticas contraditórias que, no embate das lutas de classes possibilitado por um mínimo de democracia, procuravam estabelecer sua hegemonia no movimento popular, a fim de construir uma contra-hegemonia no âmbito do capitalismo?

Senão, vejamos. Como afirmou muito apropriadamente Paulo Pontes, sobre o período imediatamente anterior ao pré-64, “[...] pouco mais de uma década de democracia foi capaz de gerar o processo, interrompido abruptamente em 1964, quase no nascedouro, de intercomunicação entre as classes sociais não comprometidas com o grande latifúndio e com o capital estrangeiro.” (PONTES, 1994, p. 17) Ele identifica nesse “nascedouro” de que maneira aquele contexto fecundo se estruturava: “A sociedade se dividia, se debatia, se agitava, dormia, acordava, respirava em torno dessas questões – e, nessas condições, ia-se formando a mais criadora geração de economistas, sociólogos, técnicos, pensadores, educadores, artistas e escritores que o país conheceu neste século.” (PONTES, 1994, p. 17).

Indico em síntese, apenas dois aspectos sobre os *Cadernos do povo brasileiro* que merecem uma menção final: a) em primeiro lugar, a coleção configurou uma imagem do Brasil no pré-1964, isto é, lendo agora, em pleno século XXI, a descrição histórica trazida pelos cadernistas é possível ter um quadro do país desde o processo de colonização até as vésperas do golpe, formando *um Brasil contado pelos cadernistas*; em segundo, os *Cadernos* cumpriram uma função social naquele momento da história brasileira: como difusão de conhecimentos históricos, políticos, teóricos, sociais e culturais; e, paralelamente, como um elemento de agitação e propaganda na luta de classes no Brasil. Prova disso foi a discussão que suscitaram a partir da inserção da publicação nos sindicatos, nas fábricas, nas Ligas, na UNE, no CPC, no CGT, nos partidos, nas universidades etc. Ou seja, no primeiro aspecto a Coleção mostrou como o Brasil tinha sido; no segundo, como o Brasil poderia ser.

Acredito que, com essa postura estigmatizadora dos *Cadernos*, as correntes teóricas hegemônicas paulistas eliminaram possibilidades de

discussão sobre uma das partes mais significativas da história brasileira e, conseqüentemente, da constatação do ascenso da luta de massas e das lutas de classes no Brasil. Não podemos desprezar o fato de que esse ascenso se deu em caráter nacional. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 as lutas se desenvolviam tanto no campo como na cidade, tanto nas ligas como nos sindicatos operários. Nesse sentido, os *Cadernos* são uma parte – e uma parte nada desprezível – do resgate desse momento e, nessa medida, eles têm o poder de remeter-nos à discussão sobre aquele momento fecundo, sobre aquelas manifestações. Inclusive para a análise de seus eventuais erros, mas também para a análise de suas positivities. E isso tudo sem jamais esquecer o âmbito isebiano em que a coleção se desenvolvia, marcado de maneira sobrepujante pelo compromisso do *intelectual público* e não apenas do *intelectual acadêmico*.

E, para encerrar, cabe referir a importância daqueles brasileiros do pré-1964, que leram e divulgaram de *mão-em-mão* os *Cadernos do povo brasileiro*, bem como a importância de todos os autores que trabalharam no último ISEB. Hoje, algumas décadas distantes, e com as possibilidades de difusão do pensamento multiplicadas de forma *on-line* – no paradoxo de parecerem, por um lado, quase banalizadas e, por outro, de acesso imprescindível – talvez seja difícil de entender, pelo menos para as gerações mais recentes, a importância de uma publicação daquele tipo. Mas a devida análise de sua conjuntura histórica não deixa dúvidas sobre a importante função social que o ISEB, a editora Civilização Brasileira e seu editor desempenharam, propiciando a publicação da coleção. Resta agora refletir se o preço que aquela geração pagou por escrever tais textos, ou simplesmente por divulgá-los – respondendo a Inquéritos Policial-Militares, sendo presos, torturados, exilados ou mortos – foi suficiente para que as gerações atuais e futuras não desprezem aquela contribuição e aquele esforço empreendidos com dedicação, suor, e algumas vezes com a própria vida.

REFERÊNCIAS

BUONICORE, Augusto. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica (Parte 2). Jornal *Vermelho*, São Paulo: jornal eletrônico do PC do B, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acesso em: 22 set. 2021.

- CHAUÍ, Marilena. Por uma nova política. *Revista Desvios*, São Paulo, n. 1, nov. 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre alguns Cadernos do povo brasileiro e o Manifesto do CPC. In: CHAUÍ, M. *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.
- CHAUÍ, Marilena. Representação ou participação? In: CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.
- LOVATTO, Angélica. *Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontífca Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. N. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- PONTES, Paulo. Viva Viana. In: BARCELLOS, J. *CPC: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SADER, Éder et al. A autonomia em questão. *Revista Desvios*, São Paulo, n. 1, nov. 1982.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. [Depoimentos]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.
- TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ENTRE GUERREIRO RAMOS E FLORESTAN FERNANDES: ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Marcelo Augusto Totti

Nos cursos ao qual ministro na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília, um deles é história do pensamento social brasileiro, um dos autores estudado é Guerreiro Ramos, faço questão de retomar o pensamento de Guerreiro Ramos para entendermos a formação das ciências sociais brasileira a partir desse contraponto com a escola de sociologia paulista e com Florestan Fernandes.

Essa perspectiva analítica não é muito usual nas ciências sociais brasileiras e muito menos na sociologia, há uma prevalência muito forte da discussão em torno da vertente uspiana. Colocar a discussão sobre o ISEB em um evento comemorativo dos 100 de Florestan é muito singular, os eventos que acompanhei sobre o centenário do sociólogo uspiano falaram pouco ou quase sobre o debate com o ISEB, o que entendo ser fundamental importância para estabelecer um contraponto

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p107-124>

crítico e histórico. Assim, gostaria de começar com duas frases, a primeira de Renato Ortiz em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, onde discute o que denomina como as ciências sociais e a diversidade de sotaques, argumenta que:

[...] o pensamento latino-americano subdividia-se, portanto, em unidades menores: brasileiro, mexicano, argentino, chileno. A história das ciências sociais é narrada no plural, não no singular: sociologia brasileira, sociologia peruana, sociologia mexicana etc. Aspecto que acirra a contradição entre o autóctone e o estrangeiro, pois toda identidade contém uma dupla face: ela delimita um espaço interior (moradia da autenticidade) e o separa do que lhe seria estranho. (ORTIZ, 2012, p. 18).

Continua Ortiz (2012, p. 18, grifos do autor) “[...] a rigor não faria sentido falar na existência de um pensamento francês ou alemão, para Durkheim e Weber, seriam universais, Parsons tampouco poderia ser identificado como norte-americano, ele era o autor de *A estrutura da ação social*.” Esse é o debate que coloca em campos opostos, de um lado o Florestan Fernandes apontando a perspectiva dos métodos universais da ciência e Guerreiro Ramos, que vai defender uma sociologia de caráter nacional. No interior dessa contenda que foi criada os rumos e o caráter da formação da sociologia no Brasil.

Ainda no interior desse debate cito a segunda frase de autoria de Gabriel Cohn na abertura do III Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em Brasília, em 1987, quando classificou a ácida e polêmica contenda entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes “en passant como ‘diálogo de surdos’” (MATOS, 1997, p. 149). pois ambos estavam corretos visto que no fundo versavam sobre questões aparentemente distintas. Aliás, Gabriel Cohn é muito bom em produzir frases de efeitos, uma delas está no livro organizado pela Maria Angela D’Incao, oriundo da 1ª Jornada de Ciências Sociais da Unesp, que se realizou no Campus de Marília em 1986, em capítulo intitulado “O ecletismo bem temperado”, destinado a analisar as relações entre sociologia e antropologia no pensamento de Florestan Fernandes, destaca que para o sociólogo uspiano os procedimentos

metodológicos se sobrepõe a questão analítica: “Em Florestan o que importa fundamentalmente são os procedimentos de análise da realidade, os modos de enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico. Interessa mais a ordem dos procedimentos para se dar conta da realidade do que a ordem dos conceitos na teoria internamente consistente.” (COHN, 1987, p. 49) o que levaria a um “ecletismo bem temperado” não simplesmente “relativizador” nem atomizador dos procedimentos analíticos (COHN, 1987, p. 50).

Feito esse preambulo inicial, é importante retomar o contexto do debate acadêmico nos anos 1950 e 1960 ao qual Florestan é figura central, como também, o debate travado com Guerreiro Ramos. Em 1949, Florestan Fernandes já havia defendido e publicado a dissertação de mestrado *A organização social dos tupinambás*, que teve uma enorme repercussão acadêmica, levando um antropólogo de relevo como Lévi-Strauss a classificá-la como uma obra que havia revolucionado a antropologia. A importância dessa obra é tão significativa ao contexto intelectual brasileiro e seu início, que Antonio Candido em conversa com o próprio dimensiona o impacto da publicação: “Florestan, vendo o seu trabalho a gente não tem inveja dos ingleses. Agora temos um livro para mostrar.” (CANDIDO, 1978 apud FERNANDES, 1978, p. 85).

O trabalho desenvolvido por Florestan sobre os tupinambás era muito incomum aos padrões da sociologia da época, ele reconstruiu a organização dos tupinambás, povo que havia sido extinto no século XVIII, através da utilização rigorosa de métodos científicos e “[...] materiais utilizados pelos paleontólogos, biólogos e antropólogos que estudavam aspectos particulares dela.” (CERQUEIRA, 2004, p. 48). A idade do autor também chama atenção, vinte e sete anos, Antonio Candido chega a chamá-lo de maluco, porque as dificuldades de realizar um trabalho de linhagem estrutural-funcionalista que dada as características dos trabalhos desenvolvidos no período com povos indígenas requeria uma perspectiva etnográfica.

Esse trabalho tem como premissa um rigoroso e extenso labor metodológico, que dá a Florestan Fernandes as credenciais necessárias para novos desafios de forma aprofundada, com referencial teórico consolidado

e maturidade na elaboração do chamado artesanato sociológico, de um trabalho de comunidade com reconstrução de uma sociedade a partir de relatos de viajantes, cronistas e documentos do período e para o trabalho de doutoramento com dados mais sensíveis e pertinentes ao desenvolvimento científico. Assim, abre-se uma nova etapa na carreira sociólogo,

[...] a monografia sobre *A Função Social da Guerra* na sociedade tupinambá tinha outra significação teórica, em si mesma e para mim. Foi a primeira tentativa que fiz de ‘sair do chinelo’ e de enfrentar o trabalho de elaboração teórica propriamente dito. A teoria que estava em jogo era a teoria da solidariedade coletiva nas sociedades tribais. E é em alguma coisa que eu poderia fazer depois de ter contemplado um trabalho de reconstrução pura e simples, como no livro anterior. Quem leu os dois livros vai nota que eu avanço muito mais no segundo, porque a reconstrução está estabelecida. (FERNANDES, 1978, p. 87, grifos do autor).

O trabalho de mestrado oferece os alicerces necessários para realizar uma sistematização teórica muito mais condensada e densa para uma contribuição científica muito mais sistemática à sociologia brasileira. Esse trabalho ele foi duramente criticado por vários setores da intelectualidade, muitos deles do campo da esquerda em função do seu caráter funcionalista, ao qual o próprio autor questiona “[...] foi o trabalho mais rigoroso que eu realizei, embora hoje ele pareça um trabalho menos importante porque hoje se condena de maneira preconceituosa e dogmática toda a espécie de análise funcionalista. Todavia, eu duvido que alguém possa tratar as relações sincrônicas de uma perspectiva dialética.” (FERNANDES, 1978, p. 85).

Para ele, esse livro teve a maior contribuição teórica e de rigor que já realizou, justamente por isso considera essas críticas como infundadas, visto que o sociólogo uspiano avalia esse trabalho como um trabalho sincrônico que é uma análise interpretativa e analítica de um sistema de regularidade concreta do tempo e na vida da sociedade tribal, que buscava-se renovar incessante na busca do seu passado. Uma análise que não poderia ser realizada pela perspectiva dialética, visto que não se buscava considerar a mudança no tempo, pois sua intenção não era estudar a transformação

daquela sociedade, e muito menos o processo de transformação dentro de uma totalidade, ali procurou fazer como a sociedade recupera o seu passado de maneira incessante para inclusive renovar-se, essa renovação ocorria mantendo suas bases estruturais. então, o fluxo da vida social une, perpetua e se renova a partir de um padrão estático de equilíbrio de personalidade, de economia, da sociedade e da cultura.

Florestan Fernandes buscava então entender as formas culturais do passado recuperadas na vida indígena no presente, não para negar essas realidades atuais, mas sim como fonte de inovação e modernização, “[...] onde ele estabeleceu a relação entre a análise funcional e marxista ... houve uma certa relação entre funcionalismo e marxismo que muito anos depois se tornou uma coisa, talvez, impensável, mas que existiu não só no Brasil, mas também em outros países.” (MARTINS, 1987, p. 55). Hermínio Martins refere-se a escola de antropologia de Manchester dirigida por Max Gluckman, que apesar de se considerar funcionalista bebia de fontes de marxista e tinha entre seus integrantes inúmeros marxistas, muitos deles membros do Partido Comunista Britânico.

A defesa do doutorado rendeu a Florestan Fernandes reconhecimento acadêmico e um prestígio ímpar, ainda em sua fase de elaboração, ocorreu o convite de Roger Bastide para participar de uma pesquisa encomendada pela Unesco sobre as relações raciais no Brasil. Roger Bastide, já tinha uma carreira consolidada e era um sociólogo respeitado quando convidava Florestan a participar dessa pesquisa. Florestan recusa convite várias vezes, pois estava atarefado com sua tese, até que um determinado dia e isso pesou fortemente na decisão de Florestan, pois Florestan foi durante 4 anos aluno de Roger Bastide¹, depois de muita insistência de Bastide e ao “[...] ao sair da sala em que conversávamos e, no vão da porta, me perguntou: ‘o senhor não aceita só escrever? eu colho os dados para o senhor.’” (FERNANDES,

¹ A relação com Roger Bastide chegou a render certos embaraços para Florestan: “Diz respeito à minha transferência da cadeira de sociologia II para a de sociologia I. O professor Roger Bastide, que num dado momento precisava voltar para a Europa, colocou o departamento diante do problema de que eu poderia ser a pessoa indicada que deveria ficar em seu lugar. Fernando de Azevedo não gostou da história, pois foi uma interferência direta, em público, na estrutura da cadeira de sociologia II. Ele não perdia grande coisa mas, de qualquer maneira, queria ser o autor da iniciativa. Roger Bastide, que era uma espécie de santo em matéria de inocência e em outros aspectos, não teve o cuidado de verificar como uma transferência dessas envolvia uma negociação complicada. O fato é que comecei a trabalhar nas duas cadeiras, cheguei a dar catorze aulas por semana.” (FERNANDES, 1995, p. 195-196).

1978, p. 94). Evidente que Florestan Fernandes ficaria estremecido com tal atitude, Bastide foi o grande professor e mestre, aquele com quem já tinha trabalhado sobre o folclore e havia reconhecido o potencial do jovem Florestan, “[...] tão comovido, que saíram lágrimas dos meus olhos. Aí eu me levantei e lhe respondi: ‘está bem o senhor venceu.’” (FERNANDES, 1978, p. 94). O reconhecimento do mestre e grande sociólogo falou mais forte do acúmulo de tarefas e trabalho que teria pela frente.

O aceite para realizar a pesquisa não significava um caminho sem obstáculos, apesar do financiamento e interesse da Unesco, as condições para a realização da pesquisa eram extremamente precárias. A Unesco havia oferecido um aporte de apenas \$1000, o que era algo ínfimo na época para realizar uma pesquisa de grande porte, e havia também uma visão da Unesco ao financiar a pesquisa de que as relações raciais no Brasil eram menos conflituosas, mais harmoniosas, a miscigenação causaria uma certa ausência de segregação mais forte como a experiência norte-americana, o que gerava contornos de que os conflitos sociais não eram tão intensos e essa características brasileira mereceria ser estudada mais de perto.

Foi nesse espírito que se deu o convite da Unesco a Roger Bastide, adicionado o complicador dos recursos parcos, Florestan e Bastide decidem pagar a Renato Jardim Moreira e a Lúcia Herman para serem assistentes na pesquisa fazendo a coleta dos dados e foram remunerados recebendo \$1000, cada um. recebendo \$500. Essa pesquisa teve um caráter muito inovador para a sociologia brasileira, o trabalho realizado foi intenso, com reuniões coletivas constante com as principais lideranças negras da cidade de São Paulo e de pesquisadores da universidade. Os pesquisadores levaram a população negra para dentro da universidade, não como mero objeto de pesquisa, mas como sujeito e partícipe do processo de elaboração dos questionários onde as lideranças negras formavam comissões e discutiam os resultados a cada 15 dias, os questionários e entrevistas eram padronizados.

De outro lado, havia uma perspectiva bastante realçada por Roger Bastide que era de realçar o elemento aleatório nas colegas e nas amostras técnicas, pois cada situação ocasional que envolvesse uma relação entre negros e brancos deveria ser abordada como uma observação etnográfica e coleta de campo, isso poderia ocorrer durante um passeio, corridas de

táxi, viagens de ônibus como se fossem coletas instantâneas das relações sociais em plena vida cotidiana². A pesquisa chega a resultados bastante promissores sobre as relações raciais na cidade de São Paulo, contrariando as premissas vislumbradas pela Unesco, que apesar das diferenças com o racismo norte-americano³ mantinha os resquícios no período escravocrata e que o preconceito se manifestava fundamentalmente na estrutura social, criando uma barreira segregadora do preconceito de cor mantida pelo poder senhoril. Ao chegar nessas conclusões, além de contrariar as teses da Unesco também questionava toda uma tradição que se vinha até então racista e arianizantes como de um Oliveira Vianna e de nascer especial com as relações raciais “harmoniosas” em Gilberto Freyre,

Após esse trabalho, Florestan assume a cadeira de sociologia 1 e começa a impor um estilo de pesquisa com enorme rigor científico e metodológico baseado em fundamentos empíricos e com um grupo de pesquisadores dedicados a remodelar as bases da sociologia brasileira e formar o que foi denominada na literatura da chamada escola de sociologia paulista. Aliás, a utilização do termo escola de sociologia paulista não foi bem aceito pelo próprio Florestan, porque ele não acreditava que o que construiu na Universidade de São Paulo não chegou aos moldes de uma escola com um legado como a escola de Chicago. Entendo ser importante utilizar essa denominação em virtude dos trabalhos coletivos realizados e da importância que tiveram nas formulações de investigações e nos modelos que norteavam suas pesquisas e suas interpretações sociológicas sobre o Brasil.

Contudo, a denominação escola de sociologia paulista certamente ganha relevo pelas polêmicas travadas com o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos e a disputa travada com o ISEB. As polêmicas entre ambos ocorreram de forma mais acirrada em dois eventos fundametai

² As críticas do ponto de vista metodológico foram observados pelo sociólogo Levy Cruz que chegou a questionar os resultados apresentados, visto a falta de rigor metodológico: O uso de amostras intencionais e assistemáticas, privilegiando informações prestadas por famílias tradicionais e por estrangeiros e descendentes; o trabalho de campo baseado principalmente em conversas informais em circunstâncias aleatórias; e a análise dos dados, sem uma organização adequada dos mesmos e sem os testes necessários, levaram a amostras com vieses que põem em cheque a representatividade dos resultados referentes ao universo pesquisado (CRUZ, 2006, p. 69).

³ A referência ao racismo nos Estados Unidos da América é importante, pois baseado nesse modelo de segregação racial que a Unesco se interessa no caso brasileiro vislumbrando aqui uma suposta “democracia racial”.

ISEB, que é o segundo congresso latino-americano de sociologia em 1953 na cidade de São Paulo⁴. Nesse evento, pensando em uma sociologia como um dos alavancos do seu desenvolvimento nacional, Guerreiro Ramos defendia uma sociologia fosse ligada aos interesses nacionais e de melhoria das condições de vida do povo, não à toa que um dos temas fundamentais para a sociologia deveria ser a industrialização: “[...] compreender que a melhoria das condições de vida das populações latino-americanas está condicionada à industrialização.” (RAMOS, 1995, p. 148). Assim, a industrialização deveria ser uma categoria sociológica.

Observo que ao levantar tais questões e enfrentá-las passando por enxergar os problemas mediante as estruturas nacionais e regionais dos países latino-americanos, Guerreiro Ramos propõe uma sociologia de caráter particularista, não que o que o sociólogo baiano negasse as determinações universais da ciência, mas entendia que elas tinham que se adaptar à realidade nacional e regional e pensava fundamentalmente uma sociologia de redenção nacional. Ao adotar tal posição, concordo com o termo utilizado por Caio Navarro de Toledo de que o Guerreiro Ramos faz uma sociologia com uma perspectiva engajada. Retomando o congresso latinoamericano de sociologia, o isebiano apresentou 7 teses que procuravam redimensionar o estilo dos métodos e técnicas de se fazer sociologia em nosso continente, dentre elas que a sociologia devia focar os problemas sociais de acordo com suas estruturas nacionais e regionais, seria desaconselhável aplicar recursos nas práticas e pesquisas sobre minudências da vida social, o refinamento da sociologia decorrem das estruturas nacionais e regionais, os métodos e procedimentos nos países latino-americanos devem estar incorporados com os seus respectivos recursos de ordem econômica adjuntos de técnicos com nível cultural comum respectivo de suas populações.

Além dessas proposições de cunho metodológico, o trabalho sociológico deveria ter em vista a melhoria das condições de vida atrelado ao desenvolvimento industrial e a organização do ensino de sociologia deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para emancipação cultural dos discente, todas as “[...] teses foram ruidosamente desaprovadas,

⁴ Sobre a formação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) uma leitura importante é de um de seus fundadores Nelson Werneck Sodré (1977).

por 22 votos contra 9, com o agravante ainda de o autor deste estudo ter sido francamente agredido com demonstrações de ódio e despreço por um dos seus opositores.” (RAMOS, 1995, p. 106).

A menção que Guerreiro Ramos faz quanto ao ódio e despreço é refere-se a Florestan Fernandes, que rebate as teses do isebianos com os seguintes argumentos:

[...] as ideias defendidas por guerreiro ramos e mario lins ilustram com vigor típicos essas duas orientações extremas ora ideal nível conhecido, nesse caso, primeiro, os sociólogos brasileiros precisam associar suas questões teóricas a investigação de fenômenos sociais que ocorrem na sociedade brasileira, segundo eles não devem esquecer-se ao realizar tais trabalhos que precisam contribuir tanto para o conhecimento sociológico do brasil quanto para o progresso da sociologia como ciência. (FERNANDES, 1958, p. 213).

O argumento de Florestan está voltado a dizer que o trabalho de Guerreiro Ramos e Mário Lins não são oriundos de uma sociologia científica, pois se amparavam em autores e teses consideradas por Florestan Fernandes como pré-científicos. Guerreiro Ramos rebaterá tal tese no prefácio da segunda edição da *Redução Sociológica*

[...] o bovarismo é uma espécie de personalidade, o significado é outra falácia que incorre o senhor Florestan Fernandes. Consiste em extremar a distância entre o mundo dos sociólogos e o dos ‘leigos’, ao ponto de considerá-los cindidos, o que, obviamente é falso. O Sr. Florestan Fernandes reitera, repisa a distinção entre o cientista e o ‘leigo’, e parece considerá-la como ideal. Considera ‘o cientista como participantes de um cosmos cultural autônomo’ e afirma que ‘o sistema científico pode ser entendido ontologicamente como uma subcultura’. Nas condições atuais da civilização existe, de fato, essa distância que, até certo ponto é necessária, mas o saber científico e em particular o sociológico só é largamente privilégio de círculos restritos por conta de condições históricas que limitam acesso das massas ou dos leigos à cultura. (RAMOS, 1996, p. 27).

A resposta de Guerreiro Ramos centra-se na necessidade de massificação ou nas palavras do autor de “vulgarização” da sociologia, para ele a sociologia se volatizará caminhando para um processo global de conhecimento diminuindo a distância entre cidadão comum e cientista ou como ingrediente comum da conduta dos cidadãos, o que na visão de Guerreiro escandalizaria o “aristocratismo do professor paulista” (idem). E continua o sociólogo baiano:

O professor paulista é ideólogo de uma sociologia insustentável, que nunca existiu, não existe, nunca existirá. A sociologia não é exterior à sociedade global. Pode, é certo, transcender a conduta vulgar, mas dentro dos limites prescritos pela sociedade global, à maneira de que lembrava Karl Marx, na terceira tese sobre Feurbach, quando apontava o utopismo dos pensadores do século XVIII, que queriam educar os outros, esquecendo-se que o ‘educador também deve ser educado’ e que, só no mundo das quimeras, a sociedade está dividida em duas partes, uma muito acima da outra. (RAMOS, 1996, p. 28).

Talvez Florestan Fernandes não fosse um inimigo e atuasse contrariamente a democratização da cultura e do conhecimento, pelo contrário, em texto dos anos 1950 e na campanha em defesa da escola pública o “professor paulista” das palavras de Guerreiro Ramos defendeu a democratização dos conhecimentos científicos.

As duras críticas as teses apresentadas por guerreiro ramos, em que ele salienta que levantar a sociologia a patamares pré-científicos, retrocedendo em termos metodológicos e científicos a adoção de estudos genéricos, o que do ponto de vista metodológico são evidentes as inconsistências das recomendações apresentadas pelo sociólogo baiano diante das implicações de conhecimento científico e acima de tudo ressalta a tendência de considerar as imposições, as obrigações do sociólogo, em relação ao que deve de lealdade e ao mesmo tempo que deve negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico.

Essa tendência oculta-se em uma formidável falácia, a contenda entre ambos estava longe de ser apaziguada e estava relacionada a

parâmetros aos quais a sociologia enquanto ciência deveria seguir, adotar modelos metodológicos de caráter universal que dessem conta de aplicação de técnicas e modelos científicos em diferentes estruturas sociais, ou modelo de caráter nacional que abrangesse as necessidades de determinada estrutura social nacional e regional: esse era o grande dilema! Florestan não descartava a necessidade dos estudos sociológicos focarem na realidade nacional, grande parte de sua obra foi direcionada para análise das estruturas sociais da realidade brasileira, mas lembrava que a ciência tinha procedimentos metodológicos de caráter universal, e a sociologia brasileira não seria diferente disso.

Esse debate se estende ao primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, no ano de 1954, realizado em conjunto com as festividades do quarto centenário da cidade de São Paulo. A temática do evento era diversa e Florestan Fernandes apresenta uma comunicação defendendo a retomada da sociologia na escola secundária, segundo o sociólogo uspiano, as sociedades necessitavam de demandas que somente as lentes das técnicas sociológicas poderiam fornecer. Além disso, a escola contaria com instrumentos e conhecimentos científicos para dar cabo a solução dos problemas sociais e educacionais que estariam mais adiantados em outros países.

Florestan coloca o sociólogo, o cientista social, como um intelectual nos termos manheimianos⁵, a ciência deveria indicar os caminhos de uma mudança cultural provocada. Em outro texto apresentado no congresso internacional de relações internacionais, Florestan coloca a sociologia dentro de um espectro específico das relações internacionais, sendo ela e o sociólogo fundamentais na resolução dos conflitos internacionais, fazendo da sociologia quase que uma profissão de fé.

O texto da introdução da sociologia na escola secundária não foge muito desse viés, ali argumenta-se que o ensino secundário no Brasil preenchia funções estáticas, tinha um caráter meramente auxiliar independentemente do restante do sistema de ensino, e não um papel de uma educação dinâmica, que poderia vir a ser alcançada com o ensino

⁵ Para uma melhor apreensão desse debate, observar o texto de Cepêda; Mazucato (2015).

de sociologia “[...] a ideia de introduzir inovações no currículo da escola secundária, ganha outra significação quando examinada a luz da influência construtiva da educação pelas ciências sociais em um país de informação como o Brasil.” (FERNANDES, 1955, p. 105).

Ao observar os textos de Florestan Fernandes em especial mudanças sociais no Brasil a ênfase é a perspectiva de transformação da sociedade brasileira dentro de uma ampliação da democracia e dos princípios de um processo de revolução burguesa em curso nos anos 1950 com conquista à melhoria das condições de vida da população e a educação teria um elemento de fator modernizantes versus uma mentalidade atrasada ainda em vigor:

A argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade, exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra. (FERNANDES, 2008, p. 112).

Em carta a Barbara Freitag, anos mais tarde reafirma sua posição.

Até Trotsky, o mais radical dos socialistas revolucionários, sabia que a revolução burguesa não constitui um “episódio histórico” e que ela se atrasa (aliás, sua “lei do desenvolvimento desigual e ampliado” poderia ser aplicada ao tema fora do contexto russo). Por aqui, parece que pensam que já não existe burguesia e que a dominação que nos sujeita é puramente astral. Tão pouco entendem que o processo descrito teria de ocorrer de modo muito diverso. A burguesia que retarda ou que não completa a revolução nacional precisa, naturalmente, usar o Estado Nacional para se fortalecer e se privilegiar. Mas o que fazer? Preciso munir-me de muita paciência para suportar, ao lado da marginalização, uma incompreensão generalizada. (FERNANDES, 1996, p. 159).

Retornando a Guerreiro Ramos, apesar de considerar importante a divulgação dos estudos sociológicos na escola secundária, questiona as condições de oferecimento dessa disciplina diante da realidade brasileira. Na visão do sociólogo baiano ocorria uma alienação da sociologia brasileira frente à realidade nacional, tanto na formação como na metodologia e os manuais estariam atrelados aos pressupostos teóricos estrangeiros, o que levou Guerreiro Ramos a classificar a sociologia brasileira como uma sociologia enlatada.

Os manuais aos quais o autor se refere estavam embebidos de autores estrangeiros e não conseguiam fazer uma mediação com a realidade nacional, o que para Guerreiro “[...] apenas dois brasileiros podiam ser considerados sociólogos sistemáticos originais, capazes de transmitir a discentes uma visão sociológica amadurecida e de primeira mão: Oliveira Viana e Pontes de Miranda.” (RAMOS, 1995, p. 124). Oliveira Viana, apesar das críticas as bases metodológicas que partiu, contribuiu de modo decisivo para uma análise sociológica do povo brasileiro, para uma mudança em termos sistemáticos, sendo na sua avaliação um dos primeiros sociólogos comprometidos com e dedicados a entender nossa realidade. Pontes de Miranda foi o autor do compêndio de maior magnitude teórica e autonomia intelectual no Brasil .

Desse modo, defendia que o ensino de sociologia devolva ao educando sua capacidade de autonomia e de assessoramento das forças particulares da sociedade em que vive, o ensino da sociologia não deve distrair educando da tarefa essencial, de promoção da autarquia do seu país.

O I Congresso Brasileiro de Sociologia além de aprovar a introdução da sociologia como disciplina regular no ensino secundário, colocou a comunicação de Florestan Fernandes como uma referência para posteriores inquéritos e estudos para as seções estaduais da Sociedade Brasileira de Sociologia e como documento dos sociólogos brasileiros a ser encaminhado para a Câmara dos Deputados para providências quanto à inclusão da sociologia como disciplina regular de ensino médio.

Fruto dessa polêmica com Guerreiro, Florestan Fernandes publica o texto Padrão científico dos sociólogos brasileiros como um dos capítulos

do livros *A etnologia e a sociologia no Brasil*. Outro texto secular nessa discussão é *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, nele o sociólogo uspiano vai definir o que são as instâncias empírico-indutivas e defender que as instâncias empíricas reproduzem fatos ou fenômenos sociais e que a realidade não é uma mera apreensão imediata, há uma necessidade de descrição e explicação científica dessa realidade, que será reproduzida fundamentalmente em totalidades.

Todos esses procedimentos são universais e as ciências da observação não são fontes fundamentais para as ciências sociais, nesse processo de observação da realidade a partir dos dados empíricos, que Florestan vai defender os fundamentos metodológicos da sociologia. Tendo como base esses elementos, a sociologia de Florestan utilizará dados estatísticos como elementos empíricos.

Guerreiro Ramos não questionará a validade dos dados empíricos, criticará o que denomina de uma “ortodoxia metodológica”, o que em sua ótica não haveria uma ortodoxia em pesquisa. Para ele, não haveria necessidade de adaptar os métodos e técnicas com refinamento e exigências de precisão científicas em países com poucas estruturas e condições de pesquisas. A metodologia sociológica deve decorrer do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais, assim nos países de subdesenvolvidos “[...] a precisão é secundária em nosso meio, como porque é até impossível atingir o refinamento em pauta, tendo em vista as deficiências do nosso aparelho estatístico, as condições culturais das populações brasileiras e ainda as disponibilidades financeiras do Estado.” (RAMOS, 1995, p. 154).

Para sustentar sua tese, Guerreiro cita como exemplos os índices de mortalidade infantil dos países latino-americanos e os compara com os países europeus, via de regra mais baixos que os países latinos. Contudo, segundo Guerreiro estudos de especialistas europeus salientam que o nascimento de uma criança inicia-se na fase de gestação, o que revelaria problemas de ordem endógena oriunda de problemas de traumatismo no nascimentos entre outros, mas também, de ordem exógena concernente a fatores ambientes e socioculturais de cada região e país. Por isso, tais instrumentos metodológicos devem se ater a realidade das estruturas

nacionais e regionais, e o pesquisador deve ter conhecimento da realidade, caso contrário é o sociólogo encarará uma alienação da realidade.

Dessa contenta que marcou a sociologia brasileira e relega aos tempos áureos de nossa formação, ficaria com as palavras de Bariani Junior (2012, p. 78) que definiu muito bem essa disputa:

Eruditos, intelectuais públicos, de brilho incomum. Oponentes e talvez complementares, senão paradigmáticos ao menos significativamente únicos. Dois ‘weberianos’ e manheimianos particulares, ecléticos na aparência, de uma originalidade sem preconceitos; ambos exilados, engajados e eleitos deputados: dois inconformistas, radicais – cada qual a seu modo. A sociologia – para eles – era muito mais que uma disciplina, a ela dedicaram suas vidas, mas ambos projetos ‘fracassaram’: nem autonomia, nem revolução, nem paixão, nem sociologia nacional, o que os sucedeu foi a tecnologia do controle social como profissionalização do saber, agora como intervenção racional e rebeldia política ou forma por excelência de conscientização social, mas como ocupação universitária e inserção institucional.

Ao definir como momento “heroico” de nossa sociologia, Bariani Junior (2012) dá os devidos contornos do que significou esse debate em uma conjuntura favorável as mudanças sociais vivenciadas no país. Como não foram apenas caminhos tranquilos, poderíamos qualificar um dos fatores do denominado “fracasso”, que reposicionaria como algo desalentador aos projetos de Florestan Fernandes foi a criação do grupo do Capital ou “Grupo Marx”, que teve a intensa participação de seus assistentes.

O grupo criado inicialmente por José Arthur Giannotti que havia voltado da França e participado do grupo “Socialismo ou barbárie” era uma corrente crítica ao marxismo soviético. O grupo de estudos formado por jovens intelectuais muitos deles em busca de afirmação e de inserção no debate universitário brasileiro através de materialismo dialético em oposição ao estrutural-funcionalismo herdado da formação francesa. O fato inusitado é que o grupo do capital contava com vários assistentes de Florestan e nem por isso que acharam na obrigação de convidar o mestre. Segundo um de seus membros, Fernando Henrique Cardoso

“[...] ele pertencia a outra geração. E acrescentou “ele não era marxista.” (CARDOSO, [19–] apud SOARES, 1997, p. 60) ou que seu marxismo era demasiadamente técnico. De fundo havia o caráter inibidor do professor catedrático que impunha Florestan Fernandes. Em que pese tal afirmativa sobre o marxismo do Florestan, havia uma premissa da chamada escola de sociologia paulista de que o método dependeria da escolha do objeto de sua análise, conforme já trabalhamos no decorrer desse texto. Não obstante a criação do grupo do capital, há toda uma mudança conjuntural e social do país que necessariamente fizeram que Florestan Fernandes observasse essa nova realidade e a conjuntura política e social do país com maior radicalidade e desse maior ênfase em seus estudos ao materialismo histórico.

Essa retomada já pode ser observada em sua tese de livre docência para o concurso de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes* e a na campanha de defesa da escola pública em 1959. Ela teve contornos também bem especiais, visto o projeto substitutivo do deputado udenista Carlos Lacerda previa que o Estado não poderia exercer o monopólio educacional, sendo também dever da família desempenhar o seu papel educativo optando entre o ensino público e o privado. com isso os recursos estatais também deveriam ser destinados as escolas privadas na mesma proporção que o investimento estatal.

Outro fator que entendo ser importante é o papel que a sociologia deveria empenhar enquanto uma ciência aplicada, aos moldes manheinianos, foi o momento de encarar a sociologia como uma ciência capaz de intervir na sociedade através dos instrumentos teóricos. Para isso, Florestan mobilizou toda a cadeira de sociologia 1 com assistentes e demais colaboradores da Universidade São Paulo e travou uma batalha na sociedade civil contrariamente aos ideais privatistas do deputado Carlos Lacerda e da Igreja Católica. Foram realizados inúmeros debates, palestras, com setores da elite paulista ligadas ao jornal Estado de São Paulo. As relações com os movimentos sociais também foram intensas, com inúmeras conferências com setores operários, líderes sindicais de diversos setores perfazendo uma inflexão da universidade indo ao povo: “como intelectual aproveitei muito e principalmente descobri que a sociologia precisa responder as expectativas que não devem nascer dos donos do poder, mas sim de critérios nacionais

da reforma, que levem em conta a nação como um todo, ou das pressões históricas dos grupos inconformistas”.

A educação popular seria o elemento definidor da diminuição das desigualdades sociais no país, o Estado educador somente se efetivaria dentro um estado democrático na realidade brasileira. Florestan via na educação e na campanha um elemento impulsionador da cidadania civil e política, derivada das mudanças sociais necessárias no país. Em sua ótica, uma sociedade mais democrática e mais equitativa passava por reformas que abrangeria não só educação, mas outras reformas e a partir daí que o Florestan começa a desenvolver as suas teses que são a revolução dentro da ordem e contra ordem.

REFERÊNCIAS

- BARIANI JUNIOR, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Curitiba: Editora CRV, 2012.
- CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CEPÊDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago. Ciência, intelectuais e democracia no centro e na periferia: o diálogo teórico entre Karl Mannheim e Florestan Fernandes. *In: CEPÊDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago. (org.) Florestan Fernandes, 20 anos depois: um exercício de memória*. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. p. 65-86.
- CRUZ, Levy. Roger Bastide e a pesquisa da Unesco em São Paulo: introdução a uma crítica. *Estudos de Sociologia*, Pernambuco, v. 12, n. 2, p. 69-95, 2006.
- FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 1., 1954, São Paulo. *Anais [...]*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955. p. 80-106.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária: retratos de intelectuais e inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995
- FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes por ele mesmo. *In: FREITAG, Bárbara*, São Paulo: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-172, 1996.

- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.
- MARTINS, Hermínio. A totalidade fora de lugar. In: D'INCAO, Maria Angela. *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Unesp, 1987. p. 54-62.
- MATOS, Bráulio Tarcisio Pôrto de. Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 3, n. 3-4, p. 149-172, 1997. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v3i3-4.2655>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a diversidade dos sotaques. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7-24, fev. 2012.
- RAMOS, A. G. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.
- SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 101-119, 1977.

SEÇÃO III

SOCIALISMO E MILITÂNCIA POLÍTICA

FLORESTAN FERNANDES NO EXÍLIO

*Marcos Tadeu Del Roio*¹

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes era um nome conhecido e respeitado no ambiente ainda muito restrito da Universidade brasileira e, mais em particular, na grande área da Humanidades. Nos anos 60, apareceu como militante pela ampliação da escola pública e pelo acesso a Universidade, além de notável estudioso da questão do negro brasileiro na sociedade classista racista. O ponto que centralizava as preocupações das ciências sociais no Brasil e em todo o continente era a questão que girava em torno do problema do desenvolvimento / subdesenvolvimento e dependência. Sobre esse problema também a contribuição de Florestan Fernandes foi maiúscula.

O debate fora pautado pela CEPAL, que apontava na reforma agrária e na industrialização o caminho a ser trilhado na luta contra o subdesenvolvimento. Nesse caminho a ruptura com o imperialismo e o papel da burguesia industrial seriam de grande importância para que se desenvolvesse um capitalismo autônomo. Nos anos 60, a discussão avançou para formas de contestação dessa tese original. Uma linha, influenciada

¹ Prof. Titular de Ciências Políticas da UNESP-FFC.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p127-144>

pela revolução cubana, negava a possibilidade de a burguesia cumprir o papel anti-imperialista e percebia a revolução socialista como meio único de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Ruy Mauro Marini (1969; 1973) e Theotonio dos Santos (1972) podem ser sugeridos como expressão dessa vertente. Por outra face, apareceu quem afirmasse a possibilidade do desenvolvimento com a manutenção da dependência, desde que a burguesia pudesse redefinir o seu papel na associação com o imperialismo. Nesse caso podemos indicar Fernando Henrique Cardoso como expoente na defesa dessa tese (CARDOSO, 1970).

A argumentação científica não esconde as diferentes posições políticas, os diferentes projetos históricos. Ambas, contudo, trazem a crítica explícita às interpretações do Partido comunista. Apesar de ser aproximada de maneira forçada à leitura cepalina, na verdade a teoria da revolução brasileira do PCB insistia, desde 1929, que a revolução democrática deveria proceder a reforma agrária e a ruptura com o imperialismo pela ação política coletiva do proletariado industrial, campesinato sem-terra e pequena burguesia urbana. Em alguns momentos foi aventada a hipótese de aliança com fração da burguesia que escolhesse se aliar a essa pretendida frente única. Essa hipótese ganhou força desde 1958 no PCB e as críticas dentro e fora do partido forma duríssimas, principalmente depois da catástrofe de 1964. De todo modo, o que importava para o PCB é que no Brasil seria instaurado um capitalismo de Estado (que poderia estar endereçado ao socialismo), no qual a hegemonia estaria em disputa, fosse ou não apregoada a aliança com um setor burguês de ideologia nacionalista (DEL ROIO 2012).

A intenção deste capítulo, porém, não é expor as diferentes posições político ideológicas que se confrontaram no Brasil e na América Latina em torno da enunciada pauta das ciências sociais e da formulação política de diferentes grupos político sociais. Trata-se sim de observar não mais do que a particularidade da formulação de Florestan Fernandes em determinado momento de sua reflexão, a qual teve indiscutível incidência nas ciências sociais institucionalizadas e também no movimento político de oposição à ditadura militar burguesa, em particular aqueles postados mais à esquerda.

OS PADRÕES EXTERNOS DE DOMINAÇÃO

Logo após o golpe de março de 1964, que instaurou a ditadura militar burguesa, Florestan começou a se preocupar mais com um enfoque que levava o tema da revolução burguesa em maior consideração, um tema próprio da tradição comunista. Em 1966 começou o trabalho de interpretação da revolução burguesa no Brasil, mas o intento foi abandonado por falta de estímulo e interlocutores com boa disposição. Não era bem um tema de boa aceitação na USP, que preferia a discussão em torno do chamado “populismo” (IANNI, 1968; WEFFORT, 1978).

Envolvido com os estudantes e com suas angústias, Florestan passou os anos de intensa mobilização contra a ditadura, a até que foi expulso da Universidade com base no arbitrário Ato Institucional nº 5, verdadeiro emblema de ação coercitiva contra a oposição política e contra a cultura. Passou de 1969 a 1972 como professor convidado em Universidades do Canadá e Estados Unidos, período no qual debruçou-se a estudar história das revoluções do século XX, a obra de Lenin e outros autores da tradição marxista. Não pode deixar de notar que essas revoluções todas ocorreram na zona periférica do capitalismo. Da mesma maneira não se pode deixar de notar o deslocamento teórico e ideológico de Florestan Fernandes, cuja reflexão passa a ter como eixo a questão da emancipação do trabalho.

Nesse período de exílio, Florestan Fernandes, que se autodefinia sociólogo militante e socialista, parece então ter passado por uma fase de redefinição da sua visão de Brasil e América Latina. A expressão inicial dessa mudança está nos ensaios escritos entre 1969 e 1971 e juntados para compor o livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, publicado no Brasil em 1973, pela Zahar Editores. Logo na “Explicação prévia” Florestan avança que os temas tratados são cortados pela visão que tem da “crise estrutural por que está atravessando a América Latina de nossos dias” e “o dilema do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1973, p. 8). A dramaticidade da situação obriga a que a uma “interpretação militante” e que ao fim “temos que colocar a problemática humana de nossos países acima da Sociologia” (FERNANDES, 1973, p. 9).

As determinações externas iniciam a exposição do autor. Para Florestan, “[...] as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático.” (FERNANDES, 1973, p. 11). O desenvolvimento do capitalismo garantiu a persistência da dependência da América Latina em relação às nações que se faziam hegemônicas em diferentes fases de modo a determinar diferentes padrões de dominação.

O padrão inicial seria o “antigo sistema colonial” no qual os colonizadores estavam submetidos aos monarcas de Portugal e Espanha ao modo de vassalos. A preservação dos interesses da Coroa e dos colonizadores foi processada “[...] pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços).” (FERNANDES, 1973, p. 13). Quais eram esses padrões ibéricos? Uma explicação indica que seriam padrões de um feudalismo particular definido em zona de fronteira e de conquista de territórios ocupados por árabes. Os conquistadores da parte da península controlada pelos árabes se fizeram nobres e vassalos dos reis cristãos, os conquistados convertidos em servos cristãos. Essa mesma lógica se estendeu às Américas, onde se tentou estabelecer um feudalismo de fronteira expandida.

No entanto, a explicação de Florestan segue outra possibilidade e faz uso de categorias da sociologia de Max Weber para observar uma sociedade colonial formada por estamentos e castas, incapaz de sustentar as relações mercantis que demandava. De fato, o capital mercantil tinha também uma externalidade própria, já que se originava e se acumulava em outras partes da Europa, tal como a Holanda. Em seguida França e Inglaterra entraram para disputar as benesses que o comércio colonial oferecia. Em torno do fim do século XVIII, as revoluções burguesas na América do Norte e na Europa induziram a formação de um novo padrão de dominação externa.

Os originais colonizadores foram descartados e formaram-se Estados dos setores sociais que controlavam internamente a vida econômica colonial. O antigo padrão foi apenas reformado com o estabelecimento de relações diretas de comércio entre os dominantes das ex-colônias com a Inglaterra, dona do comércio internacional. Florestan identifica

esse período como neocolonial e também como de transição. Nessa fase aparecem as possibilidades de acumulação mercantil dentro dos Estados do continente latino-americano, mas isso, por si só, não levaria a região ao capitalismo.

Foi, de novo, o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão a redefinir o padrão de dominação externa ainda uma vez. O ingresso do capitalismo na fase imperialista ensejou o ingresso dos interesses econômicos dos países dominantes no interior do território e da economia dos países dependentes pela necessidade advinda de exportar capitais. Florestan afirma a propósito que “[...] a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma possibilidade histórica na América Latina.” (FERNANDES, 1973, p. 16).

O que Florestan parece afirmar é que o capitalismo dependente surge como uma indução externa, quase que uma imposição do imperialismo às suas necessidades, muito mais do que por ação de forças internas que o colonialismo não fora capaz de gerar. Pelo contrário, as forças surgidas com o colonialismo se viram reforçadas nos seus interesses vinculados a exportação de bens primários: o arcaísmo ganhava força em vez de se enfraquecer. Por fim, Florestan apresenta um quarto padrão de dominação externa, que surgiu com a expansão das grandes empresas corporativas que representam o capitalismo monopolista e que passam a exercer o “[...] controle interno das economias dependentes pelos interesses externos.” (FERNANDES, 1973, p. 18).

Esse padrão de dominação é identificado como *imperialismo total*, que se caracteriza, com efeito, pela organização interna da dependência e é impeditivo de qualquer desenvolvimento autônomo por iniciativa da sua burguesia. Assim que pode ser observado que os padrões de dominação dependência externa induzem transformações adaptativas sobre os países dependentes de modo a continuar a espoliação da riqueza produzida nesses países e garantir que não ocorra um desenvolvimento capaz de extirpar as mazelas sociais mais escandalosas.

Trata-se de um processo de *recolonização* frente ao qual as classes dominantes internas apresentaram a sua capitulação. Como é um processo

de dominação fincado no interior significa que se difunde para muito além da força econômica das corporações. A incorporação ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos inclui instituições “[...] encarregadas de conduzir a política de controle global de finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos.” (FERNANDES, 1973, p. 24).

O capitalismo pode se desenvolver, apenas que delimitado por interesses que não são nacionais, que não visam a autonomia e a integração. Trata-se de um capitalismo que articula interesses da dominação externa com a dominação interna, que não correspondem às necessidades de combater a miséria e a ignorância das massas. Se a situação é essa a interrogação que decorre é sobre a possibilidade de se alcançar os objetivos travados pelo nexos da dominação externa / interna serem alcançados sem uma ruptura anticapitalista. Não há possibilidade de se compor um novo capitalismo no lugar do capitalismo dependente, pois “[...] os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito.” (FERNANDES, 1973, p. 26).

Numa situação como essa -- que aparenta não oferecer saída --, diante do agudizar-se das contradições sociais, Florestan vislumbra duas possibilidades para se romper com esse circuito de dependência e exploração: o nacionalismo revolucionário, uma revolução dentro da ordem conduzida por setores dominantes por meio de um capitalismo de Estado, ou então a revolução socialista, uma revolução contra a ordem, produto de uma radical rebelião popular. Há que se notar aqui que Florestan observa duas possibilidades para a transformação social, uma que não escapa dos marcos de uma revolução burguesa e outra que implica uma ruptura radical com a ordem social existente, ao modo de uma revolução socialista. Não considera a probabilidade de o nacionalismo revolucionário ser um ponto da passagem para a revolução socialista, como, aliás, aconteceu em Cuba.

CAPITALISMO E CLASSES

Nos anos 60/70 ganhou muita difusão na América Latina a chamada teoria do *populismo*. O pressuposto dessa teoria era precisamente aquele de que na América Latina não haveria classes constituídas ou sociedade civil organizada, o que seria o ponto de partida para explicar a relação existente entre liderança carismática e massas populares manipuláveis. Para Florestan Fernandes, que não aceita essa hipótese, de um ponto de vista abstrato, classes sociais e capitalismo estão entrelaçados intrinsecamente.

No chamado “capitalismo moderno” as classes sociais tem nitidez expressas na organização social e política-ideológica porque o capitalismo se desenvolveu sobre bases próprias e superou ou incorporou as relações sociais progressas. A questão sobre a existência ou não de classes sociais na América Latina exige então uma discussão prévia sobre a particularidade do capitalismo formado nessa região.

Em primeiro lugar há que se constatar que o capitalismo e a sociedade de classes na América Latina não são resultado de uma evolução interna produzida pelas contradições das formas sociais pré-existentes, mas produto da dominação externa. Há que se constatar também que por conta da dominação externa, “[...] o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo.” (FERNANDES, 1973, p. 35).

Assim que se tem é um capitalismo relativamente frágil, cujas classes sociais se sobrepõem a uma série de grupos sociais mais ou menos numerosos, que são produto da desagregação ou da sobrevivência de formas sociais anteriores. Há então uma significativa massa popular que ainda não se fez classe. A partir dessa leitura, Florestan conclui que “[...] as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma ‘classe em si e para si’ numa sociedade de classes plenamente constituída.” (FERNANDES, 1973, p. 36).

Se a sociedade de classes em formação não consegue conduzir essas massas para o seu interior, terá que conviver com a permanente instabilidade e crise. Ao fim, Florestan quer dizer que a eclosão revolucionária é mais

provável nas condições em que o capitalismo e a sociedade de classes não estão plenamente consolidados e há uma massa explorada e oprimida desesperada, que pode se fazer classe no decorrer e depois de um movimento revolucionário. Por estar na América Latina, Cuba é o exemplo citado, mas poderia também ser a China e o Vietnam.

A América Latina tem então características que apresentam um desafio interpretativo para a Sociologia. Mais especificamente é preciso observar se e como a herança da sociologia clássica pode ser redefinida para essa empreitada. Certo que Florestan oferece apenas três questões para fazer, digamos, esse teste. A primeira questão, cuja resposta poderia parecer óbvia, mas enfrentava muitas restrições, era sobre a existência de classes sociais na América Latina.

Assim era porque em vastas regiões do continente, mesmo em áreas urbanas, o núcleo integrado a partir do qual se disseminava o capitalismo era restrito e pouco dinâmico. Maior era a complicação pois as classes não se reconhecem como tais e se escondem atrás de um véu ideológico arcaico que fortalece uma visão hierárquica e estamental das relações de classe. Trata-se de reconhecer então a particularidade do capitalismo, como se objetiva e se irradia na América Latina.

A dependência externa determina a objetivação do capitalismo no continente e essa característica impede qualquer “correção” no desenvolvimento da sociedade de classes. A tendência, na verdade, é “[...] a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, [...]” (FERNANDES, 1973, p. 40).

Essa tendência pode ser identificada na quase impossibilidade de a burguesia falar em nome do Estado-nação e pelo necessário uso da violência explícita na defesa de seus interesses e privilégios. O resultado só pode ser, em perspectiva, a crescente visibilidade da divisão entre as classes sociais, que pode gerar um forte sentimento anticapitalista.

A dramaticidade do quadro social surge de sua rigidez. A sobrevivência de aspectos e características sociais que o surgimento das classes sociais não conseguiu diluir e a destruição das condições econômicas e políticas, impediram a realização de revoluções nacionais burguesas. Assim é que

as classes sociais dominantes ficam recobertas com a caracterização da ordem social hierárquica e estamental pré-capitalista e o moderno sofre um processo de arcaização, mesmo com o crescimento industrial e urbano. Nesse passo, para Florestan nem uma revolução dentro da ordem parece ser mais possível, pois haveria o bloqueio das classes proprietárias privilegiadas e as classes despossuídas estão ocupadas no aprendizado de como se fazer a revolução contra a ordem. Dito de outra maneira, não há mais possibilidade de revoluções democrático burguesas e o único caminho é o que leva a revolução socialista.

Se é verdade que há classes sociais na América Latina é preciso explicar porque são frágeis e mal constituídas. A resposta encontra-se, antes de tudo, na particularidade do capitalismo que surgiu e se desenvolveu na América Latina, mas também na forma e dinamismo das classes até culminar na sociedade de classes vinculada ao capitalismo dependente. O capitalismo que se formou na América Latina, além da obviedade de contar com todos os elementos distintivos do capitalismo em geral, Florestan destaca que as classes dominantes internas do capitalismo dependente não tem o monopólio do produto da exploração dos trabalhadores, que é compartilhado com as empresas e Estados imperialistas. Trata-se assim de um capitalismo que “[...] possui um componente adicional específico e típico: a acumulação do capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes).” (FERNANDES, 1973, p. 45).

Florestan volta às origens e fundamentos do capitalismo dependente, mas com considerações algo diferentes de quanto havia sustentado no primeiro ensaio. Desta feita Florestan parece seguir mais de perto a tese de Caio Prado Jr sobre o Brasil. Fala das “vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial” e de como “a conexão capitalista pura e irreduzível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu.” (FERNANDES, 1973, p. 46). Insiste ainda no “caráter capitalista do empreendimento colonial” e que “[...] o elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se de fato, através dos dinamismos jurídico-políticos e econômicos dos mercados metropolitanos.” (FERNANDES, 1973, p. 47).

Em seguida, finalmente, quando chega no processo produtivo da riqueza, começa por reafirmar que

[...] o elemento capitalista central da economia colonial provinha do comércio colonial interno e externo, o qual impunha formas de apropriação e de expropriação – e, portanto, de acumulação do capital – pré-capitalistas. O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, [...] (FERNANDES, 1973, p. 48).

É de se perguntar se o “capitalismo comercial” não é também uma forma pré-capitalista de produção. Sabido que para Marx a acumulação primitiva do capital ocorre dentro de uma forma social e produtiva que não é capitalista no sentido de que o capital se apropriou do processo produtivo da riqueza a da vida social, algo que só ocorre com o surgimento da indústria, das máquinas que produzem máquinas. Mais correto seria dizer então que o “sistema de produção colonial”, como chama Florestan nessa ocasião é parte importante no processo de acumulação primitiva, mas isso não responde a eventual pergunta sobre qual era a natureza desse sistema, a não ser que era colonial (FERNANDES, 1973, p. 48).

Então é preciso ir mais a fundo e Florestan anota então que

[...] o caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada a apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos. (FERNANDES, 1973, p. 48).

Mas Florestan se apressa em dizer que que tal sistema de produção não era feudal, pois que no contexto histórico do colonialismo “o feudalismo seria uma aberração regressiva” (FERNANDES, 1973, p. 48). Anteriormente, dentro do universo weberiano, Florestan havia visto a América Latina colonial como um conjunto de sociedades estamentais e de casta sem capacidade de se desenvolver autonomamente, que sem dúvida poderiam serem chamadas de regressivas, mas mesmo assim adaptações das estruturas sociais ibéricas. Pode ser importante lembrar que na dialética

crítica elaborada por Nelson Werneck Sodré, de fato teria havido um feudalismo no Brasil e de caráter efetivamente regressivo, mas não como uma aberração, mas como fenômeno decerto explicável dentro do contexto colonial (SODRÉ, 1962).

O CAPITALISMO DEPENDENTE E O PODER DUAL

Na sequência de sua reflexão, Florestan observa que a “revolução política” que teria redundado na fundação dos Estados nacionais na América Latina não foram mais do que “[...] uma autentica depuração consolidadora das estruturas econômicas e sociais herdadas da sociedade colonial.” (FERNANDES, 1973, p. 49) e o início de uma fase de transição identificada como neocolonial. Florestan prefere não tratar especificamente dessa fase para logo adentrar na discussão da formação do “capitalismo moderno.” (que pressupõe o capitalismo mercantilista como antigo).

O “capitalismo moderno” surge quando da internalização do mercado capitalista e a criação, assim, de dois polos interligados que se retroalimentam, mas sempre em maior benefício do polo externo. O surgimento de um mercado interno resulta da expansão do mercado mundial, sem que haja alterações de fundo na forma social neocolonial. O capitalismo se instala e se adequa aos interstícios da ordem já existente, sem desagrega-la.

O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ela continua entrando no espírito dos agentes econômicos externos ou internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória. (FERNANDES, 1973, p. 51).

Decerto é de se provocar perplexidade essa formulação e também a que se segue. O que é o espírito dos agentes econômicos com mentalidade especulativa predatória?? Apenas se sabe na sequência que esses agentes com tal mentalidade são o “produtor rural”, o grande e pequeno comerciante e o trabalhador assalariado. Com eles a mercantilização se reabilita e se converte em “fator da racionalidade”. Assim que “[...] a ‘revolução burguesa’

se desenrola com um dado da estrutura, não como processo histórico.” (FERNANDES, 1973, p. 52). Aqui nos encontramos em pleno mundo idealismo weberiano e do estruturo-funcionalismo! Aqui não se percebe a presença de classes sociais que fazem história!

A revolução burguesa ocorre pela interação e pelo dinamismo que procede de fora com o dinamismo interno. O impacto externo é a constante de todo o processo dessa interação, cujo momento culminante – o qual apenas alguns países da América Latina alcançam -- se mostra na aceleração da revolução industrial. Mas o capitalismo dependente tem nessa dualidade a sua particularidade, daí ter uma lógica econômica própria, que implica a sobre apropriação capitalista. Essa lógica econômica, por sua vez, decorre do predomínio permanente do polo externo, situação aceita pelo polo interno como vantajosa. Se sairmos da abstrusa linguagem sociológica de Florestan, pode-se dizer que as classes dominantes internas se beneficiam com a aliança subalterna com os interesses do núcleo imperialista do capitalismo mundial, às custas do interesse na construção de um povo/nação.

A burguesia no capitalismo dependente se origina das oligarquias e se apresenta como uma burguesia compósita e plutocrática. Essas suas características impõem limites estruturais difíceis de serem rompidos: a dificuldade de incorporar os trabalhadores na vida civil e a dificuldade de apresentar melhores condições de negociação com o polo externo. As tentativas de construção da hegemonia burguesa no capitalismo dependente falharam exatamente por não terem rompido com o polo externo dinâmico e assim terem tido de se adequar mais uma vez ao movimento externo. Assim, a única forma da burguesia se realizar como classe e impor a sua hegemonia é preservando a aliança entre os polos interno e externo. Florestan não diz explicitamente, mas é óbvio que essa hegemonia só pode ser débil e ter que contar muito com a violência.

Florestan Fernandes, na análise da sociedade de classes organizada no capitalismo dependente, faz uso das categorias weberianas para descrever o período pré-capitalista e do método estruturo-funcionalista para o capitalismo dependente propriamente dito. Mostra como mesmo

o desenvolvimento do polo interno – industrialização, urbanização, novas tecnologias –, mantida a forma dual de dominação,

[...] a evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência a autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista a formas ultra espoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho. (FERNANDES, 1973, p. 76).

Significa então que a dinâmica do capitalismo dependente aponta para sua constante renovação e transformação desde que mantida a forma dual de exploração atuada por um polo externo de dominação articulado com o polo interno de dominação. A dinâmica da transformação, porém, é determinada pelo polo externo. A articulação externo / interno explica a necessidade da superexploração e explica também que a ruptura da dependência não pode ser feita a partir do polo interno de dominação, não pode ser feita dentro dos marcos do capitalismo, mas apenas em função antiburguesa e anticapitalista. Diz Florestan a esse propósito: “Só a “revolução contra a ordem”, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista.” (FERNANDES, 1973, p. 89).

Em tom de conclusão parcial, com a perspectiva estruturo-funcionalista, Florestan emenda:

Como sucede com os fatos de estrutura, os fatos de funcionamento e de evolução sugerem que uma ordem social competitiva fraca não possui condições para coordenar as transformações críticas do sistema do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da civilização científico-tecnológica. Inibindo todas as influencias, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança socioeconômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a revolução socialista. (FERNANDES, 1973, p. 89).

A ordem social competitiva, na América Latina, tem origem na dominação oligárquica, de sua transformação induzida pelo polo externo. A sua preocupação é aquela de preservar os privilégios e vantagens das classes dominantes, que persistem e se adequam aos interesses do polo externo de dominação. De fato, a ordem social competitiva é exclusiva das classes possuidoras. As classes dominadas tem baixíssima a capacidade de influenciar a ordem social competitiva por conta de sua debilidade organizativa. Eventual atividade disruptiva tende a ser facilmente reprimida pela ação policial ou militar.

No entanto, o dinamismo do capitalismo dependente leva inevitavelmente a configuração da sociedade de classes, de modo que os dominados acabam também eles por se constituir em classe, ainda que dentro da ordem. Com o capitalismo monopolista imperialista o polo exterior se internaliza e cria uma condição simétrica ao antigo padrão colonial. O polo interno adapta a ordem social competitiva às novas condições com o reforçamento das instancias repressivas do Estado, sempre com o fito de manter os privilégios das classes “altas”. Assim é que se completa a revolução burguesa, não com o discurso da liberdade e igualdade, mas com a defesa aguerrida dos privilégios da burguesia associada ao imperialismo. As tarefas da revolução burguesa original – a questão nacional, a questão da terra, a questão da democracia – passa às mãos dos explorados pelo capital, que só podem resolve-las na revolução socialista.

Esse segundo ensaio é o único que mostra ampla bibliografia de referência. Percebe-se a presença de muitos autores hispano-americanos, alguns brasileiros, apenas Caio Prado Jr. como notório marxista. Nem mesmo os chamados clássicos da Sociologia aparecem.

A QUESTÃO DOS INTELLECTUAIS

O terceiro texto do livro foi o primeiro a ser escrito, em abril de 1970, e apresentado no X Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em Santiago do Chile. Decerto trata-se de um escrito da maior importância no qual Florestan questiona a lugar e a papel dos intelectuais, da Sociologia e dele mesmo num contexto de crise e de mudança social.

Por suposto, Florestan reconhece que a Sociologia surge nos países hegemônicos do capitalismo com uma função de estabilização da ordem, constrói métodos e conceitos e se difunde para outros países. A questão que se coloca é como essa Sociologia, receptada em países dependentes, como os da América Latina, também contribui para a defesa da ordem social competitiva. Intelectuais em sentido amplo, incluindo sociólogos, trabalham inseridos em instituições apropriadas para a preservação ou mudanças dentro da ordem dentro dos polos de poder político econômico característicos do capitalismo dependente. Assim que há um campo ideológico unificado, mesmo que distinto, em ambos os polos do padrão de dominação.

No período de conclusão da revolução burguesa no capitalismo dependente ocorre também a internalização do polo de dominação externo, numa reprodução mimética do antigo padrão colonial. Esse movimento induz um processo de “modernização dependente”, que não passa de nova adequação da dependência. Para a Sociologia, para o conjunto das Ciências Sociais, para os cientistas a questão que se coloca é sobre a possibilidade da autonomização do desenvolvimento. Ora, para Florestan há certa obviedade na assertiva de que no capitalismo dependente também a produção científica e tecnológica, assim como seus usos, encontram-se limitados pela situação de dependência. A organização e o financiamento da ciência ficam condicionados aos interesses, em última instância, do capital financeiro transnacional. Da mesma maneira a educação e a cultura na sua materialidade.

Um processo da autonomização a partir da modernização dependente não parece ser possível, na acepção de Florestan, ainda que essa ideia seja bastante difundida. Seria esse o caminho de um nacionalismo democrático revolucionário, mas a preservação de laços com o com os centros hegemônicos tende a ficar difícil até o ponto de haver uma limitação muito grande de transferência de tecnologia. O enfrentamento dessa dificuldade implica um investimento grande na produção científica nacional, seguindo os interesses e necessidades nacionais e alterando as relações internacionais, com privilegiamento de países que entraram nessa senda de produção científica e tecnológica autônoma.

A Sociologia pode colaborar nesse processo de autonomização nacional? A resposta é positiva com a ressalva de vir a ser uma importância instrumental,

[...] e só adquire eficácia prática quando os conhecimentos sociológicos são absorvidos e dinamizados por comportamentos coletivos que desencadeiam, reforçam e consolidam mudanças sociais de natureza revolucionária (como ‘revolução dentro da ordem’ ou como ‘revolução contra a ordem’). (FERNANDES, 1973, p. 141).

A modernização começa como um processo imposto de fora voltado para a acentuação da dependência dos povos frente aos centros hegemônicos do grande capital e torna-se inevitável. Cabe então a Sociologia servir a uma inversão do processo de modernização, fazê-lo um movimento interno com vistas a emancipação nacional e social. Mas é tão evidente que os sociólogos não podem ser os atores da mudança social, quanto não podem também ficar alheios às transformações em andamento. O sociólogo tem que tomar partido, dado que a opção pela neutralidade não existe.

Assim que Florestan, ao concluir que a revolução na América Latina só pode ser uma revolução socialista, passa a associar a sociologia crítica e militante do socialismo como caminho necessário pra a emancipação dos povos América Latina. A Sociologia, quer faça uso da análise estrutural funcionalista ou da dialética, “[...] se converte numa ciência dos processos histórico-sociais in flux.” (FERNANDES, 1973, p. 156).

CONCLUSÃO

Ao se completar a análise desses três ensaios de Florestan Fernandes algumas poucas conclusões parecem certas. Mais do que antes Florestan se fez o sociólogo crítico, militante, socialista, um homem de partido no sentido de alguém que está do lado e ao lado das massas desvalidas e exploradas. O seu entendimento era de que a América Latina entrava nos anos 70 numa situação revolucionária ainda que vivesse sob regimes

ditatoriais repressivos. Na verdade, era essa a demonstração da situação revolucionária.

A conclusão da revolução burguesa na fase do capitalismo monopolista, com a internalização do capital financeiro levava a exacerbação da autocracia burguesa e a saída viável não era outra que a revolução socialista. Sobre esse ponto Florestan chega a ser contraditório, pois às vezes aceita a viabilidade de uma revolução nacionalista que implantaria alguma variante de capitalismo de Estado. Chama muito atenção que Florestan tenha feito essa avaliação basicamente por meio de análise estrutural funcionalista. As referências a dialética ou ao marxismo são incidentais.

O passo ulterior que Florestan daria na sua aproximação com o marxismo se apresenta já quando estava de volta ao Brasil e retoma os estudos interpretativos sobre a revolução burguesa no Brasil. O livro lançado no fim de 1974, trazia exatamente o título de *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, lançado também pela Zahar editores. Não é difícil notar as diferenças entre os primeiros capítulos, escritos ainda nos anos 60 e a terceira parte, que trazia ecos do exílio. No prefácio à segunda edição desse livro (FERNANDEES, 1975, p. 7), escrita em março de 1976, Florestan apresenta outra leitura da época colonial, agora vista como dominada pelo modo de produção escravista. A partir dessa constatação aparece a pergunta sobre o papel da escravidão na acumulação originária do capital no Brasil. O enfoque teórico já não é o estruturalismo funcional e é bastante visível o empenho para se fazer uma análise de cunho marxista, ainda que os traços da Sociologia clássica weberiana persistam acentuados.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. *Novos Temas: revista do Instituto Caio Prado Jr.*, São Paulo, n. 7, p. 217-235, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México, D.F.: Siglo XXI, 1969.

SANTOS, Theotônio. *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Santiago: Ed. PLA, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

FLORESTAN FERNANDES, A CIÊNCIA COMO POLÍTICA, A POLÍTICA COMO CIÊNCIA

*Haroldo Ceravolo Sereza*¹

Primeiramente, gostaria de registrar minha alegria por participar deste livro, que inevitavelmente nos faz lembrar da Jornada de Estudos Florestan Fernandes, cujas falas integram a obra *O saber militante*, organizado por Maria Angela D’Incao. O encontro de 1986, organizado no campus de Marília pela Universidade Estadual Paulista, tornou-se um marco na trajetória do político Florestan Fernandes, que naquele ano seria eleito deputado federal, e também no reconhecimento e releitura de sua obra. Brincando com o célebre problema, diga-se de passagem, não resolvido pelo personagem Bentinho em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ali uniram-se não exatamente “as duas pontas” da vida de Florestan, mas, seguramente, duas delas, de uma vida cheia de ramificações: a do cientista social que assiste à consagração por seus pares e a do político que, a partir deste capital social acumulado, se lançará em uma nova e arriscada

¹ Doutor em Letras – Professor convidado do PPGLit-Ufscar
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p145-164>

empreitada, na qual se destacaria como constituinte e como parlamentar. Florestan ali era o sociólogo militante e o militante sociólogo².

Temos aqui uma nova oportunidade de fazer um balanço da obra de Florestan, desta vez num momento dramático para a história do país, em meio ao governo do presidente Jair Bolsonaro e à pandemia do coronavírus. Hoje, está ainda mais claro do que em 1986 que as contribuições de Florestan para a pesquisa e o debate racial no Brasil serão duradouras, ainda que eventualmente questionadas e colocadas em perspectiva. O mesmo se aplica a suas contribuições na construção dos campos da sociologia e da antropologia, nas intersecções da sociologia com a educação e, sobretudo, nos debates sobre a revolução burguesa brasileira e o caráter autocrático dessa burguesia, além, claro, dos problemas do subdesenvolvimento do Brasil e da América do Sul. Há farta bibliografia sobre esses temas em que a obra de Florestan é invocada, debatida e usada como referência. São contribuições que remetem a anos de intensa atividade intelectual e debate metodológico, com o cumprimento também de muitos projetos e tarefas burocráticas. Florestan, por conta desses debates, acumulados ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, frequentemente é lembrado como sociólogo, antropólogo e educador.

Eu queria, no entanto, priorizar um outro Florestan, o Florestan político e, a seu modo, cientista político. Florestan que pensou o Brasil dos anos 1980, os limites da “transição transada”, como ele se referia ao processo que nos levou à Constituição de 1988, e os apontamentos do risco que o país corria por, uma vez mais, não realizar sua “revolução burguesa”.

No espaço da política, Florestan escreveu na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990 regularmente para veículos dos mais variados portes, com destaque para a *Folha de S. Paulo* e para o *Jornal do Brasil*, além de numerosos jornais partidários e sindicais ligados ao PT e à CUT, procurando analisar a conjuntura a quente e a partir de uma posição privilegiada, mas respeitando os limites éticos da sua posição como

² Este texto traz mudanças significativas em relação à fala apresentada no encontro de 2020, mas, ao mesmo tempo, procura preservar muitas das digressões e derivas presentes numa apresentação oral. Creio que esse é o melhor meio de não frustrar os que participaram das conversas e têm interesse na versão escrita e, por outro lado, não causar a sensação de incompletude que uma simples transcrição da fala traria.

candidato e depois como deputado – e, portanto, negociador do texto constitucional de 1988. Ao mesmo tempo, seus textos procuram desnudar os impasses sociais e políticos presentes na vida política e no Parlamento, para que os instrumentos das classes trabalhadoras pudessem agir com mais precisão e sucesso. Na “nota explicativa” (terminologia significativa adotada por Florestan na introdução da maior parte de seus livros) de *A Constituição inacabada*, Florestan (1989, p. 9) afirmou viver uma dupla condição, a de parlamentar e de observador, o que gerava conflitos de lealdade que ele procurou solucionar privilegiando a condição de observador. Mais do que sociologia a quente, portanto, ele fazia ciência política a quente, apontando os caminhos possíveis para os setores populares e progressistas, mas também as barreiras presentes nos processos, de modo a indicar, tanto quanto poderia, onde se dariam os conflitos presentes e futuros provocados pela luta de classes naquele Brasil em que o debate socialista se via bloqueado, pelo menos no que tange à Assembleia Nacional Constituinte. Se Florestan (1989, p. 10) cita Weber e sua experiência na República de Weimar na mesma nota, é preciso lembrar também que, desde o final dos anos 1970, é na figura de Lênin que ele busca um ideal. Sem a energia e uma trajetória política que permitissem a ele liderar o PT, Florestan toma como tarefa manter viva a teoria marxista e, mais especificamente, as ideias socialistas durante a década de 1980, sob inspiração muitas vezes explicitada dos escritos do revolucionário soviético.

Num artigo bastante detalhado e instigante sobre a Coleção Grandes Cientistas Sociais (CGCS) – coordenada por Florestan Fernandes e publicada pela editora Ática, que lançou 60 títulos (com trechos selecionados de obras de 58 autores) entre 1978 e 1990 –, Lidiane Soares Rodrigues (2018, p. 683) afirma que, após a aposentadoria, “[...] Florestan não se dedicou a novas pesquisas”. Rodrigues (2018, p. 687) escreve ainda que a seleção dos autores dos 14 volumes dedicados à política e os 8 à economia da CGCS “[...] não foi regrada pelo campo científico, mas pelas vicissitudes da vida política: são dirigentes políticos, líderes revolucionários ou quadros burocráticos do Estado.”³. Tal composição difere significativamente de

³ Lenin, Engels, Che Guevara, Trotsky, Joaquim Nabuco, Mariátegui, Isaac Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro estão na seção “Política”; Keynes, Kalecki, Lange, Malthus, Marx, Furtado, Quesnay e Bukharin foram publicados na seção “Economia”. Acredito que

outras sessões, como “Sociologia”, “História” e “Antropologia”, da mesma coleção, para citarmos as mais numerosas.

Sem desconsiderar as qualidades da análise de Soares, creio que as afirmações destacadas merecem ser recompreendidas. Mais do que escolher autores cuja trajetória “não foi regrada pelo campo científico”, Florestan busca, com esse recorte, dizer o que entende por ciência política. Ou seja, para ele, são esses atores políticos que fizeram ciência política, ou pelo menos a ciência política que lhe interessa. A tensão se expressa, inclusive, no nome escolhido para a fração – política, em vez de ciência política. Desconheço se a motivação da escolha foi explicitada na própria coleção, mas, independentemente de essa justificativa ter sido apresentada, ela cria uma ambiguidade e, por sua vez, resolve um problema prático, que é o de evitar uma repetição (“grandes cientistas”/“ciência política”). Além disso, é evidente e relatado em múltiplos espaços, nesse momento de sua trajetória, o desconforto de Florestan com o rumo tomado pela profissionalização universitária, ou, o que dizia quando usava palavras menos dóceis, pelo carreirismo universitário. Não se trata, a meu ver, de rebaixar a política a uma não-ciência e fazê-la “pegar carona” numa coleção de “grandes cientistas sociais”, mas de dar status de ciência a um tipo de análise e leitura da realidade que lhe interessava naquele momento. É revelador, durante o processo de escrita dos textos reunidos em *A Constituição inacabada*, por sua vez, que Florestan (1989, p. 9-10) perceba que muitas vezes seus escritos têm mais impacto entre seus colegas parlamentares que seus discursos: “Passei, desse modo, a escolher entre um discurso e um artigo, e a avaliar os dois modos de comunicação do pensamento. O artigo mostrou-se mais maleável, com penetração relativa mais ampla e uma influência potencial maior”. A preocupação com a intervenção política por meio dos textos que escreve, inicialmente voltada prioritariamente para a própria esquerda, se expande: eles se tornam um meio de influir, de modo decisivo, nas leituras e decisões dos colegas parlamentares, de variadas tendências políticas. Se a sociologia devia ser militante, a ciência política também deveria ser pensada como um instrumento de ação militante.

é importante salientar, aqui, que a economia é uma ciência frequentemente produzida dentro da burocracia do Estado ou de empresas, e não apenas na academia, o que torna a seleção dos cientistas políticos ainda mais significativa.

Seguindo, novamente, os paradigmas da Revolução Russa, lembraria a proposição de Michael Burawoy (2014) no livro *Marxismo sociológico*. Num dos capítulos da obra, Burawoy toma o exemplo de Trotsky como um “cientista social” mais efetivo, por seus métodos, do que a cientista política norte-americana Theda Skocpol. Numa análise comparativa, Burawoy conclui que Trotsky prevê, a partir da análise do passado e do presente, eventos com mais precisão do que Skocpol, ainda que a cientista política trabalhe com muito mais dados quantitativos. Burawoy defende que é o método marxista que faz Trotsky ser mais confiável em suas previsões do que Skocpol.

Florestan, fora da academia e longe da possibilidade de levantar tantos dados quanto Skocpol, faz outra ciência, muito diferente da ciência política abrigada na universidade. Burawoy, como afirma Paula Marcelino (2017), contrapõe a ciência reflexiva à ciência positiva. Podemos tomar os livros de Florestan dos anos 1980 com a mesma perspectiva: se queremos, como queria Florestan, promover uma revolução democrática no país, precisamos de cientistas políticos que sejam também militantes, e militantes que sejam capazes de pensar cientificamente – do ponto de vista do socialismo científico – a política.

PENSAR PARA AGIR, AGIR PARA PENSAR

Antes de tratar especificamente dos textos desta época, que me parecem urgentes nos dias de hoje, vou retomar um pouco a formação de Florestan e de como entendo o seu modo de construir uma “ciência reflexiva”. Uma das coisas mais difíceis para mim quando escrevi *Florestan – A inteligência militante*, publicado em 2005, foi justamente citar seus textos. Para um autor como ele, temos de levar em conta, permanentemente, o funcionamento dialético das reflexões. Praticamente tudo o que Florestan diz entra, em seguida, num processo de reanálise pelo próprio Florestan. Assim, não há, em suas obras, muitas frases definitivas, que sintetizem uma discussão, porque essas frases, imediatamente após serem enunciadas, são problematizadas e novos limites são apontados, e então seu pensamento segue adiante.

Vou fazer, portanto, um exercício temerário aqui: citarei o início do capítulo 1 do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, que, inclusive, dá nome ao volume:

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos (do direto e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). (FLORESTAN, 1981, p. 21).

Ou seja, Florestan rejeita a ideia dogmática de que o capitalismo explica tudo por si só; se assim fosse, no limite, o capitalismo não precisaria ser explicado, e a dimensão econômica daria conta de tudo. Pelo contrário, para Florestan, a dimensão econômica da vida é apenas uma parte da vida. Em outro trecho do mesmo livro, desta vez do capítulo 5, “A revolução brasileira dos intelectuais”, resultado de um discurso proferido após o golpe de 1964, diz, entre outras coisas:

Quaisquer que tenha sido nossas preferências ou aflições, nada do que ocorreu pode ser tachado de imprevisível na situação histórico-social e cultural do Brasil. Pagamos por erros e omissões que se acumularam ao longo de quatro séculos e meio. Transformar o algoz em vítima de nada nos adiantaria. Precisamos fazer algo mais complexo e definitivo: lutar contra as causas que tornam essas ocorrências inevitáveis, ou seja, com os fatores que perturbam, desequilibram e desorientam o desenvolvimento nacional. (FLORESTAN, 1981, p. 177).

Esse segundo trecho poderia, muito bem, ter sido escrito em 2014, quando o candidato do PSDB Aécio Neves se recusa a aceitar a vitória nas urnas ou, mais precisamente, em 2016, quando Câmara dos Deputados e Senado levaram a presidente Dilma Rousseff ao impeachment. Não que a situação seja idêntica, mas o diagnóstico de fundo permanece intacto. Não se trata de uma simples repetição anacrônica dos acontecimentos, mas do acúmulo de anos em que a esquerda e os setores progressistas não encontraram forças e meios suficientes para “lutar contra as causas que tornam essas ocorrências inevitáveis”. A escrita é precisa e perene

justamente porque ela entende o fenômeno de 1964 não como um evento isolado na história nacional e a partir de suas causas superficiais, mas como uma recorrência passível de nova repetição caso não se enfrentassem suas causas de fundo.

Citei esses dois trechos porque, primeiro, acho que eles estão relacionados a uma forma de pensar complexa, uma forma de pensar que, ao mesmo tempo, passa pelo desejo de apreender e de transformar a realidade. Ou seja, cada palavra que Florestan escreve tem esse duplo desejo, e isso já é perceptível, ainda de forma incipiente, em seu primeiro texto afamado, sobre as trocinhas do Bom Retiro, incluído no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Nesse estudo, realizado ainda na graduação, sobre as brincadeiras infantis, já se mostra presente essa vontade de apreender, o que se manterá até os últimos textos publicados na *Folha de S. Paulo*, nos anos 1990. Uso a palavra transformar pensando que ela poderia ser substituída por reformar ou por revolucionar: ao longo de sua vida, Florestan vai advogar reformas e revoluções, algumas reformas (como a educacional) com potencial revolucionário, outras revoluções com necessidades reformadoras.

Esse desejo de compreender para transformar se explica muito pela trajetória pessoal do escritor Florestan Fernandes⁴. Como sabemos, Florestan é, segundo suas próprias palavras, de origem lumpemproletária, ou seja, na “hierarquia social” da sociedade capitalista, encontrava-se abaixo do proletário. Ele é o filho de uma lavadeira e dependeu de favores para superar os primeiros anos. Herdeiro do que chamou de “orgulho selvagem” da mãe, recebia esses favores de forma ativa, porque eles sempre vinham com uma moeda de troca muito pesada.

Uma criança nessas condições enfrenta as violências que estão em casa, muitas simbólicas e algumas físicas, da própria família ou dos padrinhos, e outras que estão nas ruas, incluindo ameaças de violência sexual e constantes brigas entre seus pares lumpemproletários. Claro que essa trajetória não é suficiente, porque nem todos que passam por este processo de sair do “poço”

⁴ Gosto de me referir a Florestan também como escritor. Escritor aqui pensando não como ficcionista, mas como alguém que elabora textos de maneira recorrente, em diferentes campos só saber. Para mais detalhes sobre a vida de Florestan, cf. SEREZA, 2005; CERQUEIRA, 2004; GARCIA, 2002.

social desenvolvem tal capacidade de refletir sobre ele. Mas não me parece acaso, portanto, que, à primeira oportunidade, Florestan decida estudar as trocinhas, ou seja, grupos rivais de crianças. Para entrar num grupo, a criança recém-chegada tinha de participar do embate contra as trocinhas rivais e, assim, mostrar-se útil (expressão também usada por Florestan), para só então ser aceito e legitimado. Durante sua vida, Florestan precisou adentrar em muitos grupos, em especial a universidade, em que sua presença não era natural e precisava ser construída, como a entrada de uma criança numa trocinha. Estudar as trocinhas, de algum modo, já era decifrar, psicologicamente, numa espécie de autoanálise, a própria vida. Se para o estudo universitário aquilo tinha um valor coletivo, para Florestan era, também, ciência reflexiva, para compreender a própria vida.

O estudo das trocinhas mostra toda a perspicácia e a sensibilidade de Florestan para entender a partir da vida cotidiana, o povo, o popular e as relações que se estabelecem entre as pessoas e a sociedade como um todo. Wright Mills, que com frequência é citado quando pensamos na sociologia militante ou na sociologia pública, deixou-nos uma definição fantástica sobre o que é ter imaginação sociológica, que é ter consciência da estrutura social e utilizá-la com sensibilidade, identificando as ligações e a grande variedade de ambientes entre a pequena escala e a grande sociedade. Portanto, ser capaz de apreender e descrever a relação da grande estrutura com os eventos de pequena escala, ou seja, essa dupla dimensão, é, para Wright Mills (1969, p. 17), valer-se da tal imaginação sociológica. A imaginação do cientista social, e não apenas do sociólogo, é que faz Florestan ser tão importante para pensar problemas profundos de qualquer sociedade, em especial da sociedade brasileira. Para ele, os temas em tela não devem ser observados como quadros estáticos, mas como algo dinâmico, numa relação sofisticada entre as coisas pequenas e as coisas grandes. É essa característica, retomando a explanação de Paulo Fernandes Silveira neste nosso encontro, que explica a capacidade de Florestan de desarmar a bomba que a Unesco jogou em seu colo e no de Roger Bastide, na pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo. O exercício de construção dessa pesquisa foi um desafio imenso porque, como Paulo Fernandes Silveira destacou, tudo estava sendo realizado para reafirmar a tese de Gilberto Freyre. Não por conservadorismo intrínseco, mas porque sociologicamente Freyre e

seus colegas estavam muito bem situados, sendo capazes de influir nas decisões do organismo internacional a ponto de tal organismo entender que estudar o Brasil permitiria apontar, para o mundo, soluções para a questão da desigualdade racial.

A pesquisa sobre as questões raciais em São Paulo chega a Bastide e Florestan com este recorte. Foi preciso grande articulação intelectual e política para que Bastide e Florestan buscassem ferramentas, fórmulas e parcerias, principalmente como o movimento negro, para desmontar o projeto de mostrar o Brasil e São Paulo, em particular, como exemplos de “democracia racial”. Num dos debates, cuja documentação Silveira recentemente me facultou, sobre a questão da mulher negra, a presidência da mesa foi passada para o movimento negro, deixando intencional e metodologicamente de ser conduzida por um dos pesquisadores da USP⁵. Ou seja, a forma como essa pesquisa foi feita foi uma invenção, uma capacidade de construção metodológica e de observação muito rara, especial e livre.

É essa liberdade de pensar de maneira autônoma e não dogmática a pesquisa é que leva ao desmonte dos argumentos que são construídos por Gilberto Freyre. Florestan também recorre a algo muito presente na pesquisa do próprio Freyre, que é a busca de situações cotidianas, de detalhes do discurso de brancos e negros, do relato de experiências pessoais. Uma etnografia que alguns podem julgar pouco rigorosa, mas que na realidade é capaz de captar o racismo estrutural presente nas práticas de instituições e indivíduos. É, digamos com alguma liberalidade, uma resposta freyriana a Gilberto Freyre. Mais que uma fragilidade, essa é uma das razões do sucesso dessa resposta: se não recorresse, em alguma medida, aos mesmos métodos do sociólogo pernambucano, parte da obra do autor de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos* ficaria sem contraponto e, portanto, poderia ter tido uma vida muito mais longa.

⁵ Registre-se que Florestan recusava a posição de uma leitura definitiva sobre a situação do negro no Brasil. Numa carta enviada ao militante negro gaúcho Edilson Amaral Nabarro, preservada por Nabarro e datada de 28 de dezembro de 1983, Florestan escreveu textualmente que a pesquisa que fez com Bastide era “uma picada e um ponto de partida”, para completar: “O negro se manifestará através de sua presença e da alteração que provocará mais cedo ou mais tarde na organização da sociedade brasileira. Sem o negro e sua participação revolucionária a luta de classes jamais atingirá o seu zênite, o negro é o diamante que cortará a linha da democracia social e racial no Brasil”..

O desmonte que Florestan, Bastide e o movimento negro fazem da tese da democracia racial é, também por essa razão, definitivo. E tanto mais admirável porque feito a partir do que era, de certo modo, também uma espécie de homenagem da Unesco à construção sedutora elaborada por Freyre nos anos 1930, ainda que vez ou outra Freyre volte no discurso dos grupos mais reacionários até na figura do injustiçado, como ocorreu na Festa Literária de Paraty de 2010, quando o sociólogo pernambucano foi o escritor homenageado. Cabe registrar que essa imagem de injustiçado não tem nenhum alicerce na realidade: Freyre é pensado e é tratado como um autor canônico no país e nunca foi escanteado ou perseguido por ser um sociólogo conservador ou mesmo reacionário. Pelo contrário, colecionou ganhos, sobretudo simbólicos, dessa posição.

O debate intelectual e a realidade, mostram todos esses casos, não são óbvios. A realidade não apenas expressa ou reflete (verbos que costumeiramente encontramos quando as ciências humanas se deparam com um tema), ela também provoca a imaginação. Os mecanismos de observação de dada realidade precisam ser imaginados, e a descrição e a compreensão da realidade exigem também espaço para a criação por parte do escritor, seja ele sociólogo, antropólogo, educador, jornalista ou – como vamos tratar aqui – cientista político. É essa capacidade de imaginar a realidade e de pensar as alternativas que estão em jogo em diferentes momentos que faz da obra de Florestan um pensamento vivo, que permite entender o passado, perceber o presente e projetar os futuros possíveis.

O POLÍTICO CIENTISTA POLÍTICO

Essa capacidade de projeção, presente nos escritos políticos dos anos 1980 e 1990, é o que hoje me parece mais urgente resgatar na obra de Florestan. São textos que versavam sobre a situação do país naquele momento e que, por outro lado, falam muito do Brasil de hoje. E que nem sempre recebem a mesma atenção dos intelectuais quando comparados com a produção anterior.

Florestan elaborou nesses anos um conjunto de reflexões que permitem pensá-lo não apenas como um político e deputado, ou seja, um

ator privilegiado do jogo parlamentar, mas também como um cientista político que busca expressar os problemas da política para o proletariado e para o conjunto dos trabalhadores. É também nessa época que o cuidado de Florestan com a edição dos textos em livro é radical, revelando um pensador que já imagina que seus escritos terão vida longa e que serão postos a prova do crivo não só dos contemporâneos, mas das gerações vindouras; alguém que tem a clareza de que sua vida chegaria ao fim antes da vida do que escrevia.

Em livros como *Brasil, em compasso de espera* (1980), *A ditadura em questão* (1982), *Que tipo de República?* (1986), culminando em *A Constituição inacabada* (1989) e com reflexos em *Em busca do socialismo* (1995), Florestan elabora de maneira prática, mas também teórica, questões fundamentais da transição democrática no país, ou seja, da transição da ditadura militar pra vida civil tutelada pelos militares. Tomo, assim, *A Constituição inacabada* como um livro paradigmático do período. Além da preocupação temática (a política contemporânea no Brasil), algo presente em todos esses livros, é possível perceber também um ganho estilístico na prosa de Florestan, que se mostra progressivamente mais solta, nem por isso menos rigorosa, no correr dos artigos, organizados cronologicamente, do mais antigo para o mais recente.

O segundo texto do livro, intitulado “A crise institucional”, foi publicado originalmente em 13 de julho de 1986 (FLORESTAN, 1989, p. 21-23), portanto no início da campanha eleitoral que o levaria à Constituinte e em meio ao sucesso do Plano Cruzado, que elevou a popularidade do governo José Sarney. Neste texto, Florestan, entre outras questões, coloca em debate a volubilidade do eleitorado brasileiro, analisa seu significado e propõe uma pauta para os partidos de esquerda:

O sintoma mais ostensivo e perigoso do que acontece reponta nas oscilações das massas, que buscam heróis populistas e saltam de galho em galho, a cada eleição. Elas não são um termômetro de que os de cima detêm o ‘controle do poder e da sociedade’. Ao inverso, são um índice de que milhões de humildes, oprimidos e espoliados estão desorientados e aceitam ‘qualquer coisa’ para ‘sair do atoleiro’ – de Jânios a Malufs.

Nessa conjuntura, “os partidos da ordem” não são capazes de socializar politicamente com a massa errática, mas, por outro lado, “[...] os partidos de esquerda não contam com meios para estender a sua atividade política organizada aos núcleos mais expressivos, na cidade e no campo”. O próprio PT “[...] não dá conta dos oprimidos que não conhecem o sal da Terra e sequer podem comer o pão que o diabo amassou”. Florestan advogava uma Assembleia Constituinte exclusiva, o que foi barrado pela ação do presidente José Sarney e de sua Nova República. Diante da impossibilidade, afirma que cabem explicitar as reivindicações proletárias “[...] em termos socialistas, mesmo quando elas são propostas para serem atendidas dentro da ordem e através da ordem”. O objetivo seria “[...] conquistar o centro dinâmico da ordem e da sociedade [...]” para que este centro conquistasse a capacidade de “[...] alterar as estruturas, os conteúdos e o rendimento do Estado”.

Temos, aqui, um método de compreender e de reportar uma situação política (a dificuldade dos partidos de interagirem com amplos setores da sociedade numa situação de crise institucional), uma proposta de abordar as demandas por meio de um discurso socialista (mesmo que o objetivo não seja a revolução, mas a reforma institucional), a busca pela conquista do “centro dinâmico da ordem” (a fração do Estado capaz de agir) “e da sociedade” com o objetivo de, a partir dessa conquista, promover as mudanças necessária rumo ao “socialismo proletário”. Tal abordagem se repetirá em muitos dos artigos do livro, variando o grau de otimismo em relação à conjuntura, mas sempre apontando o espaço de crise, o meio de intervir e o que se deve fazer com um poder eventualmente conquistado após disputas necessariamente entendidas como parte da luta de classes, mesmo quando ocorrem no Parlamento ou em outra instância “dentro da ordem”.

Diferentes aspectos dessa conjuntura política de então serão tratados pelo livro. Em “Nem ditador, nem Kerensky” (FLORESTAN, 1989, p. 67-70), de 6 de março de 1987, no início dos trabalhos da Constituição, Florestan afirma que Sarney foi elevado a “[...] uma altura que o amedronta e imobiliza [...]” e que ele se intromete na Assembleia Nacional Constituinte “[...] subalternizando-a aos desígnios do Executivo

[...]”, desconhecendo “[...] a natureza da situação histórica que o Brasil e a América Latina enfrentam”. Florestan também diz que, para Sarney, é desnecessária a “vocação ditatorial”, bastando a ele o “[...] compromisso com a ordem, com a defesa cega de sua reprodução e fortalecimento”. Numa análise que se revelaria precisa sobre os limites que ANC enfrentaria até o fim, Florestan escreve que ela aparecia “[...] como o elo tolerado de uma cadeia, que se inicia com o golpe militar de 1964, atinge o seu apogeu com o triunvirato de 1968-1969 e alcança maturidade com as políticas de transição dos governos dos generais Geisel e Figueiredo”.

Num outro artigo, publicado pouco à frente, em 26 de junho de 1987, “As perspectivas do PMDB” (FLORESTAN, 1987, p. 100-102), também vemos a precisão da leitura de um partido que se desfigurou ideologicamente e pôs-se em “contradição com suas raízes populares”. Entronizado como “[...] o núcleo principal de uma pseudo-Aliança Democrática, pela qual seria o principal partido da ordem a serviço do governo (e servindo-se dele) [...]”, o PMDB, ao mesmo tempo que sustentava Sarney, poluía-se “[...] com a gangrena clientelista e paternalista”. Neste cenário, em que o PMDB, especialmente seus radicais antigos e novos, ficava entre a potência de dar impulso à “revolução democrática” e a de “[...] fornecer um fortíssimo alento às forças políticas da contra-revolução, que se acham mais vivas do que em 1964 [...]”, “[...] não existe revolução democrática”. Num outro texto (“O novo partido”, de 10 de julho de 1988, p. 304-307), Florestan identifica os limites do projeto do PSDB, embora o saúde e deseje-lhe boa sorte:

Sabemos, de antemão, que uma esquerda da burguesia estará sempre presa a uma camisa-de-força insuperável, por maior e mais honesta que seja sua radicalidade. A nossa burguesia não cultiva a generosidade política e quer a sua parte em riqueza, poder e preservação da ordem existente. Ela não comporta uma esquerda radical em seus quadros e a esmagará, se ela avançar demais no campo das lutas sociais.

Sabemos, hoje, o quanto o PSDB aceitou esses limites e, para não ser esmagado, recuou até o limite de conduzir o golpe contra Dilma, entregar

o poder ao PMDB de Michel Temer e abrir o caminho para a extrema-direita bolsonarista.

Num dos momentos mais otimistas do livro, e portanto do processo constituinte, Florestan, no artigo “Adeus à transição” (FLORESTAN, 1989, p. 157-160), explica que a “[...] ANC foi concebida e montada para legitimar a transição lenta, gradual e segura, conforme a alvos de uma democracia ritual”. Mas nem tudo ocorreu de acordo com esse desenho inicial, diz Florestan. “Ao contrário, ela gestou e está gerando uma verdadeira Constituição, desigual e contraditória – como tinha de ser, em vista da iniquidades e impossibilidades decorrentes do desenvolvimento desigual –, e substantivamente democrática”. Ainda segundo ele, a “[...] ANC foi bitolada pela dialética venenosa e destrutiva da ‘transição’. Mas se contrapôs a ela e a superou, embora os frutos da vitória não sejam aqueles que os democratas liberais, radicais, nacionalistas, socialistas ou comunistas aspiravam”. Esse otimismo com as vitórias alcançadas, ainda que limitadas, se mantém, mas fica mais equalizado em “Derrota das ‘esquerdas?’” (FLORESTAN, 1989, p.189-1991). Aqui, Florestan afirma que, diante do cenário da ANC, a esquerda concentrou-se em “[...] infundir à Constituição liberdades políticas e direitos sociais que reduzem o despotismo burguês e, simetricamente, criem espaço político legal para a luta de classe”.

Esse “espaço legal para a luta de classe” seria a grande conquista democrática da Constituição. Essa luta, na ANC, diante da atuação do “Centrão” (definido, posteriormente, em “Ideologia e utopia do ‘Centrão’”, de 27 de janeiro de 1988, p. 207-210, como “[...] conglomerado de facções de classes burguesas [...]” que carrega consigo “[...] todas as maldições do capitalismo rústico, perverso e selvagem – e nenhuma das virtudes do liberalismo autêntico e do radicalismo democrático-burguês” [...]), teria desmascarado “[...] o compromisso dos partidos da ordem e dos políticos profissionais com a resistência à mudança na sociedade brasileira [...]” e deixado claro que conquistar “[...] a Constituição mais democrática de uma sociedade burguesa [...]” não é “[...] o equivalente histórico da revolução social”.

A leitura do processo e das conjunturas particulares raramente escapa dessa análise: uma Constituição construída sob permanente ataque das forças da reação que, no entanto, saiu-nos a mais democrática da nossa história, graças às pressões dos trabalhadores e da sociedade civil. Mas que manteve laços fortes com o passado que esses trabalhadores teriam, de alguma forma, de encarar.

Debater artigo a artigo do livro tornaria este texto longamente enfadonho e talvez inútil, mas é sintomático que em um texto publicado na véspera da promulgação, em 4 de outubro de 1998, Florestan recorra, mais uma vez, a uma pergunta em seu título: “A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?” (FLORESTAN, 1989, p. 360-362). Nele, Florestan afirma que a Constituição de 1988 “[...] não responde às exigências da situação histórica [...]”, porém “[...] parece melhor que não desperte grandes paixões e deixe em aberto um vasto campo à renovação e à atualização” (uma referência à revisão prevista no próprio texto para 1993, o que acabou não ocorrendo). Se “[...] a ditadura, a ‘Nova República’ e o bloco histórico no poder enredaram-se na ‘conciliação conservadora’ e tentaram submetê-la [...]” à transição “lenta, gradual e segura”, os constituintes “radicais” e de “esquerda” evitaram que isso fosse levado até o fim. O resultado teria sido uma peça que não era “[...] homoganeamente conservadora, obscurantista ou reacionária [...]”, mas, ao revés, abria “[...] múltiplos caminhos, que conferem peso e voz ao trabalhador na sociedade civil e contêm uma promessa clara de que, nos próximos anos, as reformas estruturais reprimidas serão soltas”.

Sem ser uma promessa de revolução mesmo dentro da ordem, “[...] a revolução que a burguesia deveria ter realizado [...]”, ela reporia uma ameaça aos privilegiados. Da nova Constituição emergia “[...] uma quebra de pequenas bastilhas encadeadas, que faziam do Brasil uma bastilha colossal”. No futuro próximo, para fazer essas vitórias se tornarem realidade, seria preciso socializar “os de baixo” cultural, legal e politicamente para utilizarem a Constituição. No meio de um artigo otimista, no entanto, vem a crítica cirúrgica: essa socialização seria central para “[...] extinguir-se a tutela militar, os golpes de Estado e a autocracia burguesa”: “A Constituição só é um recurso para atingir tal objetivo caso

ela se converta em valor e caso se insira no quadro real das lutas políticas da maioria para conquistar liberdade com igualdade”.

Essa leitura de Florestan influenciou significativamente a posição do PT diante do texto constitucional naquele momento. Num texto publicado na *Folha de S.Paulo* de 10 de outubro de 1988, Luiz Inácio Lula da Silva faz uma síntese do que pensava o partido que liderava e que, embora tenha votado contra a Constituição, a assinou e defendeu em muitos aspectos. É uma leitura muito parecida com a de Florestan e eu conjecturaria que o texto teria, inclusive, passado por ele. De modo mais sintético, como já disse, e objetivo, Lula afirma categoricamente: “A Constituição de 1988, simbolicamente, joga no lixo a colcha de retalhos arranjada pela Junta Militar de 1969. Nesse sentido, ela pode abrir caminhos, liberar energias da sociedade civil, surpreendentemente entorpecida pelo comodismo.” A Constituição, no entanto, acolheria, simultaneamente, avanços políticos e sociais conquistados pela classe trabalhadora e, contraditoriamente, “[...] a tutela militar, o sistema de representação antidemocrático, as regalias para o capital e a antirreforma agrária – expressões máximas de seu texto conservador”.

Relidos mais de 30 anos após a promulgação os artigos de Florestan (e o de Lula), é possível perceber a clareza da análise feita a quente do cenário político. A tal “Constituição inacabada” expressou avanços, mas, também, a incapacidade do país em superar as amarras desse passado, mantendo fortes elementos estruturais relacionados a questões como sistema escravista e a construção de uma sociedade de classes autocrática e militarizada. Armadilhas perfeitamente identificadas pelos constituintes da esquerda de 1988, que não tiveram forças – ou imaginaram não as ter – para modificá-las na estrutura social e no texto constitucional quando chegaram ao poder, em 2003. A tutela militar e os temas da segurança pública, aliados a uma supervalorização da propriedade, sobretudo da propriedade de terra, sugeriam que aquela Constituição, deixada ao fluxo dos acontecimentos, permitiria que a burguesia, em algum momento, adotasse a mesma estratégia de 1964, que é de fechar o regime, ou encontrasse novos caminhos para desmontar os avanços sociais previstos em outros pontos do texto constitucional.

Esse pensamento dialético e a atenção ao pequeno e ao grande, à vida individual e à vida coletiva é que permitem a Florestan indicar com uma precisão fulminante qual seria o destino do país se em algum momento não se desmontassem as armadilhas que havia no texto constitucional. Nesse sentido, volto a dizer, como no trecho que citei de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, que infelizmente nada do que aconteceu de 2014 para cá era imprevisível. Pelo contrário, foram previstos nos textos do político cientista político Florestan Fernandes.

O Florestan pessimista que emerge de *A Constituição inacabada* acerta na mosca, nessas previsões, em que espaços se dariam os conflitos e como esses conflitos seriam tratados e eventualmente resolvidos pela burguesia. Ou seja, como a burguesia mobilizaria suas forças e alianças para lidar com uma sociedade cada vez mais ativa, que luta pelas igualdades, como as de gênero e raça, pela criação de um maior equilíbrio econômico, pela educação pública, por caminhos que ampliassem a universidade pública e fortalecessem o sistema público de saúde. É preciso reconhecer aqui também que essa pauta foi mantida pela esquerda, que aprendeu muito bem a utilizar-se do texto legal para fazer valer os direitos dos de baixo. E, nesse sentido, também acertou o Florestan otimista, que via no fechar da Constituição espaços novos para os de baixo lutarem pelos novos direitos recém-conquistados.

Entretanto, os mecanismos que a sociedade brasileira encontrou a partir de 1988 para reduzir desigualdades estruturais (não necessariamente de renda), e que colocaram em xeque o processo de acumulação, assustaram a burguesia brasileira. Com sua resistência patológica à mudança social, diagnosticada por Florestan nos anos 1960 ainda antes do golpe, ela recorreu a instrumentos jurídicos retorcidos para afastar Dilma ao mesmo tempo que ameaçava com o aparato legal e militar quem ousasse questionar o processo. A burguesia brasileira, mais uma vez, preferiu ceder os anéis para ficar com os dedos, ou seja, aceitou perder dinheiro e colocar o país na rota do retrocesso para não perder o poder.

As análises precisas de Florestan, fossem as otimistas, fossem as pessimistas, sugerem que, mais que político, Florestan atuou como um cientista político na Constituinte. Um “observador participante”, como

poderia classificar um antropólogo. E usou, para isso, os instrumentos dos “cientistas políticos” que selecionou para a Coleção Grandes Cientistas Sociais, ou seja, sem os arranjos e suportes típicos da comunidade universitária e também sem os recursos que considerava inadequados de uma ciência política contemporânea, voltada excessivamente para as instituições e valendo-se em demasia de meios quantitativos. Uma ciência que, para Florestan, não se comprometia suficientemente com a reforma social, quanto mais com a revolução social.

Numa introdução a *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*, de Wright Mills, Celso Castro afirmou que, à medida que aumentava o afastamento do sociólogo norte-americano em relação a seus pares acadêmicos, Mills “buscava escrever mais e mais para o grande público” (CASTRO, 2009, p. 10). Ainda no campo da sociologia, ele teria buscado fazer “a defesa da ‘tradição clássica’ das ciências sociais, inspirado nas maiores influências intelectuais de sua vida – os alemães Karl Marx, Max Weber e Karl Manheim, além dos norte-americanos William James, Thorstein Veblen e John Dewey” (CASTRO, 2009, p. 10). Florestan, afastado da universidade, mas imerso no jogo político, não faz diferente, buscando novos públicos para sua ciência.

É interessante notar que, nesses ensaios, Mills relativiza a absolutização da pesquisa empírica no trabalho do sociólogo: “Ora, não gosto de fazer trabalho empírico a menos que isso seja inevitável. Quando não se tem uma equipe de assistentes, é muito trabalhoso; quando se emprega uma equipe, esta muitas vezes dá ainda mais trabalho.” Ele dizia ainda que, “[...] na condição intelectual das ciências sociais hoje, há tanto a fazer em matéria de ‘estruturação’ inicial (...) que muita ‘pesquisa empírica’ está fadada a ser rala e desinteressante.” E, não menos importante, Mills subordina a pesquisa empírica ao império da razão:

Não há mais virtude na investigação empírica que na leitura. O objetivo da pesquisa empírica é dirimir discordâncias e dúvidas acerca dos fatos, e assim tornar as discussões mais frutíferas ao basear todos os lados de maneira substantiva. Fatos disciplinam a razão; mas a razão é a vanguarda em qualquer campo do saber. (MILLS, 2009, p. 33, e para todas as citações acima).

É preciso tomar cuidado e não ler essa posição de Mills de maneira absoluta. Ele está, claro, forçando o argumento, mas toma uma posição clara no debate, opondo-se a uma subordinação do pesquisador à lógica dos financiadores da pesquisa. Essa questão é também central na vida intelectual de Florestan, em seu afastamento progressivo da universidade e de instituições para universitárias que poderiam abrigá-lo, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Parece haver, em ambas as trajetórias, contudo, a adoção das ciências humanas como um instrumento de intervenção e como forma de pensar organicamente os problemas da sociedade. Na perspectiva de um intelectual dos trabalhadores ou de um intelectual proletário, essa ciência tem mais dificuldade de encontrar instituições que a sustentem e, como tal, deve recorrer aos recursos que a estão a seu alcance. O método de análise marxista, entre eles, por sua vez, confere às análises de Florestan uma precisão muito maior do que a de tantos cientistas políticos que confiavam num aprimoramento progressivo das instituições a partir de 1988 ou que tantas vezes insistiram que nada substantivo havia mudado nos governos petistas.

Se fazer ciência política é analisar os instrumentos (entre eles os partidos) que a sociedade civil constrói para intervir na vida social, os escritos dos anos 1980 são ciência da mais alta qualidade. Nesse sentido, Florestan viveu a política como ciência, sem jamais deixar de ver a ciência como uma forma de ver e fazer política.

REFERÊNCIAS

BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.

CASTRO, Celso. Introdução: sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: 2009. p. 7-20.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MARCELINO, Paula. Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 159-161, 2017. Resenha.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.
- MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 675-708, dez. 2018.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES

Guilherme Rocha:

Exatamente no tempo. 27 minutos. Vamos passar agora para o professor, agora de fato, professor Adelar João Pizetta.

Adelar João Pizetta:

Olá, boa noite a todos que nos acompanham remotamente nesse importante ato em homenagem a Florestan Fernandes. Boa noite Marcelo, Marcos, Francisco e ao Guilherme.

Inicialmente, quero agradecer o convite e a oportunidade de participar desse momento de resgate, de recuperação do legado teórico e político do nosso grande mestre Florestan Fernandes. Marcelo, parabênizo pela organização e realização desse encontro de celebração do centenário de nascimento do Patrono da Sociologia brasileira. Sei das dificuldades que a própria pandemia impôs, mas me parece que é muito justa e necessária essa homenagem, estudando, discutindo e nos apropriando da arma teórica para potencializar as “batalhas” em nossos espaços de atuação política

profissional, nessa “guerra cultural” que estamos enfrentando e cada vez se torna mais difícil. Parabéns pelo evento e obrigado pelo convite.

Como já estamos conversando, a minha leitura de Florestan é de certa maneira recente e ela se deve a uma função que eu ocupei no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando da criação e da edificação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema no estado de São Paulo, a partir do ano 2000. Tive a oportunidade de acompanhar o processo de construção da estrutura física, mas também de coordenar a parte mais pedagógica e da formação política no movimento. Então é a partir desse contexto que começo a estudar, ler sobre o Florestan e os primeiros contatos com a sua obra. Portanto, minha leitura do Florestan não se dá no âmbito da universidade, mas sim, na dinâmica de formação, organização e lutas dos Movimentos Populares, em particular do MST. Neste sentido, o estudo que eu tenho feito é basicamente, a partir da função que a gente ocupa nessa luta, com o intuito de potencializar os processos no âmbito da formação da consciência crítica, na formação da consciência de classe, da organização autônoma dos trabalhadores, e contribuir com as transformações que possam significar mudanças revolucionárias. Procuramos nos apropriar de elementos dessa monumental obra do Florestan refletindo de que maneira e em que sentido ela nos potencializa do ponto de vista da interpretação e transformação da realidade.

Penso que essa é uma dimensão importante, um tanto particular dessa leitura que deixa lacunas e limites na sua assimilação e que vai se aprofundando conforme avançam os processos formativos, organizativos e de lutas, assim, é um estudo em processo. A minha participação aqui tem o sentido de trazer alguns elementos, não com a profundidade que merecem, dada a complexidade das temáticas, mas que possibilitam certas reflexões a partir daquilo que nós temos feito nesses últimos anos. São basicamente quatro ou cinco grandes ideais que recuperam dimensões dessa temática que está posta a partir daquilo que vamos compreendendo na dinâmica da luta popular e da luta social, isto é, no âmbito das lutas de classes.

Primeiro na nossa compreensão, é fundamental, é extremamente importante compreendermos o sentido da formação da sociedade brasileira e da sua dinâmica de funcionamento. Trata-se de compreender

a essência da nossa sociedade buscando as inter-relações, os nexos e laços construídos historicamente numa relação sempre direta com os dinamismos econômicos e políticos mundial. Isto porque para entender o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil Florestan parte da análise de como se dá a inserção desse desdobramento na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em nível internacional ou mundial. Desde os primórdios esta é uma inserção subordinada aos interesses econômicos, políticos e culturais do colonialismo e do imperialismo, como o professor vinha demonstrando. Segundo Florestan, essa subordinação não é um mero fruto de uma imposição de fora, o que ela também é, mas é articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira que reproduz internamente as relações de exploração econômica, de dominação política e ideológica, atendendo aos interesses externos e sendo contemplada, subordinadamente, também.

Segundo Florestan (2009, p. 64),

As estruturas do capitalismo dependente estão preparadas para organizar a partir de dentro as 'condições ótimas' da sobreapropriação repartida do excedente econômico e para renovar continuamente as condições de reincorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das sociedades hegemônicas preponderantes.

É assim que dependência e subdesenvolvimento é um bom negócio para os dois lados. Então essa tese é extremamente importante porque explicita que essa inserção se deu e se mantém historicamente de forma dependente e subordinada, instituindo um “Padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, que promove ao mesmo tempo intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento” (FERNANDES, 2009, p. 62). Dessa maneira a burguesia brasileira já nasce umbilicalmente ligada a burguesia Internacional e imperialista o que remete a uma análise de classes não dogmática, pois é praticamente impossível se falar de uma burguesia nacional clássica aqui.

Mais ainda, esse fenômeno vai forjar uma burguesia antinacional, antidemocrática e antissocial, que a caracterizam por sua intolerância e “medo pânico” contra o povo que busca lutar para romper com essa dinâmica burguesa. Então compreender o caráter dessa burguesia só

é possível se compreendermos como isso se processou na história. Uma burguesia submissa aos interesses de fora, muito obediente aos interesses colonialistas e imperialistas, mas muito autoritária, truculenta, repressiva, onipotente com os de baixo, com os trabalhadores aqui dentro. É uma burguesia portanto que vai ter muitos limites, ela não inova, ela não cria, praticamente mimetiza e adapta desde fora. Os próprios impulsos de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira eles são, vamos dizer assim, patrocinados, são intencionadas dentre os impulsos do capitalismo externo. Isso se dá em todas as esferas da sociedade, no âmbito econômico, político, cultural, educacional e perpassa todo o tecido social. Assim, essa burguesia reproduz internamente relações de dominação econômica, política, cultural e ideológica, como algo ligado, vinculado aos interesses de fora desde a sua fundação colonial. O Florestan (1991, p. 4) vai dizer que: “O Brasil não é somente um país de origem coloniais: nele o colonialismo não foi destruído até o fim e até o fundo.”. Então me parece que essa é uma dimensão de análise importante que articula de forma dialética o geral e o particular.

Segundo, é que essa lógica, essa forma particular de desenvolvimento, muito bem caracterizada pelo professor que me antecedeu, não é capaz de gerar aqui o surgimento de um dinamismo de classes ou da formação de classes a estilo do desenvolvimento do capitalismo fruto das revoluções burguesas, que ocorreram na Europa, por exemplo. Vejam, não é que aqui não existam classes. Não é essa a questão do Florestan. A ideia é analisar e compreender as classes não a partir de esquemas e análises estabelecidas à priori. Mas, sim, observando o processo da sua constituição enquanto classe e, nesse caso, constata-se que essas classes possuem certas deformações, tanto a burguesia como também a classe proletária, a classe trabalhadora. Em grande medida em decorrência desse dinamismo, dessa forma específica de desenvolvimento capitalista e sua inserção na dinâmica internacional, condicionando ainda a um quase “não movimento” das próprias classes, porque essa também, como o professor dizia, se dá dentro de um “circuito fechado”. Então esse dinamismo e dada a característica autoritária da classe dominante, as lutas e iniciativas políticas da classe trabalhadora quase sempre foram impedidas de acontecer e isso é próprio, é típico

desse capitalismo que nós estamos caracterizando aqui e para Florestan é o capitalismo dependente. É nessa dupla articulação dos dinamismos externos e internos, que essa forma específica desenvolvimento do capitalismo produziu aqui uma burguesia resultante de uma metamorfose, isto é, ela não ela não surge enquanto classe a partir de uma luta, de um confronto com a antiga ordem vigente, ela apenas se modifica. Ou seja, o próprio grande fazendeiro/latifundiário vai ser o capitalista agrário, o grande comerciante e o pequeno industrial atingindo todas as esferas da economia, da política e da cultura. E é por isso que o professor dizia que se mantém a dinâmica do arcaico modernizado, no qual o arcaico se torna moderno em novas bases e dimensões.

Dessa maneira, essa burguesia brasileira se torna incapaz de levar adiante tarefas democráticas, como por exemplo, a reforma agrária que é o nosso campo de atuação e caracteriza inclusive o Brasil como um dos únicos países do mundo que nunca mexeu na estrutura fundiária, nunca distribuiu terra. Além da reforma agrária, outras reformas que o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial em outros países levou adiante e é por isso que o Florestan vai dizer que a burguesia aqui ela apenas se modificou - combinando essas dimensões arcaicas com esse moderno em novas bases – e, portanto, ela não pode, nem podia levar adiante essas tarefas vamos dizer assim seriam típicas da revolução burguesa, pois seria, ou exigiria a sua própria transformação, ou ainda, significaria o seu próprio suicídio enquanto características de sua classe. Conseqüentemente a classe e operária, a classe trabalhadora em geral também possui certas deformações na sua formação. Um aspecto, já evidenciado anteriormente, refere-se a um certo grau de dificuldade, algumas debilidades em relação à construção de instrumentos organizativos e de lutas que pudessem forjá-la e constituí-la enquanto classe ativa e autônoma, independente política e ideologicamente. Por outro lado, ela é também nova, com pouco tempo de experiência, de certa maneira, a classe operária no Brasil é do século 20. Então possui ainda um nível teórico insuficiente para as demandas da revolução. Aqui, uma advertência se faz necessário: na formação da sociedade brasileira, todas as vezes que os de baixo tentaram entrar na dinâmica da história através de suas lutas, de suas organizações, essas iniciativas foram, segundo

Florestan, “solapadas”, isto é, reprimidas, destruídas, impossibilitadas de prosperarem. Então essa é uma característica muito importante para nós compreender porque sempre que houve uma tentativa, uma iniciativa, do ponto de vista da classe trabalhadora e dos subalternos, dos explorados – dada às características dessa burguesia - essas experiências foram destruídas, controladas dentro de um “circuito fechado”, não abrindo espaços para seguir adiante na sua organização e de lutas concretas que fortaleceriam a sua identidade, consciência e construção do “sujeito político coletivo”.

Diante disso, aparece então uma questão muito importante para o Florestan e para nós também que a problemática da Revolução. Florestan dizia que a revolução não é um simples slogan, não é uma palavra de ordem. A revolução é um processo histórico, longo, de ruptura profunda e a fundo com as amarras do passado e do presente numa perspectiva de construção de algo novo. Compreende-se que essa construção necessariamente requer, a duras penas, a superação da condição anterior, exige o rompimento com essa cultura colonial e neocolonial. Essa é uma decisão política importante que requer colocar como estratégia política a revolução, pois, mudanças profundas e a fundo na sociedade brasileira somente serão realidade por intermédio da revolução. Mas aí aparecem novas questões: como desencadear um processo de ruptura e revolucionário, na sua essência, com essa forma de organização social que nós temos e essas características da luta de classes? Então a grande questão de como levar adiante esse processo uma vez que, pra Florestan, a revolução burguesa no Brasil é o que foi possível a burguesia fazer até 1964. Se houve alguma possibilidade de avanço nessas questões democráticas, etc., elas se esgotam em 1964 com o golpe cívico-militar, chamado de “contrarrevolução” por Florestan. Esses acontecimentos elucidam uma série de questões postas para o sentido da revolução brasileira, pois, esgota as possibilidades de uma revolução burguesa, tudo aquilo que não foi feito do ponto de vista das reformas de ampliação democrática, participação nas conquistas de direitos só será possível por intermédio da pressão, da luta e da organização dos próprios trabalhadores.

Ou seja, está posto agora para os trabalhadores a necessidade de desencadear também esses processos da revolução dentro da ordem, mas

numa dialética articulando a revolução contra a ordem. Essa dialética da revolução dentre e contra ordem é muito importante para que a gente possa levar adiante processos de ruptura, pois, do contrário, corre-se o risco de cair no reformismo que não está muito distante, muito longe do que também nós viemos observando nos últimos anos. Então, como fazer, como levar adiante esse processo de mudança nas condições do Brasil? Porque é aqui nessa objetividade, nessa realidade construída historicamente, não estamos falando em revolução em luta de classes, em formação das classes, em formação da consciência de classe em *abstrato*. O que nós temos entendido nessa perspectiva, é que sem o envolvimento, sem a incorporação, sem organizar os debaixo os trabalhadores explorados sem fazer formação desse sujeito coletivo e articular isso tudo em torno de um projeto político estratégico socialista, se torna muito difícil projetar essas mudanças essas transformações na realidade.

Compreendemos, como fundamental, que a força da transformação social está na organização, no nível e caráter da formação política e ideológica, na consolidação dessa força em luta dos explorados os sem classes, dos de baixo. Esse processo, nos faz pensar em uma categoria do Florestan muito pouco conhecida, que é essa ideia da formação de um “Movimento Socialista”. Para ele o movimento socialista é uma confluência de muitas forças, de todas as forças sociais e políticas que se voltam, de alguma forma, contra a ordem existente ou para introduzir reformas da ordem que possam alimentar uma revolução contra ordem e organizar a sociedade e a economia, o sistema de poder em outras bases (FLORESTAN,1980). Essa mobilização, articulação real das pessoas em lutas passa a ser importante na construção do um movimento socialista, pois, esse consenso, essa consciência coletiva das possibilidades das mudanças e de que é possível construir uma ruptura em torno de um projeto popular, um projeto socialista para o país.

E por último, na nossa compreensão, essa perspectiva da revolução brasileira aponta na análise e práxis do Florestan o socialismo como horizonte. Florestan nunca titubeou, nunca ficou um dúvidas acerca dessa perspectiva revolucionária e socialista da emancipação dos trabalhadores no Brasil, pois, sem uma revolução socialista não há emancipação. Como

eu já adverti, essa, revolução não é um momento, mas sim, um processo de ruptura radical com uma ordem do capital e a construção de uma nova racionalidade, e uma nova sociedade alicerçada nos princípios e valores humanistas e socialistas. Aqui é importante pois, o Florestan apresenta essa saída socialista não por sua vontade simplesmente, mas é alicerçada na sua análise da sociedade e da luta de classes no Brasil. Ou seja, como um bom marxista criativo e não dogmático, conhecedor profundamente da teoria social de Marx e demais teóricos, inclusive brasileiros, constroem bases muito sólidas dessa perspectiva revolucionária socialista. Tem uma passagem que eu acho muito importante em que o Florestan (1989, p. 170) afirma: “Eu não sou só um marxista, eu sou marxista que acha que a solução para os problemas dos países capitalistas está na revolução.”. Aqui deixa muito explícito essa perspectiva e ele continua dizendo: “isso não é uma fanfarrice, é assumir de forma explícita o dever político mínimo que pesa sobre alguém que é militante embora não esteja em um partido comunista e que afinal de contas tentou durante toda a vida manter uma coerência que liga a responsabilidade intelectual, a condição de socialista militante e revolucionário” (FLORESTAN, 1989, p. 170). Em outra passagem afirma que a Revolução não é uma revolução anticapitalista e antiburguesa, é uma revolução socialista! Me parece que a perspectiva é muito clara: ou há uma ruptura, uma revolução e uma emancipação dos trabalhadores ou não há.

Termino com o propósito de que a obra do Florestan continue a atormentar as classes dominantes e também aos pós-modernos porque ela está sendo incorporada às nossas organizações e às nossas lutas e porque é assim que ela se mantém viva e desafiadora. É na academia, mas, é fundamentalmente na dinâmica da organização, da formação e luta popular, que o legado do Florestan mantém sua vitalidade, sua força. Por isso, estudamos o Florestan para sermos mais fortes na luta de classes, para estarmos mais e melhor preparados do ponto de vista teórico, buscamos nos apropriar do vigor das ideias e das suas práticas políticas e teóricas materializando-as em nossos estudos, em nossas organizações autônomas, como ele defendia e nas lutas concretas pela emancipação humana.

Por último uma linda passagem do mestre Florestan (2000, p. 140) que nos toca a todo momento: “Quanto ao sonho o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que não sonham estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contrarrevolução prolongada”, contrarrevolução todos nós sabemos que é repressão, circuito fechado, autocracia. Então precisamos continuar sonhando e lutando para que a revolução e o socialismo se tornem realidade histórica conquistadas a duras penas, como bem nos alertou Florestan. Se não estivermos no dia da vitória, ao menos tenhamos feito a nossa parte.

Bom, essas são algumas reflexões de certa maneira um tanto pulverizadas, mas que nos permitem fazer com que nós tenhamos uma posição mais ofensiva, mais radical e mais coerente na luta de classes como o pensamento de Florestan. Obrigado pela atenção de todos e mais uma vez um agradecimento ao Marcelo e toda a sua equipe pela bela homenagem e oportunidade.

GUILHERME ROCHA: Obrigado professor Adelar, pela apresentação que foi bem interessante e que colocou várias questões pertinentes para a gente pensar na nossa atualidade. Agora vamos passar a palavra para o professor Marcos Tadeu Del Roio.

AS PERGUNTAS

GUILHERME ROCHA: À você, Del Roio, muito obrigado pela apresentação. Porque realmente, né, com um colega disse no chat, você é uma enciclopédia em alguns aspectos. Professor, por falar nisso, vamos enviar uma pergunta para você para começar aqui. Inclusive, quem tiver mais perguntas pode mandar no chat, tá? Vamos começar com uma pergunta ao professor Del Roio, do Aldair. “Professor, poderíamos pensar de acordo com essa particularidade da “burguesia brasileira” de que ela já nasce decadente,

quando comparamos aos países capitalistas centrais?” Então essa é a pergunta do Adair. Se o senhor quiser responder agora, fique à vontade.

MARCELO TOTTI: Acho que a mesa pode responder essa pergunta, né, os três.

MARCOS DEL ROIO: Eu estou só um pouco cansado.

MARCELO TOTTI: Quem se habilita primeiro?

ADELAR JOÃO PIZETTA: É, bem rapidamente, porque os professores já explicitaram essa visão que eu também comparto. Penso que a burguesia não nasce decadente, ela nasce subordinada. No fundo a burguesia brasileira é filha do latifúndio, como já foi dito aqui, e ela é também filha do capitalismo mercantil do período português e inglês, então é nesse contexto que ela vai “aparecer” e como Florestan diz, na verdade havia um espírito burguês, um pensamento e certas formas de vida burguesas, mas sem existir enquanto uma classe burguesa típica. Então acho que essa origem se torna importante, como nós já colocamos antes, que a caracteriza com ao menos três posturas que se unificam na sua práxis: Primeiro, dela ser antinacional. Ela não pensou e não pensa um projeto de nação, vamos dizer assim, um projeto de desenvolvimento autônomo do país. Segundo, uma burguesia antissocial e antidemocrática, ela tem um “medo pânico” dos de baixo, pois quando estes pensam em se organizar, a se mobilizar, a se levantar contra a ordem, ela se antecipa, não permite o desenvolvimento desses processos e corta ainda no seu nascedouro. Por isso, precisamos ser inteligentes, resistentes e intransigentes não se deixando esmagar por essa burguesia intolerante, que não admite qualquer nova forma, novos pensamentos nessa direção. Mas por outro lado também observamos que na história a intransigência dos de baixo que nunca se deram por derrotados.

É assim que nós hoje estamos aí, nós somos herdeiros, vamos dizer assim, desse povo brasileiro que ricamente resistiu e lutou heroicamente em todos os períodos da nossa história. Então a burguesia dependente submissa, não é uma burguesia débil ou fraca, como alguém também diz. Porque ela é profundamente interligada ao imperialismo, então isso também é importante, a nossa luta hoje contra a burguesia Brasileira é uma luta contra o imperialismo. No campo, na questão da reforma agrária, da luta pela terra não é diferente. A luta pela terra hoje é uma luta anti-imperialista nesse sentido, porque as grandes corporações transnacionais é que vão se defrontando com os camponeses em seus territórios. Então essa burguesia é conservadora no verdadeiro sentido de conservar isso que foi a sua origem no nascedouro e, portanto, não eleva o país a uma nação e permanece mantendo a mesma lógica de inserção e subordinação. Em grande medida ela se mantém por causa desse circuito fechado no qual ela organizou a sua forma e o exercício de poder, a questão é como romper com esse circuito fechado?

GUILHERME ROCHA: Começamos então pela pergunta do Conrado, né? Ele faz uma pergunta, uma discussão, uma questão ontem muito discutida foi a respeito do sentido da revolução brasileira e suas variações ao longo da passagem do tempo. Gostaria de ouvir os professores a respeito do modo como enxergam o destino dessa revolução inconclusa e seu papel para a superação do desenvolvimento dependente. E aí continua, teríamos, então, também uma burguesia subdesenvolvida? É a pergunta do Conrado. Depois tem uma pergunta muito interessante do Professor Fábio Ocada: pergunto aos colegas se poderiam dizer algo a respeito do papel da política de branqueamento como ingrediente do projeto de modernização da burguesia nacional. É uma segunda pergunta. Nós temos a pergunta do Amaury que faz a seguinte pergunta: se nossa burguesia é uma sub-burguesia, espécie de sabujo da elite internacional, ela não consegue ver que poderia ser maior, melhor, se fosse nacionalista, desenvolvimentista? Então basicamente são essas três perguntas, né? Agora gostaria que os professores se organizassem. Dê preferência o professor Adelar que não

falou na última rodada, né? Começar respondendo uma dessas questões para abrir novamente o debate.

ADELAR JOÃO PIZETTA: Penso que os professores tem mais elementos e podem contribuir com essas reflexões acerca das questões. Muito rapidamente eu acho sim que essa questão da revolução e da revolução da burguesia, são duas temáticas que no curto espaço de tempo se torna difícil dar conta de tudo, né? E quando falamos em burguesia dá ideia que ela é monolítica, que ela é única, e todos sabem que existem frações, segmentos e disputas internas na própria burguesia, na própria classe, mas como nós vínhamos colocando, ela jamais deixa filtrar para baixo as cisões que por ventura possam aparecer entre os seus interesses. Isso também o Florestan explica. Então diante de uma situação em que essa burguesia é colocada meio contra a parede, ela se unifica para reprimir, para destituir as forças de baixo e se manter no topo. Então, mesmo hoje no Brasil existem disputas que se manifestam em diferentes momentos e esferas, né? As próprias eleições desse final de semana, se nós olharmos assim em muitos lugares há manifestação desses interesses e dessas frações dessa burguesia. Tem uma parte mais autoritária, mais repressiva, etc. e uma outra parte mais ligada à própria indústria, ao setor produtivo. Do ponto de vista da revolução, bom, nós argumentamos, eu argumentei essa questão da revolução socialista, né? É, mas eu disse também que isso é pensado nas condições reais objetivas e subjetivas do nosso país, então estamos também abstratamente discutindo os sujeitos da revolução, quem pode levar adiante esse processo, haja vista que, como nesta análise eu compreendo que a burguesia não vai fazer nenhum tipo de transformação, de mudança que enfrente os problemas, ou que resolvam os problemas do povo. É claro que os problemas do povo só são, só vão ser resolvidos pelo próprio povo, não há outra possibilidade.

Eu penso que é uma ilusão você acreditar que os problemas sociais, educacionais, de habitação, de moradia, de salário, de trabalho, de renda, etc, a burguesia vai resolver, não! Então isso está colocado para a classe trabalhadora levar adiante e buscar construir alternativas. É isso que eu

estava querendo dizer antes: não há uma revolução burguesa no Brasil, o que houve é uma contrarrevolução preventiva e prolongada que a partir de 1964 se mantém. Eu acho que isso nos coloca grandes desafios, grandes tarefas, do ponto de vista da organização da formação e das lutas de massas que precisam ser articuladas no seio da sociedade. Eu entendi um pouco assim do Florestan, não é que é uma revolução etapista, mas, com essa ideia de que quem tem que fazer a revolução é os explorados, os trabalhadores, então é necessário que haja de certa maneira uma revolução democrática, que a incorpore as ações desses sujeitos em algum espaço de articulação política, que estão dispersos e todo mundo sabe disso. Nós precisamos articular força, construir força social e força social então, é gente organizada com nível de consciência elevado e instrumentos autônomos e potentes de luta. Me parece que essa é uma questão importante, em que a revolução democrática possa colocar o povo como sujeito e em condições de fazer história. Segundo é que, para resolver os problemas do povo brasileiro, essa revolução também tem um caráter nacional que requer o rompimento completo e a fundo com o imperialismo, é romper com aquela dupla articulação. Então ela tem também um sentido nacional e na minha compreensão da análise do Florestan, isso só é possível com uma revolução socialista, senão não teremos nem a Revolução democrática nem a Nacional. Me parece que esse é um debate importante. Como já se colocava antes, é claro que antes de 64 havia uma ideia de uma revolução Brasileira a partir de uma análise, e que não é que a análise era mal feita, é que os óculos que se olhava para fazer a análise acabaram meio que direcionando para isso. E era a possibilidade de a classe operária emergente se constituindo, fazer aliança com a burguesia, entre aspas aqui, nacional, para levar adiante uma revolução anti-imperialista e anti-feudal, para que num segundo momento se fizesse então a revolução socialista. E isso com o golpe de 1964, com a contrarrevolução de 64 também desvelou, ficou evidente e explícito que esse setor da burguesia não existe no Brasil, não existe uma burguesia nacional. Por isso não é uma sub burguesia, não é uma burguesia débil ou fraca, mas é essa burguesia que se forma intrínseca e umbilicalmente ligada ao imperialismo e, romper com isso é também um novo e grande desafio. Eu fico por aqui, obrigado.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. *O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FLORESTAN FERNANDES E O PROCESSO CONSTITUINTE (1987-1988)

Maria Selma de Moraes Rocha

A compreensão é interminável e, portanto, não pode produzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo [...].

Hannah Arendt (1993, p. 38)

O DEPUTADO CONSTITUINTE: “CONTRA AS IDEIAS DA FORÇA A FORÇA DAS IDEIAS”

Em 1987, Florestan Fernandes, um dos mais importantes intelectuais brasileiros, foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual se filiou em 1986. Teve dois mandatos parlamentares, de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995. A partir do rigor científico de sua sociologia crítica e da perspectiva de transformação da sociedade, orientadora de sua militância socialista, o sociólogo que inaugurou uma nova época na história da sociologia brasileira, como diria Otávio Ianni (1996), tornou-se uma referência para todos aqueles que, como o PT à época, posicionaram-se em defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre Democrática e Soberana, e se comprometeram com a participação popular como

condição da transformação institucional do país e da realização de reformas estruturais em benefício das maiorias sociais.

Basta considerar sua profunda dedicação à compreensão dos problemas acerca do Estado, do desenvolvimento do capitalismo, da configuração da sociedade de classes no Brasil e na América Latina, além dos estudos sobre as questões indígenas e sobre o negro, que transformaram a história da consciência sobre o problema racial no país, embasados na virtuosidade metodológica e teórica de sua investigação sociológica. Todos esses aspectos marcaram, a um só tempo, sua condição de perspicaz intérprete do processo constituinte, expressa em suas manifestações e artigos, assim como na referência política para interlocução com as forças sociais progressistas, democráticas e de esquerda que se organizavam para apresentar formulações e propostas no processo de elaboração da nova carta.

As análises por ele produzidas nos anos 1960, em que identificava a educação como um dos principais problemas sociais, e os compromissos de Florestan Fernandes com a Campanha pela Escola Pública, desencadeada durante a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, ocorrida em São Paulo em 5 de maio de 1960 (ZANETIC, 2006) se constituíram em marcante experiência, inspiradora e orientadora para o diálogo e para a elaboração; isso se deu, em particular, com o Fórum de Educação na Constituinte em Defesa da Escola Pública e para a prática política no interior da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, que integrou a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Ao longo do processo constituinte, Florestan tornou-se uma das principais referências de interlocução com os movimentos de educação, foi respeitado por seus opositores e adversários políticos, não obstante a condição de sua prática parlamentar e suas manifestações públicas terem expressado uma interpretação profundamente crítica acerca da transição democrática e das condutas políticas dos setores conservadores, que representavam diferentes segmentos das elites no país.

Tanto o movimento das ideias e proposições de Florestan no contexto da elaboração política do PT quanto o envolvimento permanente com as causas e formulações das forças sociais que traziam à cena o compromisso com a emancipação cultural, social e política das maiorias foram ambos processos a tornar possível a produção de formulações que concorreram para definição do texto constitucional e das estratégias políticas a partir dos interesses e, sobretudo, propostas e projetos apresentados. Essa experiência marcaria indelevelmente as dinâmicas de organização e elaboração de políticas, e a democracia interna no PT nas décadas seguintes¹. Com efeito, a cultura política do país no que se refere à elaboração das políticas públicas e realização de direitos não seria mais a mesma, não obstante a persistência das práticas políticas autoritárias, de tutela e/ou cooptação e a permanência de representações e vetores de políticas que pretendiam hipostasiar os pobres na condição de carentes, incapazes e, por conseguinte, de subalternos, deslegitimando-os para a participação política (CHAUÍ, 1993, p. 95).

TRANSIÇÃO, NOVA REPÚBLICA E O CONGRESSO CONSTITUINTE.

Durante o governo de Ernesto Geisel, quarto presidente militar depois do golpe civil-militar de 1964, teve início o chamado processo de distensão política, que pretendia abrir o regime sob o controle das Forças Armadas.

A derrubada do governo João Goulart visando a impedir o prosseguimento das reformas e a organização e manifestação de diferentes segmentos de trabalhadores foi um processo complexo, que combinou construção de hegemonia junto a diferentes setores do capital industrial e financeiro, e às classes médias (DREIFUSS, 1987); isso, porque havia o temor da chamada Guerra Revolucionária, que poderia, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), ser operada em nível nacional pelo

¹ Ainda na década de 80, começaram a se organizar os chamados setoriais do PT. A área da educação realizou seu primeiro Encontro em 1989. Lá nasceu a Comissão que deu origem à Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT (CAED), um espaço de elaboração da política educacional que tem envolvido militantes do PT com atuação em entidades sindicais, movimentos sociais, além de parlamentares, assessores, secretários de educação e demais gestores públicos.

então nomeado comunismo internacional. Amparados nas hipóteses da Guerra Total e Global e do decorrente risco à segurança nacional e ao desenvolvimento, os militares no poder levaram a efeito a perseguição às diferentes manifestações e expressões divergentes, identificadas com a figura do inimigo interno, representação fundamental para construção das práticas do estado de exceção.

Porém, a legitimação da violência a partir dos fundamentos da doutrina militar voltada à segurança nacional não impediu que sua exacerbação e a violação de todos os direitos humanos e democráticos decorrentes se convertessem nas bases da crise do próprio Estado. Tal crise foi justificada pelo então presidente Ernesto Geisel: “Temos sabido [...] adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1ª República a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização, que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro.” (GEISEL, 1975, p. 10).

Golbery do Couto e Silva corroboraria tal visão. Em primeiro lugar, justificando o golpe de Estado e seu recrudescimento em 1968, consolidado pelo Ato Institucional 5. Dizia ele que a chamada revolução de 31 de março, sem propósitos de centralização ou autoritarismo, deveria durar um instante de redenção; entretanto, teve que adotar o caminho referido em face da necessidade de manutenção da ordem pública, do saneamento da economia e depois contra às investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural, tudo em benefício do que chamou de reconstrução nacional e a transformação do Brasil em uma potência emergente (COUTO E SILVA, 1981, p. 12).

Considerou também que as ações promotoras controladoras e coercitivas do Estado, uma vez se estendendo a todos os campos da vida nacional, iriam se constituir em não mais do que o “anverso” do “verso”, isto é, significaria aquilo que nomeia como descentralização.

Dirá Golbery que a centralização e a descentralização se configurariam em momentos complementares dos processos evolutivos dos Estados

modernos, uma nascendo da outra, como um processo natural, considerado por ele como dialético.²

No entanto, sobre o processo de *sístole e a diástole da vida dos Estados*, adverte Golbery que cada fase não deveria ser longa, e as oscilações entre elas não deveriam ter um ritmo regular. Recorrendo ao conceito de imanência, Golbery admite *um quantum* intransponível a ser tolerado em relação ao fenômeno da centralização, assim como da descentralização. Com isso, estavam estabelecidas as balizas e os limites acerca da legitimidade do poder.

O discurso de Golbery trazia as marcas da identificação da crise do Estado brasileiro, percebida pelo grupo da ESG, a partir da progressiva autonomização do aparato de segurança, sem que os militares, à frente do poder, tivessem pleno domínio e controle da situação. Evocando Max Weber, justificou a violência descontrolada dos órgãos de segurança em função da entropia do sistema, causada pelos processos crescentes de fortalecimento da burocracia. Tratava-se de manifesta preocupação com a expressiva força do Serviço Nacional de Informações, mas também de outras organizações, a saber: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Operação Bandeirantes (OBAN), criados entre 1967 e 1972.

A partir da lógica da doutrina da ESG, os setores ligados ao pensamento de Castelo Branco e Golbery justificavam a perseguição aos opositores, mas anteviam que a perda de controle dos aparatos de segurança pudesse comprometer a chamada Segurança Nacional e Hemisférica, assim como o processo de modernização capitalista levado a efeito pelos governos militares no contexto da Guerra Fria, mediante o estabelecimento da aliança estratégica, militar e econômica com os EUA (ROCHA, 2015, p. 13).

O processo de abertura desencadeado por Geisel respondia “às tensões freadoras” no interior das Forças Armadas, nos dizeres de Golbery, mas era particularmente a oposição que pretendia controlar, dessa maneira denotando o caráter instrumental atribuído à democracia. Tratava-se, com

² Golbery destacou, no entanto, que a visão dialética por ele evocada poderia excluir Marx (COUTO E SILVA, 1981, p. 18).

efeito, de ações de contenção das forças consideradas de esquerda, de abrir o aparelho de Estado para que o empresariado retomasse o controle direto da economia do país, todavia, sem transformar as instituições do Estado.

Esse processo foi marcado a partir de então pela dialética entre as mobilizações e conquistas da sociedade e as concessões e a contenção realizada pelo regime. A movimentação de entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em defesa da democratização do país representou um marco no processo de engajamento de diferentes setores da sociedade pela retomada do Estado de Direito.

Nessa conjuntura, foi notadamente importante o resultado das eleições realizadas em 1974. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) aumentou de 87 para 165 o número de deputados eleitos para a Câmara Federal, enquanto a Aliança Renovadora Nacional (Arena) teve redução do número de deputados, passando de 223 para 199.

Em 1975 as manifestações da imprensa aumentaram em função do assassinato de Vladimir Herzog, e a crise política no país se intensificou. Nos anos seguintes, tiveram início as mobilizações. Os estudantes saíram as ruas em 1977; entre os anos 1978 e 1979, as greves dos metalúrgicos impulsionaram a mobilização de outros setores profissionais. Nesses anos, ganhava força a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, cujos primeiros movimentos tiveram início em 1974.

Seguiram-se os movimentos contra a carestia impulsionados pelas Comunidades Eclesiais de Base, os Empates no Acre e movimentos em defesa dos direitos humanos. Em tal contexto se mostrava clara a posição do governo de retomar a democracia, garantindo o controle político do processo a partir de orientações conservadoras voltadas para a preservação da ordem econômica capitalista e para a garantia de impunidade das Forças Armadas.

Com a aprovação da Lei de Anistia Política, em agosto de 1979, e da Lei Orgânica dos Partidos, em dezembro do mesmo ano, durante o governo do Figueiredo, teve fim o bipartidarismo. No começo dos anos 80, cinco partidos se organizaram: Partido Democrático Social (PDS),

herdeiro da extinta Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do extinto MDB; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado a partir do movimento desencadeado depois das greves do ABC; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que passou abrigar Leonel Brizola; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos reivindicando a herança getulista.

Tais partidos participaram das eleições de 1982, a primeira eleição direta para vereadores, prefeitos de municípios que não se constituíam em Área de Segurança Nacional, governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. A oposição saiu fortalecida, elegendo 22 governadores, entre os quais Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro, Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais, assim conquistando uma pequena maioria na Câmara Federal.

Em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, a conhecida Emenda das Diretas Já. Tal condição ensejou as mobilizações por liberdades democráticas e o primeiro Comício pelas eleições diretas no Brasil, em 1983, em São Paulo; inicialmente impulsionado pelo PT, tornou-se um comício da oposição. O processo de mobilizações desencadeado a partir daí representou uma ruptura com as eleições indiretas, estabelecidas por meio de um Colégio Eleitoral, que usurparam a soberania popular em cinco eleições presidenciais no país. Depois de várias manifestações populares, que culminariam com os comícios realizados na Candelária, no Rio de Janeiro, e Praça da Sé, em São Paulo, a emenda das Diretas Já seria derrotada.

O PMDB lançou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República pelo Colégio Eleitoral, com apoio de outros partidos de oposição, tendo como candidato à vice-presidente, José Sarney, ex-integrante da Arena, dissidente do Partido Democrático Social (PDS) e recém-filiado ao PMDB. A chapa foi sustentada pela Aliança Democrática, integrada pela Frente Liberal (dissidência do PDS) e pelo PMDB.

A candidatura de Tancredo combinava dois movimentos que evidenciavam o caráter da transição: o anúncio de mudanças econômicas

sociais visando a dialogar com as forças sociais que nas ruas reivindicavam mudanças nas condições de vida e liberdades democráticas, e o compromisso com as Forças Armadas de que a transição não conduziria o país ao julgamento dos crimes do regime.

A transição tutelada – ou, nos dizeres de Raimundo Faoro (2008, p. 68), a transação operada no interior do PMDB e fora dele – tomou contornos programáticos na carta intitulada *Compromisso com a Nação*, que, assinada também pelo PFL, propunha a “conciliação entre sociedade e Estado”, “sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro” (COMPROMISSO..., 1984, p. 5).

A mesma carta propunha o reestabelecimento imediato das eleições diretas, livres, com sufrágio universal para presidente da república, prefeitos das capitais dos estados e dos municípios, considerados estâncias hidrominerais e os declarados de interesse da segurança nacional, além de propor a convocação de uma Constituinte, livre e soberana em 1986.

A Aliança Democrática tendo vencido a eleição no colégio eleitoral³, em janeiro de 1985, deu-se início ao reordenamento institucional do país sob a direção de José Sarney, em função do falecimento de Tancredo Neves.

O debate em torno da convocação de uma Constituinte foi iniciado em 1971 pelo grupo dos chamados “autênticos do MDM”, reafirmado em 1977, ao lado da luta pela anistia política. As duas bandeiras foram consideradas possibilidades de redemocratização do país pela OAB que, sob a presidência de Raymundo Faoro, considerava como principal questão naquele momento o retorno do habeas corpus.

A *Carta aos Brasileiros* (TELLES JÚNIOR, 1977), produzida por um conjunto de juristas, liderados por Goffredo da Silva Telles Jr., manifesta o compromisso com o Estado Democrático de Direito e com o exercício da autoridade soberana pelo povo, favorecendo a manifestação de diversos setores e entidades da sociedade em favor de uma Constituinte Livre, Democrática e Soberana. Tais setores consideravam necessário que a Constituinte tivesse plenos poderes, razão pela qual seria imperativo que os representantes fossem eleitos especificamente para esse fim.

³ Tancredo Neves obteve 480 votos, Paulo Maluf, 180 votos e 17 integrantes do Colégio Eleitoral se abstiveram.

O processo de eleições diretas foi retomado. Em 1985, foram eleitos prefeitos das cidades; em 1986, deputados federais e estaduais, governadores e senadores.

A partir de Mensagem enviada em junho de 1985, o presidente Sarney indicava que o Congresso Nacional deveria ter poderes constituintes (SARNEY, 1985). Pretendiam os partidos da ordem e a presidência que as mudanças institucionais fossem feitas sob a inspiração do pacto político que forjou a Nova República e sustentou a transição amparada no controle da soberania popular.

Nesse mesmo contexto, foi criada a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais⁴ presidida por Afonso Arinos de Melo Franco, cujas proposições finais não foram encaminhadas ao Congresso Constituinte. Para Sarney, tratava-se de um processo que deveria ter como parâmetro um pacto acima dos homens e dos partidos; no entanto, a proposta da comissão de “notáveis” gerou a reação de muitos constituintes. Estava em questão o alcance da tutela política sobre o processo.

Florestan Fernandes considerou que os setores alinhados com o compromisso de Tancredo Neves não consideravam a existência de uma ordem ilegal, mas de um “entulho autoritário” a ser removida, posição que estaria na origem da negação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e soberana. Identifica ele que, ao contrário, era precisamente a ordem ilegal intocada que condicionaria o processo de reconstrução da sociedade civil e do Estado, podendo o Congresso Constituinte estar submetido à instância judiciária ou ao poder militar com a anuência dos partidos da ordem: PMDB e PFL.

Considerando a transição um “parto da ditadura”, aponta que a Constituição de 67, os complementos de 69 e o conjunto de atos institucionais e decretos conformariam a ordem institucional ilegal a ser derrubada. Valendo-se do pensamento de Max Weber, indicou a importância de uma revolução na esfera do Direito, a qual deveria ter sido

⁴ Instituída pelo Decreto 91.450 de 18 de julho de 1985, a Comissão Afonso Arinos, como ficou conhecida, contou com 50 membros.

iniciada com a natureza de ruptura quando das mobilizações pelas “diretas já” (FERNANDES, 1988, p. 61).

A outra visão tem na origem aqueles que estavam comprometidos com o movimento das Diretas-já, muitos dos quais compartilhavam da perspectiva de que o capitalismo e a existência de classes sociais conduziram a sociedade a um impasse histórico superável apenas pela voz, pelo peso e pelo controle ativo sobre o Estado, dos setores oprimidos e dos trabalhadores (FERNANDES, 1988, p. 16). Dizia ele:

A emancipação dos oprimidos e das classes trabalhadoras precisa começar dentro da sociedade civil e do Estado existente, através de uma luta global que tome por objeto encetar uma revolução política dentro da ordem. O que se coloca em questão não é o ponto de chegada; é o ponto de partida. Nas condições brasileiras, esse ponto de partida envolve uma ruptura com a ordem existente no plano mais sensível e popular do sistema do poder; o Parlamento considerado como poder Constituinte. Como poder emanado do povo, neste momento, a Assembleia Nacional Constituinte derroga a ordem ilegal vigente e a ilegitimidade da Nova República, e afirma a própria faculdade de instituir normas constitucionais civilizadas para o funcionamento da sociedade civil e normas constitucionais democráticas para a organização do Estado. O presente e o futuro pertencem à Nação, não a minoria no poder. (FERNANDES, 1988, p. 16).

Mas não é menos verdadeiro e relevante que, apesar das limitações institucionais do Congresso Constituinte, as classes dominantes seriam forçadas a travar a luta de classes dentro do Parlamento (FERNANDES, 1988, p. 13). Com isso, estaria nas ruas a chave para compreensão da questão. As grandes manifestações por eleições diretas teriam trazido consigo questões sociais, nacionais e democráticas não resolvidas pelas classes dominantes no Brasil, de modo que a luta pela realização de tais tarefas democráticas se expressaria no que o deputado constituinte interpretou como sendo uma revolução democrática e nacional que envolveria, por exemplo, a reforma agrária e a revolução urbana (FERNANDES, 1988, p. 61).

A CONSTITUINTE E AS TAREFAS NACIONAIS E DEMOCRÁTICAS

A revolução política, prevista por Florestan, é consentânea a sua análise sociológica sobre a dinâmica do desenvolvimento capitalista e a condição de dependência do país. Como um intelectual comprometido com a perspectiva socialista, considerou o aprofundamento e o alargamento da revolução burguesa, em diferentes países do mundo, como resultado da organização e da pressão dos despossuídos, que teriam forçado concessões a partir da luta social (FERNANDES, 1987 p. 280-281).

A compreensão do conflito e da natureza da luta política como instrumento dos trabalhadores e excluídos decorre do percurso interpretativo de sua análise, especificamente em relação às diferentes possibilidades de realização das tarefas históricas da revolução burguesa no Brasil.

Diante do que nomeia como uma economia capitalista competitiva – iniciada por volta da última década do século XIX, encontrando seu apogeu no período entre as duas grandes guerras –, destaca como marcas dessa fase uma dupla articulação, a saber: no plano interno do setor arcaico e moderno, ou urbano-comercial (em evolução para urbano-industrial); e no externo, o setor agrário-exportador orientado para as economias capitalistas dos países centrais.

Depois da Revolução de 30, a industrialização teria um ciclo de expansão mais intenso do que na década anterior, em função das políticas voltadas para a substituição de importações e em função do desenvolvimento da economia competitiva.

Todavia o capitalismo competitivo não teria logrado a superação dessa dupla articulação, de tal maneira que o mercado e o sistema de produção internos não teriam levado a efeito um movimento econômico capaz de impulsionar uma crise decisiva, não obstante o crescimento populacional, a concentração urbana e a tendência à universalização das relações capitalistas de mercado e de produção tivessem alterado a articulação em nível interno (FERNANDES, 1987, p. 245). O crescimento do mercado interno não teve como consequência a superação de práticas pré-capitalistas ou sub capitalistas, muitas das quais foram fortalecidas. A Reforma Agrária não foi realizada,

não houve correção dos salários dos trabalhadores urbanos, mantinha-se a compressão do mercado e a concentração social e racial da renda.

Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluíam o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. (FERNANDES, 1987, p. 246).

Merece destaque a manifestação do autor em relação ao fato de a dupla articulação mencionada não ter sido questionada pelos diferentes segmentos da burguesia, ainda que temas, como o chamado entreguismo, a remessa de lucros, o intervencionismo econômico do Estado e a reforma agrária, tenham ocupado a pauta nacional até o advento do Estado Novo (FERNANDES, 1987, p. 241).

Em que medida as condições estruturais descritas tornariam possível uma reação burguesa em direção à superação das práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas a partir de concepções nacionalistas em direção a uma revolução democrático-burguesa? Eis um dos problemas recorrentes e centrais nas análises de Florestan Fernandes.

O capitalismo brasileiro se transformaria antes e depois da Segunda Guerra. Durante as décadas de 50 e 60, o país viveria uma crise de adaptação burguesa às condições econômicas que se criaram e aceleraram desde fora. A passagem para o capitalismo monopolista foi lenta. Até o início da Segunda Guerra, as grandes corporações operaram no Brasil por meio do que o autor considera um controle econômico segmentar em áreas diversas. A evolução do processo se assentaria tanto na decisão externa de alocar recursos suficientes no Brasil para transformar as condições de produção internas quanto na decisão interna (econômica, psicossocial política) de favorecer e acelerar uma transição estrutural para o capitalismo monopolista.

A transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais,

nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado. (FERNANDES, 1987, p. 258).

A reconfiguração do capitalismo no Brasil aprofundou as históricas desigualdades econômicas, sociais e culturais que marcavam a sociedade brasileira, permitindo que as elites tivessem o controle das vantagens diretas e indiretas possibilitadas pelas mudanças na estrutura econômica. No entanto, o reconhecimento das alterações na estrutura social decorrentes se constitui, para o autor, em uma das questões analíticas fundamentais para compreensão das relações entre as classes nos anos seguintes, até o golpe de 64 e depois dele.

O deslocamento da população do campo para as cidades em função da não realização da reforma agrária, a universalização das relações de mercado no campo e o crescimento industrial favoreceriam a ampliação dos empregos e o ritmo de crescimento da classe operária urbano-industrial; isso tornaria possível uma maior organização e atuação na luta por direitos e equidade, nos marcos da ordem capitalista, bem como o acesso à educação, à cultura e aos benefícios da tecnologia. Essa análise permitia ao autor entrever que:

[...] A importância do aparecimento de um novo tipo de operário é óbvia. Ele acarretará a renovação (para dizer o menos) do movimento sindical e, em um plano mais amplo e profundo, levará a sociedade brasileira, finalmente, a conhecer qual é a natureza e o sentido das pressões econômicas, sociais e políticas das classes operárias, quando estas se configuram como uma 'força social' da história. (FERNANDES, 1987, p. 284).

Estava, pois, em questão a possibilidade de que conquistas sociais, políticas, nacionais e democráticas pudessem nascer em função da

participação política dos trabalhadores assalariados, particularmente da classe operária, motivados e impulsionados por suas necessidades concretas e pela consciência de seu lugar como sujeitos e cidadãos portadores de direitos sociais, políticos e civis.

Para Florestan, a alteração das relações de classe que permitiram a ampliação da inserção de parcelas expressivas dos trabalhadores nas lutas sociais, na conjuntura anterior a 64, não teve a força necessária. Entretanto, estavam orientadas para impedir que, no contexto das intensas e violentas pressões imperialistas resultantes da guerra fria, a crise intraburguesa fosse resolvida em benefício das maiorias sociais.

As condições do Estado autocrático instalado em 64 não inibiriam, contudo, a contradição estrutural resultante do crescimento industrial que fortaleceu a condição de classe e o poder da burguesia.

Quando ‘instaura o seu poder de dominação e de controle do Estado, segundo padrões autocráticos, a burguesia se defronta com efeitos ou com exigências do desenvolvimento capitalista que afetam as bases de seu poder real como classe [...] Todavia, se essa situação estrutural e histórica vai abrir caminho, ou para um autêntico ‘nacionalismo burguês’ e para uma ‘genuína democracia burguesa’; ou para uma ‘revolução dentro da ordem’ pró-capitalista mas antiprivatista e anti-imperialista; ou, finalmente, para uma ‘revolução contra a ordem’, definitivamente antiburguesa – é algo que só a evolução futura nos dirá’. (FERNANDES, 1987, p. 287).

Reconhecendo a força das dinâmicas externas, isto é, naquele contexto da guerra fria no quadro geopolítico internacional, entendia que seria do conflito entre capitalismo e socialismo que dependeria a evolução das possibilidades internas ao país. Nesse cenário, a luta anti-imperialista se tornaria questão estratégica.

Na conjuntura específica da abertura democrática, os rumos das transformações dependeriam das pressões da classe operária, dos extratos mais baixos das classes médias em expansão, cuja movimentação, num clima de “revolução de expectativas”, definiria as proporções do radicalismo, econômico, social e político capazes de conduzir a sociedade à democracia

burguesa, ao fortalecimento do socialismo ou a revoluções socialistas (FERNANDES, 1987, p. 285).

Quando os trabalhos da Constituinte tiveram início⁵, as questões afeitas à defesa das liberdades democráticas, dos direitos civis, políticos e sociais emergiram com força. Florestan considerava o contexto como sendo de eclosão de uma revolução democrática e nacional, na qual outras transformações capitalistas, como a revolução urbana e a reforma agrária eram reivindicadas. Considerando a Constituição a ser elaborada no início de 1987, a mais importante da história do país – não obstante a vigência de uma ordem institucional ilegal resultante do pacto político que engendrou a Nova República –, aquela deveria reorganizar o Estado para construir uma constituição verdadeiramente burguesa, para todas as nações, dentro da nação. Tratava-se de atender às reivindicações e levar a efeito as transformações exigidas “[...] pelos operários, pela massa dos miseráveis da terra, pela pequena burguesia enraivecida, pelos setores da classe média baixa, que perdiam *status* e renda e pelos outros setores que, movidos por outras reivindicações, reclamavam por justiça.” (FERNANDES, 1988, p. 61-62).

Florestan atuou na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes (Subcomissão A), que integrava a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação⁶ (Comissão VIII). Ao mesmo tempo em que exercia seu trabalho como deputado constituinte ocupou-se, por meio de seus pronunciamentos e artigos, da

⁵ O processo constituinte teve início em 1º de fevereiro de 1987 e foi concluído em 5 de outubro de 1988, com 559 parlamentares titulares: 487 deputados federais e 49 senadores eleitos em 15 de novembro de 1986, além de 23 dos senadores eleitos em 1982. Os trabalhos tiveram sete etapas, a saber: preliminar, subcomissões temáticas, comissões temáticas, comissão de sistematização, plenário, comissão de redação e epílogo.

⁶ Os seguintes parlamentares compuseram a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes (Subcomissão A): Hermes Zaneti (Presidente da Comissão – PMDB/RS), Aécio Borba (1º vice-presidente – PDS/CE), Pedro Canedo (2º vice-presidente – PFL/GO), senador João Calmon (PMDB/ES), o relator. Os parlamentares titulares da comissão, eram os seguintes parlamentares: Loureberg Nunes Rocha, Antônio de Jesus Bezerra de Melo, Márcia Kubitschek, Otávio Elísio, Oswaldo Sobrinho, Paulo Silva, Tadeu Franca, Ubiratan Aguiar, Flávio Palmier da Veiga, França Teixeira – todos esses pela bancada do PMDB; pelo PFL, havia os deputados Átila Lira, Cláudio Ávila, José Moura, José Queiroz, Agripino Lima, Dionísio Hage; pelo PDT, Chico Humberto; pelo PTB, Sólton Borges dos Reis; pelo PT, Florestan Fernandes; e pelo PL, Álvaro Valle. Os membros suplentes eram: Irapuan Costa Junior, Carlos Benevides, Eduardo Moreira, Felipe Cheidde, Ivo Lech, Jorge Hage, José Carlos Sabóia, José Dutra, Leopoldo Bessone, Mário de Oliveira, Maurício Nasser e Renato Bernard (PMDB); Evaldo Gonçalves, Geovani Borges, Pedro Ceolin, Francisco Coelho, Eraldo Trindade (PFL); Ruberval Pilloto (PDS); Fábio Raunheitti (PTB); Gumercindo Milhomen (PT); e José Carlos Coutinho (PL).

interpretação das relações entre as classes e setores de classe no interior do Congresso e fora dele, e das políticas do governo Sarney, no contexto de uma profunda crise do Estado que se estendia desde o início do processo da abertura política.

O lugar atribuído à educação nos trabalhos do congresso constituinte foi objeto de críticas contundentes por parte do deputado Florestan Fernandes. Considerava ele que a educação estava sendo tratada como assunto secundário, uma vez que era discutida no âmbito de uma subcomissão responsável por outras áreas.

Mas essa condição não impediu que a Subcomissão (A) se tornasse um dos espaços onde o debate com as forças organizadas da sociedade civil fosse dos mais intensos. Para suas reuniões afluíram diferentes setores sociais em defesa de projetos e proposições. Destaque-se a presença do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito⁷, além de distintas representações do setor privado, entre as quais a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), grandes conglomerados com atuação no ensino e entidades profissionais.

UMA CONSTITUIÇÃO SINTÉTICA OU DETALHADA?

Um dos debates mais relevantes desenvolvidos no interior da Subcomissão de Educação referiu-se à natureza do texto constitucional a ser elaborado. Os deputados Álvaro Valle (PL-RJ) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), na nona reunião ordinária da Subcomissão de Educação, em 21 de abril de 1987, defenderam a existência de uma constituição sintética, ressalvada a proposta de tratamento no texto constitucional das conquistas previstas em outras constituições, e a necessidade de discussão,

⁷ O Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito teve a participação de quatorze entidades: Associação Nacional de Educação – ANDE; Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES); Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd); Confederação dos Professores do Brasil (CPB); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); Central Geral dos Trabalhadores (CGT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

com as entidades representativas de educadores, de leis ordinárias ou complementares que pudessem regulamentar definições gerais a serem estabelecidas no texto constitucional.

Contradizendo o deputado Álvaro Vale, o deputado Florestan Fernandes defendeu que a nova constituição abrigasse definições detalhadas, voltadas a orientar a definição de políticas sociais, especialmente visando a atender às necessidades das camadas populares. No caso da educação, sua defesa foi no sentido de que o texto constitucional estabelecesse tanto quanto possível definições menos abstratas e detalhadas, expressando uma democracia que reconhecesse as diferenças em oposição ao autoritarismo que as rejeita.

Tratava-se de assegurar na Constituição, como apontado, aquilo que o Estado e as elites não tinham sido capazes de realizar no país. Para ele, em vez de enxuta, a Constituição deveria ser molhada e salgada (ROCHA, 2015, p. 47).

Em verdade, uma parte dos constituintes vinculados aos partidos de centro ou de direita, herdeiros das políticas dos governos militares, pretendia deslocar a regulamentação das determinações do texto constitucional para as leis orgânicas municipais. É o caso do deputado Sólon Borges dos Reis que, afirmando a ideia de que apenas a educação poderia fazer do Brasil uma grande nação, nomeia como descentralização o referido deslocamento das competências dos entes federados. Segundo o deputado, também uma Lei de Diretrizes e Bases, tal qual a 5692/71, representaria uma camisa de força, uma uniformidade nacional, ainda que a necessidade de unidade nacional fosse defendida.

A questão, contudo, mostrava-se mais intrincada e complexa. A perspectiva de detalhar direitos sociais, políticos e civis se mostrava coerente com a promoção da justiça social e da garantia de liberdades democráticas. A manifestação de uma nação em conflito por meio da expressão dos diferentes interesses de classe e setores de classe no transcorrer do processo constituinte tornava possível a conquista de reivindicações e o acolhimento de proposições em meio às contradições. Tratava-se do futuro dos direitos das maiorias sociais e da democracia no país. Inversamente,

para os conservadores, a defesa de um texto “enxuto” era condição, não de impedir a força e o fluxo das discussões e do processo de elaboração de propostas para os que não tinham a hegemonia necessária, mas de assegurar a impermeabilidade do texto às proposições vocacionadas a mudar ou diminuir as desigualdades estruturais do capitalismo, suas formas específicas de desenvolvimento no caso do Brasil, bem como a herança do autoritarismo, do clientelismo e do patrimonialismo.

Eis a maneira de ganhar a batalha sem travar o combate, como apontou Florestan na vigésima quarta reunião da Subcomissão, em diálogo com o então ministro Celso Furtado. Tal debate teve relevância particular, malgrado os posicionamentos institucional e político distintos. A discussão desvela as leituras de dois grandes intelectuais brasileiros sobre o papel do processo constituinte

Reconhecendo que as constituições modernas tenderam a ser mais analíticas, Celso Furtado procura situar em termos históricos o significado das constituições norte-americanas. A Constituição nos Estados Unidos “[...] na verdade está sendo feita permanentemente dentro da tradição do Direito americano e pela própria Justiça, pela Suprema Corte dos Estados Unidos. É como se o país vivesse em processo permanente de adaptação de sua Constituição a sua realidade” (BRASIL, 1988b, p. 423), só comparável à Inglaterra, com a Constituição mais sintética, em verdade dois países que praticam o *Common Law*⁸.

Celso Furtado tomou como questão essencial a possibilidade de a nova Constituição ser programática e de estatuir de imediato, após sua aprovação, as definições previstas. Reconhecendo as expectativas sociais em torno do novo texto constitucional, o então Ministro da Cultura previa que a não referência aos problemas dos negros, das pessoas com deficiência, dos jovens, dos movimentos feministas, entre outras questões, frustraria a expectativa de diferentes setores e limitaria as forças de ruptura que representavam em relação à dominação que sobre eles se fez exercer

⁸ *Common Law* é um sistema de direito que se funda nos costumes e na jurisprudência, razão pela qual as práticas nos tribunais têm mais importância do que os atos do Legislativo e do Executivo; é praticado, com características distintas, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Distingue-se, por tal condição, do direito de tradição romano-germânica, realizado em vários países, especialmente no Brasil (SOARES, 1997).

por décadas e séculos. Para tal intento deveria estar voltada a Constituição. A perspectiva de que as classes oprimidas, “escondidas dentro da vida” se tornassem agentes históricos, como defendia Florestan, criava pontos de convergência entre os dois intelectuais quanto ao destino da Constituinte e da Constituição, não obstante as contradições da transição negociada, materializadas no governo Sarney.

Por último, eu diria que é um grande orgulho para mim pertencer a uma geração que trouxe o Brasil a este processo Constituinte. [...] Creio que em nenhum lugar do mundo houve uma Constituição feita com tanta participação como se está fazendo hoje no Brasil [...] isso creio que foi de verdade um fato histórico que vai marcar nossa vida. (BRASIL, 1988b, p. 425).

As confluências discursivas nesse aspecto advinham da interpretação do Brasil a partir da economia e da sociologia. Celso Furtado considerava a necessidade de que, além das elites, outros sujeitos se manifestassem na vida política e social, de sorte a promover transformações na herança política e econômica capazes de impulsionar o desenvolvimento em associação com a criatividade⁹

Tais transformações seriam necessárias em sociedades de economia dependente, como a brasileira, onde não se encontrariam formas sociais

⁹ Celso Furtado considerou que a compreensão do desenvolvimento é inseparável da ideia de criatividade. O que chama de civilização industrial resultaria de dois processos convergentes de criatividade cultural: a revolução burguesa e a revolução científica. A primeira foi por ele entendida como a imposição progressiva da racionalidade instrumental à organização da produção “transferindo-a, progressivamente para a esfera do ‘econômico’”; e a segunda, como o predomínio da visão da natureza num sistema dotado de estrutura racional. Dessa forma o processo de acumulação, ao se impor, faz com que as atividades-fim da ação humana se subordinem à lógica dos meios, fazendo com que a criatividade esteja submetida a uma racionalidade instrumental. Tal condição, na visão do autor, marcaria a história dessa civilização. Os avanços e recuos do processo de acumulação nos países que realizaram a revolução burguesa, ao se refletirem na estrutura social, tornariam possível a formação de consciência de grupos e classes, dando origem ao que define como pluralismo institucional, daria origem também à ampla massa de trabalhadores, tornando possível novas formas de ação política. Nas sociedades em que se configura o fenômeno da dependência, o processo de acumulação e a atividade política teriam características próprias. Na fase por ele nomeada de primário-exportadora, o processo de acumulação teria pouco alcance, limitando a atividade política à luta pelo excedente. Na fase da industrialização, o descompasso entre acumulação e desenvolvimento científico e tecnológico endógeno herdado de um mercado abastecido pelas importações geraria contradições sociais mais profundas, e a participação social dos assalariados ocorreria sob controle das elites e das formas tradicionais de exercício do poder. Considerando que as sociedades de capitalismo dependente estariam marcadas pela instabilidade e por um autoritarismo preventivo crescente, o esforço de criatividade política estaria comprometido, podendo erodir as bases do próprio desenvolvimento (FURTADO, 2012, p. 43-48).

estáveis, o que facilitaria a ascensão de governos autoritários voltados a cercear a consciência crítica e a expressão política dos diferentes setores e classes da sociedade.

Essa compreensão sustenta a interpretação de que a presença dos movimentos populares representava a negação do autoritarismo e um impulso às formas criativas do desenvolvimento (ROCHA, 2015, p. 60), razão pela qual a Constituição deveria abrigar formulações e contribuições desses setores sociais.

Em termos históricos e sociológicos, Florestan situa a participação dos movimentos sociais a partir da ideia de ruptura, necessária naquela conjuntura e como horizonte de futuro. Era preciso transformar a ordem, profundamente, no contexto da democracia. Em seu discurso, apontava a necessidade de transformação da relação dos excluídos e oprimidos com o poder, isto é, com a sociedade civil e com o Estado.

A ruptura. Ela veio de baixo, espontaneamente como produto do recente modelo de desenvolvimento capitalista e suas repercussões sociais. Além disso, há a ruptura com a herança deixada pela ditadura e com os seus resíduos, a ‘transição lenta, gradual e segura’ e o seu garante político-militar, a Nova República. Essa dupla ruptura é imperativa. Fala-se que o povo é ignorante e apático. No entanto, o povo se opõe à continuidade e se bate pela ruptura. As reações populares às frustrações da política econômica após às eleições do ano passado atestam experimentalmente essa interferência [...]. Este debate comporta uma conclusão construtiva. O projeto de Constituição, que não pode ser forjado organicamente a partir dos partidos da ordem, é viável, apesar disso, a partir do concreto. (FERNANDES, 1998, p. 90).

O destino dos “povos maltratados, impiedosamente excluídos da nação e reduzidos a múltiplas subnações de gente sem terra, de miseráveis escorraçados e condenados ao jugo do cativo de uma falsa cidadania”, estaria entre dois caminhos: derrotar a conspiração concretizada no pacto social do Governo Sarney com os poderosos por meio da mobilização permanente em benefício de uma República democrática, construída a partir da soberania popular; e na escolha da forma de sociedade que

lhes poderia assegurar liberdade com igualdade, isto é, uma República democrática proletária e socialista (FERNANDES, 1998, p. 85-86).

A luta pela expressão dos diferentes setores no processo constituinte dizia respeito à luta pelo poder, pelo desenvolvimento do país, pela realização tarefas nacionais e democráticas entrelaçadas com a luta por transformações sociais e estruturais futuras.

Observando que, de diferentes formas e maneiras, o povo inundava as subcomissões, em especial da Educação, onde “um indígena, um negro, um portador de defeito físico, um professor modesto” saíam “da obscuridade” e se ombream “com os notáveis” (FERNANDES, 1989, p. 87), o deputado entendia como possibilidade que as pressões a serem exercidas sobre os constituintes resultassem em maior flexibilidade e força de todos aqueles que pretendessem enfrentar o conservadorismo dos partidos da ordem.

Durante o processo constituinte, Florestan defendeu uma Constituição analítica e detalhada como forma de resolução no debate público de conflitos históricos, assim como de direitos negados no país (ROCHA, 2015, p. 59-60).

A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS: UMA QUESTÃO NACIONAL

Florestan considerava a educação o problema mais grave do Brasil. Em um de seus pronunciamentos no plenário do Congresso Constituinte, apontava que 34% da população se encontrava em situação de analfabetismo, sendo que 4 milhões (30% dessa população) tinham de 10 a 14 anos. O analfabetismo tinha aumentado: em 1960, o país tinha 16 milhões; em 1970, 18,1 milhões; em 1980, 18,7 milhões¹⁰ (FERNANDES, 1988, p. 26).

As pessoas com menos de 1 ano ou sem instrução totalizavam 35,9 milhões; aquelas que possuíam de 1 a 3 anos, 24,3 milhões; com 4 anos,

¹⁰ Dados do censo de 1980, segundo o qual a população brasileira era de 121.150.573 de pessoas. Apresentados em sessão plenária da Constituinte em 13 de agosto de 1987.

18 milhões; com 12 anos ou mais de instrução, 3,2 milhões. Tomando-se a população economicamente ativa, entre os trabalhadores, 10,2% estavam em situação de analfabetismo, o que correspondia a 1/5 da população trabalhadora. Analisando dados de matrícula no 1º grau, constatava que na primeira série havia cerca de 6,9 milhões de estudantes; na segunda, 3,9 milhões; na quarta, 2,7 milhões; e na oitava, 1,3 milhões. A progressiva diminuição do número de alunos matriculados em cada série era explicada por Florestan em função do ingresso precoce das crianças no mercado de trabalho (FERNANDES, 1988, p. 27).

Os números de 1983 revelavam 27,8 milhões de matrículas no então 1º grau (80%) da população escolar; 2,9 milhões no segundo grau (10% da população escolar); 1,3 milhão no ensino superior (4% da população escolar) (FERNANDES, 1988, p. 27).

Florestan considerou que a falta de acesso à educação prejudicaria os trabalhadores tanto quanto a fome e a miséria, na medida em que os privaria da possibilidade de tomada de consciência sobre sua situação, representando um fator de difusão da ignorância e do atraso cultural, de reprodução da desigualdade, da concentração social, regional e racial da riqueza e de poder. Uma minoria era dona da riqueza socialmente produzida, não apenas da terra.

Sua interpretação da realidade brasileira sustentava sua defesa incondicional da educação pública, condição do atendimento da maioria das crianças, jovens e adultos da classe trabalhadora.

Indicava que a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a política educacional dos governos militares limitaram a expansão do ensino público, que teve início especialmente depois de 1930. Tal limitação permitiu o crescimento do setor privado, que se tornou preponderante, particularmente, em nível do ensino médio e superior, de tal forma que, segundo os dados apresentados pelo deputado, em 1983, havia 183.023 unidades educacionais de ensino público, como mais de 19 milhões de alunos, representando 86% da matrícula geral. O setor privado tinha 9.958 estabelecimentos de ensino com 2.958.156 estudantes, 13,3% da matrícula geral. No caso do 2º grau, 4.243 unidades educacionais eram públicas, com

1.696.682 matrículas, 59% do total de matrículas, enquanto a rede privada contava com 4.211 e 1.177.823 estudantes (41% da matrícula geral). No caso do ensino superior, a situação se inverte: 47 estabelecimentos são universidades públicas, com 349.977 estudantes, 218 estabelecimentos isolados, com 100 mil e poucos estudantes (38% das matrículas). O setor privado contava com 20 universidades, com cerca de 230 mil estudantes e 593 estabelecimentos isolados com 522.718 estudantes (62% da população universitária) (FERNANDES, 1988, p. 30-31).

A constatação acerca do crescimento do setor privado, especialmente em nível do ensino superior, evidenciava a desigualdade da oferta educacional no país com consequências dramáticas em relação à qualidade, além da transformação da educação em negócio, notadamente no caso do ensino superior.

Diante dos efeitos e resultados das políticas dos governos militares, o principal desafio por ele identificado em relação à Assembleia Constituinte era o de “estabelecer um sistema de ensino comum. Um sistema de ensino em que os pobres e ricos sejam postos na mesma situação” Tratava-se de uma “revolução no topo e uma revolução na base” (FERNANDES, 1988, p. 30-31). que assegurasse à massa pobre da população o acesso ao sistema de ensino, fazendo com que a educação se deslocasse da condição de privilégio para direito. A essas duas revoluções, três prioridades deveriam ser articuladas.

A primeira se refere à garantia, de fato, de igualdade de oportunidades educacionais como “norma imperativa e auto-aplicável” que, não tendo o poder de suprimir as desigualdades de classe, poderia “regular a reprodução da sociedade civil”, de sorte a não excluir os trabalhadores pobres “da cultura cívica, da cidadania e da participação política” (FERNANDES, 1988, p. 33). Florestan manifestava, uma vez mais, o quanto estava inconformado com a recusa das elites nacionais em assumir suas responsabilidades culturais, sociais e políticas, exercendo a condição de cidadãos e não apenas de privilegiados.

A segunda era estabelecer uma nova visão sobre o professor, o aluno e os funcionários, a fim de conferir um novo valor social à educação.

Atribuindo à escola o papel de “principal ‘laboratório’ de uma sociedade civil civilizada, plural e democrática” (FERNANDES, 1988, p. 33), considerava necessária a superação de todas as formas de degradação e estigmatização que atentassem contra a condição humana dos funcionários. No mesmo sentido, apontava a necessidade de que os estudantes não fossem tratados de forma subalterna, ignorando-se seus saberes.

A terceira diz respeito ao que chama de autoemancipação pedagógica em escala nacional, superando a colonização das mentes e a imposição de pacotes pedagógicos e tecnológicos, como o MEC-USAID, por exemplo. Evocando a obra de Paulo Freire, especialmente a *Pedagogia do Oprimido*, indica nossa capacidade de realizar “uma pedagogia apta a transformar o mundo”. Estava em causa, para Florestan, “a emancipação nacional, o respeito por nossa soberania e pelo desenvolvimento com democracia como uma delicada e complexa produção interna, que apenas povos cultos podem conseguir” (FERNANDES, 1988, p. 34).

O dilema envolvendo a realização das tarefas da revolução burguesa ou a transição para o socialismo reaparecia aqui quando ele atribuía papel essencial à formação cultural como condição ou pré-requisito da estabilidade das conquistas nacionais e da configuração da classe operária enquanto classe “para si”. Novamente se refere à conduta das classes dominantes, cuja inação e o apego aos privilégios impediam o país de realizar plenamente as transformações proporcionadas pelo capitalismo em sua fase concorrencial.

Afirmava:

[...] o regime de classes preenche funções positivas, relacionadas com a constituição das condições apropriadas ao funcionamento e ao desenvolvimento de uma economia fundada na apropriação privada dos meios de produção, na mercantilização do trabalho e na organização capitalista das relações de produção e do mercado. Nesse plano ao pressionar as estruturas sociais preexistentes, o regime de classes tende a transformar formas de concentração social da renda, do prestígio e de poder típicas de sociedades estratificadas estatalmente. O que significa que essa pressão tende concomitantemente a alterar a posição relativa dos estratos baixos, melhorando, elevando e intensificando os níveis dentro dos quais eles participam da renda, do prestígio social e do poder. Em

suma, embora o regime de classes não nivele os estratos sociais em presença, sob nenhum aspecto, ele dá origem a um mínimo de homogeneidade e de equidade[...]. O espectro estrutural descrito nas páginas precedentes sugere, por si mesmo, o quanto o capitalismo dependente interfere e restringe, *normalmente*, tais funções do regime de classes [...]. No contexto histórico-social do capitalismo dependente, o regime de classes preenche apenas algumas de suas funções essenciais e, assim mesmo, de maneira variavelmente unilateral. (FERNANDES, 2008, p. 74-75).

O debate sobre direitos nessas condições supõe a consideração do percurso histórico de sua constituição na sociedade capitalista. Marshall considerou que a história dos direitos diferiu de natureza e caráter entre os séculos XVIII e XX, mais precisamente distinguiu temporalmente a ascensão dos direitos civis, cujo período de constituição se estenderia pelo século XVIII, envolvendo o *Habeas Corpus*¹¹, direito à justiça, abolição da censura à imprensa, liberdade de imprensa, de pensamento e fé, garantia de liberdade individual, direito de ir e vir, direito de propriedade e direito ao trabalho, e direito aos tribunais. Os direitos políticos teriam início do século XIX, consistindo inicialmente na extensão de direitos civis a setores não beneficiados por eles, no direito de participação no poder político, como eleito ou eleitor dos parlamentos ou governos locais, sendo o direito de voto censitário assegurado aos homens (o sufrágio universal seria alcançado apenas em 1918). Os direitos sociais no século XX são por ele definidos como aqueles que asseguram um mínimo de bem estar econômico e direito a participar da herança social por meio especialmente da educação e dos serviços sociais. Para Marshall, a igualdade implícita no conceito de cidadania, ainda que limitada, teria minado o sistema de classes (MARSHALL, 1967, p. 66- 77). A formulação abrigava uma continuidade discursiva que moldou sua abordagem sociológica sobre a configuração da cidadania na Europa.

Todavia, como apontou Hirschman (2019, p. 15-18), o processo de concepção, alcance e garantia dos direitos civis, políticos e sociais

¹¹ O autor retrocede no tempo ao incorporar o *Habeas Corpus*, etimologicamente: tenhas o corpo, que, tendo origem no direito romano, afirma-se no direito inglês no século XIII por meio da Magna Carta.

teve contrainvestidas ideológicas e políticas que tanto originaram recuos ou mesmo a destruição de programas progressistas quanto estiveram na origem quer de lutas sociais intensas quer da perpetuação de iniquidades. Exemplo disso seriam os ataques à Declaração dos Direitos do Homem e a circunstância que gerou sua elaboração; a oposição ao sufrágio universal, especialmente entre o final do século XIX e a Primeira Guerra; e os ataques ao *Welfare State*, visando a subtrair direitos sociais.

O problema posto por Hirschman indica que, em termos históricos, a construção da cidadania foi marcada pelo enfrentamento, em diferentes condições, de políticas deletérias; descontinuidades oriundas de conflitos explosivos e violentos e antinomias que tornam visíveis a natureza instável da democracia e dos direitos no capitalismo. A ordem legal que promete igualdade, embora imprescindível, não transcende as dinâmicas da sociedade de classes.

Também a garantia do direito à educação não é um fenômeno intemporal. Canário considerou que, entre a Revolução Francesa e o fim da Primeira Guerra, a educação viveu a “idade do ouro”. Os sistemas escolares estruturados pelos Estados-Nação que se construíram na Europa desde o século XVIII, sob a égide das revoluções industrial e liberal, enfrentaram um conjunto de paradoxos, entre os quais a vinculação entre educação e a ideia permanente de progresso e a concomitância com problemas sociais, como a guerra, a pobreza e a desigualdade (CANÁRIO, 2005, p. 60-88).

Entretanto, vale apontar que a obrigatoriedade e a massificação do acesso à escola ocorreram no século XX, mais especificamente depois da Segunda Guerra Mundial (CRAHAY, 2002, p. 9-19). Os mais de 100 anos transcorridos entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra evidenciam que a escola, como herdeira do triunfo da razão e materialização da vitória do direito sobre os privilégios, custou muito a se estabelecer. Malgrado o ensino tenha sido alvo de preocupação constante na França revolucionária, não é menos verdadeiro que, ao final do período diretorial (1795-1799), a educação continuava a ser um privilégio. A contradição entre a igualdade de direitos e a liberdade econômica se justificava em finais do século XVIII pela falta de recursos para criar escolas e pela necessidade de que as massas populares estivessem disponíveis para realização do trabalho.

A unidade nacional nascia com as marcas da exclusão e da desigualdade social (SOBOUL, 1974, p. 540-545).

No caso da América Latina, a universalização da Educação Básica, especialmente no ensino fundamental, ocorre nos anos 1990 (CASTRO, 2008, p. 183). No Brasil, constituía-se em desafio no contexto da redemocratização, como demonstrou Florestan.

Nos primeiros meses do processo constituinte, as discussões da Subcomissão de Educação evidenciaram as contradições acerca da massificação da educação pública de qualidade e democrática no Brasil. Em nosso país, não estavam em questão apenas o volume de recursos públicos a serem investidos, o alcance do atendimento a crianças, jovens e adultos, a organização e o funcionamento da educação nacional, mas também a disputa dos fundos públicos pelos setores privados. A história das constituições republicanas, especialmente a partir de 1937, esteve marcada pelo conflito entre o público e o privado, seja pela desobrigação do Estado em relação à oferta da educação pública, seja pela transferência de recursos públicos para o setor privado por meio de bolsas de estudo visando a atender à demanda educacional, como estabelecido na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, sob os governos militares.

É necessário considerar que o debate a esse respeito remonta ao relatório Afonso Arinos, que apresentava o anteprojeto constitucional elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, com dez capítulos dedicados à educação (BRASIL, 1986).

A educação é apresentada como direito de todos e dever do Estado. Diferentemente de todas as outras constituições da história republicana, não há referência às responsabilidades da família no texto inicial. No entanto, no artigo 386 do anteprojeto, a educação é apontada como “dever dos pais e, desde o nível pré-escolar, do Estado” (BRASIL, 1986). Coerente com essa definição, o texto apresenta uma proposta de vinculação de recursos, reatando laços com as constituições de 34 e 46, que também previram tal vinculação.

O texto estabelecia que a União deveria investir treze por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no mínimo vinte e cinco

por cento do que lhes fosse devido em relação ao produto da arrecadação dos respectivos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1986).

No artigo 390 do referido anteprojeto, o texto assegura a gratuidade em todos os níveis da educação, mas não aponta o alcance da oferta pública. Os chamados “candidatos carentes”, desde que habilitados, teriam acesso até o limite de 50% das vagas. A expansão dessa gratuidade deveria, contudo, ser realizada por meio de bolsa de estudos. Além disso, em relação ao salário-educação¹², as empresas comerciais, industriais e agrícolas poderiam oferecer ensino gratuito para os filhos dos trabalhadores entre seis e dezesseis anos de idade ou pagar esta contribuição social (BRASIL, 1986).

A defesa dos interesses mercantis se completa com o estabelecimento de critérios para a transferência de recursos públicos para o ensino superior privado. A proposição previa, dentre outros aspectos, que na atribuição de tais recursos deveriam ter prioridade instituições de interesse social reconhecidas pelos poderes públicos e capazes de compensar, progressivamente, com recursos alternativos o aporte recebido pelo Estado (BRASIL, 1986).

Quando a Comissão Afonso Arinos encerrava seus trabalhos, foi divulgada, em setembro de 1986, a Carta de Goiânia, formulada na IV Conferência Brasileira de Educação (CBE)¹³, que se constituiu, naquela conjuntura, no contraponto mais significativo ao anteprojeto Afonso

¹² É uma contribuição social recolhida por empresas à Secretaria da Receita Federal, instituída como fonte adicional de financiamento da educação e destinada ao atendimento de programas, projetos e ações da educação básica. O salário-educação foi criado em 1964, através da Lei nº 4.440 (BRASIL, 1964), para custear o ensino primário e, posteriormente, foi estendido ao financiamento do ensino de 1º grau, do ensino fundamental e, mais recentemente, da educação básica. Ao longo dos anos, foi sofrendo diversas modificações, parte das quais será objeto deste artigo. Em termos gerais, o salário-educação passou por reformulações no que diz respeito aos critérios de cálculo da contribuição, à distribuição entre as esferas de governo, ao segmento da educação em que deveria ser aplicado e às possibilidades de isenções e de seu uso no financiamento da rede privada de ensino. O foco deste texto é a trajetória da normatização referente à distribuição entre níveis governamentais a partir da Constituição da República de 1988 (FARENZENA, 2017).

¹³ Ocorreram cinco Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) na década de 1980, a saber: I CBE (1980, PUC, SP com 1400 participantes); II CBE (1982, UFMG, Belo Horizonte com 2.000 pessoas); III CBE (1984, UFF, Niterói, com 5.000 participantes); IV CBE (1986, UFG, Goiânia com 6.000 pessoas); V CBE (1988, Brasília com 6.000 participantes). Foram promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e Associação Nacional de Educação (ANDE), conforme Cunha (2009, p. 94).

Arinos. A carta apresentava seus signatários como sujeitos de uma Nação democrática “onde os cidadãos podem exercer plenamente seus direitos sem discriminação de qualquer espécie”. Ao realizar uma profunda crítica à destinação de verbas públicas para as instituições privadas no país, assim como antevendo os conflitos e confrontos no interior da Constituinte, a carta declara o compromisso com o direito de todos os brasileiros “à educação pública básica comum, gratuita e de qualidade, independentemente de sexo, cor, idade, confissão religiosa e filiação política, assim como da classe social ou da riqueza regional, estadual ou local”. A carta a partir de tal fundamento aponta um conjunto de proposições para garantir o acesso obrigatório à educação ao ensino fundamental, o atendimento em creches e pré-escola aos deficientes físicos, mentais, sensoriais, ao ensino do então 2º grau aos jovens e adultos. Apontava a necessidade de estabelecimento de “uma carreira nacional do magistério, para todos os níveis de ensino, provimento de cargos por concurso público, condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização”. Sobre as condições de financiamento, a carta indicava que os recursos públicos deveriam ser destinados exclusivamente aos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios. Apontava ainda que os investimentos em merenda escolar não deveriam ser considerados gastos com educação. (CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1986, p. 1-5).

No já referido debate na Subcomissão de educação de 21 de abril de 1987, o Constituinte Álvaro Valle (PL-RJ), ao defender a garantia do direito à pré-escola, manifestou restrição à ideia de que os recursos públicos deveriam ser destinados à escola pública, a partir de uma operação discursiva em que a escola pública é apresentada como ineficiente, por meio da qual visa a demonstrar, inversamente, a eficiência da educação privada. Sem qualquer evidência das afirmações, o discurso se mostra comprometido com o objetivo maior de atendimento dessa demanda.

No contexto do debate travado na Subcomissão, Florestan Fernandes se contrapôs a tais argumentos, evidenciando como as escolas privadas eram beneficiadas por isenções tributárias que favoreciam os seus lucros e que a referida eficiência não seria mais que uma fantasia.

Na discussão inicial, apontava a necessidade de extinção do analfabetismo para crianças e adultos. Apontou que o país tinha 50 milhões de analfabetos e que o Mobral não cumpriu seus objetivos, como a reformulação da organização do Sistema de Ensino e, por conseguinte, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁴; a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação que deveria estar voltado a todos os graus de ensino. Considerava ele que as políticas educacionais deveriam ter maior perenidade, em vez da condição de subordinação a interesses políticos imediatos. Por isso, defendeu a construção de um Plano Democrático na área da educação capaz de prever metas de atendimento no tempo, beneficiando os alunos, de qualquer camada social, de modo que pudessem chegar até à universidade. Estas orientações deveriam assegurar à recuperação da dignidade da escola como unidade básica do sistema de ensino (BRASIL, 1988b, p. 22).

Em sua abordagem, Florestan ampliava a compreensão sobre a democracia, uma síntese que singulariza a relação entre o PT e os movimentos sociais naquela circunstância. Estavam em causa novos padrões de representação social e a transcendência do circuito que cingia a democracia ao sufrágio universal. Ao avesso das práticas e discursos que pretendiam mitigar a participação social e enfraquecer a ampliação do espaço público, apresentava a indissociabilidade entre democracia e planejamento para garantia da educação, justamente como forma de diminuir a submissão da política pública às práticas políticas movidas pelas relações de clientela e pelo patrimonialismo reconhecidos como marcas históricas da cultura política brasileira.

Note-se que, ao alargar a visão sobre a democracia, amplia a possibilidade de incidência de diferentes setores da sociedade nas definições sobre política educacional, tornando possível a atualização ou mesmo a mudança de pressupostos e ações previstas nos programas eleitorais que, no contexto da redemocratização e das condições de realização das eleições, eram pouco conhecidos pelos eleitores. O problema democrático assim posto lança questões sobre as formas de representação política e sobre as

¹⁴ Florestan se referia à Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971).

relações entre o planejamento, o saber e o poder, especificamente, no caso da educação.

Baia Horta (1998, p. 217) tratou da questão indicando que a referida articulação, sendo dialeticamente tratada, pode ensejar no âmbito do planejamento a consciência do poder; inversamente, a abordagem funcionalista torna o planejamento um instrumento do poder.

Planejar a educação a partir do debate e da participação social significava a possibilidade de que os conflitos e as assimetrias de todas as ordens fossem tratados no âmbito da esfera pública (ARENDDT, 2014, p. 64-71), alargando-a e tornando possível a ampliação da consciência social sobre o significado na educação. Tratava-se de elevar os patamares de consenso sobre os objetivos, as metas e as bases de financiamento da educação nacional, especialmente pública, com o forte intuito de consagrar direitos e mitigar os deslocamentos e ataques que pretendiam sustentar o discurso sobre as carências e o acometimento aos fundos públicos. Mostrava-se possível não mais reduzir a esfera pública às decisões de Estado.

As propostas apresentadas pelo Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público trataram da participação social na elaboração e controle da política educacional e de seu planejamento.

Prevvia que competiria à União a elaboração do Plano Nacional de Educação, com a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 16) e a regulamentação, pela lei, das responsabilidades dos Estados e Municípios, com a participação da União, visando assegurar padrões de qualidade (art. 17). O artigo 18 previa também que a lei deveria regulamentar a participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e controle na execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal) (BRASIL, 1988b, p. 243).

O aperfeiçoamento da democracia por meio da ampliação do espaço democrático, público e comum, e a perspectiva de planejamento da educação por parte do Estado deveriam estar voltados à garantia de

uma educação para todos os brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social (art. 1º) visando o “desenvolvimento do saber crítico e compromisso com a realidade social e sua transformação”. Estava em questão “o desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e agir” (FÓRUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, 1987 apud BRASIL, 1987a, p. 1226-1227). A ampliação do direito estava consubstanciada na garantia de educação básica: ensino de primeiro grau obrigatório de 8 anos, extensivo aos jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; ensino de segundo grau, como segunda etapa da do ensino básico, como direito de todos, sendo oferecido como formação geral ou profissionalizante e formação de professores para as séries iniciais do primeiro grau e da pré-escola. As Instituições de Ensino Superior deveriam ter plenamente garantidas sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira como condições de padrão de qualidade e da garantia da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país. Para tanto, o texto apontava a necessidade de vinculação de recursos: a União deveria aplicar nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no mínimo 25% da Receita Tributária, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino. No mesmo sentido, o salário-educação era reafirmado como contribuição social, devendo ser destinado, exclusivamente, ao ensino público (FÓRUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, 1987 apud BRASIL, 1987a, p. 1226-1227).

Observe-se que a grande maioria das entidades que participaram das reuniões da Subcomissão apresentou documentos com reivindicações e proposições para o país. Destaque-se que as entidades a se organizar no Fórum, como espaço de formulação e articulação das forças progressistas e de esquerda, constituíram-se e se apresentavam de maneira singular, isto é, como sujeitos da elaboração da política pública na área da educação. Ao se tornarem visíveis, naquela circunstância, as entidades de educadores contribuíam para que a sociedade conhecesse e compreendesse seu projeto, bem como para que se dissipasse a opacidade dos interesses e movimentações dos setores privatistas.

Isso marca a singularidade de atuação do Fórum, que instalava e anunciava novas dinâmicas de exercício da cidadania no Brasil, bem como de cada uma das entidades que dele participaram, papel ativo e relevante nos processos que ensejaram diálogos, negociações, rupturas, convergências, continuidades e descontinuidades discursivas e políticas, e marcaram os confrontos, acordos e sínteses durante a Constituinte (ROCHA, 2015, p. 122).

No contexto da ação da bancada do PT e dos partidos de esquerda, Florestan foi um interlocutor comprometido com o projeto de educação por eles apresentado, que alimentou e foi alimentado pelas informações e formulações partidárias. Tal relação de reciprocidade contribuiu para o deslocamento de certa exclusividade dos partidos políticos e dos parlamentares no debate sobre temas nacionais, ao mesmo tempo em que fortaleceu práticas e experiências democráticas no interior dos próprios partidos, as quais pretendiam levar em conta os desafios gerais e específicos dos sindicatos e movimentos sociais. Ainda nesse processo, a relação política de mútua colaboração e reflexão lançava questões sobre a legitimidade da representação, isto é, sobre a identificação entre representantes e representados e sobre a relevância da relação entre eles de forma sistemática.

Cabe ainda destacar que as várias manifestações das entidades e a constituição do espaço da Subcomissão como lugar de expressão das pluralidades, diferenças e conflitos colaboraram para a erosão das imagens de uma nação una, indivisa e homogênea construídas pelos militares. Havia assim uma ênfase no respeito pelas especificidades culturais de um país pluriétnico e plurilíngue, evocada pelas entidades indigenistas e pelos representantes das nações indígenas; pelos debates sobre a desigualdade racial e o racismo; e pelas denúncias e proposições dos seringueiros que, como povos da floresta, tornaram conhecíveis e reconhecíveis experiências e imagens sobre os territórios, sobre a relação com a natureza, com a alimentação e com diferentes formas de conhecimento.

Florestan fortaleceu o fluxo dessas ideias, tornando possível desvelar o movimento interno e profundo da sociedade brasileira.

Temos que seguir um novo caminho, um caminho que é de respeitar as culturas, não nos museus; na sua integridade como realidade viva, como ele falou aqui. Estamos vivos e criamos vivendo [...]. Vimos aqui o homem total, o homem que não se decompõe e que sabe fazer a defesa de sua causa de uma maneira íntegra e global.¹⁵ (BRASIL, 1988a, p. 176).

ENTRE DIREITOS E PRIVILÉGIOS: A DISPUTA PELOS FUNDOS PÚBLICOS

O debate sobre o destino dos recursos públicos foi tratado pela maioria das entidades, pesquisadores e intelectuais que se manifestaram nas audiências da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, entre 23 de abril e 20 de maio de 1987¹⁶. As discussões e as proposições revelaram números, desvelaram processos e tornaram possível a identificação das antinomias acerca das responsabilidades do Estado, do alcance dos direitos no caso da educação e das condições de seu financiamento.

Dentre as entidades do Fórum, pesquisadores e intelectuais que se manifestaram favoravelmente à destinação de recursos públicos exclusivamente à escola pública, merece destaque a manifestação do professor Jaques Veloso¹⁷. A partir de sua investigação sobre o salário-educação, tornou público que a arrecadação desta contribuição social, em 1986, era da ordem de 12 bilhões de cruzados, 35% da despesa realizado pelo Ministério da Educação, e que, mais da metade desse valor financiava bolsas de estudo em vez do ensino público (ROCHA, 2015, p. 165).

As revelações causaram grande impacto, seja pelo mérito seja pela necessidade de construção de estratégias para obtenção das informações que, por óbvio, deveriam ser públicas. Evidenciou-se que a mercantilização da educação pelos governos militares não sofreu rupturas ou sequer inflexões no governo da Nova República; antes sustentava-se a indistinção

¹⁵ Florestan Fernandes se referia à manifestação de Ailton Krenak na Audiência Pública da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, em 29 de abril de 1987

¹⁶ Entre 7 de abril de 1987, quando tiveram início os trabalhos, e 25 de maio de 1987, data de conclusão das atividades da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes trabalhos, ocorreram 35 reuniões. Nesse período ocorreram oito audiências. Quarenta e duas pessoas se manifestaram (ROCHA, 2015, p. 287-290).

¹⁷ O professor Jaques Veloso se manifestou como representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

entre o público e o privado como característica da cultura política e das práticas do Estado. As ambiguidades presentes no discurso do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, na Subcomissão demonstravam-no de modo inescapável. Declarando-se liberal, defendia o ensino livre à iniciativa particular, vedada a transferência de recursos públicos às entidades com fins lucrativos. Todavia, retomava as formulações dos textos constitucionais de 1946, 1967 e da Emenda Constitucional de 1969, que previam a gratuidade apenas para aqueles que comprovassem falta ou insuficiência de recursos e efetivo aproveitamento, induzindo que os níveis ulteriores à educação obrigatória, segundo ele de 7 a 14 anos, fossem prioritariamente oferecidos pelo setor privado, devendo o Estado atender aos “carentes” por meio de bolsas de estudo.

As operações políticas que pretendiam perpetuar o Estado como articulador das orientações liberais se entrecruzam com os discursos que promoviam o deslizamento semântico entre o público e privado. Foi o caso da manifestação da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (BRASIL, 1988b, p. 291), que, mobilizando um sentido ambíguo de humanidade, legitimaria as práticas individuais e associativas realizadas em seu nome e atribuiria ao Estado, de caráter supostamente educador, o papel de reconhecê-las para com elas compartilhar a oferta de educação por meio da transferência de recursos públicos. Tal operação discursiva mostrava-se como fundamento de uma difusa pluralidade social que, portadora de ideais de humanismo, faria frente a um imaginado Estado absoluto – o qual supostamente competiria com a família no que diz respeito ao poder de educar. Sem permitir a explicitação de intencionalidades ou antinomias, o discurso fixa verdades que amparam a condição intercambiável de significados em benefício da luta política pelo acesso aos fundos públicos (ROCHA, 2015, p. 174-7).

Outras propostas estavam enfeixadas nos discursos liberais, notadamente aquelas que identificavam descentralização e municipalização da educação como marca das relações federativas, fazendo crer que os municípios deveriam assumir mais responsabilidades na oferta da educação, devendo para tanto receber mais recursos. A orientação apresentada como válida era a de que a municipalização aproximaria os

cidadãos de comunidades locais de contornos pouco nítidos, aproximando os municípios do poder¹⁸. A desconsideração das relações de clientela, das transações entre poder econômico e o poder público, das relações de mando e obediência, das desigualdades regionais e sociais, da presença de várias formas de violência, marca de relações societárias em termos históricos no Brasil, favoreciam a tese da municipalização, tendo como horizonte próximo a redução da participação do Estado no financiamento das políticas públicas e permitindo que os setores privados tivessem melhores condições de exercer pressão sobre os executivos e parlamentos locais, já que distantes e protegidos do controle mais efetivo e reconhecível do Estado Nacional (ROCHA, 2015, p. 169-173).

Quando teve início a discussão do anteprojeto do texto de educação, ainda inconcluso, apresentado pelo relator, senador João Calmon, as contradições manifestas nos debates da Subcomissão se expressaram de maneira indubitável. As propostas que ampliavam direitos estavam mescladas com distintas formas de deslocamento dos recursos públicos materializando vetores ideológicos do liberalismo. Florestan demonstrou o quanto o relatório abrigava diferentes aspectos das propostas do governo Sarney, a maioria das quais era coincidente com os interesses dos setores privatistas, sem traduzir e dignificar o trabalho intenso e rico da Subcomissão. Na sessão de 14 de maio, ao afirmar que o relator João Calmon se apresentava mais como instrumento do Governo do que do processo vivido no âmbito da Subcomissão, Florestan identificou que a crise do PMDB estaria esmagando a Assembleia Nacional Constituinte, quase antevendo a situação desencadeada pela formação do chamado “Centrão” e sua conduta em relação ao regimento interno¹⁹.

¹⁸ Ver a esse respeito as manifestações de Gilda Poli Loures, representando o Conselho Nacional de Secretários em 23 de abril de 1987, do presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Fonseca (BRASIL, 1988b, p. 81-83).

¹⁹ O Movimento autodenominado Centrão foi um bloco suprapartidário, de centro-direita, de perfil conservador, contrário à democracia participativa, que se constituiu para defender as propostas do governo Sarney em contraposição ao projeto apresentado pela Comissão de Sistematização. Entre as questões controversas, estavam o tempo do mandato presidencial e da forma de governo. De acordo com o Regimento em vigência, ao longo do ano de 1987, a maioria dos parlamentares ligados à Aliança Democrática não teria condições de alterar o projeto apresentado por Cabral, que previa quatro anos de mandato para Sarney e a adoção do parlamentarismo entre outras questões. Visando a combater o que chamavam a “tirania das minorias”, propuseram alterações regimentais, por meio de uma resolução, aprovadas em 3 de dezembro de 1987. A partir da mudança regimental, para que um texto destacado fosse mantido seria necessária maioria absoluta. Tratava-se de deslocar

Os debates que se realizaram na Subcomissão nas sessões seguintes²⁰ se desenvolveram a partir do anteprojeto apresentado pelo relator João Calmon (BRASIL, 1987c). Marcadamente, este previa a expansão do direito à educação, a ampliação da vinculação de recursos assegurada a liberdade da iniciativa privada de atuar na área educacional, tendo para isso acesso aos recursos públicos.

O dever do estado deveria garantir o ensino fundamental (regular ou supletivo), sendo o ensino fundamental regular, obrigatório e se constituindo em direito público subjetivo, gratuito com duração de oito anos; além de garantir oferta de vagas em creches e pré-escolas, e atendimento oficializado e gratuito às pessoas com deficiência.

O texto previa ainda que os estados e o Distrito Federal organizariam seus sistemas de ensino e que a União teria papel supletivo na oferta do ensino em todo país, a exemplo do que previa a Constituição de 1967 de 1969²¹ – ressaltando-se que, nas duas constituições dos governos militares, tal caráter supletivo estava restrito aos limites das deficiências locais.

O relator ampliou a perspectiva de vinculação de recursos da União de 13% para 18%,²² e dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, em no mínimo 25% da receita resultante de impostos, inclusive provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo ser excluídos desses valores o auxílio-suplementar aos educandos.

Contudo, tal ampliação se combinava com três artigos que, relacionados, favoreciam a transferência de recursos públicos para o setor privado. O primeiro se referia à liberdade do ensino à livre iniciativa; o

para o plenário e para o Colégio de Líderes a negociação das principais questões a serem tratadas. Em função dessa manobra regimental, foram aprovados o regime presidencialista, o mandato presidencial de cinco anos, e rejeitadas várias propostas voltadas a realização ou ampliação de direitos (MUNHOZ, 2011).

²⁰ Referimo-nos às sessões de 18 e 20 de maio de 1987, quando ocorreram as discussões do anteprojeto apresentado pelo senador João Calmon, e a sessão de 25 de maio do mesmo, ano na qual foi apresentada a redação final do projeto.

²¹ Conforme, respectivamente os artigos 169 da Constituição de 1967 e 177 da Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (BRASIL, 1969).

²² A proposta de vinculação de 13% da receita tributária pela União e 25% no mínimo pelos Estados, Distrito Federal e Municípios foi defendida por várias entidades, entre as quais o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito no documento intitulado Proposta Educacional para a Constituição (BRASIL, 1988a, p. 243).

segundo dizia respeito à regulamentação da transferência de recursos públicos para o setor privado e o terceiro fazia referência a uma contribuição tributária cujas características eram semelhantes às do salário-educação.

João Calmon, o relator, defendia o texto mobilizando na Subcomissão uma espécie de temor projetivo em torno do risco de que os que chamou de inimigos da educação pudessem destruir a vinculação. Melhor explicando: o aumento da vinculação se constituía em recurso para atender à rede pública e privada.

Evocando a luta em defesa da escola pública nas décadas de 1950 e 1960 e as derrotas na elaboração da LDB de 1961, Florestan referiu-se novamente ao relatório²³. Ao reconhecer o entrelaçamento entre as lutas de sua vida e as dinâmicas da sociedade brasileira, afirmou:

Foi doloroso para mim encontrar, dentro do relatório, essa muralha, uma muralha que vai nos jogar num precipício se não soubermos nos entender aqui e chegarmos a um entendimento comum de natureza republicana, efetivamente democrático na sua substância e que permita entender que se é preciso resguardar os recursos públicos dos chamados mercadores de ensino, é preciso resguardar os recursos públicos em todos os outros fins, destinando-os à criação do sistema público de ensino [...] capaz de levar a todos os pontos, a todos os cantos do Brasil, o ensino fundamental, novas oportunidades educacionais para todos, e fazer a revolução educacional e cultural a partir da escola. (BRASIL, 1988b, p. 470).

Quando da apresentação de novo anteprojeto pelo relator senador João Calmon, em 18 de maio de 1987, Florestan retomaria a questão do público e do privado, não deixando espaço para ambiguidades que fortalecessem a identificação semântica entre o que se configura como substantivamente distinto: os interesses públicos e os privados; o Estado e o mercado; os direitos e os privilégios. Dizia ele:

Agora, o ponto mais importante para mim era o que dizia respeito à iniciativa privada. Não estou envolvido numa cruzada contra a iniciativa privada, não sou inimigo da escola, seja ela leiga ou

²³ 28ª Reunião da Subcomissão ocorrida em 15 de maio de 1987.

confessional [...]. Estou envolvido numa cruzada diferente, de que os recursos públicos sejam investidos, não prioritariamente, mas exclusivamente no sistema público de ensino e isso porque, de uma lado a empresa de ensino, enquanto operação industrial e mercantil, como se qualifica no passado, ela própria deve prover os lucros da sua dinâmica interna e é lamentável, que no Brasil, o Ministério da Educação tenha intervido, de uma forma reiterada, no sentido de impedir que essa dinâmica funcione adequadamente. (BRASIL, 1988b, p. 493).

A crítica fundamental se referia ao processo de mercantilização levado a cabo pelo MEC por meio de bolsas de estudo.

Então, o Ministério da Educação não deveria fazer gentileza com o chapéu dos outros: quem escolhe uma escola privada para seus filhos, uma escola-pagamento, está sujeito a pagar o valor daquele ensino [...]. O Ministério da Educação jamais deveria ter feito isso; se ele reconhece a liberdade de existência do ensino privado, ele deve reconhecer que o ensino privado tem que seguir critérios próprios e determinação do seu valor intrínseco. (BRASIL, 1988b, p. 493).

Também a transferência de recursos públicos para instituições de ensino confessionais foi fortemente criticada por ele pelas mesmas razões. A opacidade das operações de deslocamento de fundos públicos para o setor privado e a contradição interna do discurso liberal se tornavam evidentes. A defesa da livre concorrência se confundia com a liberdade dos entes privados de disputar as políticas do Estado e os recursos sob seu controle.

Completa essa abordagem a preocupação expressa por Florestan com a municipalização que, em face da heterogeneidade dos municípios brasileiros, iria se tornar uma definição perigosa no que se refere à garantia da oferta de educação pública (BRASIL, 1988b, p. 564).

Orientavam as concepções defendidas por Florestan os objetivos a serem estabelecidos para a educação. Realizando a crítica à repetição mecânica de definições constitucionais anteriores, destaca que algumas

delas poderiam ser definidas como jusnaturalistas e, portanto, indevidas para um texto constitucional. Por outro lado, distingue democracia e igualdade para demonstrar que as definições não poderiam ser tomadas como sinônimos, posto que a solidariedade humana estaria sujeita a várias limitações, e o bem comum não ultrapassaria a condição de uma proclamação ideológica, em particular, difundida pela igreja católica.

O texto por ele indicado pretendia assegurar a igualdade de direitos por meio da igualdade de oportunidades. A educação deveria ser considerada um direito fundamental, universal e inalienável, garantido pelo Estado, visando ao desenvolvimento da personalidade humana, não só “de quem pode, de quem é rico, mas a personalidade humana daquele que é oprimido e excluído”, de modo que a escola não deveria subalternizar as classes por meio da ideologia de um setor dominante (BRASIL, 1988b, p. 526). Estava em questão a relação entre educação e a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo voltada para conquistar uma sociedade mais justa e igualitária como objetivo estratégico. Considerando o trabalho como valor maior em qualquer sociedade, por meio do qual o homem mudou a natureza, criou a cultura e deu origem à história, Florestan propôs que as aptidões para sua realização se constituíssem em um dos objetivos da educação. Também indicava, como um dos objetivos da educação, a formação de uma consciência crítica das condições de existência e a preparação para vida em uma sociedade democrática.²⁴

Malgrado ser aprovado pela Subcomissão, o relatório que previa, no artigo 7º, a proibição de repasse de verbas públicas para criação e manutenção de entidades de ensino particular²⁵ (BRASIL, 1988b, p. 565), a discussão foi recuperada por João Calmon quando tiveram início os debates na Comissão VIII. Retomava então a iniciativa de negociação com os setores privatistas, explorando a diferença entre o artigo 7º e o artigo 11º, que se referia à destinação de verbas públicas para o ensino em

²⁴ O texto da Emenda 800019-1 era o seguinte: “Art. 1º - Educação, direito fundamental, universal e inalienável, é dever do Estado e será promovida, visando ao desenvolvimento pleno da personalidade humana, a aquisição de aptidões para o trabalho, a formação de uma consciência social crítica e a preparação para a vida em uma sociedade democrática” (BRASIL, 1987b, p. 8).

²⁵ A redação do art. 7º do anteprojeto aprovado na Subcomissão era a seguinte: “O ensino é livre a iniciativa privada, observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas para criação e manutenção de entidades de ensino particular”.

geral, não apenas ao ensino público. No transcorrer do debate, o relator da Comissão VIII, Artur da Távola (PMDB-RJ) incorporou as formulações defendidas por João Calmon.

O relator elaborou dois substitutivos que tinham o acordo da chamada centro-direita, mas terminaram por serem rejeitados pelos parlamentares identificados com a chamada centro-esquerda. Rejeitados pela Comissão VIII, ambos foram encaminhados à Comissão de Sistematização, junto com as emendas que a maioria do plenário se recusou a examinar²⁶.

Sob a forte e opaca pressão da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEM) – e sem a ampla participação social verificada na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes –, estabeleceu-se uma aliança entre os constituintes ligados às empresas de comunicação, de ensino e aos evangélicos visando a constituir maioria na Comissão VIII que, todavia, conclui seus trabalhos sem lograr a aprovação dos substitutivos propostos pelo relator. O material produzido foi enviado à Comissão de Sistematização com uma carta, subscrita por 37 dos seus membros, retomando representações que evocam o direito de as crianças carentes terem acesso ao que apresentam como excelência da escola privada a partir de uma sequência de simplificações, entre as quais consta a suposta recusa da elitização da escola brasileira, que estaria materializada na escola para ricos e escola para pobres.

Os dissensos se tornariam mais intensos na Comissão de Sistematização.²⁷ Florestan se manifestaria na sessão de 24 de junho, quatro dias antes da discussão do anteprojeto do relator. Falando em seu nome e do PT, fazia referência às notícias que indicavam que a exclusividade de recursos públicos para escola pública teria sido eliminada. Uma vez mais se manifestava sobre a impossibilidade de um grande futuro para o país caso o analfabetismo e a evasão escolar não fossem superados e as camadas pobres não tivessem acesso ao então ensino de 2º e 3º graus. Anunciava que a Assembleia Constituinte tinha falhado em sua principal missão de

²⁶ O Segundo substitutivo do relator foi apresentado e discutido em sessão de 11 de junho 1987. O primeiro substitutivo foi retomado e discutido em 13 de junho de 1987.

²⁷ A Comissão teve como presidente o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ) e como relator o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

revitalizar o sistema público e amparar uma revolução democrática, no contexto de um amplo processo de revolução educacional.

No contexto da apresentação de emendas que pleiteavam a destinação de recursos públicos para instituições privadas, Florestan apresentou emenda que recolocava a questão dos fundos públicos para a escola pública. O discurso de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), para se manifestar de forma contrária, deslocava a educação do campo dos direitos para o dos serviços, expressão que teria o atributo de igualar o que é público e privado e justificar a repartição de recursos entre instituições.

No contexto dos trabalhos da Comissão, teve origem o autodenominado Centrão, o bloco suprapartidário apoiado pelo governo, que expressava as contradições da Aliança Democrática, no contexto dos efeitos de uma profunda crise do Estado que marcou a transição democrática. Os prazos para conclusão da Comissão de Sistematização não foram cumpridos até a aprovação do novo Regimento, em 3 de dezembro de 1987²⁸; após isso, a Comissão de Sistematização deixou de existir e seria substituída pela figura do relator geral, ficando a redação final sob responsabilidade de uma comissão específica (ROCHA, 2015, p. 222).

O Centrão apresentou um projeto alternativo de constituição visando a substituir o Projeto A da Comissão de Sistematização, que, para Florestan, pouco se distinguiam. Em verdade, para ele, a ação do Centrão estava voltada a proteger interesses econômicos de diferentes setores da burguesia e também interesses particularistas (FERNANDES, 1989, p. 106), mobilizando de forma recorrente elementos das representações de matrizes de pensamento autoritárias que marcaram nossa cultura política e a formação militar. Uma vez mais a ideia de um povo homogêneo que partilha um destino comum amparava os interesses das elites e a desqualificação e deslegitimação das manifestações de diferentes setores da sociedade.

A defesa dos interesses privados da área da educação continuava a ser um dos eixos políticos que articulava o Centrão e se constituiu em

²⁸ O Regimento foi aprovado com 290 votos a favor, 16 contrários e três abstenções, os partidos de esquerda e parte do PMDB se retiraram do Plenário.

vetor da elaboração dos Projetos B e C ²⁹. No contexto da tramitação do projeto B, Florestan apresentou emenda supressiva do artigo que garantia transferência de recursos para as escolas comunitárias, a qual também foi derrotada. Ele levou até as últimas consequências as proposições das forças sociais que se apresentaram como sujeitos da elaboração na nova carta constitucional, alargando o espaço público e fortalecendo a democracia.

Ao manifestar-se na sessão de 14 de novembro, Florestan recuperava fundamentos filosóficos e práticos do que chamou de pluralismo democrático na Educação, de acordo com os quais, diferentes tipos de escola concorrem para resolver o atendimento das necessidades básicas do ensino. Todavia, apontava que:

Se o Estado tiver de patrocinar todos três tipos de escolas, então, não há razão nenhuma para a existência de um pluralismo. O que existia seria um parasitismo dos tipos de escolas que não forem estatais sobre os recursos públicos, postos à disposição da Educação. (FERNANDES, 1988, p. 112).

Promulgada a Constituição, os princípios estabelecidos reconfiguraram o campo do direito à educação no Brasil, especialmente se comparados às constituições anteriores. O direito à educação (art. 205), concebido como dever do Estado e da família, a ser promovido com a colaboração da sociedade se traduz em três grandes objetivos: pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988c).

O texto constitucional se articula em torno de três princípios indissociáveis. O primeiro diz respeito à liberdade. O artigo 206 trata do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; da liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Tal liberdade está associada no texto à gestão democrática da educação. O

²⁹ Funcionando sob as regras no novo Regimento interno, o plenário tratou dos projetos B, C e D. O Projeto B foi distribuído em 05 de julho de 1988, a partir do que ocorreu a discussão das emendas. Foi elaborado o Projeto C, distribuído pela Comissão de Redação em 15.09. Feitas as emendas, a discussão em plenário se desenvolveu entre 19 a 21 de setembro. Nova versão foi materializada no projeto D, apresentado em 21 de setembro foi discutido e votado em Plenário em 22 de setembro com votação global. Em 5 de outubro, ocorreu a promulgação e publicação da Constituição.

segundo se refere ao papel do Estado na determinação de gratuidade e na garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206), assegurada a liberdade do ensino à iniciativa privada mediante cumprimento de normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação do Poder Público (art. 209). O terceiro se refere à ascendência da qualidade da educação à condição de direito expresso nas definições relativas à valorização dos profissionais, por meio da garantia de piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, garantido regime jurídico único para instituições mantidas pela União (art. 206).

O dever do Estado para com a educação é previsto a partir de um conjunto de determinações: ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria, tornando-se direito público subjetivo³⁰; educação de jovens e adultos; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (art. 208). Pela primeira, a Constituição tratava de todos os níveis e modalidades de ensino apontando para a configuração da educação básica como direito (CURY, 2008).

Observe-se que a determinação da obrigatoriedade autoaplicável ou as obrigações projetadas a partir da perspectiva de progressividade, associada às competências estabelecidas para os entes federados a serem organizadas em regime de colaboração³¹, atribuíam sentido à definição de realização plurianual do Plano Nacional de Educação que, integrando as iniciativas do poder público, deveria conduzir à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade do

³⁰ O Direito Público Subjetivo é uma faculdade, incorporada à esfera jurídica do sujeito em face da determinação normativa do direito objetivo. Trata-se de um instrumento jurídico institucional capaz de tornar efetivo o direito na perspectiva de democratização do acesso à educação (CURY, 2005, p. 20).

³¹ De acordo com o artigo 211, à União competiria organizar e financiar o sistema federal de ensino e o dos Territórios, bem como prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória; aos Municípios caberia a responsabilidade de atuar prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar. Note-se que tal prioridade, embora favorecesse a municipalização, não a tornava impositiva como pretendiam muitos dos constituintes representantes do espectro de centro-direita.

ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Associados à retomada do planejamento da política educacional, os direitos e responsabilidades assim configurados circunscreviam a movimentação e a destinação dos fundos públicos. A vinculação da receita de impostos e transferências – União 18% e Estados, Distrito Federal e Municípios, 25%, no mínimo (artigo 212) – estava associada às determinações do artigo 213, destinação de recursos às escolas públicas, às escolas confessionais, comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos e à destinação de bolsas ao ensino fundamental e médio, apenas quando demonstrada a falta de vagas e ressalvada a obrigatoriedade de o Poder Público investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. Essa configuração era estabelecida em um contexto em que diferentes movimentos sociais formularam políticas diante do Estado e dos constituintes, conferindo à Assembleia singularidade histórica (ROCHA, 2015, p. 229-233).

Por meio das garantias individuais e coletivas, a Constituição armou os de baixo de direitos sociais e colou em suas mãos meios legais de autodefesa e contra-ataque. O nó da conciliação foi desatado e a luta de classes não permaneceria mais contida (FERNANDES, 2014, p. 289). Apoiados na Carta Constitucional, esses sujeitos sociais seguiriam tornando a luta pelo direito à educação e pelos fundos públicos em uma questão nacional e democrática de primeira grandeza nas décadas seguintes.

Florestan, um militante incansável, nos dizeres de Antonio Cândido (*apud* MARTINEZ, 1998, p. 37), sabia que a eles caberia seguir abrindo os circuitos da história.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BRASIL. *Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964*. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: tinyurl.com/y65b5342. Acesso em: 30 nov. 2020.

- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: tinyurl.com/y5y8lqat. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: tinyurl.com/yygoyqjd. Acesso em 30 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Anteprojeto Constitucional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, v. 123, n. 185, p. 1-61, 26 set. 1986. Seção 1, Suplemento Especial. Disponível em: tinyurl.com/y424fbck. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 48ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 9 de abril de 1987. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, ano I, n. 43, 10. abr. 1987a. Disponível em: <https://tinyurl.com/42xjblk27>. Acesso em: 28 out. 2021.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Emendas oferecidas à VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação*. v. 201. Brasília, DF: Senado Federal, 1987b. Disponível em: tinyurl.com/y3n37a3j. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. *Anteprojeto do relator da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes*: v. 207. Brasília, DF: Senado Federal, 1987c. Disponível em: tinyurl.com/y3zalyc3. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. *Atas das reuniões*: anais da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a. Disponível em: tinyurl.com/yxphayxf. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. *Atas das reuniões*: anais da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988b. Disponível em: tinyurl.com/yypeonev. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988c]. Disponível em: tinyurl.com/sp2tt6. Acesso em: 18 jan. 2021.
- CANÁRIO, Rui. *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico?* Porto: Porto Editora, 2005.
- CASTRO, Marta Luz Sisson de. A educação na América Latina: antigos dilemas em novo contexto. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 182-188, maio/ago. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1993.
- CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4. 1986, Goiânia. Carta de Goiânia. *Educação & Sociedade*, ano VIII, n. 25, dez. 1986, p. 1-5.

- COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e a geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- COMPROMISSO com a nação brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1984. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/08/08/2//4203264>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- CRAHAY, Marcel. *Poderá a escola ser justa e eficaz?: da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a primeira constituinte republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 69-80.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FAORO, Raymundo. *A democracia traída: entrevistas*. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FARENZENA, Nalú. Nas pegadas do salário-educação: um olhar sobre sua repartição entre esferas de governo. *Textura*, Canoas, v. 19, n. 40, p. 139-157, maio/ago. 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *O processo constituinte*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A força do argumento*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- GEISEL, Ernesto. *Discurso no Palácio do Planalto aos governadores eleitos*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1975. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx8htz5p>. Acesso em: 28 out. 2021.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HORTA, José Silvério Baia. Planejamento educacional. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 195-239.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996.

MARTINEZ, Paulo H. *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo; Centro Universitário Maria Antonia/USP, 1998.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MUNHOZ, Sara Regina. A atuação do Centrão na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 20, n. 1, p. 343-394, 2011.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. *Uma constituinte salgada e molhada: o direito à educação como questão nacional (1985-1988)*. 2015. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SARNEY, José. *Mensagem no. 48, de 1985-CN (no. 330/85, na origem), de 28 de junho de 1985*. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1985. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/emenda.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOARES, Guido Fernando Silva. Estudos de Direito Comparado (I): o que é a “Common Law”, em particular, a dos EUA. *Revista da Faculdade de Direito (USP)*, São Paulo, v. 92, p. 163-198, 1997.

SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. Carta aos brasileiros. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 72, n. 2, p. 411-425, 1977.

ZANETIC, João. Florestan Fernandes e a defesa da escola pública. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 36, p. 6-14, jan. 2006.

SEÇÃO IV

CAPITALISMO DEPENDENTE, AUTOCRACIA
E REVOLUÇÃO BURGUESA

O CAPITALISMO DEPENDENTE NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES¹

*Francisco Luiz Corsi*²

I – INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes foi um dos principais autores que discutiram a questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, objetivando a emancipação da classe trabalhadora. A contribuição de Florestan transcende de muito essa questão. Poderíamos colocá-lo como um dos grandes interpretes do Brasil ao lado de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Entretanto, nosso objetivo aqui é bastante limitado, pretendemos apenas tecer algumas breves reflexões sobre a visão do autor acerca do capitalismo dependente.

No intenso debate sobre o desenvolvimento, entre os anos de 1950 e 1970, Fernandes tinha uma posição crítica em relação aos desenvolvimentistas, que desde logo ficou evidente na sua polêmica com Guerreiro Ramos, que defendia uma sociologia que desse conta das

¹ Capítulo baseado amplamente em exposição realizada no I Encontro Sobre Pensamento Social Brasileiro da UNESP de Marília: 100 anos do nascimento de Florestan Fernandes e em Corsi (2017).

² Professor de Economia Política e Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>

especificidades da sociedade brasileira e isto implicava, segundo Ramos, desenvolver “recursos conceituais, metodológicos e teóricos específicos e exclusivos” para compreender a nossa complexa realidade. Florestan considerava essa posição insustentável, pois a teoria sociológica teria validade universal. Porém, isso não significava de forma alguma que o cientista social não devesse debruçar-se sobre as especificidades da realidade brasileira, aplicando mecanicamente a teoria na análise da sociedade nacional. Pelo contrário, o cientista social deveria buscar ajustar-se constantemente ao seu objeto de pesquisa, só assim poderia produzir conhecimentos relevantes (FERNADES, 2008, p. 29)³.

As insuficiências da análise dos desenvolvimentista não se reduziram, no entanto, apenas a perspectiva metodológica, referiam-se também a incapacidade desses teóricos articularem organicamente na análise os processos históricos, sociais, econômicas e culturais para explicar o desenvolvimento da América Latina. Deficiência presente, por exemplo, nas contribuições da CEPAL, que ao tentar explicar o desenvolvimento latino-americano enfatizou a economia e não conseguiu perceber que sem uma discussão das estruturas, dos processos sociais e políticas e da luta de classes não seria possível entender as contradições e os inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na região. Ponto assinalado por Cardoso (CARDOSO; FALETTO, 2011) e que foi incorporado por Fernandes. A esse respeito, uma de suas principais contribuições é a sua discussão acerca do capitalismo dependente (FERNANDES, 1981a, 1981b, 2008).

O desenvolvimentismo desde o final da década de 1950 sofria duras críticas. Para Paul Baran (1984), que influenciou a teoria da dependência e Fernandes, o subdesenvolvimento seria resultado do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo, que seria desigual,

³ Esta questão é polêmica. Os teóricos cepalinos comungavam as preocupações de Guerreiro Ramos, criticando a universalidade da teoria econômica, pelo menos no que se refere a lei das vantagens comparativas, um dos pilares da teoria econômica. A crítica de Prebisch a essa validade universal foi importante para a elaboração do Estruturalismo Histórico da CEPAL, uma das mais importantes contribuições latino-americana às ciências sociais, apesar de seus limites e de sua forte carga ideológica. A teoria das vantagens comparativas não seria falsa, mas não teria validade universal. Dessa forma, não seria possível aplicar os modelos de desenvolvimento elaborados para outras realidades para a América Latina, sem levar em consideração as suas peculiaridades, que explicariam porque aquela teoria não seria universal. Estas constatações levaram Prebisch a elaborar uma teoria do subdesenvolvimento em contrapartida a teoria ortodoxa do desenvolvimento econômico. (RODRIGUEZ, 2009; SANTOS, 2011).

combinado e hierárquico. Na fase monopolista do capitalismo, o desenvolvimento autônomo estaria bloqueado para a periferia, que estaria condenada ao subdesenvolvimento, a não ser que fizesse a revolução socialista, não obstante seu insuficiente desenvolvimento.

A corrente marxista da teoria da dependência, cujos principais representantes eram André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos, influenciados por Baran, também advogavam que na fase monopolista do capitalismo não haveria possibilidade de um desenvolvimento autônomo na periferia, que estaria fadada ao subdesenvolvimento, devido sobretudo à debilidade das burguesias periféricas e a perda de grande parte do excedente econômico. Diante do insuficiente excedente, as burguesias latino-americanas imprimiam uma superexploração do trabalho, o que requeria regimes autoritários. Os países periféricos mais fortes, segundo Marini, para obter mais excedente estabeleceriam uma relação imperialista com as regiões em seu entorno, um subimperialismo. A expansão do capitalismo em escala mundial geraria, portanto, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A única saída seria a revolução socialista (VALENCIA, 2008).

A corrente liderada por Cardoso, fortemente influenciada pelas ideias da CEPAL e por Weber, defendia que a dependência não se reduzia a relação de subordinação e a apropriação de excedente, que se impõe de fora para dentro, mas seria uma relação incrustada na própria estrutura das sociedades periféricas. Para esta corrente também não existiria a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, pois não existiria uma burguesia nacionalista capaz de sustentar um projeto de autonomia nacional e a crescente internacionalização do capital boquearia a partir da chamada internacionalização do mercado interno em meados dos anos de 1950 saídas nacionalistas. O projeto desenvolvimentista careceria de sustentação social e política. A única alternativa seria o desenvolvimento associado, embora este não assegurasse a superação da miséria e das desigualdades sociais, mesmo sem bloquear o crescimento econômico. A estreiteza do mercado interno, ao contrário do que pensava Furtado, não bloquearia o crescimento, que se sustentaria nos investimentos e no elevado

consumo das classes dominantes e médias (FIORI, 1995; MELLO, 2009; CARDOSO; FALETTO, 2011).

Florestan Fernandes tinha pontos de contato com as diferentes correntes da dependência. Enfatizava a articulação das determinações externas e internas, ao mesmo tempo em que considerava ser a economia mundial uma totalidade em movimento, na qual a periferia ocupa uma posição subordinada. Discordava que a saída fosse o desenvolvimento associado. Defendia a revolução socialista, como Marini, Frank e dos Santos (PAIVA; SILVA, 2011).

Fernandes aprofunda essa discussão sobretudo nas suas obras *o Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, de 1972*, e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968. Estas contribuições vieram a luz quando o desenvolvimentismo já estava em crise aberta depois do golpe militar de 1964, que evidenciou as ilusões dessa corrente, em particular a crença na existência de uma burguesia nacionalista, capaz de levar a cabo, em aliança com o proletariado, um projeto nacional de capitalismo autônomo, embora outros obstáculos ao desenvolvimento autônomo já se fizessem presentes desde a década anterior em inúmeros países latino-americanos e não apenas no Brasil. O esgotamento do nacional desenvolvimentismo foi marcado por um acirramento da luta de classes, à medida que a classe trabalhadora passou a denunciar o modelo de desenvolvimento. A reação capitalista foi a implantação de regimes ditatoriais em vários países da região em um contexto de agudização da guerra fria, especialmente depois da revolução cubana. Tendo como pano de fundo este contexto, as notas que seguem discutem o capitalismo dependente, que seria o caminho pelo qual o capitalismo se desenvolveu na América Latina.

O texto está dividido em dois itens, além desta introdução. Em seguida, discutimos o capitalismo dependente segundo de Fernandes. Por último, tecemos alguns comentários gerais.

II – O CAPITALISMO DEPENDENTE

Para entender o capitalismo dependente, Florestan retoma a discussão do processo histórico de constituição da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva sociológica. Entender o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no conjunto da América Latina implicaria, para o autor, discutir o processo de formação das sociedades latino-americanas no bojo da expansão do capitalismo, da qual fazem parte, e das condições encontradas tanto em Portugal e na Espanha quanto das encontradas no novo mundo. Ou seja, Fernandes, seguindo os passos de Prado Jr⁴., considerava a formação da sociedade brasileira, que serviria de referência para a análise da América Latina, como um dos elementos constitutivos do processo de expansão capitalista a partir do século XVI. A compreensão da estrutura e da dinâmica da sociedade e da economia brasileiras não seria possível sem inseri-las na economia mundial, entendida como uma totalidade hierarquizada e caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado de suas partes (FERNANDES, 1981a, 1981b).

O subdesenvolvimento teria surgido e se reproduz continuamente no interior do processo de expansão capitalista. Constituiria um de seus momentos. Dessa maneira, a contínua reprodução da situação de subdesenvolvimento faz com que este não seja uma etapa a ser superada, mas sim uma forma de ser das economias periféricas dominadas pelo capital e pelos países centrais. São evidentes a influência de Furtado e Prado Jr. neste ponto, assim como a convergência com as ideias Marini e Gunder Frank. A preocupação parece ser entender a via específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina (FERNANDES, 1981a, 1981b; PRADO JÚNIOR, 1987; FURTADO, 2000; TRASPADINI; STEDILE, 2011).

Entretanto, Florestan (1981, a;b) não comungava da interpretação de Caio Prado Jr. (1987) segundo a qual o Brasil seria uma formação social capitalista desde o início do período colonial, pois este tipo de

⁴ Prado Jr., com base na teoria marxista, já tinha assinalado a importância da elaboração de conceitos que dessem conta das especificidades históricas da sociedade brasileira. Neste aspecto, o conceito chave seria o do sentido da colonização que norteia toda a sua análise. Um dos erros da esquerda brasileira teria sido justamente o de aplicar de forma mecânica modelos desenvolvidos para explicar outras realidades ao Brasil. Ver, entre outros, Corsi (2003).

análise não daria conta das relações sociais, da dinâmica interna da sociedade colonial. As determinações externas e a forma subordinada de inserção do Brasil na economia mundial não seriam capazes de conferir, sozinhas, um caráter capitalista a sociedade aqui estabelecida, embora fossem fundamentais para explicar suas estruturas e dinâmica. Como também discordava daqueles que defendiam ter o Brasil passado por uma fase feudal, encontrando-se nas décadas posteriores à Revolução de 1930 em plena transição para o capitalismo, dentre os quais poderíamos destacar Nelson Werneck Sodré (1971).

Para Fernandes (1981a, 1981b), a sociedade colonial seria uma sociedade estamental escravista. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria como base essa sociedade escravista, que teria condicionando sua dinâmica e suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Porém, isso não significava que Florestan não teria compreendido claramente, como já tinha defendido Caio Prado, que a economia brasileira teria sido constituída para produzir excedente para os países centrais, e dessa forma contribuiria de maneira relevante para o desenvolvimento dos mesmos. Este processo de apropriação de grande parte do excedente aqui produzido seria um dos pilares estruturais da economia brasileira e de sua inserção na economia mundial, que transcenderia a fase colonial, que estaria inserida no processo de acumulação primitiva, e perpassaria toda a nossa história até os dias atuais. Não por acaso, Fernandes toma como base na sua análise das formas que o capitalismo assumiu ao longo da história do Brasil as fases de dominação externa da América Latina, quais sejam: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total. O capitalismo impunha de fora para dentro novos padrões sociais, políticos, culturais e econômicos. Contudo, esses padrões eram reelaborados e modificados a partir das condições sociais, políticas e econômicas internas. Ou seja, eram absorvidos seletivamente e adaptados às circunstâncias locais, gerando diferentes e peculiares articulações entre aspectos sociais e econômicos modernos e atrasados.

No período colonial, compreendido entre os séculos XVI e início do XIX, a dominação externa estava calcada em relações políticas, econômicas e jurídicas impostas por Portugal e Espanha à América

Latina. As metrópoles se apropriavam do grosso de excedente por meio do monopólio do comércio externo das colônias latino-americanas. Para extração desse excedente, dados as condições encontradas na América, os limites da capacidade econômica e populacional das metrópoles, os objetivos da empreitada colonial e as características sociais, políticas, culturais e econômicas das sociedades ibéricas, a organização social e da produção de bens primários para as exportações nas colônias ibéricas foram compelidas a se basearem em relações de produção pré-capitalistas e na grande propriedade. Essas sociedades eram estamentais, apresentando baixíssima mobilidade social e uma enorme concentração da riqueza, do prestígio social e do poder local nas mãos das classes proprietárias e comerciais. A grande maioria da população compunha as castas e os estratos dependentes, o que implicava, entre outros aspectos, um elevadíssimo grau de exploração. Em suas palavras:

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem 'europeia'. A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção para o benefício das Coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 1981a, p. 13).

A crise da dominação colonial decorreu sobretudo da decadência da Espanha e de Portugal, da consolidação da Inglaterra como nova potência

mundial a partir da Revolução industrial e do crescente descontentamento de setores internos às colônias, que se desenvolveram ao longo de três séculos de colonização, com a dominação externa. Observa-se uma transformação nas formas de dominação e de extração de excedente, que passaram a ser fundamentalmente econômicas e financeiras, assentadas em relações de mercado, mas respaldadas pelo poder militar e político da Inglaterra. A dominação externa passou a ser sobretudo indireta. Os novos Estados que emergiram da crise do sistema colonial eram frágeis, suas importações, exportações e finanças externas eram controladas pelos países centrais. Dessa maneira, parte do excedente continuou fluindo para os países centrais, sustentando a acumulação de capital nestes países. A nova fase do capitalismo aberta com a revolução industrial criou uma extensa periferia fornecedora de bens primários, que gravitava em torno da Inglaterra. Esta nova fase seria denominada de neocolonial e se estenderia até meados do século XIX (FERNANDES, 1981a, 1981b; CASTELO, 2012).

Por um lado, essas transformações não implicaram no fim da sociedade colonial, mas esta teve que adaptar-se a nova dinâmica da economia capitalista mundial, sem a necessidade de imprimir quaisquer mudanças estruturais de fundo, pois as economias latino-americanas já estavam organizadas para produzirem produtos primários. Os estímulos advindos do incremento das exportações e da retenção de parte considerável do excedente no interior das nações recém formadas reforçaram muitas das estruturas da sociedade colonial nesta nova fase. As classes dominantes locais não lutaram por uma maior autonomia. Segundo Fernandes, estavam conformadas em atuar como forças subalternas. A fragilidade das classes dominantes da América Latina devia-se sobretudo a incapacidade de desenvolver o capitalismo a partir de recursos internos e ao perigo latente de revolta das classes dominadas. Dessa forma, abdicaram, receosas de perder a posição social que ocupavam, de promover qualquer transformação estrutural de mais largo escopo. Este comportamento tornar-se-ia recorrente na história da região. Ou seja, tornou-se um padrão de comportamento das classes dominantes (FERNANDES, 1981a, 1981b).

Por outro lado, na fase neocolonial, abriram-se novas possibilidades de desenvolvimento, em particular devido à constituição de Estados

formalmente independentes. Observa-se certo desenvolvimento comercial, com a emergência de mercados capitalistas nos maiores centros urbanos. Parte do excedente, que anteriormente era apropriado pelas metrópoles, passou a ficar retido internamente, o que contribuiu para impulsionar a atividade econômica. Ademais, foram introduzidas novas instituições econômicas, novas técnicas sociais e novas formas de associação entre interesses internos e externos. No entanto, as estruturas da sociedade pouco se alteraram. Florestan deixa claro os limites dos novos impulsos observados nesta fase:

Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e Históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção dos status quo ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das 'classes exportadoras' (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1981a, p. 16-17).

Apenas a partir do final do século XIX, possibilidades mais amplas de mudança seriam observadas. Mais uma vez o impulso para essas mudanças viria de fora para dentro. As transformações ocorridas no capitalismo neste período inauguraram outra fase na dominação externa na América Latina, a fase imperialista. O imperialismo impôs uma integração mais ampla e profunda da região à economia mundial e, ao mesmo tempo, desencadeou o desenvolvimento do capitalismo dependente na região. Segundo Fernandes, o capitalismo dependente, que se forma e expande na fase imperialista, se desenvolveu tendo como ponto de partida uma sociedade escravista em crise terminal. O capitalismo dependente constituiria a via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de todos

os outros países latino-americanos⁵. Esta perspectiva seria desenvolvida pela corrente do capitalismo tardio, embora essa corrente também tenha sofrido influência de outras perspectivas teóricas.

Contudo, nesta nova fase não se observa um aprofundamento da revolução burguesa, apesar do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado, entre outros aspectos, pelos avanços ocorridos na infraestrutura, na urbanização, no desenvolvimento de uma indústria leve e sobretudo na introdução do trabalho livre⁶. Cada vez mais a sociedade torna-se uma sociedade competitiva, com consequências para as formas de classificação social, pautadas agora pela ampliação crescente da forma mercadoria. Mas isso em nada alterou o comportamento subalterno da burguesia, pois seu medo atávico das classes subalternas a impedia, como já assinalado, de promover qualquer transformação social de fundo, que pudesse ameaçar ou comprometer sua posição social, seus privilégios e seus interesses. O moderno continuou como dantes articulado ao atrasado. A manutenção dessa articulação era considerada por Florestan como fundamental para garantir os privilégios das classes dominantes. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo dependente ampliou consideravelmente os espaços de acumulação de capital para os países imperialistas e para os capitais nacionais, em decorrência de uma série de fatores, cabendo destaque para a ampliação dos mercados internos, dos investimentos na infraestrutura e das dívidas dos países latino-americanos. Embora o processo de revolução burguesa se estendesse no tempo e caminhasse de forma lenta, a crescente mercantilização da sociedade e o impulso sofrido pelo processo de acumulação levaram o capitalismo dependente entrar, em um período relativamente curto, na fase monopolista, pelo menos para alguns poucos países da América Latina, dentre eles principalmente o Brasil (FERNANDES, 1981a, 1981b).

⁵ Nas palavras de Florestan: “As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.” (FERNANDES, 1981a, p. 16).

⁶ Segundo Fernandes: “Na realidade, a revolução burguesa não foi acelerada, mesmo nos países mais avançados da América Latina, através de um impulso econômico deliberado procedente da Europa.” (FERNANDES, 1981a, p. 17).

O período que se seguiu a II Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, teve início, segundo Florestan (1981a), outra fase da dominação externa, por ele denominada de imperialismo total. Nesta fase, se observa o aprofundamento do processo de internacionalização do capital. As empresas multinacionais penetram profundamente em algumas economias periféricas, dominando seus setores mais dinâmicos e introduzindo novas formas de consumo, de organização empresarial, de concorrência, de propaganda e de produção. Como no passado, esta nova forma de penetração do capital estrangeiro foi obrigada a se adaptar à situação interna dos diferentes países, resultando em um capitalismo monopolista bastante peculiar. Este processo, contudo, reforçaria o subdesenvolvimento, dissolvendo qualquer ilusão de desenvolvimento autônomo (FERNANDES, 1981a; PAIVA; SILVA, 2011; CASTELO, 2012).

A partir dessa trajetória histórica, que levou a constituição de um capitalismo dependente na América Latina, seria importante, mesmo que esquematicamente, discutir as principais características e a dinâmica dessa via de desenvolvimento. A concentração da renda, da propriedade, do poder e do prestígio social, características estruturais do capitalismo dependente, geraram a exclusão social, política e econômica do grosso da população. A sociedade extremamente desigual, fruto desse processo histórico, não corresponderia necessariamente a uma situação de baixo crescimento e estagnação das forças produtivas (FERNANDES, 2008). No caso do Brasil, pelo menos até o final dos anos de 1970, observamos intenso crescimento econômico.

Não obstante o crescimento econômico, o capitalismo dependente mostra-se incapaz de superar a situação de dependência que é imposta de fora para dentro, mas que é, simultaneamente, uma opção política das classes dominantes, que reconhecem no subdesenvolvimento e na dependência o seu interesse e a única possibilidade de manter sua posição social. A resistência por parte dos dominantes em promover transformações estruturais na sociedade e a manutenção de muitos de seus aspectos arcaicos se devem sobretudo a duas razões, a saber: o receio de um levante das massas populares e a fraqueza das classes dominadas em termos de organização e consciência política, pois no capitalismo dependente

estas classes apresentariam grande dificuldade de forjar uma organização independente e um projeto revolucionário. Ao que se soma às imposições do imperialismo, voltadas para manter a dependência. Dessa maneira, a articulação de elementos internos e externos impede a superação da dependência, que é central na determinação do subdesenvolvimento. A análise de Fernandes indica que o projeto das classes dominantes da América Latina seria o capitalismo dependente (FERNANDES, 2008).

A persistência das situações de dependência indica] a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas [...] Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político tornou-se impossível [...] uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente pelos esforços de sua burguesia (isto é, lato sensu, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas [...] A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Agora, uma nova imagem do capitalismo [...], da 'burguesia nacional' e da 'interdependência internacional' das economias capitalistas está sendo reconstruída, para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e de utopias burguesas dependentes. (FERNANDES, 1981a, p. 11-19).

O capitalismo dependente como projeto poderia ser interpretado como a integração associada ao capital estrangeiro na fase do imperialismo total. A estratégia de integração neoliberal na fase de mundialização do capital, inspirada no chamado Consenso de Washington, seria um desdobramento desse projeto, que avançou de forma avassaladora pela América Latina a partir do final da década de 1980. No caso brasileiro, a forma pela qual se deu a inserção no capitalismo global, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, seria o aprofundamento do projeto da burguesia dependente brasileira. Este padrão histórico de comportamento político das classes dominantes expressa as suas fraquezas, que derivam em última instância da própria situação de dependência, que por sua vez também condiciona o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente.

No capitalismo dependente as transformações estruturais são truncadas, lentas, limitadas e seguem a reboque das mudanças do capitalismo mundial, que obriga a sociedade periférica a seguir as mutantes condições da acumulação de capital, embora este processo seja marcado por inúmeras adaptações às circunstâncias internas de cada país. Ou seja, os novos padrões sociais e econômicos impostos pelo imperialismo são adaptados às circunstâncias locais. As velhas estruturas não são destruídas, mas modificadas e servem de base para a modernização da economia e da sociedade. Este processo ocorre sob o comando das classes dominantes, que logram impor seus interesses e sustentar suas posições por meio de uma modernização conservadora. Neste processo, os dominantes buscam de todas as maneiras fechar qualquer brecha para uma revolução social. As ameaças reais ou potenciais das classes dominadas desencadeiam o pânico e reações violentas por parte da burguesia. Dessa forma, só existe espaço para mudanças dentro da ordem.

Estruturas econômicas pré-capitalistas [...] coloniais ou neocoloniais, serviram de patamar para a criação e a alimentação inicial do 'setor moderno' da economia [...] Doutro lado, em nenhum momento dinamismos econômicos procedentes de fora passaram para o plano secundário [...] sempre se mantiveram muito fortes e sempre desempenharam influências estruturais e funcionais determinantes. O que variou foi a capacidade da organização

interna da economia de lidar com tais dinamismos, explorando-os com maior flexibilidade e projetando-os em estruturas econômicas mais adequadas à expansão do capitalismo [...] O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória [...] todos compreendem a ‘necessidade’ e as ‘vantagens’ da coexistência do antigo regime dentro do novo. Por isso, não lutam contra tal coexistência [...] a modernização processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do ‘moderno’ com o ‘antigo’ ou, então do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, operando-se o que se poderia descrever como a ‘modernização do arcaico’ e a simultânea ‘arcaização do moderno’. (FERNANDES, 1981a, p. 51-80).

Neste padrão de desenvolvimento histórico, a revolução burguesa não destrói as formas sociais pré-capitalistas. Tal revolução consiste em um processo de lenta transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas dentro da ordem. Esta revolução burguesa peculiar é constitutiva do capitalismo dependente, que se desenvolveu a partir do final do século XIX, já na fase imperialista, e adquiriu novo impulso a partir da crise de 1929, com o avanço da industrialização. As oligarquias não tiveram problemas em se adaptar às novas condições sociais, passaram por um processo de aburguesamento, adotando os padrões sociais, culturais e econômicos da sociedade competitiva, amalgamando-os com os padrões patrimonialistas. A burguesia, por seu turno, contemporiza com os interesses oligárquicos, não confrontando com essas forças, mas articulando-se a elas. As classes dominantes rapidamente se unificam ante qualquer ameaça considerada mais perigosa dos de baixo. As divergências seriam de caráter secundário e não poriam em risco o controle da modernização conservadora por parte das classes dominantes. As várias frações das classes dominantes se iriam se articular em torno do Estado, cujo controle é fundamental tanto para incrementar a acumulação por meio de diferentes políticas de fomento, de subsídios e de ação direta no campo econômico quanto para controlar as

classes dominadas com mão de ferro, o que é fundamental para manter a ordem (FERNANDES, 1981a).

Para Fernandes, as três alternativas estariam colocadas, quais sejam: a manutenção da ordem social vigente, o aperfeiçoamento de um capitalismo de Estado capaz de levar a cabo lentas transformações dentro da ordem e a revolução socialista⁷. Florestan aparentemente não descartava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e com reformas. Porém, sem superar completamente a ordem social vigente. Hoje, verifica-se que o Brasil e o restante da América Latina continuam na via do capitalismo dependente.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo dependente consiste em uma via não clássica de desenvolvimento capitalista na qual o atrasado e o moderno estão articulados, caracterizando uma forma de desenvolvimento desigual e combinado. A situação histórica de dependência permanece intocada, assim como a situação de profunda desigualdade social. Continuamos no caminho do capitalismo dependente. A reprimarização das exportações, a desindustrialização em curso em vários países latino-americanos, dentre eles o Brasil, a incapacidade das forças de centro esquerda, que alcançaram vários governos na região na primeira década do século, em diversificar a economia e imprimir transformações estruturais de fundo indicam os gigantescos obstáculos para romper com o capitalismo dependente. O golpe de Estado no Brasil ilustra a dificuldade de mudanças mesmo dentro da ordem, pois os governos Lula e Dilma buscaram implementar, com algum sucesso, um crescimento com modesta distribuição da renda, sem mexer nos interesses e privilégios da classe dominante e sem mobilização

⁷ Em suas palavras: Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos [uma] alternativa implica a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da 'revolução dentro da ordem social'. A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical de orientação socialista [...] A última alternativa, sem dúvida, abre caminho para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas. Todavia, ambas as soluções poderiam dar início novas vias de evolução da América Latina, na direção de uma história de povos livres e independentes (FERNANDES, 1981a, p. 31-32).

popular. Este desfecho confirma as proposições de Fernandes. Entretanto, o circuito da história, como próprio Florestan assinalava, não se fecha permanentemente e cabe às classes dominadas criar alternativas.

REFERÊNCIAS

- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril, 1984.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CASTELO, Rodrigo. *Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Jr. e a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 135-151.
- CORSI, Francisco Luiz. Notas sobre o capitalismo dependente: a contribuição de Florestan Fernandes. *Revista de Economia Política e História Econômica*, São Paulo, v. 38, p. 116-136, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981a.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981b.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; SILVA, Claudionor Borges. Teorias da dependência na América Latina: convergências e divergências entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. In: ENCONTRO DE CÁTEDRAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1., Maringá, 2011. *Trabalhos Apresentados* [...]. Brasília, DF: IPEA/CAPES, 2011. 20 p. Disponível em: <https://territoriopaiva.com.br/ZipArquivos/pt-projetos-> Acesso em: 10 nov. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, F. P. O enfoque histórico-estruturalista e a crítica relegada. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 14, n.1, jan./fev. 2011.

SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Bauru: Práxis, 2008.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*, São Paulo, p. 76-85, abr./jun. 2011.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da UNESP, 1987. p. 48-53

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da UNESP, 1987.

LOVE, Joseph LeRoy. *A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis, 1984.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Bomtempo, 2003b.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Florestan Fernandes. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 227-238.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

TROTSKY, León. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.

O SENTIDO DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

Anderson Deo

Camaradas, companheiras e companheiros, boa noite! Antes de mais nada, quero agradecer pelo convite e deixar aqui uma efusiva saudação aos organizadores do I Encontro sobre Pensamento Social Brasileiro. Saudar e agradecer ao professor Marcelo Totti, assim como aos estudantes que compõem o Grupo de Estudos Intelectuais de Esquerda e Movimentos Sociais. Nós que organizamos eventos e atividades no cotidiano da nossa universidade, sabemos que sem a colaboração, sem o trabalho e a dedicação dos nossos estudantes de graduação e de pós-graduação essas atividades seriam praticamente impossíveis. Dizer da honra e do prazer que é dividir uma mesa com professor Roberto Leher, companheiro de muitas jornadas no Andes, como o próprio Marcelo citou. É um prazer enorme, uma satisfação, poder compartilhar de sua exposição brilhante, com reflexões que nos instiga, que nos faz pensar, que nos faz refletir e nos incomoda. E isso é fundamental no trabalho teórico e intelectual, o incômodo que vai para muito além da atividade academia propriamente dita. Saudar a todos aqueles e aquelas que nos acompanham e dividem esse espaço de debates teórico-políticos.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p247-258>

Um espaço como o que nós construímos cotidianamente na faculdade de Filosofia e Ciências de Marília! Talvez nós não tenhamos a dimensão, nós que vivemos esse cotidiano - e o cotidiano nos atropela com vários problemas, com a sua dinâmica própria - de como um evento desse tipo organizado pelo Marcelo e pelo grupo de estudo e estudantes que o compõem, como esse tipo de evento é importante não só para o debate acadêmico, mas para as reflexões que suscita, esse e outros eventos. Foi dito aqui durante todos os debates ao longo do evento, foram feitas referências ao fato de que Florestan Fernandes, em 1986, na nossa faculdade, lançou, digamos assim, oficialmente a sua candidatura para então Deputado da Assembleia Nacional Constituinte, que viria a ser reunida em 1987. Penso que esse tipo de atividade proposta pelo Grupo de Intelectuais de Esquerda e Movimentos Sociais, resgata, digamos assim, uma prática teórico-política que os departamentos que compõem o curso de Ciências Sociais e o próprio Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais desenvolveram ao longo de sua existência. Já tivemos várias “Jornadas do Curso de Ciências Sociais”, como a já citada em 1986 sobre o pensamento de Florestan Fernandes, jornada sobre o pensamento de Caio Prado Jr, Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré, além de uma série de outros importantes eventos que realizamos periodicamente. Grandes nomes nacionais e internacionais das Ciências Sociais que já passaram pelo anfiteatro da FFC. Que eu me recorde nesse momento, até porque estive diretamente envolvido, os últimos grandes nomes internacionais que estiveram na FFC, foram Domenico Losurdo, em 2017, e István Mészáros, em 2013, em noites memoráveis na nossa faculdade. Essa faculdade que tem esse histórico de contribuição, eu diria extremamente positiva, do ponto de vista de uma perspectiva humanamente emancipadora.

Para falar propriamente da minha exposição, daquilo que aqui eu modestamente pretendo apresentar para vocês, talvez vocês possam ter a impressão de que eu e o professor Roberto Leher combinamos pelo menos uma parte das nossas apresentações. Não se trata disso. Obviamente que os organizadores do evento pensaram as mesas de forma a convidar autores, pesquisadores e debatedores que de alguma forma dialogam nas suas pesquisas - não propriamente que concordem entre si, não se trata disso.

Mas muito do que vou aqui colocar, muito do que eu vou aqui apresentar vai dialogar em alguma medida com aquilo que o professor Roberto Leher apontou, sobretudo no início da sua exposição.

Se nós fossemos atribuir um título a essa apresentação que vou propor aqui para vocês, poderíamos dizer que esse título seria “Sentido da Colonização e Autocracia Burguesa no Brasil”. Qual seria o objetivo ou dois objetivos fundamentais dessa minha exposição? Primeiro, identificar aquilo que nós poderíamos denominar como os fundamentos da autocracia burguesa no país, e o segundo objetivo é o de verificar como esses elementos se reproduzem na atualidade. Da forma como entendo, Florestan Fernandes - o professor, o militante - nos oferece um instrumental teórico e conceitual riquíssimo, para compreender aspectos fundamentais da particularidade brasileira. Ou seja, o modo de produção capitalista se reproduz universalmente. No entanto, a forma particular como as nações, como os países reproduzem o modo de produção capitalista, faz com que a história, faz com que esse modo de produção se objetive historicamente a partir de características muito singulares. Eu penso que esse instrumental teórico-conceitual oferecido pelo Florestan Fernandes nos permite identificar elementos da maior importância que caracterizam essa objetividade do capitalismo no Brasil, e esse instrumental teórico e conceitual, eu particularmente procuro articular nas minhas pesquisas, nos meus debates, nos meus escritos, com outro autor que é Caio Prado Jr, também citado aqui pelo professor Roberto Leher. Sobretudo o conceito de Sentido da Colonização. Penso não ser aqui o momento, pelo menos no formato dessa primeira apresentação, de apontar as trajetórias ou toda a complexidade da composição da teoria social desses dois autores, sobretudo aquilo que nós poderíamos identificar como as diferenças entre ambos. Isso poderia ficar por um outro momento, porque como a forma de análise e as leituras, sobretudo do período colonial e mesmo do processo em si da revolução burguesa no Brasil, não são idênticas em Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior.

Mas o que quero privilegiar aqui, na minha abordagem? As aproximações! Exatamente as aproximações entre essa compreensão que Caio Prado Jr. propõe de *Sentido da Colonização* e o conceito de Autocracia

Burguesa desenvolvido por Florestan Fernandes. E por que isso? Porque, da forma como eu pretendo demonstrar, pelo menos em linhas gerais, a articulação desses conceitos nos permite analisar de uma forma bastante adequada e bastante precisa o que nós presenciamos nos dias de hoje. Bem, dessa maneira, então, gostaria de apontar elementos, digamos assim, essenciais do conceito de sentido da colonização. Para Caio Prado Jr, a forma de sociabilidade que se funda na colônia se alicerça em alguns pilares, por assim dizer, que se reproduzem ao longo da história do Brasil, ao longo do processo de formação social do país. É óbvio que nós não podemos cair no erro, no anacronismo de achar que a história brasileira, que a sociedade brasileira não se modifica, que a forma colonial é a mesma até hoje. Não se trata disso. Aliás, da forma como entendo, os críticos que apontam esse suposto problema na leitura de Caio Prado Jr, incorrem aí ou em desonestidade intelectual, ou em alguns equívocos que comprometem a própria leitura. E por que isso? Porque o próprio autor, ao elaborar o conceito de sentido da colonização na abertura de seu livro *A Formação do Brasil Contemporâneo*, está indicando que há determinados elementos, há determinadas características essenciais que marcam a formação histórica de um povo que permanecem ao longo da sua história, mesmo que do ponto de vista fenomênico ocorram transformações. Então o que é que Caio Prado Jr. está chamando de sentido da colonização?

O Brasil nasce como um território associado de forma subordinada aos grandes centros de reprodução econômico no período colonial, ou seja, do período da acumulação originária do capital, do período Mercantil. Posteriormente, essa subordinação se reproduzirá em relação aos núcleos centrais do processo da Revolução Industrial e do desenvolvimento do imperialismo. Encontramos aqui um elemento essencial de permanência. Que elemento essencial? A dependência externa. Mas uma dependência que não é uma, como porque poderia dizer, uma mera subordinação, não é uma associação qualquer – o professor Roberto Leher utilizou a expressão “uma associação passiva, uma dependência passiva”. O que Caio Prado Jr. está apontando é a forma de ser da reprodução econômica, da reprodução social no país, que vai fazer com que a estrutura econômica se associe de forma subordinada, o que implica em dizer que a burguesia que aqui vai se

formando se associa ao capital externo porque ela ganha com isso, ela tem interesse. É a *forma-de-ser* dessa burguesia, seja no período colonial, seja no período do Império, ou depois, na República. Essa burguesia que aqui vai se desenvolvendo, constrói uma forma de sociabilidade onde essa associação subordinada é a forma de rentabilidade ou de buscar rentabilidade nos seus negócios, e é por isso que esse “caráter débil” da burguesia só pode ser assim identificado quando comparamos com outros exemplos históricos de revolução burguesa, como por exemplo os casos clássicos.

Mas, se do ponto de vista, por assim dizer, estritamente econômico essa associação subordinada marca geneticamente, ou para usar uma expressão mais rigorosa metodologicamente, marca de forma ontogenética a forma de ser dessa burguesia, para que se mantenha – do ponto de vista interno – a reprodução social de seu domínio, essa burguesia constrói formas políticas fundamentalmente antidemocráticas, mesmo do ponto de vista de uma democracia liberal burguesa. Então, se nós percorreremos a história do Brasil, nós vamos observar que as estruturas de dominação que são reproduzidas, de dominação política, desde o período colonial, primeiro excluem totalmente os “de baixo”, excluem totalmente a força de trabalho, ou melhor, mais do que exclui, explora intensivamente e extensivamente essa força de trabalho desde o período colonial, sejam as populações escravizadas de origem africana ou mesmo os povos autóctones (os indígenas), seja posteriormente os imigrantes e a força de trabalho que aqui se formou.

Com isso, historicamente temos toda uma estrutura que exclui do ponto de vista político a massa da força de trabalho de qualquer processo político e, portanto, aquilo que Marx identificava como o caráter politicamente emancipatório das revoluções burguesas clássicas, aquilo que aconteceu na França e na Inglaterra – de certa forma na Holanda e nos Estados Unidos –, não se reproduz na nossa particularidade. Essa burguesia que vai aqui se constituindo, constrói reformas políticas onde a exclusão dos de baixo, para usar uma expressão mais genérica, a exploração intensa dessas classes sociais – dessa classe que é a força de trabalho – é uma constante.

Todo o processo de ampliação de direitos sociais, de direitos trabalhistas e políticos, ou seja, aquilo que poderíamos chamar de uma ampliação da emancipação política, essa classe trabalhadora, esse proletariado que vai aqui se constituindo, só conquistou através de grandes, de intensas lutas políticas e sociais. O que implica em reconhecer que por mais contraditório que possa ser essa revolução burguesa, sua forma particular de reprodução histórica freia, impede e aborta qualquer projeto minimamente emancipatório, mesmo nos marcos da legalidade burguesa. E mais, quando o proletariado se organiza e começa a avançar em conquistas, através de muita luta, essa mesma burguesia não titubeia em se utilizar do instrumento político do golpe de estado para frear qualquer tipo de avanço minimamente democrático (ou em termos teóricos, de um liberalismo progressivo).

Quando nós observamos o que estou tentando caracterizar de uma forma muito genérica, como o conceito de sentido da colonização, onde é que identifico aproximações ou aderências, por assim dizer, com a análise do Florestan Fernandes? Vejam, o que Florestan vai apontar sobre o processo da revolução burguesa no Brasil. Pois bem, essa burguesia que aqui vai se constituindo ao longo do século XX, promove uma modernização do ponto de vista econômico. Uma modernização que explicita uma série de contradições próprias do momento histórico em que essa modernização está se realizando. Como podemos visualizar tais contradições? No processo de industrialização do país, sobretudo no processo de industrialização que se abre pós-1930; vejam, esse processo de industrialização explicita contradições e a principal delas é exatamente a contradição que se fundamenta numa sociedade que está se modernizando, mas exclui a grande maioria, a grande massa de força de trabalho, não só dos direitos imediatamente econômicos e trabalhistas - porque isso como nós já apontamos aqui vai sendo conquistado ao longo do tempo através das lutas políticas e sociais -, mas exclui, também, direitos fundamentais próprios do princípio burguês de cidadania.

Acontece que essas classes elas se movimentam e se organizam, se movimentam e se chocam na luta cotidiana. E qual vai ser a resposta dessa burguesia segundo, Florestan Fernandes? Essa burguesia abre

mão da própria legalidade democrático-burguesa para promover, para avançar no seu processo de consolidação do capitalismo no Brasil, ou seja, essa burguesia abre mão de qualquer tipo de avanço democrático em termos do próprio liberalismo para avançar na revolução burguesa ou na contrarrevolução preventiva que se explicita no golpe de 1964. Da forma como entendo, essa aproximação entre os conceitos de sentido da colonização e de autocracia burguesa, expressa o conteúdo políticossocial – histórico, portanto – de uma burguesia que vai se constituindo no país de forma totalmente autocrática. É uma burguesia que mesmo nas disputas entre as frações de sua classe, sempre se utilizou do expediente do golpe de estado, ou seja, da interrupção de uma determinada legalidade institucional, ou institucionalizada, para fazer valer os seus próprios interesses. É uma burguesia que não tem o menor escrúpulo – lembrem-se de Jarbas Passarinho, quando da assinatura do AI-5, “às favas com todo e qualquer escrúpulo” –, ou ainda, se preferimos, podemos buscar um outro exemplo mais recente que nos foi revelado, entre tantos outros, como o vazamento de áudio do então líder do governo na Câmara dos Deputados, Romero Jucá, “Vamos dar um golpe armado com tudo, com um congresso, com judiciário, com todo mundo”. Vejam e percebam, esse expediente político do golpe de estado, e seus princípios de uma maneira clássica naquilo que Marx identificaria como um “golpe bonapartista”, onde a burguesia lança mão do expediente da força militar para suspender todo e qualquer processo de ampliação de direitos democráticos, mesmo que nos marcos do liberalismo burguês. Mas por que faz isso? Porque demonstra os limites históricos do princípio de igualdade e liberdade, nos marcos próprios da burguesia, de uma concepção ideologicamente orientada por interesses burgueses. Ou seja, essa burguesia, na particularidade brasileira, desenvolve e reproduz um projeto de dominação e, portanto, um projeto de reprodução socioeconômica em que a democracia mesmo, volto a dizer, mesmo nos marcos da legalidade burguesa, só é admitida até um determinado momento. Qual o momento? Um momento em que os seus interesses não são colocados à prova, ou melhor, mesmo que não estejam sendo colocados à prova – porque, por exemplo, em 2016 os interesses da burguesia não estavam sendo colocados à prova – mas a articulação que se constrói no golpe para derrubar o governo Dilma, é uma articulação

que coloca burguesia internamente instalada, coloca essa burguesia no momento e no movimento de ataque de avanço profundo ao pouco que resta de conquista dos trabalhadores ao longo do século XX, no país.

Então vejam, essa caracterização fundamental, penso eu, para indicar o elemento autocrático da burguesia brasileira, nos permite inclusive pensar no momento que vivemos. Eu vou aqui muito rapidamente pensar o período pós-1985, que é genericamente chamado período da redemocratização. Da forma como entendo, já é um equívoco chamar de período de redemocratização. Porque só é possível redemocratizar algo que um dia já foi democrático, democratizado, e uma democracia em termos, volto a dizer, mesmo que em termos liberais burgueses, sempre foi extremamente limitada no país.

Então, a partir de 1985, temos todo uma reestruturação institucional do Brasil, que se consolida na Constituição de 1988. No entanto, da forma como eu proponho a leitura, essa democratização, ou melhor, o restabelecimento dentro da democracia, ou o estabelecimento de uma democracia – e as instituições instrumentalizam essa democracia – reproduzem na verdade uma forma de institucionalização da própria autocracia burguesa. E porque uma forma de institucionalização da própria autocracia burguesa? Porque vejam, e o quê estou chamando de uma institucionalização da democracia burguesa, ou melhor, uma institucionalização da autocracia burguesa? Nós temos, sem dúvida alguma, como resultado inclusive das lutas sociais que eclodem em meados da década de 70, que forçam, empurram para o fim da ditadura militar, da ditadura civil-militar que se inaugura em 1964, nós temos sem dúvida um avanço no campo da própria democracia liberal que se manifesta na carta de 1988. No entanto, se nós observamos a partir de 1992, essa mesma Carta Constitucional (para pensarmos em termos jurídicos), passa a sofrer uma série de modificações, em determinado momento chamado de Revisão, outro Reforma Constitucional, mas ela vem sendo desmontada desde então e esse processo de desmonte ocorre e não é única e exclusivamente um desmonte jurídico, é um desmonte que diz respeito ao avanço do Capital frente a todo aquele processo que se abre em meados de 1970, , que se

consolida com a Constituição de 1988. Ou seja, é o capital avançando sobre as conquistas dos trabalhadores.

É claro que no modo, aqui, da exposição, procuro oferecer um panorama muito amplo, mas a questão é a seguinte: essa Constituição vai sendo transformada, e as instituições, vão permanecendo, ou melhor, vão – percebam a linguagem que o léxico liberal se utiliza – se aperfeiçoando. Mas o que que significa aperfeiçoar as instituições democráticas dentro do léxico Liberal? Significa afastar cada vez mais as instituições democráticas, ou melhor, as instituições do Estado de um processo verdadeiramente democratizante. Cada vez mais o Estado se organiza a partir da generalidade abstrata das leis, e essas leis são instrumentalizadas e manipuladas, organizadas de forma que já impõe ao conjunto da sociedade uma lógica burguesa. Volto a dizer, existe resistência e existe luta de classe. Mas se nós observarmos em retrospectiva, veremos que essa burguesia interna, a partir das suas frações, vai se recompondo, se recompondo de tal forma a propor uma hegemonia do capital financeiro, hegemonia essa que retira, que espolia, cada vez mais direitos dos trabalhadores. Que promove uma redefinição das próprias instituições.

Se avançamos nesse processo, podemos pensar o significado, por exemplo, do golpe de 2016, da reforma trabalhista, da reforma do Ensino Médio, de toda a legislação que impede o gasto com demandas sociais – a chamada “PEC do fim do mundo”, ou “PEC da morte” – como saúde e educação, da reforma da Previdência. Vejam, todas essas mudanças foram realizadas dentro da ordem, da chamada ordem do Estado democrático de direito. O que é isso senão uma forma de reprodução de uma ditadura através da Lei? E aí não há como tergiversar, quando Lenin afirma que a ditadura burguesa, ou melhor, que a democracia burguesa nada mais é do que a ditadura de uma minoria, sobre a maioria da sociedade. Mas uma ditadura que tem o verniz e tem, por assim dizer, a camuflagem, o véu – um fino véu, é verdade – de democracia, de legalidade, mas que por exemplo, na particularidade brasileira, e aqui me amparo em um outro autor de origem ítalo-germânico, chamado Johannes Agnoli, que desenvolveu o conceito de “autocracia do parlamento”.

Segundo Agnoli, os processos políticos afastam cada vez mais a população como um todo, as classes sociais e, principalmente, a classe trabalhadora da ação política propriamente dita. Isso se dá porque o próprio parlamento e sua forma de organização garantem uma autonomia àqueles que são eleitos, de forma a se deslocarem, se distanciarem das suas bases eleitorais. É claro que temos aqui uma série de elementos que contribuem para manipulação, para construção de uma hegemonia propriamente dita, em sentido gramsciano, que passa sobretudo pela captura, se é que eu posso chamar assim, da subjetividade do conjunto dessa classe trabalhadora. Isso é um outro complexo social, o da ideologia, extremamente importante para analisarmos o momento presente. Basta verificar como é que as igrejas, sobretudo as religiões de corte neopentecostal, agem em função de um determinado projeto político-econômico, que identificamos genericamente como “bolsonarismo”.

Caminhando para o final da minha exposição, poderíamos citar vários exemplos de como é que está autocracia burguesa se reproduz no cotidiano. O professor Roberto Leher – que me antecedeu – fez referência ao espancamento de João Alberto no Carrefour¹, em mais um episódio de reprodução da barbárie cotidiana que presenciamos no país. Poderíamos citar vários outros. Poderíamos citar, por exemplo, toda a repressão que as populações pobres sofrem cotidianamente nas periferias, e sofrem pelas mãos de uma das instituições que expressam de forma explícita isso que nós caracterizamos como a autocracia na sua versão institucionalizada, que são as Polícias Militar. Ou seja, aquelas forças públicas de segurança, que foram criadas durante a ditadura militar, transformando a guarda pública estadual em polícia militar, para reprimir, exatamente com essa função de reprimir a população. Então, a tortura passa a ser um elemento cotidiano nas delegacias de polícia, nas abordagens das forças públicas, das forças do Estado que, ao contrário, deveriam garantir o direito da população.

Podemos pensar em outros elementos que o governo Bolsonaro explícita. O projeto político-econômico – nós não podemos nos equivocar, há um projeto político e econômico sendo construído e colocado em

¹ João Alberto de Freitas foi espancado e morto por asfixia por seguranças de uma loja da rede Carrefour, em Porto Alegre – RS, na noite de 19 de novembro de 2020.

prática –, um processo que envolve a desindustrialização do país (o professor Roberto Leher falou em um processo de descomplexificação das cadeias produtivas). Um projeto que envolve, necessariamente, um investimento maciço no agronegócio e, portanto, no avanço da “fronteira agrícola”. Avançar a fronteira agrícola significa se utilizar da legislação existente, ou mesmo, burlar a legislação existente para promover deliberadamente uma política de incêndio, de destruição e devastação do meio ambiente. E é claro, isso gera contradições das mais diversas. Desde a hipocrisia externa do imperialismo que passa a reproduzir um discurso de “defesa do meio ambiente e das florestas brasileiras”, mas também a reação das populações originárias, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos trabalhadores rurais sem-terra. Mas de qualquer forma o que estou tentando demonstrar, é que esse projeto político é um projeto extremamente autocrático! E é extremamente autocrático porque o neoliberalismo, o capitalismo em si, mais ainda, o capitalismo na sua fase neoliberal, expressa o aprofundamento da barbárie, que se manifesta numa exploração constante da humanidade, numa exploração constante da natureza, numa exploração intensa do ser humano e uma exploração que, para ser garantida, necessariamente, deve ser garantida através da força, seja através da força aberta, deliberada dos golpes militares, seja através da força do Estado democrático de direito. Então todos nós podemos nos manifestar, desde que respeitemos a ordem tal como ela existe. Percebam esses elementos políticos e jurídicos. Por mais que existam alguns freios, por mais que a burguesia a partir de algumas de suas frações começa a se “escandalizar” com Bolsonaro, por mais que a Rede Globo, de alguma forma, passe a reproduzir um discurso contrário ao Governo Bolsonaro, essa mesma emissora não reproduz um discurso contrário ao ministro da economia Paulo Guedes. Porque esse é o projeto da burguesia internamente instalada, cuja Rede Globo é uma das principais responsáveis pelo governo que aí está.

Governo que reproduz essa autocracia que estou chamando aqui de forma institucionalizada e que avança, inclusive, com um discurso na direção da explicitação propriamente, digamos assim, de uma autocracia clássica. Isso implica do ponto de vista do projeto político-econômico,

do projeto de nação que está se reproduzindo, necessariamente, em uma forma de regressividade das formas sociais do país, em todos os níveis, em todas as dimensões, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista das relações pessoais. Nós observamos em várias dimensões do nosso cotidiano aquilo que poderíamos chamar de uma regressividade total das relações sociais no país.

Para terminar, gostaria de apontar o seguinte: Florestan Fernandes foi um militante de partido, um militante que tomou partido na sua vida, e tomou partido pelos trabalhadores. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, essa força de trabalho, que se reproduz hoje no país de forma profundamente precária, nas mais diversas frações proletariado. Lutou até o fim de sua vida. Permitam-me encerrar com uma nota de depoimento pessoal: não por acaso, no seu velório, primeiro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de São Paulo, depois no crematório de Vila Alpina, também em São Paulo, não são por acaso foi entoado o Hino da Internacional Comunista em sua homenagem. Como jovem militante pude participar de forma emocionada daquele momento. São momentos que marcam a nossa vida. Da mesma forma como em outros momentos, em que pude presenciar a participação do professor, do militante Florestan Fernandes em vários comícios, em vários debates. Posso dizer que, de certa forma, tais experiências serviram de “inspiração”, não só na sua referência enquanto quadro político da esquerda brasileira, mas também enquanto instrumental analítico para analisar o país e para oferecer respostas para o nosso futuro. Obrigado pela paciência de vocês!

CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E UNIVERSIDADES

Roberto Leher

MARCELO TOTTI. O professor Roberto Leher é professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em educação, professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes e pesquisador bolsista do CNPQ. Além de ter uma atuação acadêmica, possui uma atuação sindical significativa. Foi presidente do nosso Sindicato Nacional – ANDES-SN (2000), um Sindicato de luta e defesa da universidade pública e, mais amplamente, da educação pública.

A produção intelectual do professor Roberto Leher versa sobre a universidade pública e sobre o pensamento de Florestan Fernandes, em especial as discussões sobre capitalismo dependente e a questão da Universidade. Além disso, o professor Roberto Leher foi reitor da UFRJ (2015-2019) em um período em que os vencedores da lista tríplice eram nomeados, processo de escolha por meio de consultas realizadas com voto paritário, o que foi algo bastante significativo em sua eleição.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p259-276>

Leher tem importante atuação militante do campo progressista, não só na universidade, mas no Rio de Janeiro. Então tem uma grande contribuição a nos dar essa noite. Então é com enorme satisfação que apresento o professor Roberto Leher. Em sua exposição Leher vai discutir o pensamento do Florestan abordando o capitalismo dependente como determinante da heteronomia cultural.

E o nosso colega Professor aqui da casa, né, nosso amigo, posso dizer assim, nosso amigo professor Anderson Deo que é graduado em Ciências Sociais pela Fundação Santo André, fez mestrado e doutorado aqui na unidade, o professor Anderson fez um recém pós doutorado em teoria política contemporânea na universidade Degli Studi di Urbino Carlo Bo, e tem também trabalhos que versam aí sobre a temática de Florestan Fernandes que é a discussão da questão da autocracia burguesa em seus trabalhos aí do doutorado e do mestrado e tem inúmeros artigos sobre Ducati entre outros autores do campo marxista. Então convido a todos, a quem se interessar a discutir os temas aí a estudarem os textos do Professor Anderson e também do professor Roberto Leher. Bom, eu vou encerrar aqui rapidamente e dar tempo aos nossos palestrantes aí pra falarem, eu passo então ao professor Roberto Leher que tem o tempo disponível, professor, fique à vontade.

ROBERTO LEHER: É uma alegria enorme estarmos juntos. A Unesp tem assegurado uma contribuição muito importante para manter vivo o pensamento de Florestan Fernandes, a exemplo da 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP, 1986 (que foi sistematizada no excelente livro *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizado por Maria Angela D’Incao, 1987) e, sobretudo, para ampliar o diálogo das atuais gerações com a sua obra, por meio do presente evento.

É uma imensa honra dividir a mesa com o Professor Anderson Deo. Registro a felicidade de estar junto com todas e todos os que estão nos acompanhando nesta noite em que se realiza um evento tão luminoso. Hoje é uma data muito significativa. Seguramente, Florestan Fernandes teria feito pronunciamentos muito densos e profundos neste Dia da

Consciência Negra (20 de Novembro). Ontem vimos uma cena que vem se repetindo em nosso país: a morte por asfixia de João Roberto Silva Freitas no supermercado da multinacional Carrefour. Aconteceu algo muito parecido aqui no Rio de Janeiro em 2019, no Supermercado Extra, em que um jovem rapaz de 19 anos, Pedro Henrique de Oliveira Gonzaga, foi igualmente sufocado pelos seguranças e que, até o momento, não foram julgados. É imperioso destacar que no dia do assassinato de João Roberto, as ações do Carrefour subiram 1.5%. Neste dia, o vice-presidente da República, o general Mourão atestou que no Brasil inexistia racismo. A obra de Florestan, particularmente o seu trabalho elaborado no contexto da sua tese “A integração do negro na sociedade de classes”, investiga sobre como o povo emerge na história, é uma obra viva e de enorme importância para pensarmos no racismo classista em nosso país. Minha solidariedade à família do João Roberto, às lutas de todos os coletivos e movimentos antifascistas de nosso país.

**

Destaco, por relevância, os conceitos de capitalismo dependente e sua análise da particularidade da revolução burguesa no Brasil para subsidiar o encerramento de um ciclo de debates que, a meu ver, coloca a obra de Florestan Fernandes em interação com um dos contextos sociais mais dramáticos da história do Brasil, conjugando as consequências devastadoras da pandemia de Covid, a fome, a destruição de postos de trabalho e o espectro neofascista.

CAPITALISMO DEPENDENTE

O primeiro ponto que eu gostaria de salientar e destacar em relação à obra de Florestan Fernandes diz respeito justamente ao capitalismo dependente. O percurso teórico que permitiu Florestan chegar a esta problemática, como salienta o magistral estudo de Miriam Limoeiro Cardoso, inaugura uma maneira muito original, muito profunda, muito

densa, muito penetrante de pensar a particularidade do capitalismo no Brasil. Esse percurso teórico resulta de um brilhante estudo científico de Florestan que, em minha análise, contribuiu ontem e hoje para pensarmos as relações de classe em nosso país e, sobretudo, como as frações burguesas locais interagem com as frações hegemônicas.

Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, 1968 ele vai desenvolver sistematicamente o conceito de capitalismo dependente. Este estudo conforma, de fato, um momento novo da reflexão Florestaniana. Miriam Limoeiro Cardoso em seu 'clássico' sobre a gênese do conceito de Capitalismo dependente reconstrói o percurso teórico que leva nosso autor a sistematizar o conceito. É necessário salientar que este trabalho de Florestan tem uma riqueza metodológica imensa, particularmente porque nele Florestan inova o modo de pensar as classes e o capitalismo no Brasil. Fernandes conclui que não podemos estudar o Brasil como um campo de estudo fechado, como um campo de estudo que se basta, porque, justamente, o Brasil é parte do capitalismo mundial, é parte de um sistema Mundial, é parte do modo de produção capitalista. Florestan destaca, ainda, que a particularidade do modo de produção capitalista no Brasil não pode ser pensada na perspectiva do evolucionismo vulgar que prevaleceu inclusive no campo da esquerda e até mesmo no pensamento marxista e que, de alguma forma, esteve presente na perspectiva da Revolução Nacional Democrática que marca a estratégia da esquerda brasileira nos anos 1950 e até o golpe empresarial-militar de 1964. Naquele contexto, em conformidade com a Declaração de Março de 1958 do PCB, perdurava a perspectiva de que no Brasil existiam grandes enclaves pré-capitalistas, grandes enclaves de características feudais. Para que tais bolsões fossem removidos seria preciso capilarizar o capitalismo moderno, industrial, referenciado no assalariamento de todas as relações de trabalho. Decorre desta leitura que somente em aliança com os segmentos modernos da burguesia seria possível acelerar a universalização do modo de produção capitalista em todo o território. Desse modo, a esquerda estaria fadada a construir uma aliança burguesa para acelerar a Revolução Nacional Democrática, burguesa, sem a qual o Brasil não poderia ser um país hegemônico pelo modo de produção capitalista. A estratégia para o

socialismo envolveria, por conseguinte, duas etapas, a burguesa e, com o amadurecimento das condições capitalistas, a socialista. Foi nesse ambiente de reflexões que aconteceu o golpe empresarial-militar que dirimiu a dúvida sobre o lugar histórico das frações burguesas dominantes locais, quase que integralmente envolvidas na construção do golpe. Os supostos setores modernos e propensos a uma via nacional de desenvolvimento estavam essencialmente engajados no golpe.

Destoaram dessas avaliações dois grandes intérpretes do Brasil, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. Estes autores nos mostraram que, nos anos 1950, o Brasil já era um país capitalista. Florestan precisou ainda mais a análise: o capitalismo no Brasil tem que ser lido no prisma específico do desenvolvimento desigual do capitalismo. Isso altera em profundidade toda a perspectiva estratégica.

Na ótica Florestaniana, o golpe demonstrou – e ele teorizou isso – a estratégia política da esquerda não passa por uma aliança com os setores ditos modernos das frações burguesas locais que, apoiadas pela classe trabalhadora, acelerariam a Revolução Nacional Democrática, afirmando um projeto auto propelido de nação. Sua elaboração certamente resulta da interpelação do golpe empresarial-militar de 1964. Equaciona de uma maneira muito sistemática e profunda a natureza do capitalismo e, por isso, essa formulação do Florestan, a meu ver, pode ser elencada como uma das suas grandes contribuições para o pensamento social crítico em nosso país.

É importante destacar que a partir da teoria do capitalismo dependente se afirma na ciência social brasileira uma robusta análise que altera as visões correntes sobre o imperialismo. Em sua interpretação, a acumulação do capital no Brasil se dá, concomitantemente, em circuitos nacionais, com o real protagonismo das frações burguesas locais e, o que é crucial, em interação com os núcleos hegemônicos externos. Florestan inova teoricamente ao demonstrar que o imperialismo não é uma realidade externa ao país. O imperialismo não é uma realidade que vem de fora para dentro como se a nossa burguesia fosse uma vítima indefesa dos grilhões imperialistas; ao contrário, o imperialismo expressa inextrincável interação com entre as frações burguesas locais – sem estas não teríamos

uma eficácia tão grande do imperialismo que, embora mantendo forte depleção de riqueza para os núcleos hegemônicos, não impede que o Brasil esteja no rol dos países que têm o maior PIB Mundial, entre as dez maiores economias do mundo. Ademais, a grande burguesia local está muito bem ranqueada na lista dos bilionários que a revista Forbes elenca todos os anos, destacando os mais ricos do mundo: o país possui 65 bilionários, uma posição expressiva. A inclusão social dos bilionários na lista da Forbes é sumamente relevante para pensar o capitalismo no Brasil e a força relativa de sua poderosa burguesia. Florestan compreende que a acumulação no nosso país deve ser capaz de propiciar uma margem significativa de mais-valia para que possa ser compartilhada com os sócios maiores dos centros hegemônicos, sem descurar dos ganhos das frações burguesas locais. O que é necessário ressaltar é que determinadas frações burguesas locais logram obter mais do que migalhas da mais-valia extraída no país.

Florestan Fernandes sustenta que o capitalismo no Brasil está assentado num padrão de exploração muito severo do trabalho e em um movimento permanente de expropriações, o que pode ser verificado pela ausência da reforma agrária no Brasil, mas, também, por expropriações de segunda ordem, como a negação de direitos sociais e, após a Constituição de 1988, como a destruição das conquistas, situação em curso no Brasil.

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

O segundo ponto que eu destacaria da contribuição do Florestan é o seu trabalho sobre a Revolução Burguesa no Brasil, obra concluída em 1975, sobretudo a terceira parte deste livro. O livro nos mostra que a revolução burguesa no Brasil é ‘sui generis’ e não pode ser interpretada a partir de modelos que aconteceram em outros países, particularmente as revoluções burguesas a quente como a revolução francesa e a revolução estadunidense.

No caso brasileiro tivemos uma revolução sem revolução, ou seja, uma revolução que não engendrou condições para que os subalternos, os expropriados, os explorados e os humilhados da terra alcançassem um patamar de efetiva cidadania e de direitos sociais inseridos no projeto de

nação, inseridos em um projeto auto propelido de nação. Ao contrário, Florestan nos mostra que esta revolução burguesa ‘sui generis’, revolução sem revolução, revolução pelo alto, propiciou condições de enorme mobilização industrial e tecnológica, porém sem integração dos de baixo. Em condições muito adversas, pois em uma ditadura, constituímos um Estado com forte inteligência entranhada em suas vísceras. Isso ocorreu principalmente no período da ditadura empresarial-militar. A expansão da pesquisa e da pós-graduação brasileiras se deu justamente neste período. Esta revolução burguesa ‘sui generis’ tem caráter modernizante, dinâmico, não significa atraso e uma burguesia débil; não configura, em suma, uma burguesia vitimada pelos centros hegemônicos.

É um capitalismo dependente. Florestan não está falando em dependência. Está falando em capitalismo, e, no caso particular brasileiro, de um capitalismo dependente. É importante destacar que a análise que Florestan faz sobre a revolução burguesa no Brasil está profundamente imbricada a uma reflexão complexa e muito controversa. Na época em que o livro foi publicado, final dos anos 70 sobretudo, a chamada sociedade civil estava sendo reorganizada e muitos viam que o horizonte futuro seria de ‘ocidentalização’ da sociedade brasileira. Distintamente, em seu livro, Florestan preconiza a centralidade da autocracia burguesa como forma específica do capitalismo dependente. E justamente a análise que Florestan vai fazer sobre autocracia burguesa foi muito mal compreendida em vários círculos da época, como se fosse equivalente a formas arcaicas de negação da Democracia. Florestan demonstra que a autocracia burguesa tem um caráter modernizante, mas que está profundamente assentada na lógica e na estrutura de poder autocrática. De fato, quando Florestan publicou seu trabalho em 75, o país vivia a chamada abertura “lenta, gradual e segura”. No final dos anos 70, irrompe um acentuado ascenso das lutas sociais no Brasil. Muitos imaginavam, então, que a autocracia estava sendo superada, varrida e que, com o processo constituinte, seria uma realidade superada historicamente. De fato, a constituinte que contou com o protagonismo do Deputado Florestan (PT) resultou em uma Constituição muito mais favorável aos direitos sociais do que a correlação de forças entre os partidos permitia antever. Por isso, grande parte dos cientistas sociais acreditou

que o país entraria em um longo período virtuoso de democracia. Na realidade, como podemos acompanhar no golpe de 2016, ao contrário daquelas expectativas, traços autocráticos seguiram subjacentes no país, contudo, em 2016 fica patenteado que os setores dominantes, em sua quase totalidade, atuou deliberadamente em prol da autocracia com características extremamente perigosas. O bolsonarismo não foi, por conseguinte, um raio em céu azul.

UNIVERSIDADE NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Finalmente, gostaria de enfatizar as contribuições de Florestan para pensarmos a universidade e a educação pública. Florestan escreveu um livro muitíssimo luminoso que, na realidade, é uma compilação articulada de intervenções e de debates que ele participou, sobretudo com o movimento estudantil. Os debates institucionais estavam interditados em 1968 e poucos espaços ousaram/ puderam enfrentar a ditadura. Os escritos de Fernandes foram elaborados a quente, no contexto das lutas pela reforma universitária. Originalmente, a obra “Universidade brasileira: reforma ou revolução?” seria publicada em 1969, mas a edição do AI-5 e do Decreto 477/1969 levou a editora a postergar a publicação. Desse modo, o livro somente foi publicado em 1975. Ademais, o leitor se beneficiou de um brilhante e esclarecedor prefácio à segunda edição (1978) elaborado por seu autor que faz um primoroso diagnóstico da política universitária da ditadura e de como as medidas governamentais foram recepcionadas pelas universidades.

Entendo que, ao contrário da própria avaliação de Florestan Fernandes, o livro não é uma produção menor em sua grandiosa obra. Nesta publicação ele faz indicações muito valiosas, penetrantes, densas sobre a universidade, a educação em nosso país e a heteronomia cultural. Florestan conclui que as amarras que nos aprisionam à heteronomia cultural não decorrem de heranças e correntes do passado, mas do próprio capitalismo dependente, ou seja, a heteronomia cultural que caracteriza o país está fortemente vincada à natureza do capitalismo dependente.

Florestan elenca os desafios para projetarmos o futuro da universidade brasileira. O sociólogo destaca que é imperioso fazer um severo ajuste de contas com o modelo universitário engendrado no contexto do Ato Institucional nº 5, especialmente a forma heterônoma de definição das linhas de pesquisa em espaços externos à universidade, lugares ocupados, sobretudo, pela inteligência contrarrevolucionária que atuou vivamente no interior da universidade brasileira. No referido prefácio a *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* Fernandes conclamou, instou, que uma das tarefas da chamada redemocratização era fazer um rigoroso ajuste de contas com o modelo universitário ditatorial. Mesmo na constituinte, que logrou avanços, os fundamentos da organização da universidade e das políticas de ciência e tecnologia herdados da ditadura não foram inteiramente derrubados. Foi criado o ministério da Ciência e Tecnologia ainda na Nova República, mas o fato é que a lógica de produção do conhecimento, por meio de linhas e editais de pesquisa, não foi enfrentada, nos aprisionando aos circuitos de produção do conhecimento estabelecidos com os governos, em detrimento da autonomia universitária que não pode ser livremente exercida.

Evidência disso é o fato de que as grandes problemáticas científicas que, com avanços e recuos marcaram o debate social dos anos 50 na América Latina, de uma forma geral desapareceram da agenda, pelo menos da agenda central de pesquisa em nosso país. Eu me refiro particularmente aos estudos que abordam os determinantes do subdesenvolvimento, o que caracteriza o subdesenvolvimento, porque que as nações têm processos tão desiguais de desenvolvimento, porque temos pobreza, o que são os determinantes da pobreza, enfim, essas perguntas deixaram de ter centralidade na universidade brasileira.

A ditadura nos legou, ademais, uma estrutura universitária muito pouco democrática. Essa autonomia tutelada pelo governo é incompatível com a autonomia universitária. O não enfrentamento da questão democrática, a exemplo das eleições para reitor, cobram altíssimo preço no atual contexto, claramente de inspiração neofascista.

É por tudo isso uma obra essencial para tornar pensáveis os dilemas atuais da educação, da ciência, da cultura, da arte. A proposição que ele fez sobre o capitalismo dependente e seus nexos com a heteronomia cultural,

no citado prefácio e nos demais capítulos do livro, confirma que Florestan está munido de uma reflexão que amadurecida teoricamente. Nesta obra encontramos, além disso, preciosas reflexões sobre a relação educação e desenvolvimento já embebidas desses novos marcos teóricos que Florestan foi capaz de engendrar.

**

A obra de Florestan é necessária para pensarmos o contexto atual de nosso país. Tenho sustentado – e não é uma formulação original, pois presente em muitas análises – que não podemos dissociar 2016 de um novo momento da autocracia burguesa em nosso país. É importante destacar que a destituição da presidenta Dilma contou com o imenso apoio do andar de cima, todas as principais frações burguesas apoiaram a ruptura democrática, e com uma concepção muito nítida, muito explícita, do que deveria acontecer no dia seguinte após a destituição da Presidenta Dilma: uma mudança na radicalidade da agenda neoliberal sem precedentes, estreitando as vias democráticas, ainda que formais.

A defesa de que a Constituição de 1988 deveria ser interrompida, bloqueada, travada, tornada sem efeito, particularmente e seus dispositivos relativos à área social (que consubstancia o nome “Constituição Cidadã”) foi um consenso entre os patrocinadores do golpe, como expresso na “Ponte para o Futuro”. O principal movimento nessa direção foi a aprovação em tempo recorde da Emenda Constitucional nº 95/2016. De modo acertado, os seus elaboradores criaram um ardil orçamentário para que os modestos avanços nos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas tivessem que ser extirpados, em nome da responsabilidade fiscal. Para segurar o (falso) déficit da previdência iniciaram o processo de redução relativa do salário-mínimo e, ao mesmo tempo, foram empreendidas ações para flexibilizar de modo extremo os direitos trabalhistas, o que foi feito com a reforma trabalhista de 2017.

No contexto imediatamente após o golpe, o bloco no poder buscou repactuar a agenda neoliberal, retirando os seus elementos sociais e salvaguardas para as frações burguesas locais. Embora estejamos dentro de um sistema de acumulação neoliberal desde os anos 1990, o sistema de acumulação neoliberal tem particularidades: Collor não é igual a FHC, Lula da Silva não é idêntico a FHC e, a rigor, Dilma Rousseff não é igual ao governo Lula da Silva. Florestan nos ajuda muito a pensar essas particularidades.

Nos dias de hoje, temos um reposicionamento do papel dos militares, importantes segmentos das forças armadas aderiram aos preceitos da chamada guerra cultural, um movimento que muito supunham no baú dos acontecimentos históricos. Conhecemos novas formas de desestabilização, como ocorreu no governo Dilma Rousseff em que a chamada revolução dos algoritmos foi aplicada para corroer o senso comum que até então simpatizava com os governos do PT. Formas de interpelação e acionamento de elementos reacionários foram acionados nas massas populares, em benefício da extrema-direita que se nutriu e foi alicerçado pelo chamado lava-jatismo. O fato é que o bolsonarismo encontrou o seu Bolsonaro e quando o bolsonarismo encontra o seu Bolsonaro, passamos a viver uma combinação muito perigosa entre o ultra neoliberalismo e as perspectivas neofascistas. É isso que marca o contexto atual de guerra cultural que conjuga o fundamentalismo econômico neoliberal extremo – nas palavras do ministro Paulo Guedes: “colocamos uma granada no bolso do inimigo”, o inimigo, no caso, é o servidor público que ficará por mais de uma década sem reajuste, em um contexto de enorme inflação; anteriormente, o mesmo ministro mostrou indignação com o fato de que até a empregada estava podendo viajar para Miami, enfim, todos esses processos ultrarreacionários passam a compor o cotidiano balizado pela referida guerra cultural. Outra faceta da guerra cultural é o profundo ataque a toda a herança de um Estado que ainda continha setores de inteligência e que hoje é tido como um estorvo: pensemos no fechamento dos órgãos de ciência e tecnologia, o nos ataques à ANVISA, ao IBGE, ao INPE, às universidades e, cotidianamente, aos cientistas qualificados pelo presidente como “canalhas”.

O governo Bolsonaro se notabiliza pelas intervenções nas universidades. Desde sua posse, ocorreram 45 processos de escolha de dirigentes no nosso país, destes, somente 18 novos reitores foram os vencedores a consulta, confirmando o avanço autocrático nas instituições universitárias. É uma situação muito estruturante, muito grave, visto que, ao mesmo tempo, temos mudanças na Capes, no sistema de avaliação, na tentativa de esvaziamento das revistas científicas brasileiras, e mudanças de editais para suprimir problemáticas que entram em confronto com as concepções governamentais. Tenho argumentado que a política de editais é uma marca da heteronomia construída no período da ditadura empresarial-militar, visto que as linhas de pesquisa passaram a ser definidas em âmbito externo às instituições universitárias.

Tudo o que ocorre de antidemocrático nas universidades revela um quadro extremamente preocupante. É uma situação que precisa ser alterada de modo profundo; daí a atualidade da elaboração estratégica realizada por Florestan por meio da dialética “revolução dentro da ordem” e da “revolução fora da ordem”. A inquietação social está ganhando corpo em nosso país. Estamos vivendo um período muito vivaz e luminoso de elaboração do pensamento crítico. As diversas atividades que aconteceram nos últimos meses no contexto da pandemia demonstram a pujança da reflexão social brasileira, como pode ser visto, por exemplo, na qualidade das perguntas do público que acompanha os debates, por meio de “lives”, aulas públicas, debates, seminários, encontros diversos. Quando estamos fazendo perguntas interessantes, estamos construindo as condições para conduzir essas perguntas até o fim, na perspectiva de superação de uma ordem social que, conforme apontei no início da minha fala, é marcada pelo racismo, é marcada pela brutalidade e por formas de reprodução das desigualdades sociais que se caracterizam como uma das mais perversas do mundo. Os aportes de Fernandes, nesse sentido, são imprescindíveis enfrentar as interpelações do tempo histórico. Fico por aqui para a prostrar com o público e, assim, construir nossa reflexão conjunta.

MARCELO TOTTI: Obrigado Roberto pela brilhante exposição, uma análise que vai do capitalismo dependente até a análise conjuntural atual. Esse é um pouco o espírito do nosso evento. Vou começar aqui pela do Henrique: “é possível afirmar que a política educacional da ditadura já tinha princípios e fundamentos neoliberais?”

ROBERTO LEHER: Henrique, registro a alegria de estarmos compartilhando o evento! No período da ditadura encontramos proposições neoliberais? Eu entendo que sim. Apesar de termos uma situação muito heterogênea no período da ditadura empresarial-militar brasileira, o campo da educação sempre foi fortemente centralizado pelos liberais de direita. Não podemos nos esquecer que foi no período da ditadura que tivemos a chegada ao Brasil da chamada teoria do capital humano, atualizada na Escola de Chicago, justamente no contexto de sistematização da doutrina neoliberal. A chamada teoria do capital humano chega ao Brasil com objetivos explicitamente políticos. Em 1963/1964, antes do golpe, a influência da USAID era enorme. Nos documentos da USAID era recorrente o diagnóstico de que a educação brasileira era muito marcada pelo marxismo e por outras perspectivas ditas populistas que colidiam com as concepções “do mundo livre”. Naquele contexto, um analista da USAID recomendou como antídoto ao marxismo a incorporação dos trabalhos de Schultz sobre a teoria do capital humana na educação brasileira. A perspectiva educacional liberal-conservadora, neoclássica, individualista, é o fundamento do neoliberalismo. O tema central da chamada teoria do capital humano (e do neoliberalismo) é a liberdade do indivíduo no mercado: cada indivíduo forja seu próprio capital humano e faz uso dele no mercado. Um bom capital humano pressupõe que a criança e os jovens saibam mostrar os seus ‘dentes no mercado’ para assegurar melhores condições de venda da força de trabalho ou, atualmente, para se desenvolver no mercado por meio do empreendedorismo. O neoliberalismo no Brasil sempre esteve associado ao pensamento reacionário de direita. A reforma da pós-graduação brasileira que a institucionalizou foi feita pelo Newton Sucupira, meu colega na Faculdade de Educação da UFRJ – quando fiz o concurso de ingresso, ele estava se aposentando. Newton Sucupira

estava referenciado numa perspectiva moral conservadora ancorada no liberalismo de direita. Ainda que os liberais conservadores não tenham ocupado o cargo de ministro da Educação foram quadros da escola de Chicago que referenciaram parte relevante das concepções praticadas pela ditadura, sobretudo após o agravamento da crise econômica dos anos 1970, a exemplo do ex-presidente do Banco Central Geraldo Langoni (1980-1983), um quadro que influenciou o pensamento educacional da ditadura empresarial-militar; antes dele outros quadros podem ser inseridos no âmbito neoliberal, como Eugênio Gudim e Octávio Gouveia de Bulhões (Ministro da Fazenda entre 1964-1967).

MARCELO TOTTI: baseado em seus estudos sobre o capitalismo dependente teorizado por Florestan, historicamente não tivemos investimentos relevantes em ciência e tecnologia. Após 2016 foi aprovada uma reforma trabalhista que flexibiliza as relações de trabalho (intermitente, precário) e uma reforma do ensino médio que retira conteúdo científico da formação dos jovens, tudo isso atrelado a uma diminuição drástica dos investimentos em Ciência e Tecnologia. Como estamos vendo na pandemia, o país encontra-se vulnerável em relação aos insumos para as vacinas, assim como em relação a produção de medicamentos básicos. Qual o papel da Universidade no próximo decênio? Qual o nosso no futuro daqui a dez anos diante desse quadro?

ROBERTO LEHER: Uma excelente questão, mas muito difícil de desenvolver. É uma pergunta necessária e dolorosa, mas precisamos fazer esta pergunta. Há tempos que o Brasil está descomplexificando suas cadeias produtivas. Enquanto nos anos 1960 e 70 falávamos em filiais das multinacionais, hoje falamos em montadoras. Não se trata apenas de nomenclatura. É uma mudança de conteúdo: uma montadora “monta”, faz acoplamento de peças e estruturas em geral produzidas em outros países, atualmente, notadamente na China, mas não apenas. Uma filial normalmente desenvolvia industrialmente todos os componentes,

efetivando certo encadeamento produtivo. Um exemplo que não pode ser esquecido foi o encadeamento da indústria automobilística entre 1960 e 1980. Tivemos empresas públicas importantes no Brasil; os casos óbvios são a Embraer e a Petrobras. A primeira tem sua história associada ao ITA, a petroleira também está alicerçada em um desenvolvimento tecnológico muito significativo: possui um grande centro de pesquisa (CENPES) com muita capilaridade nas nossas universidades, a exemplo da UFRJ. Mas cada vez mais falamos em empresas de alta tecnologia como exceções no parque industrial brasileiro. Em um estudo que o IBGE realizou sobre a inovação (PINTEC), é possível verificar que a inserção no setor privado dos mestres e doutores, inclusive os provenientes das ciências duras, mesmo no período de expansão Econômica como 2007/2009, é muito baixa. Dos cerca de 50 mil Mestres e Doutores formados nas chamadas ciências duras, menos de 1% trabalha no setor privado com pesquisa e desenvolvimento. Esta situação é completamente distinta da existente nos Estados Unidos, em que cerca de 90% atuam no setor privado, parte significativa em áreas afim e conexas à pesquisa e desenvolvimento.

O padrão de acumulação no Brasil está sofrendo mudanças que expressam as contradições do capitalismo dependente. Todas essas mudanças estão profundamente imbricadas com o sistema político de dominação que está em curso hoje em nosso país. Qual é o cenário em nosso país para o futuro da universidade? Nenhuma fração burguesa dominante, grifo, nenhuma, coloca a universidade pública, autônoma, gratuita, referenciada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como parte do seu projeto de futuro. Até a agricultura que ensejou grande desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro mudou. Os pacotes tecnológicos associam transgênicos, insumos e mercado. Isso reduz a necessidade de pesquisa e desenvolvimento em nosso país. É forçoso reconhecer que, se olharmos uma escala mais ampla, vamos constatar que o Brasil está se afastando de uma inserção na economia mundial a partir de cadeias produtivas sofisticadas, com pujantes departamentos de pesquisa e desenvolvimento etc.

Entendo que esse panorama explica muito as motivações governamentais, após o golpe, ao promover mudanças, como as do

chamado Novo Ensino Médio, conforme muito bem destacado por Marcelo Totti. Qual é mensagem que está sendo passada para os jovens? É que a formação, mesmo no nível médio, diferente do que aconteceu na Coreia e em outros os países, pode ser aligeirada e alicerçada em uma formação científica superficial. Isso não é um tema secundário. Hoje todas as áreas do conhecimento, sem exceção, compreendem que uma formação cultural ampla é necessária para fazer ciência. É impensável uma engenharia que seja incapaz de pensar problemas socioambientais. Seria anacrônico conceber pedagogos e profissionais de educação que não consigam interpretar o racismo, as mudanças nos setores produtivos, e compreender a formação das estruturas de pensamento nas crianças. Todas as áreas exigem uma formação mais completa e complexa do Ensino Médio. O Brasil está ceifando a formação da juventude e isso não deixa de ser uma mensagem sobre o futuro. Os recursos financeiros associados a função ciência e tecnologia despencaram de R\$ 12 bilhões em 2014 para 4,5 bilhões em 2021. As 63 universidades federais brasileiras possuíam já escassos R\$ 2,8 bilhões para investimentos em 2014, em 2021 a previsão é de menos de R\$ 200 milhões; no mesmo período, o custeio das 63 Federais derreteu: despencando de R\$ 9 bilhões para R\$ 5,5 bilhões (previsto na lei orçamentária de 2021).

Então, qual é a projeção do capital? Na lógica atual do capital o cenário é de manter a universidade zumbi, ou seja, a universidade formalmente está aberta, com trabalhos de pesquisa aqui e ali, atividades de ensino, mas já sem condições de uma seiva vital para levar adiante seu desenvolvimento institucional, já sem condições de manter minimamente a assistência estudantil, a democratização importantíssima do perfil social dos nossos estudantes, enfim, e é isso que eu caracterizo como universidade zumbi: ela está viva, mas não está viva.

Somente com alterações políticas substantivas (fim do governo Bolsonaro) vamos ter novamente a universidade como uma instituição capaz de projetar o futuro. A pandemia nos mostra de uma maneira cabal que os países que não têm universidades públicas não são capazes de produzir com soberania insumos para a saúde etc., e que, por isso, estão no pior dos mundos. Vejam a situação exótica que vivemos no Brasil: o

país foi surpreendido com a crise do *just-in-time*: não é verdade que é só apertar o botãozinho que uma semana os produtos estão na nossa mão. Vimos até saque de navios, bloqueio (ou atraso) de saída de insumos de certos países. O Brasil se viu sem condições de produzir máscaras e álcool em gel. O país tem tecnologia para fazer testes diagnósticos para vírus e vacinas, mas não temos os insumos. Isso nos mostra que o afastamento do país de cadeias produtivas mais complexas nos coloca numa situação de muita vulnerabilidade.

Entendo que devemos voltar a pensar o que significa uma soberania não apenas nacional, mas eu diria continental. Nossa produção tecnológica tem de estar em conexão com a América Latina e a África, projetando uma renovada concepção de Nova Ordem Econômica Internacional, questão que foi discutida nos anos 60. Sem transformações políticas substantivas desgraçadamente a minha leitura é de que o risco maior é o da universidade zumbi, o que não vamos permitir. A juventude tem sido capaz de emocionante protagonismo, como no 15 de Maio 2019. Precisaremos lutar muito para impedir que o projeto dominante se realize. O Ministério da Educação virou uma trincheira do negacionismo e da Guerra cultural. O governo federal não gastou os recursos mínimos para melhorar a infraestrutura das escolas e universidades para permitir a volta presencial. Necessitamos superar esse terrível período em que setores sociais encontraram o seu Bolsonaro. Será preciso cambiar o senso comum. A história é dinâmica. Há indícios, lampejos, de que é possível mudar substantivamente a brutal realidade, mas precisamos acelerar o tempo histórico.

MARCELO TOTTI: Muito obrigado, Roberto, pela excelente exposição e pelas colocações no debate. É um prazer ter você aqui, ainda que virtualmente. Você discutiu o papel da universidade e sua relação com a sociedade de maneira brilhante e fazer uma análise de conjuntura, incorporando o papel da Universidade nos próximos anos e os desafios que nós temos que enfrentar. Então eu agradeço

ROBERTO LEHER: Eu peço desculpas pelo problema de agenda que não deveria ter acontecido. Estou frustrado por ter que acelerar a minha participação, mas seguramente vou acompanhar o debate do Anderson Deo. Reitero meus agradecimentos pelo honroso convite e, também, a alegria de estar junto com tantas pessoas que eu admiro por suas imensas contribuições para o adensamento do pensamento crítico em nosso país. Estamos juntos, um abraço muito grande a todas e todos!

SOBRE AUTORES

ADELAR JOÃO PIZETTA

Graduado em Pedagogia pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, Chapecó/SC (1982), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor da UFES/CEUNES, em São Mateus, no Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH) e Colaborador/Educador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

ANDERSON DEO

Doutor em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Urbino “Carlos Bo”. Líder do Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana-Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq).

ANGÉLICA LOVATTO

Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP). É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília e do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, onde coordena o Grupo de Pesquisa CNPq Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (PEPO). Integrou a Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas (Arquivo Nacional-RJ), de 2014 a 2016.

CAIO NAVARRO DE TOLEDO

Doutor em Filosofia pela Unesp, professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Foi coordenador do Cemarx e autor de Iseb: fábricas de ideologias e Governo João Goulart e o golpe de 64, além de autor de inúmeros artigos e capítulos de livros sobre o Iseb e o pensamento político brasileiro.

DEBORA MAZZA

É docente do Departamento de Ciências Sociais na Educação e do Programa de Pós-Graduação da Unicamp onde foi diretora associada da Faculdade de Educação. Possui pós doutorado em Sociologia pelo Laboratoire Genre, Travail e Mobilité (GTM), e pós doutorado em Sociologia pelo Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), ambos em Paris- França e Doutorado em Ciências Sociais. É bolsista produtiva pelo Cnpq e publicou o livro *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional*.

FRANCISCO LUIZ CORSI

Possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo(1984), graduação em Ciências Sociais pela USP, mestrado em Ciência Econômica pela Unicamp (1991), doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp (1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas(2011). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Membro de corpo editorial do *Mundo e Desenvolvimento*, da Universidade Federal de Pernambuco e Membro Associado do Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

HAROLDO CERAVOLO SEREZA

Graduado em comunicação social - habilitação em jornalismo pela ECA-USP e Doutor em Literatura Brasileira pela USP Dirige o site *Opera Mundi* desde 2010. É editor da livros da Alameda Casa Editorial desde 2004. Autor dos livros “*Florestan - A inteligência militante*” (Boitempo, 2005), “*À Espera da Verdade - histórias de civis que fizeram a ditadura militar*” (Alameda, 2016) e “*Trinta e tantos livros sobre a mesa*” (Oficina Raquel, 2018). Professor convidado do programa de pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de São Carlos.

MARCELO AUGUSTO TOTTI

É sociólogo e docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp de Marília, líder do grupo de pesquisa: “Intelectuais, esquerdas e movimentos sociais” e pesquisa temáticas relacionadas ao pensamento social brasileiro.

MARIA SELMA DE MORAES ROCHA

Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1985), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em História Social (2015), pela FFLCH/USP. Foi docente da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e diretora da Fundação Perseu Abramo (2003-2010).

PAULO HENRIQUE MARTINEZ

Professor Associado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Com mais de 300 publicações em diferentes modalidades de produção bibliográfica e técnica, publicou o livro *Florestan ou o sentido das coisas*.

PAULO HENRIQUE FERNANDES SILVEIRA

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Docente e pesquisador na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Faz parte do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e coordena o grupo de estudos sobre Educação, Filosofia, Engajamento e Emancipação, vinculado à FEUSP.

ROBERTO LEHER

Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e bolsista produtividade nível 2 do Cnpq. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998), desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Coordena o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação - COLEMARX. Pesquisador do CNPq e colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019).

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

NORMALIZAÇÃO

Elizabete Cristina de Souza de Aguiar
Monteiro
CRB - 8/7963
Janaína Celoto Guerrero Mendonça
CRB-8/6456

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

FORMATO

16 x 23cm

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

PAPEL

Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

TIRAGEM

100

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica
unesp
Campus de Marília



Florestan Fernandes completaria 100 anos em 2020. Filho de Maria Fernandes migrante portuguesa que veio trabalhar nas lavouras brasileiras, conheceu as agruras da vida desde sua infância, segundo suas próprias palavras nunca teria se tornado o sociólogo que se foi, sem sua origem “plebeia” e sua socialização pré e extraescolar. Essa aprendizagem sociológica se iniciou aos 6 anos de idade quando precisou ganhar a vida como adulto, trabalhando como engraxate. Mas eu diria que ela é anterior, sua mãe desiludida com o trabalho nas lavouras do interior paulista decide se mudar para a capital e passa a trabalhar como doméstica na casa da família Bresser. Grávida de Florestan, Hermínia Bresser de Lima que seria a madrinha de Florestan, de origem abastadas e com hábitos requintados recusava a chamá-lo pelo nome de Florestan, nome de origem alemã fruto de um personagem de uma ópera de Beethoven, não era um nome para um filho de uma lavadeira, assim a madrinha “rebatiza-o” chamando-o de Vicente. Florestan vivenciara outra experiência sociológica, que é o preconceito das elites brasileiras para com o povo brasileiro oriundo das classes subalternas. Tal preconceito, Florestan estudou de forma mais aprofundada em suas pesquisas sobre as relações raciais e a inserção do negro na sociedade de classes, identificando as origens históricas e estruturais do racismo no Brasil que remontam à nossa herança de um passado escravocrata.

Enfrentou as dificuldades como grande parte da população brasileira, trabalhou como garçom no bar do Bidu, lia atrás do balcão nos momentos de menor movimento, o que despertou o interesse de professores frequentadores do local. O incentivo dos professores que ali frequentavam rendeu frutos, realizou os estudos no antigo curso de madureza e através de um desses frequentadores desse bar conseguiu um emprego em uma empresa de produtos químicos, possibilitando melhores condições socioeconômicas.

As dificuldades para o jovem de origem “plebeia” não se resumiram aí, o desafio de entrar no ensino superior era algo muito distante. A recém-criada Universidade de São Paulo, pública e gratuita, era uma alternativa. Criada pelas elites e para as elites, a entrada de

estudante trabalhador com formação em curso de madureza contrastava com o tom aristocrático e erudito dos professores e dos estudantes da elite paulista. Para sanar o que denominou de um déficit cultural empreende uma rotina monástica de estudo que incluía leituras em bondes, bancos de praças e permanecendo até o apagar das luzes na biblioteca municipal.

A aprovação no vestibular não foi das mais fáceis, com uma banca composta por dois professores franceses, com prova oral em francês de um livro de um sociólogo francês, parecia uma barreira quase intransponível para o egresso do curso de madureza. Florestan lia em francês e conhecia bem o livro de Durkheim *Da divisão do trabalho social* e pede para realizar a prova em português, os arguidores acharam a situação inusitada, mas acatam o pedido do candidato que é aprovado (dos 29 concorrentes apenas 6 foram aprovados).

Florestan Fernandes não foi apenas um sobrevivente, foi um vencedor! Remou contra a maré em mares turbulentos, enfrentou temas e pesquisas pouco afeitos em sua época na sociologia, imprimiu um modelo de ciência sociológica colocando a sociologia ao lado dos problemas reclamados pela sociedade. Lutou pela escola pública, pela universidade pública, esteve ao lado dos deserdados da terra, militante socialista, seu mandato como deputado funcionava como uma forma de tribuno da plebe: uma voz para aqueles que não tem voz.

Em uma sociedade como a brasileira marcada por graves problemas estruturais, de desigualdades étnicas, raciais e sociais, as ideias e os escritos de Florestan Fernandes são mais que necessários e se mantêm vivos na luta dos trabalhadores, na Escola Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que leva seu nome, nas escolas públicas, nas universidades públicas, nos debates e esse livro pretende ser mais uma contribuição para manter a chama de suas ideias acesa, que iluminam o caminho de um passado obscuro e guiam para um futuro alternativo de utopia e de esperança para a sociedade brasileira. FLORESTAN FERNANDES, Sempre Presente!

ISBN 978-65-5954-297-0



9 786559 542970